

PROSPECTO DEFINITIVO DA 1ª EMISSÃO DE COTAS SENIORES DA 3ª SÉRIE ("COTAS SENIORES DA 3ª SÉRIE") DO

OURINVEST

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II

CNPJ nº 08.203.825/0001-15 ("Fundo")

no montante de até

R\$70.000.000,00

INSTITUIÇÃO LÍDER

CEDENTE E AGENTE DE COBRANÇA



Registro CVM das Cotas Seniores da 3ª Série: CVM/SRE/RFD/2014/001, concedido em 16 de janeiro de 2014

Prorrogação da Oferta de Cotas Seniores da 3ª Série concedida em 18 de agosto de 2014, nos termos do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 186/2014

Classificação preliminar de risco das Cotas Seniores da 3ª Série: AA-(bra), conferida pela Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Código ISIN das Cotas Seniores da 3ª Série: BROMVTCTF034

Valor Unitário das Cotas Seniores da 3ª Série, na Data de Integralização Inicial: R\$100,00 (cem reais)

Quantidade máxima de Cotas Seniores da 3ª Série: 700.000 (setecentas mil)

Registro de Funcionamento do Fundo: CVM/SRE/RFD/2006/045, em 5 de outubro de 2006

Classificação ANBIMA: FIDC Financeiro - Financiamento de Veículos

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo, preponderantemente, na aquisição de direitos de crédito originados de operações de: (a) financiamento de motocicletas, automóveis e utilitários, caminhões, ônibus, carretas e utilitários pesados para transporte de carga e de passageiros; e (b) crédito pessoal garantido por alienação fiduciária de veículos, realizadas entre a Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, inscrita no CNPJ sob o nº 92.228.410/0001-02 e devedores pessoas físicas e jurídicas, nos termos legislação aplicável e do regulamento do Fundo ("Regulamento").

As Cotas Seniores da 3ª Série serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado, por meio da CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), que será conduzida pelo Banco Ourinvest S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, sobreloja, 1º e 2º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 78.632.767/0001-20, na qualidade de instituição líder da Oferta ("Instituição Líder").

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, a meta de rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série será, em qualquer hipótese, limitada à apropriação diária, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento).

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administradora"). A gestão da carteira do Fundo será inicialmente realizada pela Oliveira Trust Servicer S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, observado o previsto no Regulamento.

A constituição do Fundo foi aprovada por seu antigo administrador, por meio de ato de diretor datado de 4 de agosto de 2006 e registrado no 4º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, no Estado do Paraná, em 7 de agosto de 2006, sob o nº 434200. Conforme assembleia geral de cotistas do Fundo realizada em 4 de janeiro de 2012 e registrada perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, no Estado do Paraná, em 24 de janeiro de 2012, sob o nº 537123, o Fundo passou a ser administrado pela Administradora em 1º de fevereiro de 2012.

Na assembleia geral de cotistas realizada em 19 de setembro de 2013, cuja ata foi registrada perante o 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 2013, sob o nº 909596, foi deliberada a alteração da denominação do Fundo, o qual passou a ser denominado "Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II".

A emissão das Cotas Seniores da 3ª Série foi aprovada em assembleia geral de cotistas do Fundo realizada em 26 de novembro de 2013, cuja ata foi registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2013, sob o nº 1404235. A versão atual do Regulamento foi aprovada em assembleia geral de cotistas realizada em 4 de dezembro de 2013, cuja ata foi registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 2013, sob o nº 1845583. O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertada poderá ser acrescida de lote suplementar de até 15% do total das Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertadas ("Cotas do Lote Suplementar"), sem considerar as Cotas do Lote Adicional, conforme abaixo definidas, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pelo Fundo à Instituição Líder, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03, e poderá ser exercida pela Instituição Líder a seu exclusivo critério.

Sem prejuízo da opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar, a quantidade total de Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertada poderá ser, a critério da Administradora, acrescida em até 20% das Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03 ("Cotas do Lote Adicional").

O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. O Fundo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, da Cedente, do custodiante abaixo identificado, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e aos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

O registro da presente Oferta não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Cotas Seniores da 3ª Série.

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos no Regulamento e neste Prospecto, podem adquirir as Cotas Seniores da 3ª Série.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 33 a 42 deste Prospecto.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à CVM, à Administradora ou à Instituição Líder.

LEIA O PRESENTE PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA. VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 1 DESTE PROSPECTO.



Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas do Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços.

INSTITUIÇÃO LÍDER



ADMINISTRADORA E GESTORA



CUSTODIANTE E ESCRITURADOR



AUDITOR INDEPENDENTE



CEDENTE



ASSESSORIA JURÍDICA



A data deste Prospecto é 19 de agosto de 2014

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS ADICIONAIS

A carteira de ativos do Fundo pode possuir prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota do Fundo se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor do Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como do prazo médio dos ativos que compõem sua carteira. Não há garantias de que a alíquota aplicável, quando do resgate das cotas do Fundo, será a menor dentre as previstas pela legislação vigente.

Não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

Para informações adicionais sobre a tributação aplicável ao Fundo e aos seus cotistas, os investidores devem ler a seção “Regras de Tributação do Fundo”, nas páginas 71 a 74 deste Prospecto.

O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

ESCLARECIMENTO INICIAL

Este Fundo foi constituído, inicialmente, sob a denominação “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – III” (“Omni III”).

Em 5 de outubro de 2006 e em 26 de maio de 2008, foram emitidas a 1ª (primeira) Série e a 2ª (segunda) Série de cotas seniores, respectivamente, do Omni III, as quais foram objeto de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, exclusivamente no mercado brasileiro, ambas conduzidas pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 01.701.201/0001-89, iniciadas em 5 de outubro de 2006 e em 26 de maio de 2008 e encerradas em 9 de março de 2007 e em 26 de agosto de 2008, respectivamente.

Ambas as cotas seniores da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) Séries do Omni III receberam nota AA+ (bra), no que diz respeito à classificação de risco. A agência classificadora de risco responsável pela avaliação das cotas seniores da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) Séries do Omni III foi a Fitch Ratings do Brasil Ltda.

ÍNDICE

AVISOS ADICIONAIS	1
ESCLARECIMENTO INICIAL	2
GLOSSÁRIO	9
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DA CEDENTE, DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS	
PRESTADORES DE SERVIÇO	20
DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E DA ADMINISTRADORA	22
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA	23
CONDIÇÕES DA OFERTA	25
Informações Relativas à Oferta.....	26
Oferta.....	26
Autorização da Emissão das Cotas Seniores da 3ª Série	26
Registro da Oferta.....	26
Quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série.....	26
Valor de Emissão das Cotas Seniores da 3ª Série	26
Destinação dos recursos	26
Público Alvo.....	26
Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série.....	27
Cronograma de Etapas da Oferta	28
Melhores Esforços	28
Início e encerramento da distribuição.....	28
Divulgação de anúncios relacionados à Oferta	29
Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação	29
Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta.....	29
Devolução e reembolso aos investidores	30
Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 3ª Série	30
Distribuição e Negociação das Cotas Seniores da 3ª Série	31
Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série	31
Demonstrativo do Custo da Oferta.....	32
FATORES DE RISCO	33
Sobre os Fatores de Risco	34
Riscos de Mercado.....	34
Descasamento de Taxas	34
Rentabilidade dos Outros Ativos Inferior ao Benchmark das Cotas Seniores da 3ª Série	34
Flutuação de Preços dos Ativos.....	34
Efeitos da Política Econômica do Governo Federal	35
Riscos de Crédito.....	35
Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo.....	35
Inadimplência dos Devedores.....	35
Inadimplência dos Emissores e/ou devedores dos Outros Ativos	35
Risco de Pré-Pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos.....	35
Risco de Concentração em Títulos Públicos.....	36
Fatores Macroeconômicos	36
Venda dos Veículos objeto de alienação fiduciária	36
Risco de Originação – Modificação de Créditos por Decisão Judicial.....	36
Risco de Liquidez	36
Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios	36

Falta de Liquidez dos Outros Ativos.....	36
Fundo Fechado e Mercado Secundário	37
Liquidação Antecipada	37
Observância da Reserva de Caixa Não Constitui Garantia de Pagamento	37
Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo	37
Riscos Operacionais.....	37
Falhas ou Interrupção da Prestação de Serviços do Agente de Cobrança	37
Risco de Descontinuidade.....	38
Liquidação Antecipada	38
Recebimento Antecipado de Valores	38
Observância da Alocação Mínima	38
Riscos da Cedente	38
Descumprimento do Contrato de Cessão	38
Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis.....	39
Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente	39
Recompra Facultativa	39
Outros Riscos	39
Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios.....	39
Risco Proveniente do Uso de Derivativos	40
Risco de Concentração.....	40
Risco de Fungibilidade – Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento	40
Guarda dos Documentos Comprobatórios	40
Entrega dos Documentos Comprobatórios pela Cedente	40
Ausência de Notificação aos Devedores.....	40
Risco de Originação – Registro dos Termos de Cessão	41
Risco de Originação – Vícios Questionáveis.....	41
Ausência de Coobrigação da Cedente	41
Dação em Pagamento com Direitos Creditórios.....	41
Inexistência de Rendimento Predeterminado	41
Percimento ou Roubo do Veículo Objeto do Financiamento.....	41
Dificuldades na execução dos Direitos Creditórios Inadimplidos e das respectivas Garantias	42
Situação financeira dos Devedores e sua Deterioração	42
Risco de Originação – Diminuição do Nível de Atividades da Cedente.....	42
Risco de Originação – Prioridade e Preferência entre os Fundos	42
Intervenção ou Liquidação do Custodiante.....	42
Emissão de Novas Cotas.....	42
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	43
Denominação	44
Base Legal e Classificação ANBIMA	44
Objeto	44
Forma de Constituição	44
Prazo de Duração.....	44
Objetivo de Investimento	44
Fluxograma da Securitização.....	45
Política de Investimento	46

Composição e Diversificação da Carteira do Fundo	46
Aplicação em Direitos Creditórios.....	47
Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	47
Direitos Creditórios Elegíveis.....	48
Demais Informações sobre a Política de Investimento	48
Gerenciamento de Riscos	49
Ordem de Aplicação dos Recursos	49
COTAS DO FUNDO	51
Características Gerais.....	52
Classes de Cotas.....	52
Cotas Seniores	52
Cotas Subordinadas	52
Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série.....	52
Amortização e Resgate das Cotas Subordinadas	53
Procedimentos de Integralização, Amortização e Resgate.....	54
Registro para Distribuição e Negociação das Cotas.....	55
Classificação de Risco das Cotas Seniores da 3ª Série	55
Valorização das Cotas	55
Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série.....	56
Regras de Movimentação	56
Emissão e Distribuição de Cotas	56
Taxas.....	57
Reservas e Índices	57
Reserva de Caixa e Índice de Liquidez.....	57
Reenquadramento da Relação Diária, da Alocação de Investimento Mínima, Reserva de Caixa e Índice de Liquidez.....	59
Reserva de Despesas e Encargos	59
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe	59
Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos	59
Assembleia Geral.....	60
Competência.....	60
Procedimento de Convocação	61
Liquidação do Fundo	63
Eventos de Avaliação.....	63
Eventos de Liquidação Antecipada	65
Procedimentos de Liquidação Antecipada	66
Informações Complementares.....	67
Despesas e Encargos do Fundo.....	67
Política de Divulgação de Informações	68
Informações Obrigatórias e Periódicas.....	68
Publicações	69
Atendimento aos Cotistas.....	69
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	71
Tributação Aplicável ao Fundo	72
IOF/Títulos	72
Imposto de Renda	72
Tributação Aplicável aos Cotistas do Fundo.....	72
IOF/Títulos	72
IOF/Câmbio	72

Imposto de Renda	72
Cotistas Residentes no Brasil:	73
Cotistas Residentes no Exterior:	74
DIREITOS CREDITÓRIOS	75
Características dos Direitos Creditórios	76
Natureza e Processo de Origem	76
Processo de Originação e Formalização dos Direitos Creditórios	76
Histórico da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo	76
Informações sobre Inadimplementos, Perdas e Pré-pagamento de Direitos Creditórios	78
Cessão dos Direitos Creditórios	79
Política de Concessão de Crédito	80
Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso	81
Metodologia para Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios por Amostragem	82
Acréscimo, Remoção e Substituição de Direitos Creditórios	83
Cobrança dos Direitos Creditórios, Inclusive Inadimplidos	83
Informações sobre os Devedores	84
Nível de Concentração dos Direitos Creditórios	84
Características Homogêneas dos Devedores dos Direitos Creditórios	84
Informações sobre a Cedente	85
Outros eventos que possam afetar fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios	85
Liquidação ou Amortização Antecipada dos Direitos Creditórios	85
INFORMAÇÕES RELATIVAS À CEDENTE	87
Setor de Atuação	88
Histórico e Atividades	88
O Grupo Omni	89
Processo produtivo e Estratégia de Atuação – Negócios da Cedente	90
Principais Executivos	90
Análise Financeira	91
PRESTADORES DE SERVIÇOS	93
Administradora	94
Histórico e Atividades	94
Breve descrição das Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora	96
Remuneração da Administradora	98
Substituição e Renúncia da Administradora	99
Custodiante	100
Histórico e Atividades	100
Breve descrição de suas Funções	100
Remuneração do Custodiante	102
Substituição do Custodiante	102
Gestora	102
Histórico e Atividades	102
Breve descrição das Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Gestora	102
Remuneração da Gestora	103
Substituição da Gestora	103
Agente de Cobrança	103
Breve descrição de suas Funções	103
Substituição do Agente de Cobrança	104
Instituição Líder	104

Breve Histórico	104
Breve descrição de suas Funções.....	105
Remuneração da Instituição Líder	105
Substituição da Instituição Líder	105
Auditor Independente	106
Breve descrição de suas Funções.....	106
Remuneração do Auditor Independente	106
Substituição do Auditor Independente	106
Agência Classificadora de Risco	106
Breve descrição de suas Funções.....	106
Remuneração da Agência Classificadora de Risco	106
Substituição da Agência Classificadora de Risco	106
Conflitos de Interesse e Relações Societárias e Contratuais entre as Partes	107
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES.....	109
Contrato de Cessão.....	110
Contrato de Gestão	111
Contrato de Custódia.....	111
Contrato de Distribuição	112
Contrato de Garantia de Liquidez, de Estabilização de Preço e/ou Contrato de Opção de Colocação das Cotas do Lote Suplementar	112
ANEXOS.....	113
ANEXO I - REGULAMENTO CONSOLIDADO E SUPLEMENTO	115
ANEXO II - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO E	
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	197
ANEXO III - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013.....	223
ANEXO IV - DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E DA ADMINISTRADORA.....	229
ANEXO V - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE	233
ANEXO VI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	
REFERENTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	273

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para os fins deste Prospecto adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente documento:

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings do Brasil Ltda., agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores da 3ª Série e das Cotas Subordinadas, ou sua sucessora a qualquer título.
Agente de Armazenamento	O Custodiante, ou qualquer instituição por ele subcontratada, nos termos do Regulamento, para prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios e Documentos Acessórios.
Agente de Cobrança	Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, inscrita no CNPJ sob o nº 92.228.410/0001-02, ou sua sucessora a qualquer título, contratada para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos.
Agente de Recebimento	HSBC Bank Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Belo, nº 34, Edifício Palácio Avenida, Centro, CEP 80020-030, inscrita no CNPJ sob o nº 01.701.201/0001-89.
Alocação de Investimento Mínima	Alocação de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos Creditórios.
Amortizações Programadas	Amortizações previstas para as Cotas Seniores de cada Série, conforme previsto no respectivo Suplemento.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento de distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

Anúncio de Início	Anúncio de início de distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
Auditor Independente	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, empresa de auditoria independente credenciada junto à CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.981, CEP 04717-906, inscrita no CNPJ sob o nº 49.928.567/0001-11, ou sua sucessora a qualquer título.
Aviso de Desenquadramento	Comunicação a ser enviada pela Administradora à Cedente e ao Banco Ourinvest em caso de inobservância da Relação Diária, da Alocação de Investimento Mínima, da Reserva de Caixa e/ou do Índice de Liquidez.
Bacen	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Bovespafix	Sistema de Negociação de títulos de renda fixa administrado pela BM&FBOVESPA.
Cap de Taxa de Juros	Operações em mercados de derivativos, a serem contratadas pelo Fundo com quaisquer das Instituições Autorizadas, nos termos previstos na cláusula 10 e no Anexo VII do Regulamento e na seção “Características do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Política de Investimento”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo” (“Características do Fundo – Política de Investimento – Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”), com o objetivo de proteger a carteira do Fundo contra oscilações das taxas de juros, tendo em vista a diferença de taxas aplicáveis, de um lado, às Cotas Seniores e, de outro, aos Direitos Creditórios (taxas fixas).
CCB	Cédula de Crédito Bancário.
Cedente	Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, inscrita no CNPJ sob o nº 92.228.410/0001-02.

CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Contrato de Cessão	“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado entre a Cedente e a Administradora, na qualidade de instituição administradora do Fundo, com a interveniência do Custodiante e da Gestora, que estabelece os termos e condições das cessões de Direitos Creditórios entre a Cedente e o Fundo.
Contrato de Custódia	“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre o Fundo e o Custodiante.
Contrato de Distribuição	O instrumento celebrado entre a Administradora e a Instituição Líder, por meio do qual a Administradora contratou a Instituição Líder para distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação.
Contrato de Gestão	Contrato celebrado entre a Administradora, na qualidade de representante do Fundo, e a Gestora, em que foram estabelecidos os poderes da Gestora e seus deveres e obrigações para gerir os Direitos Creditórios Adquiridos, Outros Ativos e demais valores mobiliários constantes da carteira do Fundo.
Convênio de Cobrança	“Convênio de Cobrança e Outras Avenças” celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Agente de Cobrança, com interveniência do Custodiante, que regula a prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos.
Cotas	Em conjunto ou isoladamente, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo, as quais correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, resgatáveis somente por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização.

Cotas do Lote Adicional	Cotas adicionais emitidas nas mesmas condições e preços das Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03, a critério da Administradora, em número máximo de 140.000 (cento e quarenta mil) Cotas Seniores da 3ª Série, acrescentando à quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertada número de Cotas equivalente a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar.
Cotas do Lote Suplementar	Cotas suplementares emitidas com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, em número máximo de 105.000 (cento e cinco mil) Cotas Seniores da 3ª Série, acrescentando à quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertada número de Cotas equivalente a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Adicional. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pelo Fundo à Instituição Líder, nos termos do artigo 24, <i>caput</i> , da Instrução CVM nº 400/03, e poderá ser exercida pela Instituição Líder a seu exclusivo critério.
Cotas Seniores	As Cotas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. As Cotas Seniores poderão ser emitidas em diversas Séries.
Cotas Seniores em Circulação	As Cotas Seniores emitidas em qualquer Oferta, que não tenham sido objeto de resgate.
Cotas Subordinadas	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas em Circulação	As Cotas Subordinadas emitidas, que não tenham sido objeto de resgate.
Cotista	O titular de Cota.

Crédito Pessoal com Garantia	Empréstimo pessoal concedido pela Cedente ao Devedor, garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Veículos Pesados, representados por contratos ou por cédulas de crédito bancário.
CrITÉrios de Elegibilidade	As características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante previamente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, ou sua sucessora a qualquer título.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Data em que o Fundo efetua a amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série.
Data de Aquisição e Pagamento	Data em que o Fundo efetua o pagamento à Cedente pela aquisição de Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional ou por meio de integralização de Cotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Cessão.
Data de Integralização Inicial	Dia Útil em que os recursos ou ativos decorrentes da primeira subscrição e integralização de Cotas de determinada Série ou das Cotas Subordinadas são colocados pelos investidores à disposição do Fundo.
Devedor(es)	Pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), devedora(s) dos Direitos Creditórios Adquiridos.
DI	Depósitos Interfinanceiros.
Dia Útil	Qualquer dia que não sábado, domingo ou feriados de âmbito nacional ou na cidade de São Paulo e/ou Rio de Janeiro.
Direitos Creditórios	Créditos do segmento financeiro, originados e de titularidade da Cedente, oriundos de Financiamentos e Crédito Pessoal com Garantia, garantidos por alienação fiduciária de veículos, celebrados entre a Cedente e seus clientes, os Devedores, na forma de CCB.

Direitos Creditórios Adquiridos ou Direitos Creditórios do Fundo	Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.
Diretor Designado	O diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela respectiva prestação de informações.
Disponibilidades	Compreendem: (a) caixa; (b) depósitos bancários à vista; (c) numerário em trânsito; e (d) Outros Ativos, exceto o Cap de Taxa de Juros.
Documentos Acessórios	São aqueles compreendidos por: (a) ficha cadastral original do Devedor; (b) cópia simples do comprovante de residência do Devedor; (c) cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Cédula de Carteira de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Devedor; e (d) cópia simples do DUT do veículo dado em garantia.
Documentos Comprobatórios	Constituem a documentação comprobatória dos Direitos Creditórios, sendo os seguintes documentos: cédulas de crédito bancário e seus respectivos aditivos, se houver, em original, todos emitidos, preenchidos e assinados.
Documentos da Securitização	Em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão e o Contrato de Custódia.
Eventos de Avaliação	Eventos cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a fim de deliberar se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação Antecipada	Aqueles definidos no Regulamento, cuja ocorrência enseja o início dos procedimentos de liquidação do Fundo.
Financiamento	Financiamento de Motocicletas, Veículos Leves ou Veículos Pesados concedido pela Cedente a seus clientes, os Devedores, representado por contrato ou por CCB.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.

Fundo	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II.
Fundo Omni III	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – III, inscrito no CNPJ sob o nº 08.203.825/0001-15 e administrado pela Administradora.
Gestora	Oliveira Trust Servicer S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 02.150.453/0001-20, que assumirá as funções de gestora, podendo, no entanto, a critério da Assembleia Geral ser substituída por empresa devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários.
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Atraso	Índice de controle do atraso dos pagamentos da carteira de Direitos Creditórios Adquiridos, calculado pela Gestora, conforme disposto na seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto, sob o título “Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso” (“Direitos Creditórios – Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso”), e cuja variação excepcional pode ensejar um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.
Índice de Liquidez	O valor apurado mensalmente pela Administradora, para cada evento de Amortização Programada e/ou resgate de cada Série de Cotas Seniores em Circulação, mediante a aplicação da fórmula exposta na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Reservas e Índices”, sob o título “Reserva de Caixa e Índice de Liquidez” (“Cotas do Fundo – Reservas e Índices – Reserva de Caixa e Índice de Liquidez”).
Índice de Perda Acumulada da Carteira	Índice de controle da inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Adquiridos, calculado pela Gestora, conforme disposto na seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto, sob o título “Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso” (“Direitos Creditórios – Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso”), e cuja variação excepcional pode ensejar um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

Instituição Líder	Banco Ourinvest S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, SL, 1º e 2º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 78.632.767/0001-20.
Instituições Autorizadas	(a) Banco do Brasil S.A.; (b) Banco Bradesco S.A.; (c) Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.; (d) Banco Santander (Brasil) S.A.; (e) Banco Safra S.A.; (f) Banco Citibank S.A.; (g) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (h) Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão; ou (i) outras instituições que tenham ou venham a ter classificação de risco equivalente pela Agência Classificadora de Risco.
Instrução CVM nº 356/01	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 400/03	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 489/11	Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, e suas alterações posteriores.
Investidor Qualificado	Conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas.
IR	Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
<i>Loan to Value</i>	Índice calculado pela Cedente através da divisão do valor do saldo em aberto do Direito Creditório Adquirido, incluindo juros acumulados, se houver, na data de apuração, pelo valor do respectivo veículo alienado fiduciariamente, que será aquele informado pela Cedente no momento da aquisição, pelo Fundo, do Direito Creditório Adquirido em questão.
Motocicletas	Motocicletas, as quais podem ser dadas em alienação fiduciária em garantia dos Financiamentos.
Oferta	A presente distribuição pública de Cotas.

Outros Ativos	Os ativos financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do Regulamento, bem como o Cap de Taxa de Juros.
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo.
Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas	Volume mínimo de Cotas Subordinadas que devem ser subscritas e integralizadas em determinada data em que forem subscritas e integralizadas Cotas Seniores. Esse valor será equivalente ao produto da multiplicação de 42,86% (quarenta e dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) pelo valor das Cotas Seniores subscritas e integralizadas em tal data.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Preço de Aquisição	Valor a ser pago pelo Fundo à Cedente pelos Direitos Creditórios Adquiridos, calculado pela Cedente por meio da aplicação da Taxa de Desconto ao valor de face dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.
RAET	Regime de Administração Especial Temporária.
Regulamento	O regulamento do Fundo.
Relação Diária	Relação, apurada diariamente pela Gestora, em que o numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Cotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador é o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos.
Reserva de Caixa	A reserva estabelecida na forma prevista na seção Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Reservas e Índices”, sob o título “Reserva de Caixa e Índice de Liquidez” (“Cotas do Fundo – Reservas e Índices – Reserva de Caixa e Índice de Liquidez”) para cálculo da quantidade mínima necessária de Disponibilidades e Direitos Creditórios a serem mantidos pelo Fundo.
SELIC	Sistema de Liquidação e Custódia.
SERASA	Serasa S.A., sociedade que, dentre outras atividades, realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do SPC.

Série	Série de Cotas Seniores, cujas características constarão no respectivo Suplemento.
SLA	Manual Operacional do Custodiante, formalizado entre a Administradora, a Cedente e o Custodiante.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
Somafix	O Mercado de Balcão Organizado de Renda Fixa administrado pela BM&FBOVESPA.
Suplemento	Documento, cujo modelo consta do Anexo V do Regulamento, que contém as características, incluindo os valores e datas das Amortizações Programadas e/ou das amortizações integrais e a remuneração da respectiva Série de Cotas Seniores, que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo.
Tabela Molicar	Tabela de referência para valores de veículos utilizada pela Cedente, confeccionada pela Molicar, empresa especializada no levantamento de preços de veículos, em que é disponibilizada a cotação para o comércio e financiamento de veículos, mostrando o valor de mercado do modelo básico de cada veículo e o fator de ajuste sugerido para adequá-los aos opcionais instalados e região geográfica.
Taxa de Administração	Remuneração a ser paga à Administradora pelos serviços de administração do Fundo.
Taxa de Desconto	Valor a ser deduzido do valor de face dos Direitos Creditórios, para fins de cálculo do respectivo Preço de Aquisição, calculado conforme o Contrato de Cessão.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Adesão	O termo de adesão ao Regulamento e de ciência de risco.
Veículos Leves	Automóveis e utilitários, os quais podem ser dados em alienação fiduciária em garantia dos Financiamentos e de Crédito Pessoal com Garantia.

Veículos Pesados

Caminhões, ônibus, carretas e utilitários pesados, utilizados tanto para transporte de carga quanto de passageiro, os quais podem ser dados em alienação fiduciária em garantia dos Financiamentos e de Crédito Pessoal com Garantia.

Verificação de Carteira

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, e trimestralmente, no que diz respeito exclusivamente aos Direitos Creditórios inadimplidos ou objeto de recompra, nos termos do Contrato de Cessão.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DA CEDENTE, DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO

Instituição Líder	<p>Banco Ourinvest S.A. Avenida Paulista, nº 1.728, sobreloja, 1º e 2º andares São Paulo – SP At.: José Carlos Leme da Silva Telefone: (55 11) 4081-4444 Fax: (55 11) 4081-4566 E-mail: ofertaspublicas@ourinvest.com.br www.ourinvest.com.br Ouvidoria Telefone: 0800-6034444 E-mail: ouvidoria@ourinvest.com.br</p>
Cedente e Agente de Cobrança	<p>Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505 São Paulo – SP At.: Maurício Tsuboi Telefone: (11) 3365-3530 Fax: (11) 3365-3500 (ramal 2414) E-mail: mauricio.tsuboi@omni.com.br www.omni.com.br</p>
Administradora	<p>Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca Rio de Janeiro – RJ At.: Sr. Alexandre Lodi Telefone: (21) 3514-0000 Fax: (21) 3514-0099 E-mail: alexandre.lodi@oliveiratrust.com.br / ger1.fundos@oliveiratrust.com.br www.oliveiratrust.com.br</p>
Gestora	<p>Oliveira Trust Servicer S.A. Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca Rio de Janeiro – RJ At.: Sr. Alexandre Lodi Telefone: (21) 3514-0000 Fax: (21) 3514-0099 E-mail: alexandre.lodi@oliveiratrust.com.br / ger1.fundos@oliveiratrust.com.br / gestao@oliveiratrust.com.br www.oliveiratrust.com.br</p>
Custodiante e Escriturador das Cotas	<p>Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares 04538-132 – São Paulo – SP At.: Sr. Renato Cury Telefone: (11) 2113-5819 Fax: (11) 2113-5170 E-mail: clientservices.sao@list.db.com www.db.com/brazil/</p>

Consultor Legal	Perlman Vidigal Godoy Advogados Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1306, 6º andar 01451-914 – São Paulo – SP At.: Sr. Rubens Vidigal Neto Telefone: (11) 3093-8333 Fax: (11) 3093-8330 E-mail: rubens@pvg.com.br www.pvg.com.br
Auditor Independente	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Rua Alexandre Dumas, nº 1.981 04717-906 – São Paulo – SP At.: Sr. Marcelo Teixeira Telefone: (11) 5186-1701 Fax: (11) 5186-1333 Correio eletrônico: marceloteixeira@deloitte.com www.deloitte.com/br
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings do Brasil Ltda. Alameda Santos, nº 700, 7º andar 01418-100 – São Paulo – SP At.: Sr. Kleber Oliveira Telefone: (11) 4504-2600 Fax: (11) 4504-2601 E-mail: monitoramento.sp@fitchratings.com www.fitchratings.com.br
Entidade Reguladora	Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares, Centro Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br
Mercado de Negociação Primária e Secundária	CETIP S.A. – Mercados Organizados Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar São Paulo – SP Telefones: (11) 3111-1400 / 2138-1400 Fax: (11) 3111-1563 ou Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Centro 20031-919 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2276-7474 Fax: (21) 2276-7435 www.cetip.com.br

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E DA ADMINISTRADORA

A Instituição Líder, por meio de seu diretor responsável, Sr. José Carlos Leme da Silva, nos termos do artigo 56, §1º e §5º, da Instrução CVM nº 400/03, declara que tomou todas as cautelas e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) todas as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Instituição Líder declara também que o presente Prospecto: (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas Seniores da 3ª Série, do Fundo, dos riscos relacionados ao Fundo e de quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

A Administradora, por meio de seu diretor responsável, Sr. Alexandre Lodi, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, considerando que determinados documentos e informações foram disponibilizados à Administradora pela Cedente, pelo Custodiante e/ou pela Instituição Líder, declara que: (a) este Prospecto: (1) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (2) contém as informações relevantes sobre a Oferta, as Cotas Seniores da 3ª Série, o Fundo e suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores da 3ª Série, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

Versões assinadas das declarações acima podem ser encontradas no Anexo IV deste Prospecto.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA

O presente capítulo contém informações sobre a Oferta. Para informações adicionais e mais completas, veja as seções “Características do Fundo” e “Cotas do Fundo” abaixo.

Fundo	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II.
Forma de Constituição	Condomínio fechado.
Regime de Distribuição	Nos termos da Instrução CVM nº 400/03, com melhores esforços.
Cedente	Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito oriundos de Financiamentos e/ou Crédito Pessoal com Garantia, garantidos por alienação fiduciária de veículos, celebrados entre a Cedente e os Devedores.
Volume de Emissão e Valor Unitário das Cotas Seniores da 3ª Série	Emissão de no máximo 700.000 (setecentas mil) Cotas Seniores da 3ª Série com valor unitário de R\$100,00 (cem reais), perfazendo o volume total de emissão de no máximo R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais).
Montante Mínimo da Oferta	Poderá haver distribuição parcial das Cotas Seniores da 3ª Série, sendo que o saldo não efetivamente subscrito e integralizado será cancelado pela Administradora ao final do prazo de colocação desta Oferta. Não há quantidade mínima de Cotas Seniores da 3ª Série a serem distribuídas.
Valor Mínimo de Aplicação Inicial em Cotas Seniores da 3ª Série	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Valor Mínimo de Aplicações Subsequentes em Cotas Seniores da 3ª Série	Não há.
Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série	A partir da Data de Integralização Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série, cada Cota Sênior da 3ª Série terá seu valor unitário calculado todo Dia Útil, nos termos previstos na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Valorização das Cotas”, sob o título “Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série” (“Cotas do Fundo – Valorização das Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série”) deste Prospecto.
Amortização Programada das Cotas Seniores da 3ª Série	As Amortizações Programadas das Cotas Seniores da 3ª Série serão realizadas de acordo com o disposto no respectivo Suplemento e na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, sob o título “Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série” (“Cotas do Fundo - Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série”) deste Prospecto. As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores da 3ª Série, ressalvadas as amortizações extraordinárias das Cotas Subordinadas previstas na mesma seção.

Prazo de Duração do Fundo	O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos. O Fundo somente poderá ser liquidado ao término de seu prazo de duração ou nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento.
Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série	As Cotas Seniores da 3ª Série somente serão resgatadas ao término do prazo de 48 (quarenta e oito meses) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Integralização Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série, ou seja, na última data prevista para a Amortização Programada das Cotas Seniores da 3ª Série, ou em virtude de sua liquidação do Fundo.
Publicações	Todas as publicações mencionadas neste Prospecto e no Regulamento serão realizadas no jornal “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Destinação dos Recursos	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas Seniores da 3ª Série serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios. A parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios poderá ser mantida em moeda corrente nacional ou livremente aplicada nos Outros Ativos, a saber: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (b) títulos de emissão do Bacen; ou (c) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) pelos títulos referidos nos itens (a) e (b) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (a) e (b) acima, contratadas com Instituições Autorizadas.
Mercado onde as Cotas Seniores da 3ª Série serão negociadas	As Cotas Seniores da 3ª Série serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – SF, administrados e operacionalizados pela CETIP. A critério da Administradora, as Cotas Seniores da 3ª Série poderão ser registradas para negociação secundária no Bovespafix e/ou no Somafix.
Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 3ª Série	AA-(bra), conferida pela Agência Classificadora de Risco
Público Alvo	Investidores Qualificados, conforme definidos neste Prospecto.

CONDIÇÕES DA OFERTA

Informações Relativas à Oferta

Oferta

As Cotas Seniores da 3ª Série serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/03. A Oferta será conduzida pela Instituição Líder.

Autorização da Emissão das Cotas Seniores da 3ª Série

A emissão das Cotas Seniores da 3ª Série foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 26 de novembro de 2013, cuja ata foi registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2013, sob o nº 1044235.

Registro da Oferta

A Oferta das Cotas Seniores da 3ª Série foi registrada na CVM em 16 de janeiro de 2014, sob o nº CVM/SRE/RFD/2014/001, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e da Instrução CVM nº 400/03. A prorrogação do prazo da Oferta das Cotas Seniores da 3ª Série por 6 (seis) meses adicionais foi autorizada pela CVM em 18 de agosto de 2014, nos termos do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 186/2014.

Quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série

A Oferta compreende o total de, no máximo, 700.000 (setecentas mil) Cotas Seniores da 3ª Série.

Valor de Emissão das Cotas Seniores da 3ª Série

O valor de emissão das Cotas Seniores da 3ª Série foi fixado em R\$100,00 (cem reais) por cota, na Data de Integralização Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série, totalizando o montante de, no mínimo, R\$100,00 (cem reais) e, no máximo, R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 3ª Série estão descritos na subseção “Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 3ª Série” abaixo.

Será possível a colocação de Cotas do Lote Suplementar e de Cotas do Lote Adicional.

Destinação dos recursos

Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas Seniores da 3ª Série serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios oriundos dos Financiamentos e Créditos Pessoais com Garantia celebrados entre a Cedente e os Devedores. A parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios poderá ser mantida em moeda corrente nacional ou livremente aplicada nos Outros Ativos, conforme estabelecido na seção “Características do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Política de Investimento”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo” (“Características do Fundo – Política de Investimento – Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”).

Público Alvo

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas Seniores da 3ª Série. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Qualificados os investidores qualificados assim definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, que considera como investidores qualificados:

- (a) instituições financeiras;
- (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;

- (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- (d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- (e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- (f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Qualificados outros investidores eventualmente autorizados pela regulamentação aplicável a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

O Fundo visa a atingir Investidores Qualificados, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos de rentabilidade condizente com a meta de rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à política de investimento do Fundo e a ausência de liquidez decorrente do prazo das Cotas Seniores da 3ª Série. **O investimento em Cotas Seniores da 3ª Série é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.**

Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série

A Instituição Líder colocará publicamente junto aos Investidores Qualificados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços, até 700.000 (setecentas mil) Cotas Seniores da 3ª Série, no valor total de até R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na Data de Integralização Inicial das Cotas da 3ª Série.

A quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertada poderá, a critério da Instituição Líder, ser acrescida das Cotas do Lote Suplementar e das Cotas do Lote Adicional.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- (a) iniciada a Oferta e durante todo o prazo de colocação, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas Seniores da 3ª Série à Instituição Líder; a subscrição das Cotas Seniores da 3ª Série será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- (b) a colocação será pública, realizada em mercado de balcão organizado, por meio da CETIP, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- (c) a colocação visará exclusivamente a Investidores Qualificados;
- (d) a integralização das Cotas Seniores da 3ª Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de assinatura do respectivo boletim de subscrição;
- (e) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 3ª Série;
- (f) em observância ao artigo 55 da Instrução CVM nº 400/03, caso, durante o procedimento de distribuição, seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série ofertadas, será vedada a colocação de Cotas Seniores da 3ª Série junto a Investidores Qualificados que sejam controladores ou administradores da Instituição Líder ou da Administradora (inclusive seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, seus descendentes ou seus colaterais até o 2º grau), sendo as intenções de investimento apresentadas por esses Investidores Qualificados automaticamente desconsideradas pela Instituição Líder; e

- (g) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

Para fins do disposto acima, a Instituição Líder poderá subcontratar, por sua conta e risco, outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para realizar a distribuição das Cotas do Fundo.

O Fundo autorizou a Instituição Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo a Instituição Líder assegurar: (a) que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo; e (b) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

Nº	Evento	Data*
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	20 de dezembro de 2013
2.	Disponibilização do Prospecto no site da Administradora e da Instituição Líder	20 de dezembro de 2013
3.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	16 de janeiro de 2014
4.	Publicação do Anúncio de Início	17 de janeiro de 2014
5.	Data máxima para publicação do Anúncio de Encerramento	13 de janeiro de 2015

**Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Instituição Líder.*

Melhores Esforços

A Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.

Início e encerramento da distribuição

A colocação das Cotas Seniores da 3ª Série somente terá início após:

- (a) o registro da Oferta na CVM;
- (b) a publicação do Anúncio de Início; e
- (c) a divulgação deste Prospecto aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 3ª Série deverá ser efetuada inicialmente no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início, podendo o referido prazo ser prorrogado mediante autorização da CVM. A Oferta será encerrada: (a) ao término do prazo de colocação, incluindo eventual prorrogação; (b) com a colocação da totalidade das Cotas Seniores 3ª Série; ou (c) por decisão da Instituição Líder, observado o disposto abaixo a respeito da distribuição parcial.

Poderá haver distribuição parcial das Cotas Seniores da 3ª Série, sendo que o saldo não efetivamente subscrito e integralizado será cancelado pela Administradora. O funcionamento do Fundo não está condicionado à distribuição de quantidade mínima de Cotas Seniores da 3ª Série. Na hipótese da distribuição parcial das Cotas Seniores da 3ª Série prevista acima, não haverá captação de recursos por meio de fontes alternativas.

No caso de distribuição parcial das Cotas Seniores da 3ª Série, conforme artigo 31 da Instrução CVM nº 400/03, o subscritor poderá:

- (a) restituir ao Fundo o montante total de Cotas Seniores da 3ª Série subscrito, em contrapartida à devolução integral dos valores investidos;
- (b) manter a totalidade de Cotas Seniores da 3ª Série subscritas, informando, inclusive, o montante mínimo de Cotas Seniores da 3ª Série que deverá ser distribuído para exercício da opção prevista nesta alínea (b);
- (c) manter a quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série equivalente à proporção entre o total de Cotas Seniores da 3ª Série efetivamente distribuído e o total de Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertado.

Entendem-se efetivamente distribuídas todas as Cotas Seniores da 3ª Série integralizadas, inclusive aquelas sujeitas às condições acima.

Todas as restituições ao subscritor serão realizadas acrescidas dos rendimentos líquidos apurados no período.

A quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertada poderá ser acrescida das Cotas do Lote Adicional sem a necessidade de novo pedido ou de modificação dos termos da Oferta.

Caso opte por distribuir Cotas do Lote Suplementar, a Instituição Líder informará à CVM, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do exercício de tal opção, a data do respectivo exercício e a quantidade de Cotas Seniores da 3ª Série envolvidos.

Após o encerramento da Oferta deverá ser publicado Anúncio de Encerramento.

Frise-se que a Instituição Líder deverá suspender a Oferta a qualquer momento na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes da Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores serão publicados no jornal "Monitor Mercantil", publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do Regulamento, alterar o jornal utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução CVM nº 400/03, em seus artigos 25 a 27. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso no mesmo jornal utilizado para a publicação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, a Instituição Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, incluindo, mas não se limitando, em caso de rescisão do Contrato de Distribuição. Neste caso, o Fundo deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 3ª Série subscritas: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta.

Caso a Oferta não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 3ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, e deduzidos os encargos e tributos devidos.

Para as restituições referidas acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação aos investidores ou da publicação do aviso ao mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 3ª Série

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 3ª Série devem contatar a Instituição Líder e tomar as providências por ele definidas.

As Cotas Seniores da 3ª Série serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Integralização Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série a ser determinada pela Administradora. Na subscrição de Cotas Seniores da 3ª Série que ocorrer em dia diferente da Data de Integralização Inicial das Cotas Seniores da 3ª Série, (a) caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora até as 16 (dezesseis) horas, será utilizado o valor da Cota Sênior da 3ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; (b) caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora após as 16 (dezesseis) horas, será utilizado o valor da Cota Sênior da 3ª Série no Dia Útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos. Para fins do cálculo do valor da Cota referido nos subitens acima, será utilizado o valor de fechamento da Cota do Dia Útil correspondente.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 3ª Série emitidas, não havendo requisitos de dispersão das Cotas Seniores da 3ª Série.

Por ocasião da subscrição de Cotas Seniores da 3ª Série, o investidor deverá assinar um boletim de subscrição, bem como atestar por escrito que aderiu aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Adesão ao Regulamento, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado. No ato de subscrição, o investidor deverá indicar, se for o caso, o representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá ao investidor informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

As Cotas Seniores da 3ª Série somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

O valor inicial unitário das Cotas Seniores da 3ª Série será de R\$100,00 (cem reais).

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 3ª Série a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação inicial das Cotas Seniores da 3ª Série é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por investidor, sem prejuízo de outros limites previstos na regulamentação pertinente. Não há montante mínimo para as aplicações subsequentes em Cotas Seniores da 3ª Série.

Distribuição e Negociação das Cotas Seniores da 3ª Série

As Cotas Seniores da 3ª Série serão registradas, para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no SF – Módulo de Fundos, mantidos e operacionalizados pela CETIP.

Sem prejuízo do disposto acima, a critério da Administradora, as Cotas Seniores da 3ª Série poderão ser registradas para negociação secundária no Bovespafix e/ou no Somafix.

Caberá à Administradora, no caso de distribuição primária, e aos eventuais intermediários, no caso de negociação das Cotas Seniores da 3ª Série no mercado secundário, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 3ª Série, observado que o investidor será responsável pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas Seniores da 3ª Série.

Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série

A meta de rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série será apurada, todo Dia Útil, nos termos previstos na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Valorização das Cotas”, sob o título “Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série” (“Cotas do Fundo – Valorização das Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série”).

Demonstrativo do Custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissões de estruturação e de colocação das Cotas Seniores da 3ª Série	1.400.000,00	2,0000%
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,1184%
Agência Classificadora de Risco	45.000,00	0,0643%
Assessores legais	100.000,00	0,1429%
CETIP	400,00	0,0006%
ANBIMA	2.860,00	0,0041%
Impressões, publicações e material publicitário	40.000,00	0,0571%
Total	1.671.130,00	2,3873%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	1.671.130,00
Número máximo de Cotas Seniores da 3ª Série	700.000
Custo da Oferta por Cota Sênior da 3ª Série	R\$2,39
Custo percentual unitário de Cota Sênior da 3ª Série	2,3873%

**Os custos relativos às comissões de estruturação e de colocação das Cotas Seniores da 3ª Série serão direta e integralmente arcados pela Cedente.*

***As despesas de registro da Oferta na CVM serão direta e integralmente arcadas pelo Fundo.*

**** As despesas relativas aos assessores legais serão direta e integralmente arcadas pela Instituição Líder.*

*****As demais despesas listadas na tabela acima serão arcadas pela Cedente e Instituição Líder.*

FATORES DE RISCO

Sobre os Fatores de Risco

Os investimentos no Fundo apresentam riscos, notadamente aqueles abaixo indicados. Mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor, não podendo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e os demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação ou perda de valor dos Direitos Creditórios do Fundo e dos Outros Ativos, pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos, ou por eventuais prejuízos incorridos pelo investidor quando da amortização ou resgate das Cotas Seniores da 3ª Série, nos termos do Regulamento. O investidor, antes de adquirir Cotas Seniores da 3ª Série, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

O investidor, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente dos riscos de seu investimento, e expressar sua concordância em ainda assim realizá-lo, por meio de assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento.

Riscos de Mercado

Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores da 3ª Série pode ter como parâmetro taxas diferentes daquelas utilizadas para os Direitos Creditórios. Se essas taxas se elevarem substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores da 3ª Série. A Cedente, o Custodiante, a Gestora, o Fundo e a Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade ao investidor.

Rentabilidade dos Outros Ativos Inferior ao Benchmark das Cotas Seniores da 3ª Série

A parcela do Patrimônio Líquido não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos. No entanto, os Outros Ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à taxa utilizada como parâmetro de remuneração das Cotas Seniores da 3ª Série, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores da 3ª Série. Nessa hipótese, os titulares de Cotas Seniores da 3ª Série poderão ter a rentabilidade de suas cotas afetadas negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem a Cedente, nem o Custodiante, nem a Gestora nem a Administradora prometem ou asseguram rentabilidade ao investidor.

Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo estão sujeitos a oscilações e poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas em geral, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores aos da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série poderá ser afetada negativamente.

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como: (a) alterações nas taxas de juros; (b) alterações na legislação e regulamentação aplicáveis ao crédito consignado; (c) alterações na política fiscal; (d) especulação sobre eventuais atos futuros do governo; e (e) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas Seniores da 3ª Série e na liquidação dos Direitos Creditórios Adquiridos.

Riscos de Crédito

Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou da Cedente. Igualmente, nem o Fundo nem a Administradora ou a Gestora prometem ou asseguram ao investidor qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas Seniores da 3ª Série. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Inadimplência dos Devedores

Caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Devedores dos Direitos Creditórios Adquiridos, a rentabilidade da carteira do Fundo dependerá prioritariamente da cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos pelo Agente de Cobrança e/ou da execução das respectivas garantias. Na hipótese de referida cobrança não ser bem sucedida e/ou não ser possível executar as garantias ou o preço obtido na venda dos veículos ser insuficiente para cobrir a dívida com o Fundo, a rentabilidade das Cotas poderá ser afetada negativamente.

Inadimplência dos Emissores e/ou devedores dos Outros Ativos

A parcela do Patrimônio Líquido não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos, conforme especificados na política de investimento descrita na seção “Características do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Política de Investimento”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo” (“Características do Fundo – Política de Investimento – Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”). Os Outros Ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores e/ou devedores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série.

Risco de Pré-Pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos

Os Devedores dos Direitos Creditórios Adquiridos poderão liquidar antecipadamente os montantes devidos nos termos dos respectivos Financiamentos ou Crédito Pessoal com Garantia. O pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos antes de seu vencimento pode impactar o Fundo de forma adversa, na medida em que o valor efetivamente pré-pago pelo Devedor pode não corresponder ao montante originalmente esperado, afetando a rentabilidade do Fundo.

Risco de Concentração em Títulos Públicos

Com relação à parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios originados e cedidos pela Cedente, é permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, diretamente ou indiretamente através de aplicação em cotas de fundos de investimento, ativos emitidos pelo Tesouro Nacional, ou emitidos pelo Bacen. Se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Bacen não honrar seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série.

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos ao investidor. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como alteração adversa das taxas de juros e/ou dos índices de inflação, baixos índices de crescimento econômico, aumento do preço dos combustíveis, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Adquiridos, provocando perdas patrimoniais ao investidor.

Venda dos Veículos objeto de alienação fiduciária

Os Direitos Creditórios Adquiridos são oriundos de Financiamentos e Crédito Pessoal com Garantia e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. O registro da alienação fiduciária dos veículos dados em garantia, porém, permanece em nome da Cedente, sendo que a efetiva transferência ao Fundo somente ocorrerá nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão, caso o Fundo decida executar qualquer dessas garantias sem a intermediação da Cedente. Caso seja necessária a execução do Devedor, é possível que a transferência da titularidade do registro da alienação fiduciária do veículo para o nome do Fundo, quando necessária, demore mais do que o esperado, o que pode dificultar ou mesmo impedir a execução da garantia. Se isso ocorrer, o patrimônio do Fundo poderá ser reduzido, afetando negativamente o rendimento das Cotas Seniores da 3ª Série.

Risco de Originação – Modificação de Créditos por Decisão Judicial

Os Direitos Creditórios Adquiridos são oriundos de Financiamentos e de Crédito Pessoal com Garantia, que podem eventualmente ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Adquiridos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

Risco de Liquidez

Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo o investidor avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

Falta de Liquidez dos Outros Ativos

A parcela do Patrimônio Líquido não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor e/ou devedor), o que poderia, eventualmente, afetar os pagamentos de amortização e/ou resgate ao investidor, afetando a liquidez esperada de suas Cotas Seniores da 3ª Série.

Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas Seniores da 3ª Série somente serão resgatadas ao término do prazo de duração estabelecido no Suplemento ou em virtude da liquidação do Fundo. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto: (a) por ocasião das Amortizações Programadas ou eventuais; ou (b) por meio da alienação de suas Cotas Seniores da 3ª Série no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas Seniores da 3ª Série ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Administradora, da Gestora, da Cedente ou do Custodiante em relação à possibilidade de venda das Cotas Seniores da 3ª Série no mercado secundário, preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

Liquidação Antecipada

As Cotas Seniores da 3ª Série serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no Suplemento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação do Fundo, previstos na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Liquidação do Fundo”, sob os títulos “Eventos de Avaliação” e “Eventos de Liquidação Antecipada” (“Cotas do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação / Eventos de Liquidação Antecipada”). Assim, há a possibilidade de os titulares das Cotas Seniores da 3ª Série receberem valores antecipadamente, eventualmente inferiores aos esperados.

Observância da Reserva de Caixa Não Constitui Garantia de Pagamento

O Fundo deve observar uma Reserva de Caixa, de modo que detenha ativos (Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos) com liquidez ou vencimento em data compatível e suficientes para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores da 3ª Série, nos termos da seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Reservas e Índices”, sob o título “Reserva de Caixa e Índice de Liquidez” (“Cotas do Fundo – Reservas e Índices – Reserva de Caixa e Índice de Liquidez”). No entanto, é possível que eventualmente o Fundo não consiga cumprir a Reserva de Caixa. É também possível que, não obstante a devida observância da Reserva de Caixa, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a Reserva de Caixa não constitui garantia de pagamento das Amortizações Programadas de Cotas Seniores da 3ª Série.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado em algumas hipóteses específicas tais como aquelas previstas na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Liquidação do Fundo”, sob os títulos “Eventos de Avaliação” e “Eventos de Liquidação Antecipada” (“Cotas do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação / Eventos de Liquidação Antecipada”). Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento ao investidor. Neste caso, (a) o investidor poderia ter suas Cotas Seniores da 3ª Série resgatadas em Direitos Creditórios Adquiridos, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada para as Cotas Seniores da 3ª Série; ou (b) o resgate das Cotas Seniores da 3ª Série ficaria condicionado: (1) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Adquiridos; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o Patrimônio Líquido. Nessas situações, o investidor pode sofrer prejuízos patrimoniais.

Riscos Operacionais

Falhas ou Interrupção da Prestação de Serviços do Agente de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores, o que pode levar a perdas patrimoniais e à queda da rentabilidade do Fundo.

Risco de Descontinuidade

Liquidação Antecipada

O Fundo poderá ser liquidado por diversas razões, contempladas na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Liquidação do Fundo”, sob os títulos “Eventos de Avaliação” e “Eventos de Liquidação Antecipada” (“Cotas do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação / Eventos de Liquidação Antecipada”). Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento ao investidor (o que não é garantido pela Administradora, Gestora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros), é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu as Cotas Seniores da 3ª Série.

Recebimento Antecipado de Valores

A amortização das Cotas Seniores da 3ª Série dar-se-á na forma estabelecida no Suplemento. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como a amortização compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas Seniores da 3ª Série receberem valores de forma antecipada, o que eventualmente pode frustrar a expectativa inicial do investidor. Ademais, ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, pode não haver recursos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de os Direitos Creditórios Adquiridos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (a) os Cotistas teriam suas Cotas Seniores da 3ª Série resgatadas em Direitos Creditórios Adquiridos; ou (b) o pagamento do resgate das Cotas Seniores da 3ª Série ficaria condicionado (1) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios do Fundo a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

Observância da Alocação Mínima

O Fundo deve adquirir preponderantemente Direitos Creditórios. Entretanto, não há garantia de que a Cedente conseguirá ou desejará originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazer frente aos níveis mínimos exigidos de alocação de recursos do Fundo em Direitos Creditórios. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios.

Riscos da Cedente

Descumprimento do Contrato de Cessão

Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, a Cedente cederá Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez e se desenquadre em relação às exigências de alocação de recursos em Direitos Creditórios. Essa hipótese poderia levar prejuízos ao Fundo ou até a sua liquidação antecipada.

Adicionalmente, nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a seu critério, declarar resilida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia à Cedente, inclusive na hipótese de pagamento do Preço de Aquisição por meio da subscrição de Cotas Subordinadas, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão de todo e qualquer contrato de Financiamento ou de Crédito Pessoal com Garantia, cujo(s) respectivo(s) Direito(s) Creditório(s) atenda(m) a pelo menos uma das condições resolutivas da cessão previstas no Contrato de Cessão (incluindo, mas não se limitando a, não confirmação, pelo Agente de Armazenamento, da disponibilização pela Cedente dos Documentos Comprobatórios, em até 7 (sete) Dias Úteis a contar da respectiva Data de Aquisição e Pagamento). Nesses casos, a Cedente deverá restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Administradora informar à Cedente a decisão pela resolução da cessão,

o Preço de Aquisição referente aos Direitos Creditórios cuja cessão estiver sendo resilida, atualizado pro rata temporis desde a respectiva Data de Aquisição e Pagamento até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a mesma taxa de desconto utilizada quando da cessão, descontando os valores efetivamente recebidos pelo Fundo referentes aos Direitos Creditórios objeto da condição resolutiva da cessão. Caso a Cedente descumpra sua obrigação de restituição do Preço de Aquisição, conforme descrita no Contrato de Cessão, o Fundo poderá manter, em sua carteira, Direitos Creditórios com relação aos quais tenha se verificado o atendimento de uma ou mais condições resolutivas da cessão, tendo seus procedimentos de cobrança, por exemplo, dificultados, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos e Crédito Pessoal com Garantia e devem necessariamente respeitar os parâmetros da Política de Investimento, bem como atender aos Critérios de Elegibilidade. Na hipótese de, por qualquer motivo, (a) deixarem de ocorrer tais empréstimos e financiamentos; e/ou (b) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento aqui descrita, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo.

Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente

A intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento do percentual da alocação mínima, levando à liquidação do Fundo, o que pode não atender aos interesses do Cotista.

Recompra Facultativa

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente poderá realizar a recompra facultativa dos Direitos Creditórios Adquiridos, inclusive inadimplidos. O exercício de tal faculdade poderá dificultar a determinação do perfil da carteira do Fundo e, conseqüentemente, do risco de crédito a que o Fundo está sujeito, o que pode acarretar distorção na apuração do desempenho dos Direitos Creditórios do Fundo. Por outro lado, caso não ocorra tal recompra facultativa, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, uma parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série ou mesmo causar perdas ao Patrimônio Líquido.

Outros Riscos

Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios

Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- (a) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- (b) fraude de execução, caso (1) quando da cessão, a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (2) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- (c) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Risco Proveniente do Uso de Derivativos

O Fundo contratará operações de Cap de Taxa de Juros, que consistem em negócios em mercados de derivativos, tendo como contrapartes as Instituições Autorizadas, com o objetivo exclusivo de proteger a carteira do Fundo contra oscilações das taxas de juros. A realização de tais operações pelo Fundo pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que podem representar perdas patrimoniais ao Fundo, e consequentemente aos Cotistas, mas referidas perdas patrimoniais estarão limitadas ao valor do prêmio a ser pago pela contratação do Cap de Taxa de Juros.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração de sua carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Risco de Fungibilidade – Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento

Na hipótese de intervenção no Agente de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios poderia ser interrompido e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderia sofrer perdas e a rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série poderia ser afetada negativamente.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

O Custodiante será fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel próprio ou em imóvel de terceiro subcontratado. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Custodiante, ou por qualquer instituição subcontratada por este para prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios, poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança de créditos inadimplidos dos respectivos Devedores pelo Agente de Cobrança, podendo gerar perdas ao Fundo e, consequentemente, ao Cotista.

Entrega dos Documentos Comprobatórios pela Cedente

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente obriga-se a transferir os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos ao Agente de Armazenamento, na forma e em local previamente informado pelo Custodiante, em até 7 (sete) Dias Úteis após cada Data de Aquisição e Pagamento. Na hipótese de a Cedente não entregar ao referido Agente de Armazenamento os Documentos Comprobatórios, a cessão dos Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios não tiverem sido entregues será resilida de pleno direito, observado o disposto no Contrato de Cessão. Assim, é possível que nem todos os Direitos Creditórios ofertados e aprovados, nos termos do Regulamento, permaneçam na carteira do Fundo após a respectiva Data de Aquisição e Pagamento.

Ausência de Notificação aos Devedores

Os Devedores não serão notificados da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, exceto nos casos previstos no Contrato de Cessão. Assim, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Pagamentos feitos a terceiros que não o Fundo, sem o subsequente repasse, ou repassados com atraso, afetariam negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série.

Risco de Originação – Registro dos Termos de Cessão

Nos termos da seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto, na subseção “Características dos Direitos Creditórios”, sob o título “Cessão dos Direitos Creditórios” (“Direitos Creditórios – Características dos Direitos Creditórios – Cessão dos Direitos Creditórios”), caberá à Administradora registrar cada um dos termos de cessão, dentro de 15 (quinze) dias consecutivos contados a partir da data de assinatura correspondente, nos cartórios competentes, nos termos do Regulamento, correndo todos os custos e despesas por conta do Fundo. Na hipótese de descumprimento do prazo disposto acima para fins de registro dos respectivos termos de cessão, poderá haver ineficácia perante terceiros com relação às respectivas cessões.

Risco de Originação – Vícios Questionáveis

Os Direitos Creditórios Adquiridos são originados de contratos celebrados entre a Cedente e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios Adquiridos pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Ausência de Coobrigação da Cedente

A Cedente, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos ou pela solvência dos Devedores. A Cedente é somente responsável, na Data de Aquisição e Pagamento, pela existência, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos, de acordo com o previsto no Regulamento e no Contrato de Cessão. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderá haver impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

Dação em Pagamento com Direitos Creditórios

No caso de liquidação do Fundo em que a Assembleia Geral deliberar o resgate das Cotas Seniores da 3ª Série mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos, os titulares de Cotas Seniores da 3ª Série poderão encontrar dificuldades para: (a) negociar os Direitos Creditórios Adquiridos recebidos; e/ou (b) cobrar os Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos.

Inexistência de Rendimento Predeterminado

As Cotas Seniores da 3ª Série serão valorizadas todo Dia Útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo aqui descritos. Tais critérios visam a definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores da 3ª Série na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas Seniores da 3ª Série e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade ao investidor. Portanto, somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

Perecimento ou Roubo do Veículo Objeto do Financiamento

Para a concessão dos empréstimos e financiamentos, exige-se a constituição de alienação fiduciária sobre veículo, em garantia da dívida, mas não se exige que o veículo dado em garantia tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios Adquiridos cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série.

Dificuldades na execução dos Direitos Creditórios Inadimplidos e das respectivas Garantias

Os Direitos Creditórios Adquiridos são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Havendo inadimplemento, os Devedores poderão ser executados judicialmente. É possível que o veículo que garanta a dívida não seja encontrado ou ainda que, caso encontrado, o preço obtido na venda seja insuficiente para cobrir o débito com o Fundo. Nesses casos, ainda restaria ao Fundo executar o restante do patrimônio do Devedor, o que, além de demorado, mostra-se, na maioria dos casos, pouco eficiente. Em virtude do disposto acima, o patrimônio do Fundo poderia ser afetado negativamente.

Situação financeira dos Devedores e sua Deterioração

A concessão de empréstimos e financiamentos é precedida de verificação de registros de inadimplência relativos aos tomadores de empréstimos no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, Serasa e outras entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito. É possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período entre a concessão do empréstimo ou financiamento e a efetiva cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios Adquiridos dele originados ou ainda que a análise realizada não seja suficiente para o adequado diagnóstico da real situação de crédito do Devedor. Como não se faz nova análise da situação financeira do Devedor previamente à cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, é possível que o Fundo venha a adquirir Direitos Creditórios de Devedores cuja situação financeira esteja deteriorada. A eventual inadimplência de tais Devedores pode levar à redução da rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série.

Risco de Originação – Diminuição do Nível de Atividades da Cedente

A Cedente também aliena Direitos Creditórios ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni – VI, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos VII, e poderá vir a alienar Direitos Creditórios a outros fundos de investimentos ou terceiros. Caso a Cedente não seja capaz de manter o nível atual de geração de Direitos Creditórios, é possível que deixe de existir Direitos Creditórios em volume suficiente para aquisição pelo Fundo, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade de suas Cotas Seniores da 3ª Série e eventualmente levar à sua liquidação.

Risco de Originação – Prioridade e Preferência entre os Fundos

Não há qualquer tipo de prioridade ou preferência para aquisição de direitos creditórios entre os fundos para os quais a Cedente cede Direitos Creditórios. Nesse sentido, na hipótese de diminuição do nível das atividades da Cedente a ponto de comprometer significativamente o volume de originação de Direitos Creditórios, a distribuição dos Direitos Creditórios entre os fundos ocorrerá de acordo com a discricionariedade da Cedente. Como resultado, caso a redução do volume de originação leve a Cedente a reduzir o volume de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo de tal forma que comprometa os níveis mínimos de composição e diversificação de sua carteira, é possível que o Fundo tenha que ser liquidado. Adicionalmente, é possível que durante o período de redução do percentual de Direitos Creditórios em sua carteira, o Fundo não encontre ativos passíveis de investimento com rentabilidade equivalente àquela proporcionada pelos Direitos Creditórios, o que pode se refletir em efeitos negativos no patrimônio do Fundo e na rentabilidade de suas Cotas Seniores da 3ª Série.

Intervenção ou Liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de que os recursos ali depositados sejam bloqueados e somente por via judicial possam ser recuperados ao Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Cotas ou Séries. Na hipótese de emissão de novas Cotas ou Séries, não será assegurado direito de preferência aos Cotistas, o que poderia gerar diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas das classes ou Séries que já estejam em circulação na ocasião.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Denominação

O Fundo denomina-se “Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II”.

Base Legal e Classificação ANBIMA

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e pela Instrução CVM nº 356/01.

O Fundo é classificado pela ANBIMA como FIDC Financeiro – Financiamento de Veículos.

Objeto

O Fundo tem por objetivo proporcionar rentabilidade aos seus Cotistas conforme os parâmetros e índices estabelecidos em Suplementos e no Regulamento. O Fundo busca atingir esse objetivo prioritariamente por meio da aquisição Direitos Creditórios, nos termos de sua Política de Investimento e com a aplicação da Taxa de Desconto definida no Contrato de Cessão e prevista na seção “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto, sob o título “Contrato de Cessão” (“Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”).

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos ou em caso de liquidação do Fundo.

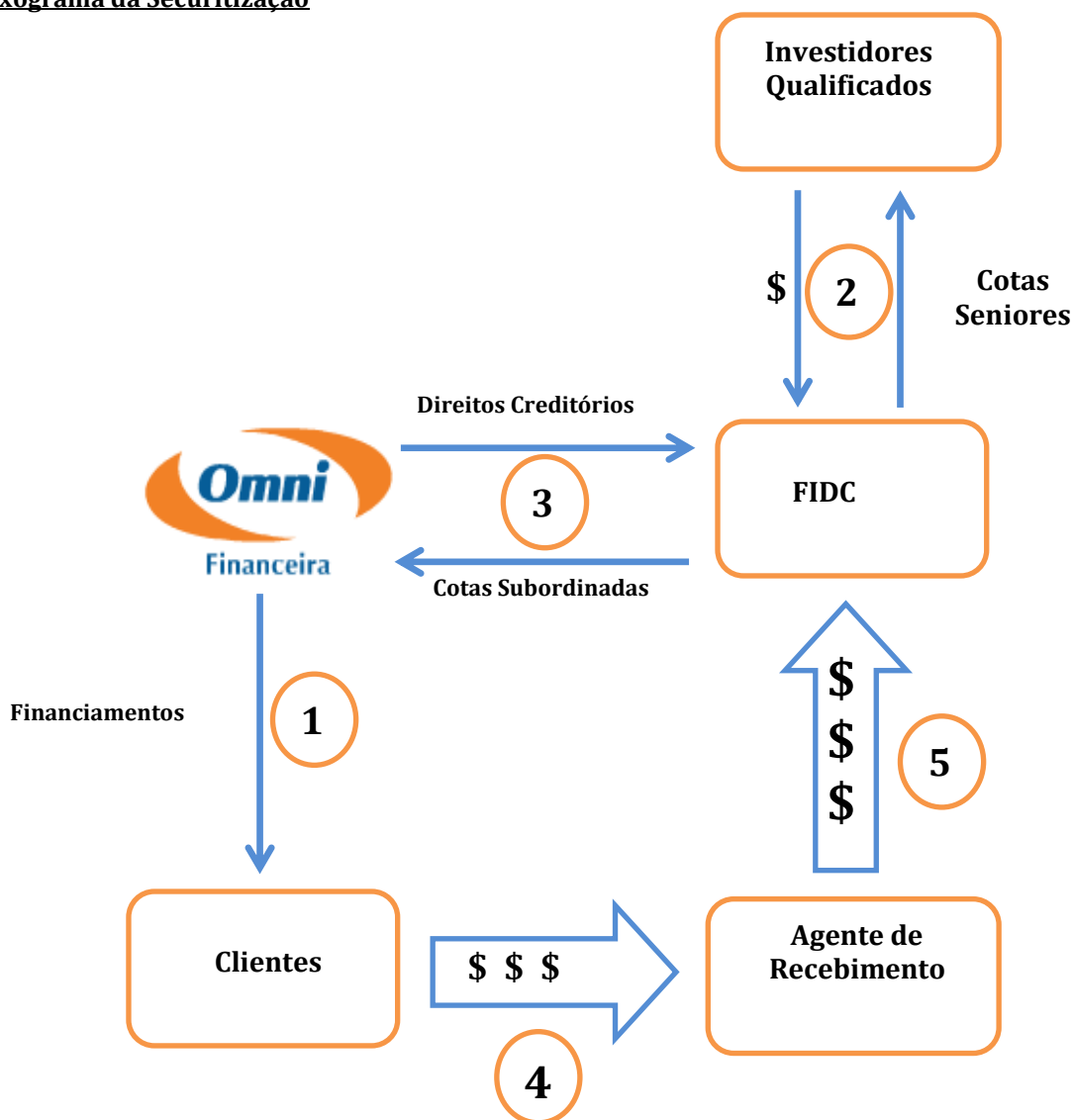
Prazo de Duração

O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos.

Objetivo de Investimento

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios. Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, após o pagamento dos encargos, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas, tendo como parâmetro as taxas e índices previstos nos respectivos Suplementos.

Fluxograma da Securitização



1. A Cedente concede financiamentos a Devedores, constituindo Direitos Creditórios.
2. O Fundo capta recursos por meio da emissão e subsequente subscrição e integralização de suas Cotas pelos Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire, em caráter definitivo, Direitos Creditórios utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima. A Cedente e a Instituição Líder subscrevem Cotas Subordinadas.
4. Os Devedores realizam o pagamento dos financiamentos tomados junto à rede bancária.
5. O Agente de Recebimento recebe, em conta de titularidade do Fundo, os valores decorrentes dos Direitos Creditórios Adquiridos.

Política de Investimento

Composição e Diversificação da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo estão sujeitos à política de investimento e aos requisitos de composição e de diversificação da carteira estabelecidos neste Prospecto, no Regulamento e na legislação aplicável. A composição da carteira de Direitos Creditórios do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos Critérios de Elegibilidade previstos abaixo.

O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

A parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios originados e cedidos pela Cedente, poderá ser mantida em moeda corrente nacional, ou livremente aplicada nos Outros Ativos, a saber:

- (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (b) títulos de emissão do Bacen; e
- (c) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) pelos títulos referidos nos itens (a) e (b) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (a) e (b) acima, contratadas com Instituições Autorizadas.

O Fundo não poderá contratar quaisquer operações para a composição de sua carteira em que figurem como contrapartes a própria Administradora, a Gestora, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora ou da Gestora.

Para fins do disposto no Regulamento e neste Prospecto, a aquisição de cotas de fundos de investimento, nos termos do item (c), acima, administrados ou geridos pela Administradora, pela Gestora ou por empresas integrantes do grupo societário ou econômico dessas empresas estará limitada a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido, nos termos da regulamentação em vigor.

Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM.

A Cedente, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos nem pela solvência dos Devedores. A Cedente é responsável, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Adquiridos, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Devedores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, sem prejuízo das obrigações assumidas pela Administradora, pela Gestora e pelo Custodiante nos Documentos da Securitização.

Semanalmente, o Fundo deverá obter cotações e, observado o disposto na cláusula 10.10 e no Anexo VII do Regulamento, contratar o Cap de Taxa de Juros com as Instituições Autorizadas. Exceto pelas operações relativas ao Cap de Taxa de Juros, o Fundo não poderá realizar outras operações em mercados de derivativos.

Adicionalmente, é vedado ao Fundo realizar operações de renda variável, exceto no que se refere ao Cap de Taxa de Juros.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados acima serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Aplicação em Direitos Creditórios

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade.

O Fundo, em cada aquisição de Direitos Creditórios, pagará à Cedente um Preço de Aquisição, que será equivalente ao valor de face dos Direitos Creditórios deduzido da Taxa de Desconto, prevista na seção “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto, sob o título “Contrato de Cessão” (“Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”).

Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (a) na sua respectiva Data de Aquisição e Pagamento, não possuírem data de vencimento posterior à data de encerramento da última Série de Cotas Seniores emitida e em circulação;
- (b) na sua respectiva Data de Aquisição e Pagamento, não se encontrar o Devedor do respectivo Direito Creditório inadimplente no cumprimento de suas obrigações perante o Fundo, ou seja, não apresentar parcelas vencidas para o Fundo;
- (c) na data de oferta dos Direitos Creditórios ao Fundo, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios do Fundo contra um mesmo Devedor não poderá ser superior ao menor dos seguintes valores contábeis: (1) R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); ou (2) o equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (d) na data de oferta dos Direitos Creditórios ao Fundo, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo cuja garantia seja de um mesmo segmento deverá respeitar os seguintes limites máximos de concentração:
 - (1) motocicletas: 15%;
 - (2) veículos leves: 80%; e
 - (3) veículos pesados: 35%.
- (e) na sua respectiva Data de Aquisição e Pagamento, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios Adquiridos cuja garantia seja de um mesmo segmento deverá respeitar os seguintes limites mínimos de concentração, que deverá ser observado com relação à carteira de Direitos Creditórios:

- (1) motocicletas: 5%
- (2) veículos leves: 50%;
- (3) veículos pesados: 15%.

Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá ao Custodiante a verificação do atendimento dos Critérios de Elegibilidade previamente a cada cessão. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento e nos demais Documentos da Operação cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

Todas as informações que venham a ser encaminhadas pela Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados pela Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato previamente estabelecido pelo Custodiante.

Observados os termos e as condições do Regulamento e deste Prospecto, a verificação, pelo Custodiante, do atendimento dos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.

O desenquadramento, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, a qualquer Critério de Elegibilidade por qualquer Direito Creditório adquirido pelo Fundo, não obrigará a sua alienação pelo Fundo, nem dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra a Cedente, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Direitos Creditórios Elegíveis

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM nº 356/01 e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, as características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são descritas e apresentadas na seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto, sob o título “Características dos Direitos Creditórios” (“Direitos Creditórios – Características dos Direitos Creditórios”).

Após a cessão dos Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, os serviços de cobrança escritural dos carnês e boletos de pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos serão prestados pelo Agente de Recebimento, que, em nome do Fundo, efetuará a cobrança ordinária e o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios Adquiridos, depositando os valores recebidos na conta corrente de titularidade do Fundo.

Os serviços de cobrança dos Devedores que não efetuarem o pagamento dos Direitos Creditórios do Fundo nas respectivas datas de vencimento serão prestados pelo Agente de Cobrança, em nome do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Anexo IV do Regulamento, mediante a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais. O Agente de Cobrança adotará, na cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos, os mesmos procedimentos utilizados na cobrança de direitos de crédito da Cedente.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

A Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias, nos termos do artigo 20 e seguintes do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento. A Gestora exercerá o direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante do Fundo, no melhor interesse dos Cotistas e de acordo com seus deveres fiduciários, envidando seus melhores esforços para votar favoravelmente às deliberações em entenda sejam benéficas ou agreguem valor para os Cotistas. O inteiro teor da política de exercício do direito de voto da Gestora encontra-se disponível para consulta no seguinte site: http://www.oliveiratrust.com.br/sites/fundos/portal.php5?item1=Sites_da_OT&item2=Gestao%20de%20Fundos (clique em “Política de Voto”).

A Gestora deste Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, processo decisório e quais são as matérias relevantes e obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam aos seus titulares os direitos de voto.

Gerenciamento de Riscos

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora de colocar em prática a política de investimento delineada na seção “Política de Investimento” deste Prospecto, acima, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e/ou a Gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Ordem de Aplicação dos Recursos

A Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo na seguinte ordem:

- (a) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, previstos na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Informações Complementares”, sob o título “Despesas e Encargos do Fundo” (“Cotas do Fundo – Informações Complementares – Despesas e Encargos do Fundo”) e na legislação aplicável;
- (b) no pagamento do saldo remanescente de qualquer Amortização Programada de qualquer mês calendário anterior das Cotas Seniores em Circulação, se houver, observados os termos da seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, sob o título “Amortização e Resgate das Cotas da 3ª Série” (“Cotas do Fundo – Amortização e Resgate das Cotas da 3ª Série”);
- (c) na amortização das Cotas Seniores da 3ª Série, observados os termos da seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, sob o título “Amortização e Resgate das Cotas da 3ª Série” (“Cotas do Fundo – Amortização e Resgate das Cotas da 3ª Série”);
- (d) no reenquadramento da Reserva de Caixa;
- (e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
- (f) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os termos previstos na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, sob o título “Amortização e Resgate das Cotas Subordinadas” (“Cotas do Fundo – Amortização e Resgate das Cotas Subordinadas”).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

O Fundo possui Cotas Seniores e Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas são as que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do respectivo prazo, ou ainda por decisão da Assembleia Geral.

As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares junto ao Custodiante. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em seu nome.

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas.

Classes de Cotas

As Cotas serão de classes distintas, sendo: (a) 1 (uma) classe de Cotas Seniores, as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Ofertas; e (b) 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas.

Cotas Seniores

O Fundo poderá emitir diversas Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Ofertas.

As Cotas Seniores não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas se subordinam às Cotas Seniores, para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas em Direitos Creditórios.

As Cotas Subordinadas serão colocadas privadamente, sendo vedada a prática de qualquer ato de distribuição pública. As Cotas Subordinadas somente poderão ser mantidas pela Cedente, pela Instituição Líder ou por pessoas que integrem o grupo societário ou econômico da Cedente ou da Instituição Líder, o que inclui, exemplificativamente: (a) sociedades controladas pela Cedente ou pela Instituição Líder ou a eles coligadas; (b) controladores, sócios dos controladores ou acionistas da Cedente ou da Instituição Líder; e (c) sociedades sob controle comum dos controladores da Instituição Líder ou da Cedente.

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 3ª Série

As amortizações das Cotas Seniores da 3ª Série serão realizadas em 7 (sete) parcelas iguais de principal no 5º (quinto) Dia Útil de cada um dos seguintes meses contados a partir do mês da Data de Integralização Inicial: 12º (décimo segundo) mês, 18º (décimo oitavo) mês, 24º (vigésimo quarto) mês, 30º (trigésimo) mês, 36º (trigésimo sexto) mês, 42º (quadragésimo segundo) mês e 48º (quadragésimo oitavo) mês, e serão calculadas nos termos abaixo ("Data de Amortização"):

$$AMT = \left(\frac{100,0000000}{7} \right)$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota Sênior da 3ª Série na Data de Amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Amortização.

$$VFA = AMT \times NC$$

Sendo:

VFA = Valor financeiro de cada uma das 7 (sete) amortizações da 3ª Série na Data de Amortização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento, na Data de Amortização; e

NC = Número de Cotas emitidas da 3ª Série.

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as amortizações que venham a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal das Cotas Seniores da 3ª Série. Somente após a amortização integral de montante correspondente ao valor do principal das Cotas Seniores da 3ª Série é que o valor referente à valorização dessas cotas será, na última Data de Amortização, integralmente amortizado.

As Cotas Seniores deverão ser resgatadas na última Data de Amortização, que corresponde à data do término de duração das Cotas Seniores da 3ª Série, pelo seu respectivo valor contábil.

Caso a última Data de Amortização não seja um Dia Útil, as Cotas Seniores serão resgatadas no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

Os titulares das Cotas Seniores não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Amortização e Resgate das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores, ressalvadas as amortizações extraordinárias das Cotas Subordinadas previstas nos parágrafos abaixo.

Após o encerramento da primeira oferta de Cotas Seniores, por solicitação expressa e por escrito dos Cotistas subordinados, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas anteriormente às Cotas Seniores, desde que: (a) o valor da totalidade das Cotas Subordinadas seja superior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido; (b) tal amortização, considerando-se *pro forma*, não faça com que esse percentual se torne inferior a 30% (trinta por cento). Em qualquer hipótese, a amortização das Cotas Subordinadas em determinado mês somente poderá ocorrer após a conclusão da amortização das Cotas Seniores previstas para aquele mês.

Adicionalmente ao disposto acima, as amortizações de Cotas Subordinadas somente poderão ser realizadas após a verificação, pela Administradora: (a) da constituição das provisões exigidas no Regulamento e previstas neste Prospecto; e (b) de que não está em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

Mesmo que sejam observados os requisitos indicados nos itens acima, a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, desde que de forma justificada, não realizar ou interromper imediatamente a amortização de Cotas Subordinadas caso entenda que essa amortização possa comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Cotas Seniores.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembleia Geral.

No caso de amortização de Cotas Subordinadas, ficará a critério da Administradora efetuar-la: (a) em dinheiro, observada a Reserva de Caixa; ou (b) mediante entrega de Direitos Creditórios.

Procedimentos de Integralização, Amortização e Resgate

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas. O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A integralização, a amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito – DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

As Cotas serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Admitir-se-á a integralização de Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou mediante a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, observados os termos e condições do Regulamento e o disposto no artigo 15 da Instrução CVM nº 356/01. As Cotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Nos casos de integralização das Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios, o valor de tais Direitos Creditórios será calculado (com deságio sobre seu valor de face) com base nos critérios de precificação previstos na seção “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto, sob o título “Contrato de Cessão” (“Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”).

O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Cotas em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, mediante entrega de Direitos Creditórios, observado que o valor destes será calculado com base nos respectivos valores contabilizados na carteira do Fundo. O pagamento das Cotas Seniores em Direitos Creditórios poderá ser feito exclusivamente na hipótese de liquidação do Fundo.

Com relação ao resgate, na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, as Cotas Seniores deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, de acordo com os mecanismos previstos na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, sob o título “Liquidação do Fundo” (“Cotas do Fundo – Liquidação do Fundo”) e observada a disponibilidade de caixa do Fundo. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios.

Como regra geral, as Cotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate de todas as Cotas Seniores em Circulação, em dinheiro ou em Direitos Creditórios. No entanto, poderão ser amortizadas extraordinariamente, conforme acima.

No resgate e nas amortizações será utilizado o valor da Cota em vigor no dia do respectivo pagamento, calculado conforme disposto na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, sob o título “Valorização das Cotas” (“Cotas do Fundo – Valorização das Cotas”), sendo que, nos casos de amortização, o valor da Cota será reduzido na medida do valor amortizado. Nesses termos, para efeitos de valorização, amortização e resgate de Cotas, será utilizado o valor da cota de abertura do dia da respectiva valorização, amortização ou resgate.

Se quaisquer resgates ou amortizações forem efetivados em dia que não seja Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos aos Cotistas no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo.

Registro para Distribuição e Negociação das Cotas

As Cotas Seniores da 3ª Série serão ofertadas publicamente nos termos da seção “Condições da Oferta” deste Prospecto, na subseção “Informações Relativas à Oferta”, sob o título “Distribuição e Negociação das Cotas Seniores da 3ª Série” (“Condições da Oferta – Informações Relativas à Oferta – Distribuição e Negociação das Cotas Seniores da 3ª Série”).

Classificação de Risco das Cotas Seniores da 3ª Série

As Cotas Seniores da 3ª Série obtiveram a classificação preliminar de risco AA-(bra) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência Classificadora de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco AA-(bra) significa que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Valorização das Cotas

A partir da Data de Integralização Inicial de cada Série, cada Cota Sênior terá seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nos itens (a) ou (b) a seguir:

- (a) valor da Cota Sênior apurado mediante aplicação da fórmula constante no respectivo Suplemento; ou
- (b) na hipótese de existir apenas uma Série em circulação, o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; na hipótese de existir mais de uma Série em circulação, o valor unitário das Cotas de cada Série deverá ser obtido pela: (1) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma das Séries, considerando-se eventuais amortizações, de forma a se definir a proporção do valor de cada uma delas em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar esta metodologia; (2) multiplicação da proporção definida para respectiva Série, nos termos do subitem (1) acima, pelo valor total do Patrimônio Líquido; e (3) divisão do resultado da multiplicação referida no subitem (2) acima, pelo número total de Cotas da respectiva Série.

Na hipótese de, após se passar a utilizar a forma de cálculo de valor das Cotas Seniores indicado no item (b) acima, o valor do Patrimônio Líquido passe a ser superior ao somatório do valor das Cotas Seniores de todas as Séries que estejam em circulação calculados a partir da Data de Integralização Inicial pelo parâmetro máximo de rentabilidade estabelecido nos respectivos Suplementos descontando-se eventuais amortizações, deverá se voltar a utilizar a forma de cálculo indicada no item (a) acima.

Na data em que, nos termos acima, se voltar a utilizar a forma de cálculo do valor das Cotas Seniores indicada no item (a), acima, o valor das Cotas Seniores de cada Série será equivalente ao obtido pela aplicação do parâmetro máximo de rentabilidade estabelecido nos respectivos Suplementos, descontando-se eventuais amortizações, desde a respectiva Data de Integralização Inicial.

A partir da Data de Integralização Inicial de Cotas Subordinadas, cada Cota Subordinada terá seu valor calculado, diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo tal valor equivalente ao valor do Patrimônio Líquido subtraído do somatório do valor atualizado da totalidade das Cotas Seniores em Circulação, calculado de acordo com o disposto acima, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em Circulação na ocasião.

As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo Dia Útil. A valorização das Cotas ocorrerá a partir do Dia Útil seguinte à Data de Integralização Inicial da respectiva Série e/ou classe, e a última valorização ocorrerá na data de resgate das Cotas. O valor da Cota será o da abertura do respectivo Dia Útil.

O procedimento de valorização das Cotas aqui estabelecido não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de valorização entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série

Desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim permita, as Cotas Seniores da 3ª Série, a partir da Data de Integralização Inicial, terão seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses previstas no Regulamento, resgate, calculado todo Dia Útil de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread\ n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

Sendo:

$VCSn_T$ = valor de cada Cota Sênior da 3ª Série calculado para a data “T”.

$VCSn_{T-1}$ = valor de cada Cota Sênior da 3ª Série no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”.

DI_{T-1} = Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis), referente ao Dia Útil anterior à data “T”.

$Spreadn$ = 2,85 (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos) ao ano, base 252 Dias Úteis.

Regras de Movimentação

Emissão e Distribuição de Cotas

Fica a critério da Administradora, desde que solicitado pela Cedente, a deliberação relativa a emissões e consequentes distribuições de Cotas Seniores, de qualquer Série, desde que:

- (a) não resulte no desenquadramento de qualquer dos itens mencionados abaixo; e
- (b) seja atestado, por escrito, pela Agência Classificadora de Risco que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação, se houver.

Sem prejuízo do disposto acima, a Administradora deverá elaborar e registrar Suplemento, devendo ser especificados os valores e datas das Amortizações Programadas e/ou das amortizações integrais e a remuneração da respectiva Série de Cotas Seniores.

É admitida a emissão e colocação de Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, a critério da Administradora.

Enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação: (a) a Reserva de Caixa e Índice de Liquidez, conforme definidas no Regulamento e na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, na subseção “Reservas e Índices”, sob o título “Reserva de Caixa e Índice de Liquidez” (“Cotas do Fundo – Reservas e Índices – Reserva de Caixa e Índice de Liquidez”), deverão ser observadas; (b) a Relação Diária deverá ser equivalente a, no máximo, 70% (setenta por cento); e (c) a Alocação de Investimento Mínima deverá ser observada.

Sujeito ao abaixo disposto, a cada nova subscrição e integralização de Cotas Seniores, o Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas, equivalente a 42,86% (quarenta e dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento), deverá ser observado.

Somente será permitida a não observância do Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas se, na data em que for realizada a subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, o percentual resultante da divisão do valor das Cotas Subordinadas e o Patrimônio Líquido for superior a 30% (trinta por cento), e desde que, após tal subscrição e integralização, tal percentual não seja reduzido para patamar inferior a 30% (trinta por cento).

Taxas

O Fundo estará sujeito ao pagamento de Taxa de Administração, a ser calculada nos termos da seção “Prestadores de Serviços”, sob o título “Remuneração da Administradora” (“Prestadores de Serviços – Remuneração da Administradora”).

O Fundo não cobrará taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

Reservas e Índices

Reserva de Caixa e Índice de Liquidez

O Fundo deverá observar uma Reserva de Caixa, a ser calculada diariamente pela Administradora e pela Gestora, de modo que detenha, de acordo com os parâmetros abaixo descritos, Disponibilidades e Direitos Creditórios em quantidade no mínimo suficiente para fazer frente à Amortização Programada em questão, conforme a fórmula abaixo:

$$RC = D_n + \frac{2}{3} DC_n$$

Onde:

RC = Reserva de Caixa, sendo

$$RC \geq AP_n;$$

AP_n = quantia a ser paga pelo Fundo na Amortização Programada de ordem n , utilizando-se para fins deste cálculo a média ponderada dos últimos parâmetros de remuneração de cada Série disponíveis até a data da Amortização Programada, considerando-se a proporção entre o valor das Séries em relação ao Patrimônio Líquido;

D_n = Quantia mínima a ser mantida pelo Fundo em Disponibilidades para atender a Reserva de Caixa para a Amortização Programada de ordem n , sendo

$$D_n = 0,10 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 45 \text{ dias}$$

$$D_n = 0,25 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 30 \text{ dias}$$

$$D_n = 0,50 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 15 \text{ dias}$$

$$D_n = 1,00 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 05 \text{ dias}$$

T_n = Data da Amortização Programada de ordem n ;

DC_n = Direitos Creditórios vencendo a partir da data de cálculo da Reserva de Caixa e até 5 (cinco) Dias Úteis antes da Amortização Programada de ordem n , a serem mantidos pelo Fundo para atender a Reserva de Caixa para a referida Amortização Programada de ordem n .

O Fundo deverá observar, adicionalmente, um Índice de Liquidez, calculado pela Administradora e pela Gestora, para cada evento de Amortização Programada e/ou amortização integral de cada Série de Cotas Seniores em Circulação, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$Dur_{(pass)} > Dur_{(at)}$$

Sendo:

$$Dur_{(pass)} = \sum_{k=1}^n \left[\frac{d_k * PMT_k}{PL} \right]$$

Onde:

$Dur_{(pass)}$	Duration do passivo, expressa em dias corridos;
PMT_k	Somatório das amortizações de principal a realizar em k ;
d_k	Quantidade de dias resultante da diferença entre k e a data de apuração;
PL	Patrimônio Líquido na data da apuração; e
$K=1,2,...n$	Períodos em que ocorrerão os pagamentos.

e,

$$Dur_{(at)} = \frac{\sum_{i=1}^n (d_i * PV_i) + OA}{VDC + OA}$$

Onde:

$Dur_{(at)}$	Duration do ativo, expressa em dias corridos;
PV_i	Somatório do valor presente dos títulos a serem liquidados em "i";
d_i	Quantidade de dias corridos resultante da diferença entre "i" e a data de apuração;
VDC	Somatório do valor presente dos direitos creditórios na data da apuração; e
$i=1,2,...n$	Períodos em que ocorrerão as liquidações dos títulos;
AO	Somatório do valor contábil dos Outros Ativos na data de apuração. Exclusivamente para fins de cálculo da duration do ativo, o prazo médio dos Outros Ativos será considerado como 1 (um) dia, por possuírem liquidez imediata.

A observância da Reserva de Caixa e do Índice de Liquidez, a serem verificados pela Administradora e pela Gestora, não constitui promessa ou garantia, por parte da Administradora ou da Gestora, de que haverá recursos suficientes para o pagamento aos Cotistas dos valores relativos às Amortizações Programadas.

Reenquadramento da Relação Diária, da Alocação de Investimento Mínima, Reserva de Caixa e Índice de Liquidez

A Administradora deverá enviar o Aviso de Desenquadramento à Cedente e à Instituição Líder, por meio de correspondência física ou correio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Relação Diária, à Alocação de Investimento Mínima, à Reserva de Caixa e/ou ao Índice de Liquidez.

A Cedente e a Instituição Líder poderão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Relação Diária, a Alocação de Investimento Mínima, a Reserva de Caixa e/ou o Índice de Liquidez, o qual será definido e informado pela Administradora. Nesse caso, a Cedente e a Instituição Líder não têm qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão-somente a faculdade de fazê-lo, o que deverá ser comunicado pela Cedente e pela Instituição Líder à Administradora impreterivelmente até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Até o restabelecimento da Relação Diária, nos termos previstos acima, o Fundo não poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Reserva de Despesas e Encargos

A Administradora deverá constituir reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Integralização Inicial até a liquidação do Fundo.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades a serem aplicadas em ativos de liquidez diária, observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado para 6 (seis) meses de atividade do mesmo, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a reserva deixar de atender ao limite de enquadramento descrito acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da reserva. A Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para 6 (seis) meses de atividade do mesmo.

O pagamento das despesas com prestadores de serviço não consideradas como encargos do Fundo poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo ao prestador de serviço, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil pelo Custodiante, mediante a utilização da metodologia abaixo referida para apuração do seu valor de mercado.

Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Bacen e os demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa integrantes da carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de precificação de ativos do Custodiante, disponibilizado na página da ANBIMA na rede mundial de computadores.

Os Direitos Creditórios Adquiridos terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a respectiva taxa de juros, observado o disposto na Instrução CVM nº 489/11. As provisões e as perdas com Direitos Creditórios Adquiridos serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM nº 489/11, observando-se que, passado o 1º (primeiro) ano de vigência do Fundo, será verificada semestralmente a perda histórica da carteira do Fundo com relação aos Direitos Creditórios Adquiridos, e o seu percentual será definido entre o maior valor apurado: (a) na comparação entre a referida perda histórica e os contratos com parcelas vencidas e não pagas; e (b) descontando-se a perda histórica verificada na data da aquisição. Estas informações serão apuradas pela Administradora e informadas ao Custodiante.

O Patrimônio Líquido é o valor das Disponibilidades, acrescida do valor da carteira e dos valores a receber, deduzidas as exigibilidades.

As Cotas da 3ª Série do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil pelo Custodiante nos termos descritos na seção “Cotas do Fundo” deste Prospecto, sob o título “Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série” (“Cotas do Fundo - Valorização das Cotas Seniores da 3ª Série”).

Assembleia Geral

Competência

É da competência privativa da Assembleia Geral:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (b) alterar o Regulamento, seus anexos e os Suplementos;
- (c) aprovar qualquer modificação das declarações previstas no item 12.1 (j) e (k) do Contrato de Cessão;
- (d) deliberar sobre a substituição da Administradora, da Gestora e do Custodiante;
- (e) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- (f) deliberar sobre a alteração dos Suplementos, desde que aprovada pela maioria dos Cotistas da respectiva Série;
- (g) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (h) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (i) deliberar sobre a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada;
- (j) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco e do Auditor Independente; e
- (k) alteração dos itens 21 e 22 do Regulamento (Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada, respectivamente) ou de quaisquer itens que alterem ou criem Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação Antecipada.

O Regulamento poderá ser alterado pela Administradora, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a comunicação dos Cotistas.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas, nos termos acima, a pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: (a) ser Cotista titular de Cotas Seniores ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas; (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele diretamente ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (c) não exercer cargo na Cedente.

Procedimento de Convocação

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, dos quais constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem nela tratados.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contando-se tal prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local da sede da Administradora, sendo que, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios ou as correspondências endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento e neste Prospecto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas detentores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas.

Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, e observado ainda o disposto abaixo.

Deverão ser aprovadas por Cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, as deliberações de que tratam os subitens (e) e (i) da subseção “Competência” acima, bem como a deliberação acerca da substituição da taxa utilizada para cálculo da remuneração de Cotas Seniores no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal.

Deverão ser aprovadas por Cotistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação as deliberações de que trata o subitem (k) da subseção “Competência”, acima.

As deliberações relativas às matérias previstas nos subitens (d), (g), (h) da subseção “Competência” acima serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Subordinadas as deliberações relativas a:

- (a) alteração de vantagens ou criação ou aumento de obrigações para as Cotas Subordinadas;
- (b) contratação de quaisquer terceiros pelo Fundo, exceto de nova gestora, novo agente de cobrança e de nova administradora;
- (c) alteração do item 10 do Regulamento (Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira), ou que afete a política de investimento do Fundo;
- (d) alteração do item 11 do Regulamento (Critérios de Elegibilidade), ou que altere as características dos Critérios de Elegibilidade;
- (e) alteração do Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas, da Relação Diária e/ou do item 14 do Regulamento (Valorização das Cotas);
- (f) alteração das Amortizações Programadas das Cotas Seniores, dos critérios para amortização de Cotas Subordinadas, bem como o parâmetros de remuneração das Cotas Seniores;
- (g) alteração do item 17 (Reenquadramento da Relação Diária, da Alocação de Investimento Mínima, Reserva de Caixa e Índice de Liquidez) do Regulamento;
- (h) alteração dos itens 15 (Amortização e do Resgate de Cotas) e 19 (Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo, Patrimônio Líquido e Cotas de cada Classe) do Regulamento ou os itens correspondentes dos Suplementos, se houver;
- (i) alteração do item 20 do Regulamento (Assembleia Geral), inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quóruns;
- (j) alteração dos itens 21 e 22 do Regulamento (Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada do Fundo, respectivamente), bem como criação ou alteração de Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação Antecipada;
- (k) alteração do item 23 do Regulamento (Encargos do Fundo), bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo, nos limites estabelecidos pela Instrução CVM nº 356/01;
- (l) aprovação dos procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios do Fundo;
- (m) alteração da metodologia de cálculo do Índice de Atraso, do Índice de Perda Acumulada e/ou do Anexo VI ao Regulamento (Metodologia de Cálculo do Índice de Atraso e do Índice de Perda Acumulada); e
- (n) alteração de qualquer dos Suplementos, ou quaisquer deliberações que afetem seu teor.

Poderão comparecer à Assembleia Geral, além dos Cotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sendo dispensada quando comparecerem à Assembleia Geral todos os Cotistas.

Liquidação do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) desenquadramento da Relação Diária sem seu restabelecimento no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento pela Cedente e pela Instituição Líder do Aviso de Desenquadramento;
- (b) verificação, com base no último Dia Útil do mês calendário, de que: (a) o Índice de Perda Acumulada da Carteira, calculado conforme a metodologia prevista na seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto, sob o título “Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso” (“Direitos Creditórios - Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso”), seja superior a (1) 7,00% (sete por cento), no primeiro ano de funcionamento do Fundo; (2) 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento), no segundo ano de funcionamento do Fundo; (3) 10,00% (dez por cento), no terceiro ano de funcionamento do Fundo; ou (4) 11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento), no quarto ano de funcionamento do Fundo e até sua liquidação; e/ou (b) o Índice de Atraso da carteira, calculado conforme a metodologia e os prazos iniciais constantes da seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto, sob o título “Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso” (“Direitos Creditórios - Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso”) e do Anexo VI do Regulamento:
 - (1) para a faixa de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias (F=60) seja superior a (i) 12% (doze por cento), nos 4 (quatro) primeiros meses de funcionamento do Fundo; e (ii) 15% (quinze por cento), após os 4 (quatro) primeiros meses de funcionamento do Fundo;
 - (2) para a faixa de 61 (sessenta e um) a 120 (cento e vinte) dias (F=120) seja superior a 10% (dez por cento); ou
 - (3) para a faixa de 121 (cento e vinte e um) a 180 (cento e oitenta) dias (F=180) seja superior a 8,5% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento);
- (c) rebaixamento da classificação de risco inicialmente conferida à qualquer Série de Cotas Seniores em dois níveis ou mais, conforme critério adotado pela Agência Classificadora de Risco, se houver;
- (d) descumprimento pelo Agente de Armazenamento, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, de suas obrigações definidas no contrato com o Fundo;
- (e) inobservância pelo Custodiante e/ou pela Cedente de suas obrigações previstas no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e no contrato com o Agente de Recebimento que não seja devidamente regularizado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da tomada de ciência do fato pela parte inadimplente;
- (f) não pagamento do valor integral de qualquer Amortização Programada das Cotas Seniores;

- (g) existência de evidência de que a Cedente tenha oferecido ao Fundo, dolosamente ou reiteradamente, Direitos Creditórios sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos pela Cedente;
- (h) descumprimento, por qualquer das partes, de qualquer declaração, garantia ou obrigação prevista no Contrato de Cessão, não sanado dentro do prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação que para tanto tiver sido enviada pela outra parte;
- (i) (1) troca do controle acionário da Cedente (excetuadas as transferências de ações entre os acionistas pertencentes ao bloco de controle da Cedente); ou (2) quaisquer outras deliberações societárias da Cedente (ou sua(s) controladora(s)) que possam afetar o cumprimento, pela Cedente, de qualquer de suas obrigações perante o Fundo, em todos os casos sem o prévio consentimento do Fundo;
- (j) não observância da Reserva de Caixa e/ou do Índice de Liquidez por 10 (dez) dias;
- (k) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo com relação (1) à Reserva de Caixa e Índice de Liquidez; (2) à Relação Diária equivalente a, no máximo, 70% (setenta por cento); e (3) à Alocação de Investimento Mínima;
- (l) protesto de título contra a Cedente de valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), sem sua sustação, quitação do título ou oposição de medida jurídica pertinente no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da tomada de conhecimento do fato;
- (m) não cumprimento de sentença em processo judicial, transitada em julgado, da Cedente, em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (n) ocorrência de qualquer evento de liquidação em qualquer veículo de securitização cujos Direitos Creditórios tenham sido originados e cedidos pela Cedente;
- (o) alteração da política de concessão de crédito da Cedente, descrita na seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto, na subseção “Características dos Direitos Creditórios”, sob o título “Política de Concessão de Crédito” (“Direitos Creditórios – Características dos Direitos Creditórios – Política de Concessão de Crédito”), que possa, a critério da Administradora, afetar o Fundo ou a originação de Direitos Creditórios a serem por ele adquiridos;
- (p) a ocorrência de eventos que afetem substancialmente ou impossibilitem a originação e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, exemplificativamente, na hipótese de a Cedente não ceder ao Fundo Direitos Creditórios livres e desembaraçados que represente, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (q) extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos no Regulamento para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou 15 (quinze) Dias Úteis alternados, neste último caso dentro de um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer tal evento, exceto se os Cotistas reunidos em Assembleia Geral por duas vezes consecutivas, chegarem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro; e
- (r) caso as irregularidades apontadas quando da Verificação de Carteira ultrapassem 10% (dez por cento) da amostra analisada, conforme metodologia descrita no Anexo II do Regulamento.

O cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso deverá ser realizado pela Administradora, com base nas informações fornecidas mensalmente pelo Custodiante.

A Administradora, após verificada a ocorrência dos Eventos de Avaliação, deverá tomar, simultaneamente, as seguintes providências:

- (a) dar ciência de tal fato aos Cotistas, convocando a Assembleia Geral, a fim de deliberar se deverão ser iniciados os procedimentos de liquidação do Fundo;
- (b) suspender, de imediato, o pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas; e
- (c) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Caso a Assembleia Geral referida acima decida pela liquidação do Fundo, deverão ser observadas as disposições pertinentes abaixo.

Eventos de Liquidação Antecipada

São Eventos de Liquidação Antecipada:

- (a) caso a Cedente tenha sua falência requerida e não apresente defesa, no prazo de 2 (dois) dias contados a partir da citação do deferimento, pelo juiz competente, do pedido de falência e, ainda, no caso de a Cedente sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou de Regime de Administração Especial Temporária – RAET;
- (b) a resolução, rescisão, resilição ou término, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão;
- (c) caso a Assembleia Geral não defina um sucessor para a Administradora ou Custodiante, conforme o caso;
- (d) não pagamento do valor integral das amortizações das Cotas Seniores no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas previstas; e
- (e) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada.

O Fundo será também liquidado na hipótese de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou 15 (quinze) Dias Úteis alternados, neste último caso dentro de um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer tal evento, exceto se os Cotistas reunidos em Assembleia Geral definirem um novo índice ou parâmetro.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, simultaneamente:

- (a) dar ciência de tal fato aos Cotistas, convocando a Assembleia Geral para confirmar a liquidação do Fundo, bem como para definir eventuais procedimentos adicionais a serem adotados;
- (b) suspender, de imediato, o pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas;
- (c) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e

- (d) após a ocorrência da Assembleia Geral referida no subitem (a) acima, iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

No curso dos procedimentos de liquidação do Fundo, as Cotas Seniores em Circulação deverão ser amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados os seguintes procedimentos:

- (a) até o pagamento integral das Cotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos Creditórios, ficarão suspensos a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas;
- (b) caso haja mais de uma Série em circulação, as Cotas de cada Série serão amortizadas concomitantemente, na mesma proporção do respectivo valor unitário;
- (c) a Administradora não adquirirá quaisquer Direitos Creditórios e deverá resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, adotando as medidas prudenciais necessárias para que o resgate ou alienação desses ativos não afete sua rentabilidade;
- (d) após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, todas as Disponibilidades diárias havidas com o recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos deverão ser única e exclusivamente destinadas para amortização e resgate das Cotas Seniores em Circulação;
- (e) quando o somatório dos valores creditados na conta corrente de titularidade do Fundo for equivalente a, no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a Administradora, diretamente ou por meio de seus agentes, alocará as respectivas verbas na amortização antecipada, total ou parcial, das Cotas Seniores; e
- (f) após a ocorrência da amortização integral das Cotas Seniores, e seu respectivo resgate, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover a amortização, total ou parcial, das Cotas Subordinadas.

Na hipótese de insuficiência de recursos em dinheiro para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Administradora poderá proceder ao resgate dessas Cotas por meio da dação em pagamento de Direitos Creditórios, a menos que outro modo seja decidido pela respectiva Assembleia Geral que deliberou a liquidação, nos termos e condições constantes do Regulamento e da regulamentação em vigor.

Será assegurado aos Cotistas dissidentes o direito de resgate antecipado das respectivas Cotas, pelo valor delas à época do resgate, observadas as condições de resgate estabelecidas no Regulamento, na hipótese de a Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo decidir pela não liquidação do Fundo. Para tanto, a manifestação da dissidência deve ser devidamente formalizada pelo Cotista até o encerramento da respectiva Assembleia Geral.

Na ocorrência da hipótese mencionada acima, caso o valor disponível no caixa do Fundo, somado ao valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos seja insuficiente para o resgate das Cotas dos Cotistas dissidentes, a Administradora deverá convocar nova Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de existência de Direitos Creditórios pendentes de vencimento, a Assembleia Geral poderá determinar que a Administradora adote os seguintes procedimentos:

- (a) aguardar os vencimentos dos Direitos Creditórios e seu pagamento pelos respectivos Devedores para que os valores sejam rateados entre os Cotistas;

- (b) ceder/vender os Direitos Creditórios a terceiros, inclusive à Cedente; e
- (c) entregar os Direitos Creditórios aos Cotistas para o pagamento dos seus haveres.

As Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios somente na hipótese de liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembleia Geral não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios e os Outros Ativos serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio. As frações ideais do condomínio serão atribuídas aos Cotistas de acordo com a proporção do valor de Cotas detida por cada um. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os Cotistas, (a) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; (b) informando a proporção de Direitos Creditórios e Outros Ativos a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha o maior participação. Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido acima, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil, a partir de quando a Administradora e o Custodiante desobrigar-se-ão de suas obrigações nos termos do Regulamento.

Informações Complementares

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) tributos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação em vigor;
- (c) com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas do Auditor Independente;
- (e) emolumentos de cartório e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;

- (i) remuneração do Agente de Cobrança;
- (j) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que as Cotas venham a ser negociadas;
- (k) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- (l) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

A Administradora deverá constituir reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Integralização Inicial até a liquidação do Fundo, nos termos previstos neste Prospecto e no Regulamento.

Política de Divulgação de Informações

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo do disposto em demais normas aplicáveis e no Regulamento, notadamente o disposto abaixo.

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- (a) a alteração da classificação de risco das Séries de Cotas de Cotas Seniores em Circulação, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- (b) a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do Fundo;
- (c) a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- (d) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas; e
- (e) qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação Antecipada.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em seu *website*, sua sede e dependências, informações sobre:

- (a) o número de Cotas de propriedade de cada um dos Cotistas e o seu respectivo valor;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Outros Ativos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Administradora disponibilizará diariamente em sua página na rede mundial de computadores, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas, as seguintes informações:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido;
- (b) o valor das Cotas de cada Série e/ou classe do Fundo;
- (c) a Relação Diária;
- (d) as rentabilidades acumuladas no respectivo mês e ano civil a que se referirem; e
- (e) os relatórios da Agência Classificadora de Risco, se houver.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “Monitor Mercantil”.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do Regulamento, alterar o jornal utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Atendimento aos Cotistas

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas Cotas, poderão ser obtidas junto à Instituição Líder, à Administradora e/ou à Gestora, em suas respectivas sedes, nos endereços abaixo informados. Para consulta ou obtenção de cópia deste Prospecto e do Regulamento, os investidores poderão dirigir-se à Administradora, à Gestora e à Instituição Líder, à CVM ou à CETIP, em suas respectivas sedes, ou acessar seus respectivos sítios eletrônicos:

Instituição Líder

Banco Ourinvest S.A.

Avenida Paulista, nº 1.728, SL, 1º e 2º andares, São Paulo – SP

Sítio eletrônico: www.ourinvest.com.br

Prospecto disponível em: www.ourinvest.com.br (acessar link “FIDC” na barra superior de produtos – logo abaixo das descrições, acessar o link com o nome do Fundo – abaixo da descrição, acessar o link “Clique aqui e veja os documentos disponíveis” para ter acesso à documentação).

Administradora

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Rio de Janeiro – RJ

Sítio eletrônico: www.oliveiratrust.com.br

Prospecto disponível em: www.oliveiratrust.com.br (acessar “Produtos e Serviços” – clicar em “Administração de Fundos” – no campo “Prospectos e Informativos”, clicar no nome do Fundo).

Gestora

Oliveira Trust Servicer S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Rio de Janeiro – RJ

Sítio eletrônico: www.oliveiratrust.com.br

Prospecto disponível em: www.oliveiratrust.com.br (acessar “Produtos e Serviços” – clicar em “Administração de Fundos” – no campo “Prospectos e Informativos”, clicar no nome do Fundo).

Entidade Reguladora

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ

Sítio eletrônico: www.cvm.gov.br

Prospecto disponível em: www.cvm.gov.br (acessar “Fundo de Investimento” – no primeiro campo, preencher com o nome do Fundo e clicar em “Continuar” – clicar no nome do Fundo – acessar “Documentos Eventuais” – no campo “Tipo de Documento”, selecionar “Prospecto Distribuição” – clicar em “Exemplar do Prospecto”).

Mercados de Negociação Primária e Secundária

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, São Paulo – SP

Sítio eletrônico: www.cetip.com.br

Prospecto disponível em: www.cetip.com.br (no campo “Comunicados e Documentos”, acessar “Prospectos” – no campo “Categoria do Documento”, selecionar “Cotas de Fundos Fechados” – no campo “Título”, preencher com o nome do Fundo – clicar em “Buscar” – clicar no nome do Fundo).

Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas para a sede do Cedente e da Instituição Líder, no endereço acima.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

Tributação Aplicável ao Fundo

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas, principalmente no que se refere à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) e ao Imposto de Renda (IR).

A incidência de tributos adicionais, bem como exceções às condições apresentadas nesta seção, pode existir, motivo pelo qual os investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações pela carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Tributação Aplicável aos Cotistas do Fundo

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável a operações de câmbio para ingresso de recursos para aplicação nos mercados financeiro e de capitais é, em regra, de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas tomará por base: (a) a residência dos Cotistas no Brasil ou no exterior; e (b) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (1) a cessão ou a alienação de Cotas; (2) o resgate de Cotas; e (3) a amortização de Cotas.

Cotistas Residentes no Brasil:

Cessão ou Alienação de Cotas

Os ganhos auferidos na cessão ou na alienação das Cotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor da alienação (a título de antecipação do Imposto de Renda de 15% (quinze por cento) mencionado acima).

Resgate das Cotas

Na situação de resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito. A carteira será avaliada como de longo ou curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (a) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (b) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (c) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e (d) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate e/ou a liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento).

Em um fundo fechado, como o Fundo, não há incidência do Imposto de Renda na fonte sob a sistemática do “come-cotas” semestral.

Não há garantia de que o Fundo receberá tratamento tributário de longo prazo.

Amortização de Cotas

No caso de amortização das Cotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada. A alíquota aplicável será determinada com base: (a) na classificação da carteira do Fundo como de curto ou de longo prazo; e (b) em função do prazo de investimento do Cotista, às alíquotas regressivas descritas acima.

A tributação da pessoa física é, nos termos da legislação em vigor, considerada definitiva (i.e., não é admitida a compensação do imposto retido com o imposto devido, calculado quando da elaboração da Declaração de Ajuste Anual).

A tributação da pessoa jurídica é, nos termos da legislação em vigor, considerada mera antecipação do imposto devido no encerramento de cada período de apuração, exceção feita às pessoas jurídicas optantes pelo Simples e isentas.

Cotistas Residentes no Exterior:

Aos Cotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade, sendo, portanto, considerado paraíso fiscal ("Paraíso Fiscal").

Cotistas Residentes no Exterior – Não Residentes em Paraíso Fiscal:

- (a) cessão ou alienação de Cotas: os ganhos auferidos na cessão ou na alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação;
- (b) resgate de Cotas: na situação de resgate das Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado à alíquota de 15% (quinze por cento); e
- (c) amortização de Cotas: no caso de amortização das Cotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

Cotistas Residentes no Exterior – Residentes em Paraíso Fiscal:

Os Cotistas residentes no exterior, em local considerado como Paraíso Fiscal, ou aqueles que não ingressaram recursos por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689/00, não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil, no que tange à tributação incidente sobre a amortização e o resgate das Cotas.

Os ganhos auferidos na cessão ou na alienação das Cotas: (a) em negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento); ou (b) em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado, exclusivamente por Cotistas residentes em Paraíso Fiscal, serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento), a título de antecipação, incidente sobre o valor da alienação.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características dos Direitos Creditórios

Natureza e Processo de Origem

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos e/ou Créditos Pessoais com Garantia realizadas entre a Cedente e pessoas físicas ou jurídicas, representados por contratos de empréstimo, instrumentos particulares ou cédulas de crédito bancário, aditivos, títulos de crédito e instrumentos de garantia.

Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são sempre originados de:

- (a) Financiamento de (1) Motocicletas; (2) Veículos Leves; e (3) Veículos Pesados, utilizados tanto para transporte de carga quanto de passageiro ; e
- (b) Crédito Pessoal com Garantia, cuja garantia consiste na alienação fiduciária de Motocicletas, Veículos Leves ou Veículos Pesados.

Em todos os casos acima referidos os veículos podem ser novos ou usados.

Processo de Originação e Formalização dos Direitos Creditórios

A Cedente tem contrato com correspondentes bancários (“Correspondentes”) que atuam no processo de originação de Direitos Creditórios. Os Correspondentes são responsáveis, dentre outras coisas, pelas seguintes atividades: (a) captação de clientes; (b) avaliação do perfil de cada cliente, para fins de concessão de crédito e respectivas condições, conforme as diretrizes e alçadas de concessão de crédito estabelecidas pela Cedente; (c) elaboração do cadastro dos clientes e formalização de instrumentos; e (d) realização de determinados procedimentos específicos de cobrança, ou auxílio à Cedente na realização de tais tarefas.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo a Devedores, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos de garantia.

Histórico da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo

Seguem abaixo informações estatísticas sobre o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo nos últimos 57 (cinquenta e sete) meses entre janeiro de 2009 e setembro de 2013. Não há garantias de que o Fundo continuará apresentando características semelhantes ao histórico apurado.

Esclarece-se, ainda, que as informações relativas aos Direitos Creditórios abaixo dispostas se referem aos Direitos Creditórios que constituíam a carteira do Fundo Omni III, os quais foram alienados e serão readquiridos pelo Fundo oportunamente.

MÊS	Carteira Líquida	PL Subordinada	Rentabilidade R\$	Rentabilidade %
jan/09	284.950.857	74.553.653	3.487.687	4,53%
fev/09	294.901.804	80.237.471	5.683.817	7,62%
mar/09	292.866.231	88.231.654	7.994.184	9,96%
abr/09	290.163.797	94.605.797	6.374.143	7,22%
mai/09	311.600.561	98.541.247	3.935.450	4,16%
jun/09	286.951.414	95.012.956	11.471.709	11,64%
jul/09	290.206.314	95.706.280	4.693.324	4,94%
ago/09	307.686.992	94.034.932	4.328.652	4,52%
set/09	312.921.925	92.262.649	7.227.717	7,69%
out/09	307.095.376	90.891.439	5.628.790	6,10%
nov/09	301.093.680	88.336.344	4.944.905	5,44%
dez/09	298.895.751	85.048.322	5.711.978	6,47%
jan/10	280.974.387	85.387.247	5.338.925	6,28%
fev/10	263.282.396	76.722.270	3.835.023	4,49%
mar/10	242.408.451	75.008.036	5.285.766	6,89%
abr/10	226.185.843	69.942.464	4.934.428	6,58%
mai/10	206.319.660	66.087.650	4.145.186	5,93%
jun/10	199.101.326	61.438.259	4.350.609	6,58%
jul/10	191.269.776	66.187.022	4.748.763	7,73%
ago/10	173.601.863	71.546.114	5.359.092	8,10%
set/10	157.128.968	65.738.504	4.192.389	5,86%
out/10	142.223.155	65.985.006	4.246.502	6,46%
nov/10	126.827.308	54.276.939	3.291.933	4,99%
dez/10	112.109.915	42.194.401	4.917.462	9,06%
jan/11	99.564.095	45.079.235	2.884.834	6,84%
fev/11	87.360.221	48.298.870	3.219.634	7,14%
mar/11	74.720.174	26.123.831	2.824.962	5,85%
abr/11	63.375.346	22.572.637	2.448.805	9,37%
mai/11	50.952.957	19.589.964	2.017.328	8,94%
jun/11	39.704.229	16.951.832	2.361.867	12,06%
jul/11	29.043.263	12.916.936	2.465.105	14,54%
ago/11	18.832.262	14.711.079	1.794.142	13,89%
set/11	9.889.418	10.955.729	1.744.651	11,86%
out/11	3.725.350	5.799.392	1.443.663	13,18%
nov/11	1.738.007	2.609.084	1.094.691	18,88%
dez/11	698.473	2.275.197	2.656.114	101,80%
jan/12	290.405	822.987	647.790	28,47%
fev/12	94.712	837.634	709.647	86,23%
mar/12	1.784	475.413	687.779	82,11%
abr/12	0	310.494	-164.919	-7,75%
mai/12	0	471.892	173.251	55,80%
jun/12	943.639	1.195.016	-3.170	-0,67%
jul/12	958.635	1.188.624	-6.392	-0,53%
ago/12	886.097	1.228.444	39.820	3,35%

set/12	897.891	1.179.644	-8.800	-0,72%
out/12	831.168	1.203.965	24.321	2,06%
nov/12	764.364	1.091.706	7.741	0,64%
dez/12	693.364	1.043.906	-47.799	-4,38%
jan/13	701.238	1.087.442	43.536	4,17%
fev/13	678.937	1.082.395	-5.047	-0,46%
mar/13	647.713	1.082.709	314	0,03%
abr/13	624.007	931.040	-1.669	-0,15%
mai/13	593.226	916.963	-14.077	-1,51%
jun/13	542.827	883.876	-33.087	-3,61%
jul/13	500.392	862.747	-21.130	-2,39%
ago/13	470.434	838.260	-24.487	-2,84%
set/13	403.411	817.779	-20.481	-2,44%

Informações sobre Inadimplimentos, Perdas e Pré-pagamento de Direitos Creditórios

Seguem abaixo informações estatísticas sobre o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, no que se refere à inadimplência e recompra de Direitos Creditórios, nos 57 (cinquenta e sete) meses entre janeiro de 2009 e setembro de 2013. Não há garantias de que a carteira do Fundo continuará apresentando características semelhantes ao histórico apurado.

Esclarece-se, ainda, que as informações relativas aos Direitos Creditórios abaixo dispostas se referem aos Direitos Creditórios que constituíam a carteira do Fundo Omni III, os quais foram alienados e serão readquiridos pelo Fundo oportunamente.

MÊS	Perdas	Geração Caixa	Pré-Pagamentos	Valor Futuro dos Pré-Pagamentos	% Desconto
jan/09	4,56%	21.848.724	5.765.831	10.443.735	44,79%
fev/09	4,73%	20.461.209	5.387.938	9.106.461	40,83%
mar/09	5,16%	25.454.136	5.705.223	10.349.187	44,87%
abr/09	5,60%	20.398.958	6.222.845	11.406.368	45,44%
mai/09	6,07%	26.358.595	5.584.076	9.788.197	42,95%
jun/09	6,42%	24.714.920	6.036.127	10.433.503	42,15%
jul/09	6,77%	25.034.841	6.626.277	11.594.595	42,85%
ago/09	6,98%	24.961.631	6.289.199	10.945.497	42,54%
set/09	7,20%	26.776.469	7.672.742	14.131.664	45,71%
out/09	7,30%	27.639.193	7.887.688	14.912.701	47,11%
nov/09	7,48%	26.776.731	6.301.709	10.931.831	42,35%
dez/09	7,64%	28.162.068	7.843.760	13.232.432	40,72%
jan/10	7,98%	23.650.780	6.090.909	10.333.545	41,06%
fev/10	8,20%	22.393.577	6.112.893	10.541.577	42,01%
mar/10	8,41%	29.181.401	7.879.446	14.956.884	47,32%
abr/10	8,63%	24.606.962	6.705.163	12.552.324	46,58%
mai/10	8,81%	25.339.514	7.120.633	13.634.395	47,77%
jun/10	9,07%	23.266.025	6.364.513	11.151.321	42,93%
jul/10	9,16%	23.976.322	6.653.621	11.824.590	43,73%
ago/10	9,31%	24.619.660	6.771.727	11.588.954	41,57%
set/10	9,43%	21.504.781	5.735.951	9.307.133	38,37%
out/10	9,55%	19.167.268	5.292.715	8.593.725	38,41%

nov/10	9,52%	21.258.698	5.211.154	8.405.994	38,01%
dez/10	9,56%	19.688.273	5.358.420	7.963.955	32,72%
jan/11	9,59%	16.323.256	4.068.965	6.138.217	33,71%
fev/11	9,61%	16.181.528	3.942.438	5.829.864	32,38%
mar/11	9,58%	16.264.544	3.383.540	5.090.444	33,53%
abr/11	9,56%	14.331.501	3.052.962	4.175.529	26,88%
mai/11	9,56%	15.792.074	3.298.096	4.501.828	26,74%
jun/11	9,51%	14.234.476	3.155.898	4.190.932	24,70%
jul/11	9,48%	13.080.192	2.669.327	3.441.073	22,43%
ago/11	9,43%	12.614.021	2.448.201	2.984.912	17,98%
set/11	9,34%	10.933.671	1.903.471	2.180.775	12,72%
out/11	9,27%	7.449.352	675.012	718.549	6,06%
nov/11	9,19%	2.548.125	0	0	0,00%
dez/11	8,97%	2.586.365	0	0	0,00%
jan/12	8,88%	1.286.842	0	0	0,00%
fev/12	8,82%	721.401	0	0	0,00%
mar/12	0,00%	426.548	0	0	0,00%
abr/12	0,00%	4.052	0	0	0,00%
mai/12	0,00%	102	0	0	0,00%
jun/12	4,50%	36.978	20.876	22.708	8,06%
jul/12	4,44%	59.143	23.016	35.304	34,81%
ago/12	0,00%	66.424	35.793	72.553	50,67%
set/12	0,00%	61.621	34.305	76.735	55,29%
out/12	0,00%	48.386	18.038	19.989	9,76%
nov/12	0,00%	72.816	35.405	79.299	55,35%
dez/12	0,00%	47.332	18.576	21.416	13,26%
jan/13	0,00%	52.641	24.753	33.015	25,02%
fev/13	0,00%	44.497	15.391	17.387	11,48%
mar/13	0,00%	54.674	26.142	39.414	33,67%
abr/13	0,00%	47.750	16.269	20.551	20,83%
mai/13	0,00%	39.917	20.640	30.455	32,23%
jun/13	0,00%	43.101	11.718	12.451	5,88%
jul/13	0,00%	48.774	12.669	13.887	8,77%
ago/13	0,00%	52.009	20.773	35.384	41,29%
set/13	0,00%	47.046	17.157	18.132	5,37%

Cessão dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade serão cedidos e transferidos ao Fundo em caráter irrevogável e irretratável, em caráter definitivo e sem direito de regresso, mediante o pagamento à vista do Preço de Aquisição, que será equivalente ao valor de face de tais Direitos Creditórios deduzidos da Taxa de Desconto, prevista na seção “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto, sob o título “Contrato de Cessão” (“Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”).

Para formalizar e documentar cada cessão de Direitos Creditórios realizada, a Cedente e a Administradora, na qualidade de representante do Fundo, assinarão: (a) o termo de cessão, o qual deverá descrever os Direitos Creditórios objeto da cessão e a Taxa de Desconto praticada, nos termos do Contrato de Cessão; e (b) um recibo de cessão, o qual deverá especificar o Preço de Aquisição pago pelos Direitos Creditórios objeto da cessão, bem como descrever os Direitos Creditórios objeto da cessão, nos termos do Contrato de Cessão.

Nos termos do Contrato de Cessão, caberá à Administradora registrar cada um dos termos de cessão, dentro de 15 (quinze) dias consecutivos contados a partir da data de assinatura correspondente, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, respectivamente, em cumprimento do disposto no artigo 221 do Código Civil e nos artigos 129 e 130 da Lei 6.015/73, correndo todos os custos e despesas por conta do Fundo.

Os Devedores não serão notificados pela Cedente no momento em que ocorrer cada cessão de Direitos Creditórios.

Política de Concessão de Crédito

Para a concessão dos financiamentos ou empréstimos, a Cedente adota uma política de concessão de crédito, que é baseada nos critérios e condições abaixo.

Para fins de definição do limite de crédito a ser concedido, são examinadas determinadas informações e documentos relativos aos Devedores, incluindo, mas não se limitando, a:

- (a) ficha cadastral completa e assinada;
- (b) cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF");
- (c) comprovante de renda (holerite, registro de pagamento de autônomo ou outros indicativos de renda);
- (d) comprovante de residência;
- (e) laudo de vistoria do veículo emitido pelo agente correspondente da Cedente, nas hipóteses em que tal vistoria se faça necessária em razão das peculiaridades do veículo;
- (f) cópia do certificado de registro do veículo ("CRV");
- (g) apontamentos nos serviços de proteção ao crédito (Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito – SPC); e
- (h) comprovante de propriedade do veículo (exclusivamente para os casos de Crédito Pessoal com Garantia).

Após serem analisados os dados acima, é verificado o valor a ser financiado, o qual deve ser:

- (a) no máximo de R\$15.000,00 (quinze mil reais), no caso de Motocicletas;
- (b) no máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de Veículos Leves; e
- (c) no máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais), no caso de Veículos Pesados.

Em caráter complementar, verifica-se:

- (a) tempo mínimo de 6 (seis) meses de ocupação do mesmo imóvel, nos casos de o cliente residir ou possuir sede, conforme o caso, em imóvel alugado;
- (b) tempo mínimo de 6 (seis) meses ininterruptos no mesmo emprego ou atividade, tratando-se de pessoa física;

- (c) financiamento máximo de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor do bem dado em garantia, nos Financiamentos; e
- (d) concessão de crédito máximo de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre o valor do bem dado em garantia, no Crédito Pessoal com Garantia.

Metodologia de Cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso

O Índice de Perda Acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios do Fundo será calculado mensalmente, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, com base no último Dia Útil do mês anterior, conforme segue:

$$Perda_M = \frac{PA_M}{P_{M-1}}$$

$Perda_M$: Índice de Perda Acumulada calculado na data D .

PA_M : Somatório do valor agregado dos Direitos Creditórios recomprados pela Cedente com atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias e da totalidade dos Direitos Creditórios referentes a Financiamentos ou Crédito Pessoal com Garantia que apresentem, na respectiva data referencial de cálculo, Direito Creditório vencido e não pago no último Dia Útil do mês calendário com data de vencimento entre 181 e 210 dias antes da verificação. Caso um devedor apresente uma parcela que se enquadre nos parâmetros acima, todas as parcelas em aberto do contrato deste respectivo devedor deverão ser consideradas no cálculo do PA_M .

P_{M-1} : Somatório do total dos Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo, considerado o montante verificado no último Dia Útil do mês anterior ao da verificação.

M : Mês da verificação.

O Índice de Atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios do Fundo será calculado mensalmente, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, com base no último Dia Útil do mês anterior, conforme segue:

$$Atraso_{F,D} = \frac{PNP_{F,D}}{PT_{F,D}}$$

$Atraso_{F,D}$: Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso F na data D .

$PNP_{F,D}$: Somatório do valor presente da totalidade dos Direitos Creditórios referentes a Financiamentos ou Crédito Pessoal com Garantia que apresentem, na respectiva data referencial de cálculo, Direito Creditório com data de vencimento anterior a D , vencido e não pago no prazo de X dias, sendo X qualquer número inteiro entre o número da faixa F anterior e o número da faixa F analisada. Para a primeira faixa ($F=60$), serão considerados os Direitos Creditórios com atraso entre 31 e 60 dias.

$PT_{F,D}$: Somatório do valor presente dos Direitos Creditórios do Fundo na data referencial de cálculo, incluindo Direitos Creditórios a vencer e vencidos e não pagos.

F : Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso variam no seguinte conjunto {60, 120, 180}.

D : Data referencial de cálculo, que será o último Dia Útil de cada mês.

O cálculo do Índice de Atraso para as respectivas faixas F será calculado a partir dos seguintes meses, contados a partir da data da primeira Data de Integralização Inicial:

- (a) para F=60, a partir do 2º (segundo) mês;
- (b) para F=120, a partir do 3º (terceiro) mês; e
- (c) para F=180, a partir do 5º (quinto) mês.

Metodologia para Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios por Amostragem

Em até 15 (dez) Dias Úteis após a Data de Aquisição e Pagamento, o Custodiante realizará a verificação do lastro da totalidade dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo. Ainda, trimestralmente, será realizada a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos ou objeto de Recompra.

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios do Fundo contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, conforme escopo detalhado abaixo:

- (a) Obtenção de base de dados analítica por Direito Creditório.
- (b) Verificação física dos seguintes documentos:
 - (1) Documentos Comprobatórios: Cédula de Crédito Bancário (CCB) original;
 - (2) Documentos Acessórios:
 - (i) Ficha Cadastral original do Devedor;
 - (ii) Cópia simples do comprovante de residência do Devedor;
 - (iii) Cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Devedor; e
 - (iv) Cópia simples do DUT do veículo objeto da garantia de alienação fiduciária.

Os Documentos Comprobatórios e os Documentos Acessórios referidos serão verificados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) em relação aos Documentos Comprobatórios: em relação às CCB, (1) elas devem conter as assinaturas (i) do Devedor (pelo menos 1 assinatura); e (ii) do Avalista, se for o caso (pelo menos 1 assinatura); (2) nenhuma data de vencimento de nenhuma parcela devida pelo Devedor em decorrência da CCB pode ser anterior à data de assinatura da CCB; e (3) elas devem ter prazo de até 60 (sessenta) meses;
- (b) em relação aos Documentos Acessórios:
 - (1) Caso a cópia do CPF esteja ilegível, verificar extrato obtido junto ao *site* da Receita Federal do Brasil que atesta o estado regular do referido CPF;
 - (2) Verificar se a CNH, o RG e o CPF são de titularidade do Devedor e se o número do RG e do CPF conferem com o descrito na CCB;

- (3) Verificar se o comprovante de residência está no nome do Devedor;
 - (i) Em caso negativo, o endereço constante do comprovante de residência deve ser o mesmo da CCB; caso o Devedor possua endereço de correspondência alternativo, verificar o endereço no Anexo MAG-005 – Relatório in Loco, que deverá estar anexado;
- (4) Com relação à garantia: verificar se as informações do DUT (nº do chassi, placa, modelo e ano do veículo) conferem com as informações da CCB;
- (5) Verificar se os documentos originais e as cópias estão legíveis; e
- (6) Verificar se a ficha cadastral está assinada pelo Devedor e se consta o mesmo nome e CPF do Devedor da CCB.

Acréscimo, Remoção e Substituição de Direitos Creditórios

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente poderá realizar a recompra facultativa dos Direitos Creditórios Adquiridos, nos casos, entre outros, em que a Cedente:

- (a) por questões comerciais, tenha interesse em alterar quaisquer das características (termos e condições) dos Direitos Creditórios; ou
- (b) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo tenham quaisquer parcelas inadimplidas.

Nos termos do Contrato de Cessão, será permitida a recompra dos Direitos Creditórios Adquiridos pela Cedente, desde que mediante a aprovação prévia da Gestora, sendo certo que o respectivo preço de recompra será equivalente ao seu valor presente, calculado pela respectiva Taxa de Desconto utilizada para definição do Preço de Aquisição. No caso de recompra de Direitos Creditórios correspondentes a parcelas de um mesmo Financiamento ou Crédito Pessoal com Garantia, as demais parcelas de referido Financiamento ou Crédito Pessoal com Garantia também deverão ser objeto da recompra.

Da perspectiva econômica, a recompra dos Direitos Creditórios Adquiridos, se ocorrer, poderia minimizar eventual impacto no fluxo de pagamento aos titulares de Cotas, já que mitigaria os riscos de eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência dos Direitos Creditórios Adquiridos comprometessem a rentabilidade do Fundo. Por outro lado, poderia ser necessária a aquisição pelo Fundo de outros Direitos Creditórios ou Outros Ativos com rentabilidade equivalente, com os respectivos valores recebidos em razão da recompra, para minimizar eventuais impactos na rentabilidade do Fundo.

Da perspectiva contábil, a recompra dos Direitos Creditórios Adquiridos não teria nenhum efeito, exceto no caso dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos para os quais o Fundo já tenha constituído provisão, hipótese em que a recompra poderá ter um efeito positivo no Patrimônio Líquido e na rentabilidade do Fundo.

Além da hipótese de recompra prevista acima, não há outras hipóteses de acréscimo, remoção ou substituição de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Cobrança dos Direitos Creditórios, Inclusive Inadimplidos

A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Agente de Cobrança. As etapas e mecanismos da cobrança são os seguintes:

Os valores devidos pelos Devedores em razão dos Direitos Creditórios são pagos por meio de carnês de pagamento em prestações ou boletos de pagamento, pagáveis em qualquer instituição financeira participante do sistema de compensação nacional.

Os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios do Fundo vencidos e não pagos serão direcionados para a conta do Fundo aberta exclusivamente para recebimento dos recursos provenientes da cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos.

O Agente de Cobrança deverá adotar, em nome do Fundo, as medidas de cobrança necessárias em relação aos Devedores inadimplentes, de acordo com a descrição abaixo e o previsto no Contrato de Cessão.

Para a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos, os seguintes procedimentos devem ser adotados:

- (c) nos primeiros dias após o vencimento e verificação do não pagamento dos Direitos Creditórios, o Agente de Cobrança iniciará a cobrança por telefone;
- (d) não produzindo efeitos os procedimentos acima, o Agente de Cobrança poderá efetuar os apontamentos necessários junto a órgãos de proteção ao crédito, como o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e a Serasa Experian S.A., conforme julgar conveniente;
- (e) caso o procedimento indicado no item (a), acima, não produza efeito, o Agente de Cobrança enviará uma carta de cobrança ao cliente inadimplente; e
- (f) caso os procedimentos indicados nos itens acima não produzam efeitos, o Agente de Cobrança poderá notificar os respectivos Devedores inadimplentes.

Esgotados sem sucesso todos os procedimentos para a cobrança extrajudicial dos Devedores inadimplentes, o Agente de Cobrança deve proceder à cobrança judicial, podendo contratar terceiros para a realização de tal serviço.

Caso os créditos inadimplidos sejam recuperados, o Agente de Cobrança deve reabilitar o cliente inadimplente perante o Cartório de Protesto e órgãos de proteção ao crédito.

Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios dos Devedores inadimplentes, bem como qualquer medida objetivando a salvaguarda e cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e de outros profissionais de cobrança especializados e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança a que se refere este item serão suportados pelo Agente de Cobrança.

A Administradora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios ou a cobrança extrajudicial dos Devedores inadimplentes, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço. Nesse caso, porém, as eventuais despesas serão suportadas pelo Fundo.

Após o vencimento do Direito Creditório cobrado de forma ordinária pelo Agente de Recebimento, a Cedente e/ou o Agente de Cobrança solicitará(ão) ao Agente de Recebimento: (a) a baixa do respectivo Direito Creditório inadimplido; e (b) a emissão de boleto de cobrança renegociado, para pagamento em conta de cobrança extraordinária.

A não observância do procedimento descrito no parágrafo anterior poderá ocasionar uma diferença entre a conciliação da carteira dos Direitos Creditórios registrada no sistema do Custodiante e a conciliação que será realizada pelo Custodiante com o Agente de Recebimento.

Informações sobre os Devedores

Nível de Concentração dos Direitos Creditórios

De acordo com os Critérios de Elegibilidade acima, no momento da aquisição, pelo Fundo, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios do Fundo contra um mesmo Devedor não poderá ser superior ao menor dos seguintes valores contábeis: (1) R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); ou (2) o equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido.

Características Homogêneas dos Devedores dos Direitos Creditórios

Os Devedores dos Direitos Creditórios são, em sua maioria, pessoas físicas que tenham celebrado contrato de mútuo com a Cedente. Dessa forma, todos os mutuários estão sujeitos à política de cadastro e concessão de crédito do Cedente.

Para a concessão dos financiamentos ou empréstimos, a Cedente adota uma política de concessão de crédito, que é baseada nos critérios e condições abaixo.

Para fins de definição do limite de crédito a ser concedido, são examinadas determinadas informações e documentos relativos aos Devedores, incluindo, mas não se limitando, a:

- (a) ficha cadastral completa e assinada;
- (b) cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF");
- (c) comprovante de renda (holerite, registro de pagamento de autônomo ou outros indicativos de renda);
- (d) comprovante de residência;
- (e) laudo de vistoria do veículo emitido pelo agente correspondente da Cedente, nas hipóteses em que tal vistoria se faça necessária em razão das peculiaridades do veículo;
- (f) cópia do certificado de registro do veículo ("CRV");
- (g) apontamentos nos serviços de proteção ao crédito (Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito – SPC); e
- (h) comprovante de propriedade do veículo (exclusivamente para os casos de Crédito Pessoal com Garantia).

Após serem analisados os dados acima, é verificado o valor a ser financiado, o qual deve ser:

- (a) no máximo de R\$15.000,00 (quinze mil reais), no caso de Motocicletas;
- (b) no máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de Veículos Leves; e
- (c) no máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais), no caso de Veículos Pesados.

Em caráter complementar, verifica-se:

- (a) tempo mínimo de 6 (seis) meses de ocupação do mesmo imóvel, nos casos de o cliente residir ou possuir sede, conforme o caso, em imóvel alugado;
- (b) tempo mínimo de 6 (seis) meses ininterruptos no mesmo emprego ou atividade, tratando-se de pessoa física;
- (c) financiamento máximo de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor do bem dado em garantia, nos Financiamentos; e
- (d) concessão de crédito máximo de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre o valor do bem dado em garantia, no Crédito Pessoal com Garantia.

Informações sobre a Cedente

Todas as informações relativas à Cedente encontram-se previstas na seção "Informações Relativas à Cedente" deste Prospecto, abaixo.

Outros eventos que possam afetar fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios

Liquidação ou Amortização Antecipada dos Direitos Creditórios

De acordo com a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, os Devedores têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente os empréstimos contraídos junto à Cedente, sendo que na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido a valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido a valor presente pela Taxa de Cessão, definida conforme o Contrato de Cessão, dos Direitos Creditórios ao Fundo, e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada é mitigado pelo fato de os Direitos Creditórios serem cedidos pela taxa do próprio contrato.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CEDENTE

Setor de Atuação

A Cedente vem, desde 1994, atuando no setor de crédito a consumidores de menor renda, focada na concessão de créditos de pequeno valor para pessoas físicas, através de sua rede de agentes credenciados, visando a pulverização do risco, a qualidade na execução e as inovações constantes.

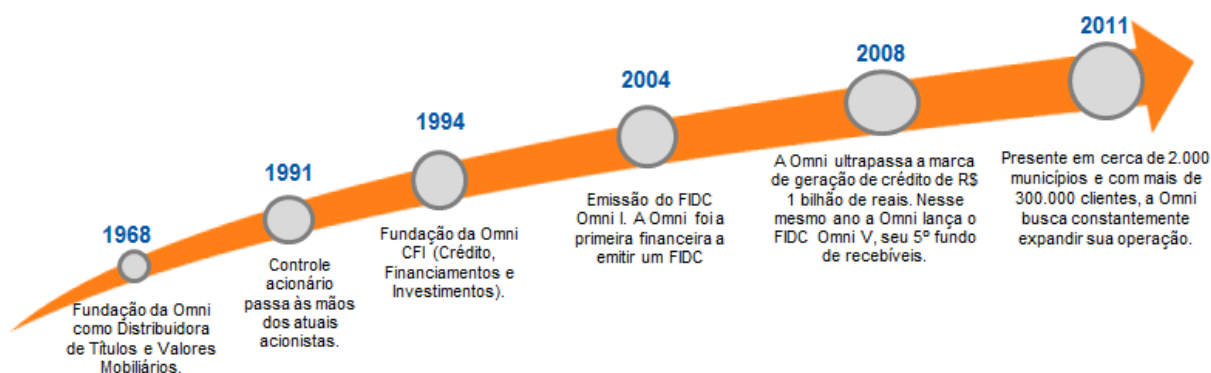
Dentre os produtos ofertados pela Cedente aos seus clientes, destacam-se, além do financiamento de veículos (leves, pesados e motos), os seguintes: (a) o refinanciamento – CDC (Crédito Direto ao Consumidor) com veículo em garantia; (b) o “Seguro Omni Proteção Financeira”; (c) o crédito consignado; (d) o “Cartão de Crédito Omni”; e (e) o CDC (Crédito Direto ao Consumidor) Loja – móveis e eletrodomésticos.

Histórico e Atividades

A Cedente foi fundada em 1968 como distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 1991, o seu controle acionário passou às mãos dos atuais acionistas, que, em 1994, a transformaram em sociedade de crédito, financiamento e investimento.

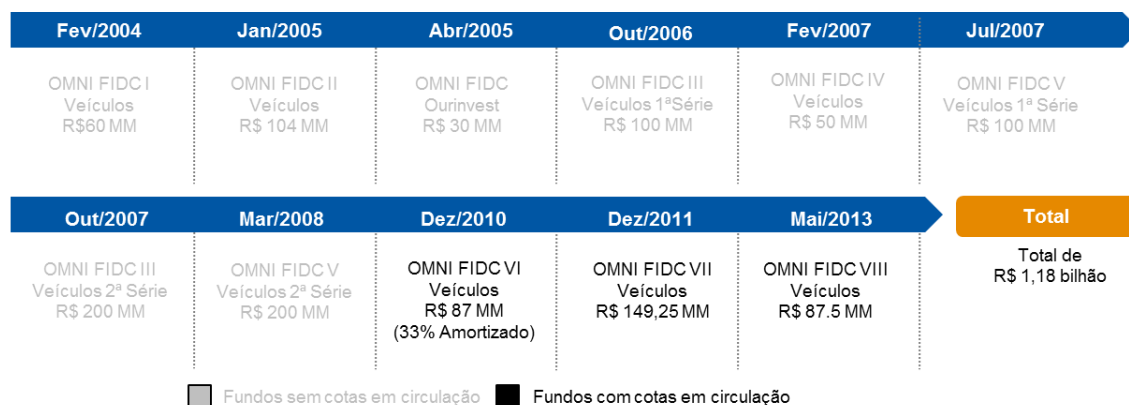
A Cedente desenvolve, hoje, suas atividades focando nos seguintes elementos:

- (a) concessão de crédito para pessoas físicas;
- (b) parcerias com agentes credenciados;
- (c) busca constante por inovação;
- (d) excelência na concessão de créditos;
- (e) alta qualidade na execução dos serviços; e
- (f) busca pela pulverização do risco.

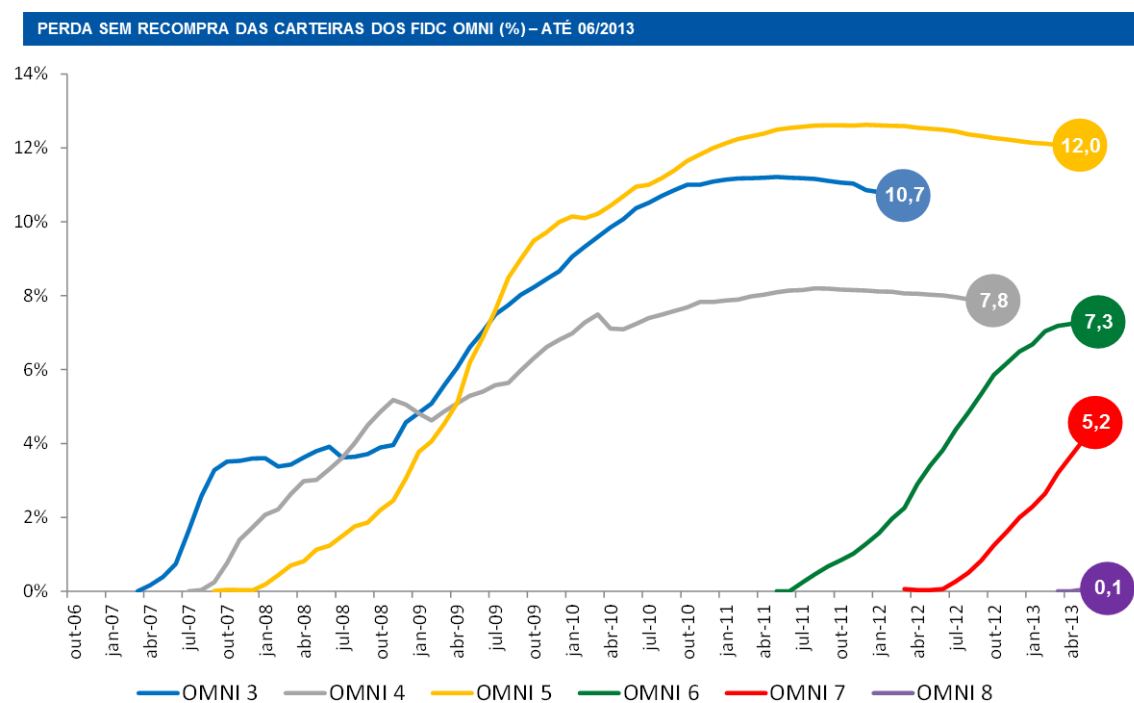


A Cedente foi a primeira financeira a ser a exclusiva cedente de um fundo de investimento em direitos creditórios, no ano de 2004.

Desde então, a Cedente utilizou outros oito fundos de investimento em direitos creditórios como instrumento de captação até a data deste Prospecto. Atualmente, somente o Omni FIDC VI Veículos, o OMNI FIDC VII Veículos e o OMNI FIDC VIII Veículos têm cotas em circulação. Segue abaixo um quadro ilustrativo da evolução da utilização de fundos de investimento em direitos creditórios como ferramenta de captação para a Cedente.



O histórico de perda das carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios para os quais a Cedente cede direitos creditórios era, até junho de 2013 e sem considerar eventuais recompras de direitos creditórios pela Cedente, o seguinte:

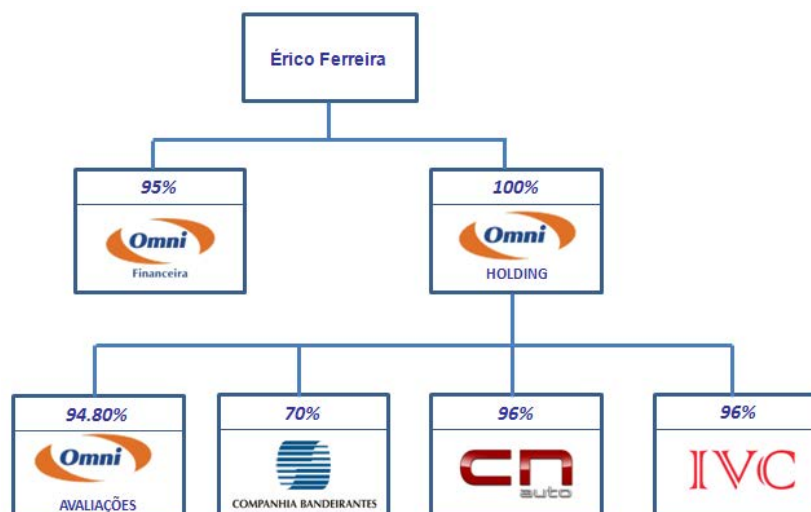


Fonte: Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

O Grupo Omni

A Cedente é controlada pelo Sr. Érico Sodré Quirino Ferreira, formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA-USP e em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e atual presidente da Associação Nacional das Institu   es de Crédito, Financiamento e Investimento – ACREFI.

Também integram o grupo financeiro da Cedente a Omni Gestão de Cobrança Ltda., Omni Informática Ltda., Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Omni Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda. e a Omni Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.



Adicionalmente, o Sr. Érico Ferreira detém participação, direta ou indiretamente, em diversas outras empresas, tais como a Companhia Bandeirantes, uma das maiores empresas de armazenamento do país, e a CN Auto, representante brasileira das montadoras chinesas Harbin Hafei e Shenyang Brilliance Jinbei.

Processo produtivo e Estratégia de Atuação – Negócios da Cedente

A Cedente origina suas operações de financiamento através de rede de correspondentes bancários (100% terceirizada), constituída nos termos da Resolução CMN nº 3.110, de 31 de julho de 2003, não possuindo lojas próprias. A Cedente foi a primeira financeira a adotar esse tipo de estratégia.

Os agentes são tipicamente empreendedores regionais com conhecimento do negócio e vivência no mercado local. A Cedente conta com 90 pontos de venda, cobrindo mais de 2.000 municípios nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, com maior concentração nos Estados de São Paulo (47%) e do Paraná (25%), totalizando mais de um milhão de clientes (ativos ou não) conquistados.

Os agentes exclusivos da Cedente são um elemento central de sua estratégia operacional, que segue o modelo de correspondentes bancários terceirizados exclusivos. O público-alvo dos financiamentos é composto de consumidores de baixa renda, incluindo aposentados, autônomos, caminhoneiros, servidores públicos e assalariados em geral. O foco na classe C e D permite à Cedente explorar um nicho de mercado em expansão nos últimos anos.

Por meio da atuação em cidades de pequeno e médio porte do interior do país, a Cedente busca contornar a concorrência dos grandes bancos.

Principais Executivos

Dentre os principais executivos da Cedente destacam-se os Srs. José Tadeu da Silva e Nelson Rosa Junior.

José Tadeu da Silva é graduado em Ciências Contábeis e Pós-Graduado em Finanças-MBA pelo IBMEC, atual INSPER. Possui grande conhecimento do mercado financeiro e gestão estratégica de negócios. É Diretor Estatutário da Cedente há mais de 18 anos e tem sob sua responsabilidade as áreas de Negócios, Crédito, Cobrança, Recursos Humanos e Marketing.

Nelson Rosa Júnior é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA-USP e Pós-Graduado em finanças pela Associação de Docentes da FEA-USP. Atua há 25 anos na área financeira, tendo uma grande experiência em relacionamento interbancário, relacionamento com analistas e investidores de bancos, captação de depósitos, distribuição de fundos fiduciários, acompanhamento dos limites de risco das posições e gestão da tesouraria.

Análise Financeira

BALANÇOS PATRIMONIAIS SINTÉTICOS					
ATIVO	30/06/2013	30/06/2012	PASSIVO	30/06/2013	30/06/2012
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.492.230	1.167.054	Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.385.970	1.063.688
Disponibilidades	9.250	4.962	Depósitos	548.368	556.787
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	104.520	34.904	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	164.795	124.305
Títulos e Valores Mobiliários			Instrumentos Financeiros e Derivativos	3	4
e Instrumentos Financeiros e Derivativos	103.674	152.523	Outras Obrigações Diversas	184.272	159.022
Operações de Crédito	978.317	751.553	Obrigs. por Créditos Vinculados a Cessão	435.665	175.471
Outros Créditos	160.891	123.820	Instrumento Híbrido de Capital	52.867	48.099
Outros Valores e Bens	135.578	99.292	Patrimônio Líquido	157.510	144.426
Permanente	51.250	41.060	Capital Social	85.450	85.450
			Reserva de Lucros	72.060	58.976
Total do Ativo	1.543.480	1.208.114	Total do Passivo	1.543.480	1.208.114

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administradora

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Histórico e Atividades

Em maio de 1991, a Oliveira Trust foi adquirida pelos seus atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos mais de 20 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial aos mercados primário e secundário de valores mobiliários.

A Oliveira Trust é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, José Alexandre Costa de Freitas, Henrique Sismil e Alexandre Lodi de Oliveira, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 120 profissionais.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados à atividade de distribuição de títulos e valores mobiliários, destacando-se os de agente fiduciário em emissões de debêntures e de certificados de recebíveis imobiliários, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, custodiante de valores mobiliários e administradora de fundos de investimento (fundos de investimento em direitos creditórios padronizados e não padronizados, fundos de investimento imobiliário, fundos de investimento em participações, fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04, fundos mútuos de investimento de empresas emergentes, entre outros).

Administração de Fundos de Investimento

Atuando desde 2001 na administração de fundos estruturados, a Oliveira Trust ocupa posição de destaque nos mercados de fundos de investimentos em direitos creditórios, fundos de investimento em participações e fundos de investimento imobiliário. Atualmente, a Oliveira Trust administra fundos de investimento de patrimônio líquido superior a R\$9 bilhões.

A principal característica da administração fiduciária de fundos de investimento da Oliveira Trust é a gestão não discricionária da carteira, respeitando as regras constantes do regulamento e dos contratos de estrutura e verificando o cumprimento das obrigações de todos os prestadores de serviços.

A experiência da Oliveira Trust na função de *trustee* em emissões públicas envolvendo securitização de direitos creditórios tem sido um fator relevante na sua contratação como administradora fiduciária de fundos de investimento.

A Oliveira Trust, no exercício da função de administração de fundos de investimento em direitos creditórios, informa, em atendimento ao disposto no artigo 7º, §1º, das Diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA, de 20 de fevereiro de 2009, que a precificação dos ativos das carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios por ela administrados é terceirizada, sendo realizada pelos custodiantes dos respectivos fundos de investimento em direitos creditórios.

Credenciamento da Administradora junto à CVM

A Administradora é instituição financeira autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 6.696, de 21 de fevereiro de 2002.

Equipe

O corpo técnico da Administradora possui profissionais experientes na prestação de serviços relacionados ao mercado de capitais, contando, entre outros, com os seguintes profissionais, cuja experiência profissional e qualificação são mencionadas resumidamente:

- (a) Mauro Sergio de Oliveira – Sócio-Diretor – Economista pela Universidade Federal Fluminense, graduado em 1971, com pós-graduação em Finanças pela PUC-RJ. Com experiência de 35 anos no mercado financeiro, atua, desde 1971, na área de mercado de capitais, com especialização em debêntures, administração de fundos e demais valores mobiliários. Trabalhou durante 3 anos no Banco de Montréal (1972-74), 7 anos no Banco Chase Manhattan (1974-81), 7 anos no Banco Arbi (1981-88) e 3 anos no Banco Investcorp (1988-91), nas áreas de *underwriting*, administração de fundos e mercado secundário de debêntures. Fundou em 1991 a Oliveira Trust, exercendo, desde então, o cargo de Diretor Presidente, atuando nos produtos agente fiduciário, *trustee*, consultoria de mercado de capitais, securitização de ativos e administração de fundos diferenciados, nos mercados de debêntures, CRI, fundos de investimento imobiliário e fundos de investimento em direitos creditórios. Membro atual do Comitê de Valores Mobiliários da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA e membro da Comissão de Mercado de Capitais da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA. Ex-Presidente da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais – APIMEC-RJ, ex-Vice-Presidente da APIMEC nacional e ex-Conselheiro do Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais – CODIMEC.

- (b) César Reinaldo Leal Pinto – Sócio-Diretor – Economista, com pós-graduação em finanças pelo IBMEC – RJ. Atuou no Banco Chase Manhattan e no Banco Arbi. Atua, desde 1974, na área de mercado de capitais, com especialização na administração de carteiras de títulos de renda fixa e variável. Atua como Diretor-Administrativo da Oliveira Trust desde a sua fundação.

- (c) José Alexandre Freitas – Sócio-Diretor – Formado em Direito em 1992, com MBA em Direito de Empresas pelo IBMEC Business School – RJ. Sócio-Diretor da Oliveira Trust desde 2002. Administrador de carteira registrado na CVM. Possui experiência em Direito Comercial e Societário com especialização em emissões de debêntures e securitização de recebíveis. Atua na área de agente fiduciário da Oliveira Trust desde março de 1992, sendo o responsável pelo Departamento Jurídico e pelas empresas em situação de inadimplência (avaliação ou liquidação). Atua na estruturação de operações de securitização de recebíveis e reestruturação de passivo de empresas, inclusive envolvendo CRI, fundos de investimento em direitos creditórios e outros produtos. Membro do Comitê de Produtos Financeiros e Imobiliários da ANBIMA.

- (d) Alexandre Lodi de Oliveira – Sócio-Diretor – Administração Fiduciária de Fundos – Graduado em Direito. Atua na área de controle das garantias e acompanhamento das obrigações das emissoras e dos fundos de investimento desde novembro de 1996. Membro do Comitê de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios da ANBIMA.

- (e) Henrique Sismil – Sócio-Diretor – Auditoria e TI – Graduado em Ciências Contábeis. Possui experiência em cálculos de títulos públicos e privados incluindo apuração de cotas de fundos de investimento. Responsável pela área de tecnologia, website e desenvolvimento de sistemas. Atua na área de administração dos fundos, sendo membro da Oliveira Trust desde fevereiro de 1994.

- (f) Gustavo Dezouart Pinto – Sócio-Gerente – Agente Fiduciário e Trustee – Graduado em Direito, com MBA Executivo em Finanças Corporativas no IBMEC Business School – RJ. Possui experiência em Direito Comercial e Societário, especializando-se na elaboração de contratos, especialmente escrituras de emissão de debêntures, contratos de garantias, termos de securitização de CRI e Cédulas de Crédito Bancário – CCB, sendo Gerente da área de Agente Fiduciário e Trustee desde julho de 2002. Atua na Oliveira Trust desde março de 1998. Membro do Comitê de Finanças da ANBIMA.

- (g) Antônio Amaro – Sócio-Gerente – Regional de SP – Graduado em Direito, com LLM – Direito do Mercado Financeiro no IBMEC, em São Paulo. Integrou o Departamento Jurídico da Oliveira Trust por nove anos, sendo responsável pelo acompanhamento de contratos de agente fiduciário. Atuou, por dois anos, na diretoria jurídica da Brasil Telecom S.A. onde coordenou todos os assuntos societários desta e de suas empresas controladas e coligadas, assessorando ainda as áreas de relações com investidores e acionistas. Coordena o escritório da Oliveira Trust em São Paulo desde outubro de 2004.
- (h) Rogério Felgueiras – Gerente – Serviços Qualificados – Formação em Comércio Exterior e Administração. Atuou por 17 anos no Bradesco e 4 anos no HSBC, onde implantou estrutura operacional para os serviços de custódia, controladoria, escrituração de ativos e cotas. Participa ativamente na ANBIMA no Comitê de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, na Subcomissão de Serviços a Investidores Domésticos, GT dos Escrituradores, no Comitê Consultivo do Selic e na Comissão de Acompanhamento do código de regulação de Serviços Qualificados onde participou dos trabalhos iniciais, sendo Presidente no período de 2008 a 2010. Gerente da área de Serviços Qualificados da Oliveira Trust desde julho de 2010.

Atualmente, a parte da equipe da Oliveira Trust que atua na área de administração e gestão de fundos de investimento é composta por 23 funcionários dedicados exclusivamente ao controle diário de todas as informações relativas aos fundos de investimento administrados.

Breve descrição das Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora

A Administradora, observadas as limitações legais e regulamentares, assim como as constantes do Regulamento, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer os direitos inerentes aos bens e direitos de titularidade do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações de terceiros contratados para prestação de serviços ao Fundo.

Sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares a que a Administradora está sujeita, a Administradora obriga-se a:

- (a) observar as obrigações estabelecidas pela regulamentação pertinente, incluindo, mas não se limitando ao disposto no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01;
- (b) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo, o Regulamento do Fundo, seus anexos e aditamentos e os Suplementos em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- (c) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e pelo Regulamento;
- (d) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- (e) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos seguintes índices e critérios e disponibilizar tais informações aos Cotistas, à Cedente e à Agência Classificadora de Risco até o 10º (décimo) Dia Útil do mês seguinte às Datas de Verificação:
 - (1) índices de performance (percentual de atrasos dos Direitos Creditórios Adquiridos nos seguintes intervalos de tempo: (i) de 1 (um) a 30 (trinta) dias; (ii) de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias; (iii) de 61 (sessenta e um) a 120 (cento e vinte) dias; (iv) de 121 (cento e vinte e um) a 180 (cento e oitenta) dias; e (v) superiores a 180 (cento e oitenta) dias, conforme calculados e informados pela Gestora;
 - (2) Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas e Relação Diária, com base nos dados disponibilizados pelo Custodiante;

- (3) Alocação de Investimento Mínima, com base nos dados disponibilizados pelo Custodiante;
 - (4) Reserva de Caixa, conforme calculada e informada pela Gestora;
 - (5) Índice de Liquidez, conforme calculada e informada pela Gestora, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante;
 - (6) demonstrativos de concentração relativos aos bens financiados, elaborados com base nas informações fornecidas pela Cedente e disponibilizados pelo Custodiante; e
 - (7) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas e com a indicação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, conforme calculado e disponibilizado pelo Custodiante.
- (f) proceder, às expensas e em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco, do Auditor Independente e à celebração dos Documentos da Operação e dos demais documentos necessários à operacionalização do Fundo;
- (g) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, com relação ao Agente de Recebimento, ou ainda com relação à(s) instituição(ões) financeira(s) em que o Fundo mantenha conta corrente, requerer, às expensas do Fundo, o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo;
- (h) disponibilizar à Agência Classificadora de Risco, mensalmente, o saldo em aberto dos Direitos Creditórios do Fundo no último Dia Útil do mês imediatamente anterior, bem como o montante de Direitos Creditórios originados de contratos ou instrumentos que tenham sido liquidados antecipadamente, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante;
- (i) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco e ao Custodiante a ocorrência dos seguintes eventos:
- (1) substituição da Administradora, do Auditor Independente, do Custodiante ou da Gestora;
 - (2) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - (3) celebração de aditamentos aos Documentos da Operação.
- (j) monitorar, diretamente ou por meio de seus agentes, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas à Cedente, ao Custodiante e à Gestora, nos termos do (1) Contrato de Cessão, (2) Convênio de Cobrança, (3) Contrato de Custódia, (4) do SLA e (5) do Contrato de Gestão, respectivamente; e
- (k) nos termos de regulamentação vigente, possuir regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitam diligenciar o cumprimento, pela Gestora, pelo Custodiante e pela Cedente, de suas obrigações, nos termos do Contrato de Gestão, Contrato de Custódia, do Contrato de Cessão e do Convênio de Cobrança.

É vedado à Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas Seniores.

As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se ao disposto acima, os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Bacen, integrantes da carteira do Fundo.

É, ainda, vedado à Administradora, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 356/01:

- (a) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios Adquiridos e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; e
- (b) emitir qualquer classe de Cotas ou Série em desacordo com o Regulamento.

Remuneração da Administradora

A Administradora receberá, mensalmente, a título de Taxa de Administração, pelos serviços de administração do Fundo, equivalente ao maior valor entre:

- (a) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) o piso mensal de R\$12.930,00 (doze mil, novecentos e trinta reais), sendo certo que, nos 6 (seis) primeiros meses contados da Data de Integralização Inicial, o piso será de R\$10.780,00 (dez mil, setecentos e oitenta reais). A Administradora instruirá o Custodiante sobre o disposto anteriormente, e o informará sobre qualquer alteração a respeito.

Para o caso do item (a) acima, a Taxa de Administração será calculada conforme descrito a seguir:

$$TA = \left(X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right)$$

Onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil;

X = Percentual anual fixo, sendo X igual a 0,10 (dez centésimos); e

PL_(D-1) = Patrimônio Líquido no Dia Útil anterior.

A Taxa de Administração será provisionada diariamente e paga mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, devida a primeira Taxa de Administração no último Dia Útil do mês da primeira Data de Integralização Inicial, e as demais Taxas de Administração no último Dia Útil de cada mês subsequente.

Serão acrescidos mensalmente à Taxa de Administração os tributos incidentes sobre a remuneração descrita acima, a saber: ISS, PIS, COFINS, CSLL, IR retido na fonte e quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre a Taxa de Administração, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento. O acima disposto será informado pela Administradora ao Custodiante.

No caso de participação e implementação das decisões tomadas em Assembleia Geral, será devida uma remuneração adicional à Administradora equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades, pagas em até 5 (cinco) dias após comprovação, pela Administradora, por meio da entrega de “relatório de horas” enviado aos Cotistas. A Administradora informará ao Custodiante o provisionamento e o pagamento desta remuneração.

Adicionalmente ao disposto acima, será acrescido à Taxa de Administração, para posterior repasse à Gestora, o maior dos seguintes valores:

- (a) 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o patrimônio representado pelo total das Cotas Seniores em Circulação; e
- (b) o piso mensal de R\$4.000,00 (quatro mil reais);

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a outras prestadoras de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

O equivalente a 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Administração devida à Administradora será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, na qualidade de prestadora de serviços para a Administradora, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem quaisquer custos adicionais para o Fundo. Tal valor será deduzido da Taxa de Administração devida à Administradora. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará à Administradora serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos serviços de: (a) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Administradora; e (b) elaboração e atualização do *website* onde serão disponibilizadas aos Cotistas, todas as informações pertinentes ao Fundo.

Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral para contratação de nova empresa gestora, nos termos descritos abaixo, deverá ser definida a remuneração da gestora que em nenhuma hipótese poderá ser superior ao maior dos seguintes valores: (a) 0,08% (oito centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, ou (b) R\$8.000,00 (oito mil reais) ao mês. Referida remuneração será incorporada à Taxa de Administração e paga diretamente pelo Fundo à nova gestora.

A Taxa de Administração acima não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídos, igualmente, os encargos do Fundo, previstos no item 23 do Regulamento e na seção “Cotas do Fundo”, subseção “Informações Complementares”, sob o título “Despesas e Encargos do Fundo” deste Prospecto (“Cotas do Fundo – Informações Complementares – Despesas e Encargos do Fundo”).

O Fundo não cobrará taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

Os valores previstos nos itens acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGPM a partir da primeira Data de Integralização Inicial. A Administradora informará ao Custodiante sempre e quando houver alteração na Taxa de Administração descrita neste artigo.

Substituição e Renúncia da Administradora

A Administradora, mediante aviso publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada investidor, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque ou solicite a convocação, conforme o caso, no mesmo ato, de Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação em vigor.

Nas hipóteses de substituição da Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Caso a Administradora renuncie às suas funções enquanto esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, tal renúncia somente será eficaz após a correspondente liquidação do Fundo ou deliberação da Assembleia Geral pela continuação do Fundo.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e enquanto tal evento não for sanado, os titulares de Cotas Subordinadas não poderão solicitar a substituição da Administradora.

Custodiante

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão foi contratado para realizar as atividades de custódia e controladoria do Fundo e de escrituração das Cotas.

Histórico e Atividades

O grupo Deutsche Bank está presente no Brasil desde 1911. Com sede em São Paulo, o Custodiante atua como banco múltiplo, com carteira comercial e de investimento, oferecendo um amplo leque de serviços e produtos financeiros para seus clientes – empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, instituições financeiras e investidores.

Atualmente, o grupo Deutsche Bank oferece seus serviços em 72 países, conta com mais de 80 mil colaboradores.

A unidade de *Global Transaction Banking* (GTB) do grupo Deutsche Bank oferece uma gama completa de serviços inovadores e líderes no mercado de gestão de caixa, financiamento de operações comerciais, mercado de capitais, aplicações e serviços fiduciários no Brasil.

Os serviços de *Trust & Securities* oferecem uma linha especializada de serviços fiduciários, de agente, de banco depositário, de custódia e administrativos para empresas brasileiras e para investidores institucionais.

O grupo Deutsche Bank ocupa uma posição de destaque no cenário mundial como prestador de serviços para o mercado de capitais. Destaca-se entre os grandes agentes na Ásia e também nas Américas. Através da área de *Direct Securities Services* (DSS), oferece a seus clientes acesso a mais de 31 mercados em 4 continentes: América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Essa presença mundial, juntamente com a gama de serviços oferecidos, possibilita aos clientes administrar seus ativos de uma forma mais efetiva e segura.

O DSS oferece a seus clientes soluções customizadas para a prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários, controladoria e escrituração de cotas para fundos de investimentos, serviços de custódia e representação local para investidores não-residentes.

Breve descrição de suas Funções

As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo e de escrituração de Cotas serão exercidas pelo Custodiante, de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia. Na prestação dos serviços acima referidos, o Custodiante trocará informações diretamente com a Cedente, conforme descrito no SLA.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356/01, no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de terceiros, será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) cobrar e receber, em nome do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios do Fundo, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas exclusivamente em conta de titularidade do Fundo;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta corrente de titularidade do Fundo;
- (c) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração do valor da Relação Diária, da Reserva de Caixa, do Índice de Liquidez e da Alocação de Investimento Mínima;
- (d) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o Fundo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (e) encaminhar à Administradora, mensalmente, o saldo em aberto dos Direitos Creditórios do Fundo, calculado com base no último Dia Útil do mês imediatamente anterior, bem como o montante de Direitos Creditórios do Fundo originados de contratos ou instrumentos que tenham sido liquidados no período.

No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Fundo, a:

- (a) conforme o caso, abrir e movimentar, contas correntes e contas de depósito específicas (1) no SELIC; (2) na CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições do Regulamento e do Contrato de Custódia, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora, sob a orientação da Gestora;
- (b) liquidar as operações realizadas pelo Fundo, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora, sob a orientação da Gestora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora, sob a orientação da Gestora, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto; e
- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

O Custodiante verificará o lastro da totalidade dos Direitos Creditórios Adquiridos em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar das respectivas Datas de Aquisição e Pagamento. Adicionalmente, em periodicidade trimestral, o Custodiante fará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios inadimplidos ou que tenham sido objeto de recompra, nos termos do Contrato de Cessão, durante o trimestre imediatamente anterior. Eventuais irregularidades apontadas nas Verificações de Carteira serão informadas à Administradora, a qual repassará tais informações à Agência Classificadora de Risco, ao Auditor Independente e à Cedente. Não havendo o recebimento da CCB original correspondente ao Direito Creditório Adquirido no prazo referido acima, seja pelo Custodiante ou por prestador de serviço contratado para a guarda dos Documentos Comprobatórios, a cessão do respectivo Direito Creditório será resilida.

O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem e sob sua total responsabilidade, terceiro para realizar: (a) a verificação do lastro dos Direitos Creditórios referida acima; e/ou (b) a guarda dos Documentos Comprobatórios.

O terceiro contratado nos termos acima não poderá ser o originador dos Direitos Creditórios, a Cedente, o Auditor Independente, o consultor especializado, se houver, e a Gestora ou partes relacionadas a eles, nos termos da regulamentação vigente.

Caso decida contratar terceiros nos termos acima, o Custodiante deverá possuir regras e procedimentos adequados para: (a) permitir o efetivo controle sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios sob a guarda do prestador de serviço contratado; e (b) diligenciar o cumprimento, pelo prestador de serviço contratado, das correspondentes obrigações previstas na regulamentação em vigor.

A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Custodiante será feita conforme a legislação em vigor.

Os serviços de cobrança escritural dos carnês e boletos de pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos serão prestados pelo Agente de Recebimento, que, em nome do Fundo, efetuará a cobrança ordinária e o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios Adquiridos, depositando os valores recebidos na conta corrente de titularidade do Fundo.

Os serviços de cobrança dos Devedores que não efetuarem o pagamento dos Direitos Creditórios do Fundo nas respectivas datas de vencimento serão prestados pelo Agente de Cobrança, em nome do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Anexo IV do Regulamento, mediante a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais. O Agente de Cobrança adotará, na cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos, os mesmos procedimentos utilizados na cobrança de direitos de crédito da Cedente.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto, sob o título “Contrato de Custódia” (“Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Custódia”).

Substituição do Custodiante

Desde que aprovado pela Assembleia Geral, a Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

Gestora

Para prestação dos serviços de gestão profissional dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, foi contratada a Oliveira Trust Servicer S.A.

Histórico e Atividades

Informações sobre o histórico e as atividades da Gestora se encontram na seção “Prestadores de Serviços” deste Prospecto, na subseção “Administradora”, sob o título “Histórico e Atividades” (“Prestadores de Serviços – Administradora – Histórico e Atividades”).

Breve descrição das Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Gestora

A Gestora será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras atribuições previstas na regulamentação em vigor, no Contrato de Gestão, no Regulamento ou neste Prospecto:

- (a) analisar e selecionar os Direitos Creditórios e os Outros Ativos para aquisição pelo Fundo, em estrita observância à política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, negociando os respectivos preços e condições;
- (b) observar as disposições da regulamentação aplicável com relação ao exercício profissional de administração de carteiras valores mobiliários;
- (c) tomar suas decisões de gestão da carteira do Fundo em consonância com as normas técnicas e administrativas adequadas às operações nos mercados financeiro e de capitais, observados os princípios de boa técnica de investimentos;
- (d) fornecer à Administradora e às autoridades fiscalizadoras, sempre que solicitada, na esfera de sua competência, informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira do Fundo;
- (e) assumir a defesa ou, quando não for possível, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, subsídios para que a Administradora defenda os interesses do Fundo diante de eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou quaisquer outras penalidades aplicadas pelas autoridades fiscalizadoras em decorrência das atividades desenvolvidas pela Gestora;
- (f) disponibilizar ao Agente de Armazenamento os Documentos Comprobatórios no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis após cada Data de Aquisição e Pagamento;
- (g) calcular e informar à Administradora, nas periodicidades previstas no Regulamento, o *Loan to Value* e o Preço de Aquisição; e
- (h) previamente à realização de cada subscrição e integralização de Cotas Seniores, obter cotações e, observado o disposto no Anexo VII ao Regulamento, contratar junto a Instituições Autorizadas, em nome do Fundo, o Cap de Taxa de Juros.

Remuneração da Gestora

A Gestora terá direito a receber a remuneração descrita nesta seção na seção “Prestadores de Serviços” deste Prospecto, na subseção “Administradora”, sob o título “Remuneração da Administradora” (“Prestadores de Serviços – Administradora – Remuneração da Administradora”).

Substituição da Gestora

Desde que aprovado pela Assembleia Geral, a Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra sociedade autorizada pela CVM para prestar os serviços de gestão profissional dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Agente de Cobrança

Foi contratada como Agente de Cobrança a Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

Breve descrição de suas Funções

Os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos vencidos e não pagos serão prestados pelo Agente de Cobrança, em nome do Fundo, de acordo com os procedimentos previstos no Anexo IV ao Regulamento, mediante a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais. Os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos vencidos e não pagos serão direcionados para conta corrente de titularidade do Fundo.

Além de prestar os serviços de cobrança, o Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário do Fundo, tem poderes para realizar os seguintes atos com relação aos Direitos Creditórios Adquiridos:

- (a) aceitar ou rejeitar a substituição dos veículos alienados fiduciariamente em garantia dos Direitos Creditórios Adquiridos, observando para tanto estritamente os mesmos critérios adotados pela Cedente para aceitação ou rejeição das garantias na concessão de Financiamentos e de Crédito Pessoal com Garantia; e
- (b) aceitar ou rejeitar que qualquer Devedor de Direitos Creditórios Adquiridos transfira para terceiros o respectivo Financiamento ou Crédito Pessoal com Garantia (ou as obrigações dele decorrentes), conforme critérios da política de concessão de crédito da Cedente constante do Anexo III do Regulamento.

O Agente de Cobrança compromete-se a enviar mensalmente à Administradora, à Gestora e ao Custodiante um relatório contendo informações sobre: (a) eventual substituição dos veículos alienados fiduciariamente em garantia de Direitos Creditórios do Fundo; e (b) eventual transferência a terceiros do Financiamento ou Crédito Pessoal com Garantia de qualquer dos Devedores, nos termos do item (b) acima.

Remuneração do Agente de Cobrança

Pelos serviços de cobrança contratados pelo Fundo por meio do Convênio de Cobrança, o Agente de Cobrança terá direito a receber uma remuneração equivalente a 4% (quatro por cento) ao ano, calculado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, sendo certo que referida remuneração não será líquida de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza.

Substituição do Agente de Cobrança

As disposições relativas à substituição e renúncia da Administradora descritas no item 7 do Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição da Gestora e do Custodiante.

Instituição Líder

A Instituição Líder será o Banco Ourinvest S.A.

Breve Histórico

A origem do grupo Ourinvest remete ao ano de 1979, quando foi criada a Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais propiciando o surgimento do primeiro instrumento de "Hedge Cambial" a ser colocado em prática no Brasil, contribuindo de maneira decisiva na transformação do "metal nobre" em ativo financeiro e institucionalizando este mercado no país.

Nos anos seguintes ampliaram-se as modalidades e a sofisticação do mercado financeiro e em 1991 o Banco Ourinvest S.A. foi integrado ao Grupo, operando nas carteiras de investimento, crédito, financiamento e câmbio integrando assim a estrutura das atividades financeiras do grupo Ourinvest.

Em 1996 complementando as atividades regulares do Banco, passou a administrar, no mercado brasileiro, carteiras com garantia do principal investido atreladas à variação do Índice Bovespa em moeda local. Tal tecnologia proporcionou a possibilidade de montar notas estruturadas utilizando-se de opções flexíveis e sofisticadas atreladas ao Índice Bovespa e listadas na antiga Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), em São Paulo.

Em 1998, o Banco Ourinvest participou como assessor financeiro do primeiro programa de privatização do Governo do Estado de São Paulo. Em consórcio com outras três empresas, inclusive uma operadora internacional de rodovias, ganhou a licitação para a operação do Lote Rodoviário 5 do Programa de Desestatização e Parcerias com a Iniciativa Privada do Governo do Estado de São Paulo. Esse projeto resultou na fundação da Vianorte S.A., que foi responsável pela manutenção e operação de 237 km de auto-estradas no trecho da Via Anhanguera e em outras estradas da região metropolitana de Ribeirão Preto (SP), bem como pela construção de 87 km de novas estradas.

Os diretores do Banco Ourinvest atuaram nesse projeto como membros do Conselho de Administração e consultores financeiros, tendo sido responsáveis pela captação de recursos necessários para investimentos da ordem de R\$250 milhões. Em 2005 o Grupo iniciou negociações com potenciais investidores na área de infraestrutura e esteve ativamente envolvido na venda e precificação do valor da Vianorte. Em 2006, o projeto foi vendido à OHL, empresa multinacional do setor.

Atuou como administrador de fundos de investimento imobiliário de 2000 até 2011, tendo se tornado em 2003 o maior administrador de fundos imobiliários do país, com um portfólio sob sua administração superior a R\$4 bilhões.

Desde 1999 o Banco Ourinvest vem atuando, com destaque, como coordenador líder ou contratado de ofertas públicas de cotas de fundos de investimento imobiliário e desde 2003 vem atuando na intermediação de negociações de cotas de fundos de investimento imobiliário no mercado de balcão organizado da BM&FBovespa.

Atua também na distribuição de produtos financeiros, tais como: Letras de Crédito Imobiliários - LCIs, Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, Cotas de Fundos Imobiliários - FII, Certificados de Depósitos Bancários - CDB, Cotas de Fundos de Recebíveis - FIDC, Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

Em 2004, o Banco Ourinvest, em associação com profissionais do mercado, fundou a Suppliercard, uma administradora de cartões, dos quais o Banco Ourinvest é o agente de financiamento e emissor, que reinventou a relação entre o fornecedor e sua rede de clientes, utilizando um sistema de cartão como solução de meio de pagamento.

Breve descrição de suas Funções

O Banco Ourinvest S.A. será a instituição líder.

O Banco Ourinvest realizará a distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição e observadas as disposições da Instrução CVM nº 400/03.

Informações adicionais sobre a função do Banco Ourinvest se encontram descritas na seção “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto, sob o título “Contrato de Distribuição” (“Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Distribuição”).

Remuneração da Instituição Líder

A Instituição Líder terá direito a receber a remuneração descrita sob o na seção “Sumário dos Contratos Relevantes” deste Prospecto, sob o título “Contrato de Distribuição” (“Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Distribuição”).

Substituição da Instituição Líder

Desde que aprovado pela Assembleia Geral, a Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

Auditor Independente

Foi contratada como Auditor Independente a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Poderão ser contratadas outras empresas de auditoria independente para realizar a revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e a análise da situação do Fundo e da atuação da Administradora, não sendo necessária a convocação de Assembleia Geral, para tanto. Contudo, a substituição do Auditor Independente, a qualquer tempo, somente poderá ocorrer mediante deliberação da Assembleia Geral.

Breve descrição de suas Funções

O Auditor Independente será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise da situação do Fundo e da atuação da Administradora, sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação vigente ou pelo Regulamento.

Remuneração do Auditor Independente

Pelos serviços prestados ao Fundo, o Auditor Independente terá direito a receber remuneração anual, paga diretamente pelo Fundo, no montante de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Substituição do Auditor Independente

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores 3ª Série a Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Breve descrição de suas Funções

A Agência Classificadora de Risco será responsável pela avaliação de risco tão-somente, das Cotas Seniores.

É atribuído à Agência Classificadora o risco de monitoramento constante das Cotas Seniores e a elaboração e divulgação de relatório de classificação de risco trimestral.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação referente às Cotas Subordinadas.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração pelos serviços prestados, paga diretamente pelo Fundo, no montante anual de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Substituição da Agência Classificadora de Risco

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a classificação de risco das Cotas Seniores, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

Conflitos de Interesse e Relações Societárias e Contratuais entre as Partes

Relacionamento entre a Instituição Líder e a Cedente

A Instituição Líder e a Cedente celebraram, em 25 de setembro de 2012, Acordo Operacional por meio do qual a Instituição Líder foi contratada para intermediar a venda de letras de câmbio de aceite da Cedente, recebendo em contrapartida uma remuneração. Nos termos do referido acordo, a Instituição Líder adquire as letras de câmbio para sua carteira e revende imediata ou oportunamente aos seus clientes. No balancete de 31 de outubro de 2013, a Instituição Líder possuía em sua carteira própria letras de câmbio num montante total de R\$398.482,74 (trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

Na presente Oferta, a Cedente e a Instituição Líder incorrerão em determinados custos relativos à Oferta, conforme descrito na seção “Informações Relativas à Oferta” deste Prospecto, sob o título “Demonstrativo do Custo da Oferta”, sendo que os custos relativos às comissões de estruturação e de colocação das Cotas Seniores da 3ª Série devidos à Instituição Líder serão pagos integralmente pela Cedente.

Relacionamento entre a Cedente, a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora atuava na administração dos seguintes Fundos de Investimento, para os quais o Custodiante também presta serviços de custódia, controladoria e escrituração das respectivas cotas e a Cedente cede direitos creditórios: (a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – III, inscrito no CNPJ sob o nº 08.203.825/0001-15; (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – VI, inscrito no CNPJ sob o nº 13.013.300/0001-57; (c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – VII, inscrito no CNPJ sob o nº 14.673.848/0001-96; e (d) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – VIII, inscrito no CNPJ sob o nº 17.212.528/0001-27.

Relacionamento entre a Administradora e a Gestora

A Gestora pertence ao mesmo grupo econômico da Administradora e presta serviços de gestão em diversos fundos administrados por esta.

Relacionamento entre a Gestora e a Cedente

Não há prévio relacionamento entre a Gestora e a Cedente. Além do presente Fundo, a Gestora prestará o serviço de gestão da carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos IX.

Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora atuava na administração dos seguintes Fundos de Investimento, para os quais o Custodiante também presta serviços de custódia, controladoria e escrituração das respectivas cotas: (a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB I, inscrito no CNPJ sob o nº 09.297.712/0001-99; (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatório Federal 4870-1, inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.146/0001-81; (c) DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais, inscrito no CNPJ sob o nº 10.436.207/0001-67; (d) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II, inscrito no CNPJ sob o nº 10.288.809/0001-14; (e) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – VI, inscrito no CNPJ sob o nº 13.013.300/0001-57; (f) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – VII, inscrito no CNPJ sob o nº 14.673.848/0001-96; (g) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – VIII, inscrito no CNPJ sob o nº 17.212.528/0001-27; (h) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Global Markets, inscrito no CNPJ sob o nº 14.666.594/0001-89; (i) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BCSul Verax Crédito Consignado II, inscrito no CNPJ sob o nº 07.238.838/0001-67; (j) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS, inscrito no CNPJ sob o nº 97.548.772/0001-02; e (k) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II, inscrito no CNPJ sob o nº 13.998.461/0001-47.

Relacionamento entre a Gestora e a Instituição Líder

Na data deste Prospecto, não há qualquer relacionamento entre a Gestora e a Instituição Líder.

Relacionamento entre a Gestora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Gestora presta serviços de gestão aos seguintes fundos custodiados pelo Custodiante: (a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB I, inscrito no CNPJ sob o nº 09.297.712/0001-99; (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatório Federal 4870-1, inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.146/0001-81; (c) DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais, inscrito no CNPJ sob o nº 10.436.207/0001-67; (d) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II, inscrito no CNPJ sob o nº 10.288.809/0001-14; (e) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – VI, inscrito no CNPJ sob o nº 13.013.300/0001-57; e (f) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II, inscrito no CNPJ sob o nº 13.998.461/0001-47.

Relacionamento entre a Administradora e a Instituição Líder

A Administradora manteve ou mantém relacionamento com a Instituição Líder em operações do mercado de capitais, diretamente ou envolvendo Fundos de Investimento ou Sociedades de Propósito Específico. A Administradora poderá, no futuro, contratar a Instituição Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para quaisquer operações necessárias para a condução de suas atividades. Da mesma forma, a Instituição Líder poderá contratar a Administradora ou sociedades de seu conglomerado econômico para quaisquer operações necessárias para a condução de suas atividades.

Relacionamento entre a Administradora e o Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é responsável pela auditoria, atualmente, do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.906/0001-50.

Além das relações contratuais mencionadas acima, não há conflitos de interesses ou outras relações societárias ou contratuais relevantes entre as partes envolvidas nos processos de origemação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, a saber a Instituição Líder, a Cedente, a Administradora, a Gestora, e o Custodiante.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Cessão

O Contrato de Cessão é celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Cedente dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, com interveniência e anuência do Custodiante. O Contrato de Cessão estabelece as regras e condições referentes a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Por meio da celebração dos termos de cessão, os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo em caráter definitivo. Os termos de cessão contêm, entre outras informações, a identificação dos Direitos Creditórios objeto da cessão, bem como os termos e condições a que tal cessão se subordina. Após sua celebração, os termos de cessão são considerados parte integrante do Contrato de Cessão.

Nos termos do Contrato de Cessão, os termos de cessão devem ser levados a registro em Registro de Títulos e Documentos, pela Administradora, em até 15 (quinze) dias a contar de sua celebração.

A contraprestação devida pelo Fundo pela cessão será o valor equivalente ao valor de face de tais Direitos Creditórios deduzidos da Taxa de Desconto. A Taxa de Desconto será a maior entre as seguintes: (a) taxa de desconto equivalente a 100% (cem por cento) da taxa de juros prefixada, na forma anual, do respectivo Financiamento e/ou do Crédito Pessoal com Garantia, a ser aplicada pelo número de dias entre a Data de Aquisição e Pagamento (ou seja, a data em que será considerada realizada a cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, conforme descrito neste Contrato) e o vencimento de cada uma das parcelas do respectivo Financiamento e/ou do Crédito Pessoal com Garantia; ou (b) o percentual da seguinte fórmula:

$$TDM = 1 + k = 1 + n \text{RemSen} \\ TDM = \left[\left[1 + \sum_{k=1}^n \text{RemSen}_k \right] * [1 + 37\%] \right] - 1$$

Onde:

TDM = Taxa Mínima de Desconto;

$K = 1, 2, \dots, n$ = Séries de Cotas Seniores em Circulação na Data de Aquisição;

RemSen_k = (1) para as série de Cotas Seniores com remuneração atrelada à Taxa DI:

$$\text{RemSen}_k = \left[\left[(1 + \text{TaxaDI}_d)^{252} * (1 + \text{Spread}_k) \right] - 1 \right] * \frac{VC_k}{PL}$$

(2) para as séries de Cotas Seniores corrigidas por índice de inflação:

$$\text{RemSen}_k = \left[\left[(1 + \text{Índice}_{\text{Acum12}}) * (1 + \text{Spread}_k) \right] - 1 \right] * \frac{VC_k}{PL}$$

TaxaDI_d = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com arredondamento da seguinte forma:

$$\text{TaxaDI}_d = \left(1 + \left(\frac{\text{TaxaDI}}{100} \right) \right)^{252} - 1$$

$Taxa_{DI}$ = Taxa DI, divulgada pela CETIP, apurada no dia anterior à cessão, calculada com base anual;

$\acute{I}ndice_{Acum12}$ = Índice de inflação acumulado nos últimos 12 (doze) meses da data da cessão;

$Spread_k$ = Sobretaxa, entendida esta como a apuração do valor médio dos Spreads de cada série em circulação;

VC_k = Valor das cotas seniores da respectiva série K em circulação na data da respectiva cessão;

PL = Patrimônio Líquido do Fundo na data da respectiva cessão;

Todos os pagamentos devidos nos termos do Contrato de Cessão serão pagos (a) se devidos à Cedente, mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação; e (b) se devidos ao Fundo, mediante crédito na conta corrente de nº 06026-90, mantida na agência 0454 do Banco HSBC Bank Brasil S.A., valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.

Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão foi celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora.

Nos termos do Contrato de Gestão, a Gestora foi contratada para prestar os serviços de gestão profissional dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo.

Pela prestação dos serviços contratados, o Fundo pagará à Gestora a remuneração descrita na seção “Prestadores de Serviços” do presente Prospecto, sob o título “Remuneração da Administradora” (“Prestadores de Serviços – Remuneração da Administradora”).

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

Pelos serviços de custódia qualificada e controladoria de ativos, a remuneração devida ao Custodiante pelo Fundo, representado pela Administradora, nos termos do Contrato de Custódia, é equivalente a percentual sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, nos termos da tabela anexa:

Patrimônio Líquido (milhões R\$)	Percentual ao ano (% a.a.)
Até 100	0,30
De 100,1 até 200	0,25
Acima de 200,1	0,20

A remuneração descrita acima será calculada diariamente, em Dias Úteis, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos). O valor da remuneração do Custodiante será reajustado anualmente pelo IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo.

As remunerações do Custodiante serão pagas mensalmente, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme constante no Anexo I do Contrato de Custódia.

O Contrato de Custódia permanecerá em vigor até a liquidação do Fundo.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição é um instrumento firmado entre a Administradora e a Instituição Líder, por meio do qual a Administradora contratou a Instituição Líder para distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação.

A Instituição Líder fará jus a uma remuneração de 2,00% (dois por cento) sobre o valor de cada integralização de Cotas Seniores da 3ª Série realizada. Esta remuneração não será paga pelo Fundo, devendo ser paga pela Cedente à Instituição Líder, mensalmente, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente à data de cada integralização.

Nos termos do Contrato de Distribuição, a Instituição Líder está obrigada a:

- (a) assessorar a Administradora e o Fundo na elaboração e publicação de todo o material necessário à distribuição, inclusive na redação deste Prospecto;
- (b) acompanhar, juntamente com a Administradora e o Fundo, o registro da distribuição junto à CVM;
- (c) comunicar imediatamente à CVM eventual rescisão, resolução, denúncia, revogação, rescisão ou alteração do Contrato de Distribuição;
- (d) remeter à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, os mapas-relatórios indicativos do movimento de distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série;
- (e) receber e processar todos os pedidos de subscrição das Cotas Seniores da 3ª Série, fazendo uso de todos os recursos que tiver disponíveis para a boa realização da distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série; e
- (f) manter este Prospecto à disposição do público, prestando ao público todas as informações que lhe sejam solicitadas referentes à distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série.

Cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores para consulta ou cópia na sede da Administradora.

Contrato de Garantia de Liquidez, de Estabilização de Preço e/ou Contrato de Opção de Colocação das Cotas do Lote Suplementar

Não há contrato de garantia de liquidez e de estabilização de preço.

Não há contrato de opção de colocação das Cotas do Lote Suplementar.

ANEXOS

ANEXO I	- REGULAMENTO CONSOLIDADO E SUPLEMENTO
ANEXO II	- RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO E RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
ANEXO III	- ATA DA ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013
ANEXO IV	- DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E DA ADMINISTRADORA
ANEXO V	- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE
ANEXO VI	- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

REGULAMENTO CONSOLIDADO E SUPLEMENTO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS VEÍCULOS II**



ÍNDICE

1. OBJETO.....	2
2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO.....	2
3. PRAZO DE DURAÇÃO.....	2
4. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	2
5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA.....	3
6. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA.....	6
7. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA.....	8
8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS.....	8
9. FATORES DE RISCO.....	13
10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	23
11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	26
12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	27
13. COTAS DO FUNDO.....	27
14. VALORIZAÇÃO DAS COTAS.....	32
15. AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS.....	33
16. RESERVA DE CAIXA E ÍNDICE DE LIQUIDEZ.....	34
17. REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO DIÁRIA, DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA, RESERVA DE CAIXA E ÍNDICE DE LIQUIDEZ.....	36
18. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	36
19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E COTAS DE CADA CLASSE.....	37
20. ASSEMBLEIA GERAL.....	37
21. EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	41
22. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO.....	44
23. ENCARGOS DO FUNDO.....	47
24. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS.....	48
25. PUBLICAÇÕES.....	49
26. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	50
27. FORO.....	50
ANEXO I.....	51
ANEXO II.....	63
ANEXO III.....	65
ANEXO IV.....	68
ANEXO V.....	70
ANEXO VI.....	72
ANEXO VII.....	74

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



O "Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II", disciplinado pela Resolução 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e, em especial, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, será regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os termos e expressões utilizados no Regulamento quando iniciados por letra maiúscula têm o significado a eles atribuídos no Anexo I do Regulamento, aplicáveis tanto no singular quanto no plural.

1. OBJETO

1.1 O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II, doravante designado "Fundo", tem por objeto a captação de recursos para aquisição, nos termos da política de investimento descrita no presente Regulamento, de direitos creditórios do segmento financeiro, originados e cedidos pela Cedente, em razão da concessão de Financiamentos e de Crédito Pessoal com Garantia, garantidos por alienação fiduciária de veículos, entre a Cedente e seus clientes residentes e domiciliados no Brasil.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos ou em caso de liquidação do Fundo.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos. O Fundo somente poderá ser liquidado ao término de seu prazo de duração ou nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento.

4. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

4.1 O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 36.113.876/0001-91.

4.2 A gestão da carteira do Fundo será inicialmente realizada pela Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 7.446, de 13 de outubro de 2003, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 02.150.453/0001-20. No entanto, poderá ser convocada

Assembleia Geral, a qualquer tempo, para deliberar sobre a contratação de nova empresa gestora, a qual deverá concordar e cumprir com todas as obrigações atribuídas a ela neste Regulamento.



4.3 A escrituração de Cotas, custódia e controladoria de ativos e passivos do Fundo serão realizadas pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob nº 62.331.228/0001-11.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

5.1 A Administradora, observadas as limitações legais e regulamentares, assim como as constantes do Regulamento, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer os direitos inerentes aos bens e direitos de titularidade do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações de terceiros contratados para prestação de serviços ao Fundo.

5.2 Sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares, a Administradora obriga-se a:

- (a) observar as obrigações estabelecidas pela regulamentação pertinente, incluindo, mas não se limitando ao disposto no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01;
- (b) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo, o presente Regulamento, seus anexos e aditamentos e os Suplementos em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- (c) divulgar, nas formas previstas na regulamentação em vigor, todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- (d) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- (e) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos seguintes índices e critérios e disponibilizar tais informações aos Cotistas, à Cedente e à Agência Classificadora de Risco até o 10º (décimo) Dia Útil do mês seguinte às datas de verificação:
 - (1) índices de performance (percentual de atrasos dos Direitos Creditórios Adquiridos nos seguintes intervalos de tempo: (i) de 1 (um) a 30 (trinta) dias; (ii) de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias; (iii) de 61 (sessenta e um) a 120 (cento e vinte) dias; (iv) de 121 (cento e vinte e um) a 180 (cento e



- oitenta) dias; e (v) superiores a 180 (cento e oitenta) dias, conforme calculados e informados pela Gestora;
- (2) Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas e Relação Diária, com base nos dados disponibilizados pelo Custodiante;
 - (3) Alocação de Investimento Mínima, com base nos dados disponibilizados pelo Custodiante;
 - (4) Reserva de Caixa, conforme calculada e informada pela Gestora, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante;
 - (5) Índice de Liquidez, conforme calculado e informado pela Gestora, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante;
 - (6) demonstrativos de concentração relativos aos bens financiados, elaborados com base nas informações fornecidas pela Cedente e disponibilizadas pelo Custodiante; e
 - (7) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas e com a indicação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, conforme calculado e disponibilizado pelo Custodiante.
- (f) proceder, às expensas e em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco, do Auditor Independente e à celebração dos Documentos da Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Fundo;
- (g) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, RAET, ou ainda de regimes similares, com relação ao Agente de Recebimento, ou ainda com relação à(s) instituição(ões) financeira(s) em que o Fundo mantenha conta corrente, requerer, às expensas do Fundo, o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo;
- (h) disponibilizar à Agência Classificadora de Risco, mensalmente, o saldo em aberto dos Direitos Creditórios do Fundo no último Dia Útil do mês imediatamente anterior, bem como o montante de Direitos Creditórios do Fundo originados de contratos ou instrumentos que tenham sido liquidados antecipadamente, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante;
- (i) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco e ao Custodiante a ocorrência dos seguintes eventos:



- (1) substituição da Administradora, do Auditor Independente, do Custodiante ou, ainda, contratação ou substituição da Gestora;
 - (2) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - (3) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização; e
- (j) monitorar, diretamente ou por terceiros, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas à Cedente, ao Custodiante e à Gestora, nos termos do (1) Contrato de Cessão, (2) do Contrato de Cobrança, (3) do Contrato de Custódia, (4) do SLA e (5) do Contrato de Gestão, respectivamente.

5.3 É vedado à Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas Seniores.

5.3.1 As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.4 Excetuam-se ao disposto no item 5.3.1 acima, os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil, integrantes da carteira do Fundo.

5.5 É, ainda, vedado à Administradora, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 356/01:

- (a) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios Adquiridos e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; e
- (b) emitir qualquer classe de Cotas ou Série em desacordo com este Regulamento.



6. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA

6.1 A Administradora receberá, mensalmente, a título de Taxa de Administração, pelos serviços de administração do Fundo, o equivalente ao maior valor entre:

- (a) 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) o piso mensal de R\$12.930,00 (doze mil, novecentos e trinta reais), sendo certo que nos 6 (seis) primeiros meses contados da Data de Integralização Inicial, o piso será de R\$10.780,00 (dez mil, setecentos e oitenta reais). A Administradora instruirá o Custodiante sobre o disposto anteriormente, e o informará sobre de qualquer alteração a respeito.

6.1.1 Para o caso do item (a) acima, a Taxa de Administração será calculada conforme descrito a seguir:

$$TA = \left(X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right)$$

Onde:

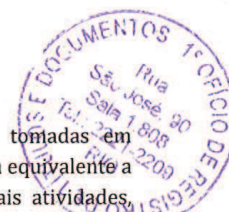
TA = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil;

X = Percentual anual fixo, sendo X igual a 0,10% (dez centésimo por cento); e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio Líquido no Dia Útil anterior.

6.2 A Taxa de Administração será provisionada diariamente e paga mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, devida a primeira Taxa de Administração no último Dia Útil do mês da Data de Integralização Inicial, e as demais Taxas de Administração no último Dia Útil de cada mês subsequente.

6.3 Serão acrescidos mensalmente à Taxa de Administração os tributos incidentes sobre a remuneração descrita acima, a saber: ISS, PIS, COFINS, CSLL, IR retido na fonte e quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre a Taxa de Administração, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento. O acima disposto será instruído pela Administradora ao Custodiante.



6.4 No caso de participação e implementação das decisões tomadas em Assembleia Geral, será devida uma remuneração adicional à Administradora equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades, pagas em até 5 (cinco) dias após comprovação, pela Administradora, por meio da entrega de "relatório de horas" enviado aos Cotistas. A Administradora instruirá o Custodiante sobre o provisionamento e o pagamento desta remuneração.

6.5 Adicionalmente ao disposto nos itens acima, será acrescido à Taxa de Administração, para posterior repasse à Gestora, o maior dos seguintes valores:

- (a) 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o patrimônio representado pelo total das Cotas Seniores em Circulação; e
- (b) o piso mensal de R\$4.000,00 (quatro mil reais);

6.6 A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a outras prestadoras de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

6.7 O equivalente a 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Administração devida à Administradora será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ sob nº 02.150.453/0001-20, na qualidade de prestadora de serviços para a Administradora, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem quaisquer custos adicionais para o Fundo. Tal valor será deduzido da Taxa de Administração devida à Administradora. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará à Administradora serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando a, serviços de (a) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Administradora; e (b) elaboração e atualização do *website* onde serão disponibilizadas aos Cotistas, todas as informações pertinentes ao Fundo.

6.8 Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral para contratação de nova empresa gestora, nos termos do item 4.2, acima, deverá ser definida a remuneração da Gestora, que em nenhuma hipótese poderá ser superior ao maior dos seguintes valores: (a) 0,08% (oito centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, ou (b) R\$8.000,00 (oito mil reais) ao mês. Referida remuneração será incorporada à Taxa de Administração, nos termos do disposto no item 6.5, acima, e paga diretamente pelo Fundo à Gestora.

6.9 A Taxa de Administração acima não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídos, igualmente, os encargos do Fundo previstos no item 23 do Regulamento.

6.10 O Fundo não cobrará taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

6.11 Os valores previstos nos itens 6.1, 6.4 e 6.5 (b), acima, serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGPM a partir da Data de Integralização Inicial. A Administradora informará ao Custodiante sempre e quando houver alteração na Taxa de Administração descrita acima.

7. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

7.1 A Administradora, mediante aviso publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque ou solicite a convocação, conforme o caso, no mesmo ato, de Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação em vigor.

7.1.1 Nas hipóteses de substituição da Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

7.1.2 Caso a Administradora renuncie às suas funções enquanto esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, tal renúncia somente será eficaz após a correspondente liquidação do Fundo ou deliberação da Assembleia Geral pela continuação do Fundo.

7.2 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e enquanto tal evento não for sanado, os titulares de Cotas Subordinadas não poderão solicitar a substituição da Administradora.

8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

8.1 A Administradora pode contratar, a expensas do Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do Diretor Designado, serviços de:

- (a) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, observado o disposto no item 4.2;
- (b) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo; e
- (c) agente de cobrança, para cobrar e receber, em nome do Fundo, Direitos Creditórios inadimplidos, observado o disposto no inciso VII do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

8.2 Nos termos do item 4.2 acima, a Oliveira Trust Servicer S.A. assumirá as funções de gestora, podendo, no entanto, a critério da Assembleia Geral, ser substituída por nova empresa devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários. Neste caso, a nova Gestora poderá ser contratada, nos termos do item 8.1 (a) acima, para realizar os serviços de gestão da carteira do Fundo e terá amplos e gerais poderes para gerir os Direitos Creditórios Adquiridos e Outros Ativos constantes da carteira do Fundo.

8.2.1 Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor e pelo presente Regulamento, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) tomar as providências que sejam cabíveis no que se refere à seleção e indicação dos Direitos Creditórios e outros ativos a serem adquiridos pelo Fundo;
- (b) realizar o controle diário do valor das Cotas e lançamentos contábeis do Fundo;
- (c) realizar o controle e a gestão do caixa do Fundo;
- (d) observar e respeitar a política de investimento do Fundo, conforme estabelecida neste Regulamento;
- (e) observar as disposições da regulamentação aplicável com relação à sua atividade, incluindo, mas não se limitando às normas de conduta, vedações e obrigações previstas na regulamentação vigente;
- (f) fornecer à Administradora e às autoridades fiscalizadoras, sempre que solicitado, na esfera de sua competência, informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira do Fundo; e
- (g) às suas expensas, assumir a defesa ou, quando não for possível, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, subsídios para que a Administradora defenda os interesses do Fundo diante de eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou quaisquer outras penalidades aplicadas pelas autoridades fiscalizadoras em decorrência das atividades desenvolvidas pela Gestora.

8.2.2 As disposições relativas à substituição da Administradora descritas no item 7 deste Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição da Gestora, na hipótese de sua contratação, conforme o caso, nos termos do item 4.2, acima.

8.3 As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo e de escrituração de Cotas serão exercidas pelo Custodiante, de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia. Na prestação dos serviços acima referidos, o Custodiante trocará informações diretamente com a Cedente, conforme descrito no SLA.

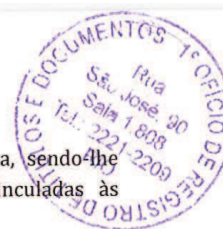
8.4 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356/01, no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de terceiros, será responsável pelas seguintes atividades:



- (a) cobrar e receber, em nome do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios do Fundo, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas exclusivamente em conta de titularidade do Fundo;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta corrente de titularidade do Fundo;
- (c) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração do valor da Relação Diária, da Reserva de Caixa, do Índice de Liquidez e da Alocação de Investimento Mínima;
- (d) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o Fundo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- (e) encaminhar à Administradora, mensalmente, o saldo em aberto dos Direitos Creditórios do Fundo, calculado com base no último Dia Útil do mês imediatamente anterior, bem como o montante de Direitos Creditórios do Fundo originados de contratos ou instrumentos que tenham sido liquidados no período.

8.5 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Fundo, a:

- (a) conforme o caso, abrir e movimentar, contas correntes e contas de depósito específicas (1) no SELIC; (2) na CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições do Regulamento e do Contrato de Custódia, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora, sob a orientação da Gestora;
- (b) liquidar as operações realizadas pelo Fundo, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora, sob a orientação da Gestora;
- (c) efetuar, às expensas do Fundo, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora, sob a orientação da Gestora, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto; e



- (d) somente acatar ordens de pessoas autorizadas da Administradora, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

8.6 O Custodiante verificará o lastro da totalidade dos Direitos Creditórios Adquiridos em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar das respectivas Datas de Aquisição e Pagamento. Adicionalmente, em periodicidade trimestral, o Custodiante fará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios inadimplidos ou que tenham sido objeto de recompra, nos termos do Contrato de Cessão, durante o trimestre imediatamente anterior. Eventuais irregularidades apontadas nas Verificações de Carteira serão informadas à Administradora, a qual repassará tais informações à Agência Classificadora de Risco, ao Auditor Independente e à Cedente. Não havendo o recebimento da CCB original correspondente ao Direito Creditório Adquirido no prazo referido acima, seja pelo Custodiante ou por prestador de serviço contratado para a guarda dos Documentos Comprobatórios, a cessão do respectivo Direito Creditório será resilida.

8.6.1 O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem e sob sua total responsabilidade, terceiro para realizar: (a) a verificação do lastro dos Direitos Creditórios referida no item 8.6 acima; e/ou (b) a guarda dos Documentos Comprobatórios.

8.6.1.1 O terceiro contratado nos termos dos itens 8.6.1 (a) e (b) não poderá ser o originador dos Direitos Creditórios, a Cedente, o Auditor Independente, o consultor especializado, se houver, e a Gestora ou partes relacionadas a eles, nos termos da regulamentação vigente.

8.6.1.2 Caso decida contratar terceiros nos termos do item 8.6.1, acima, o Custodiante deverá possuir regras e procedimentos adequados para: (a) permitir o efetivo controle sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios sob a guarda do prestador de serviço contratado; e (b) diligenciar o cumprimento, pelo prestador de serviço contratado, das correspondentes obrigações previstas na regulamentação em vigor.

8.7 A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Custodiante será feita conforme a legislação em vigor.

8.8 Os serviços de cobrança escritural dos carnês e boletos de pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos serão prestados pelo Agente de Recebimento, que, em nome do Fundo, efetuará a cobrança ordinária e o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios Adquiridos, depositando os valores recebidos na conta corrente de titularidade do Fundo.

8.9 Os serviços de cobrança dos Devedores que não efetuarem o pagamento dos Direitos Creditórios do Fundo nas respectivas datas de vencimento serão prestados pelo Agente de Cobrança, em nome do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Anexo IV do Regulamento, mediante a adoção de medidas judiciais e

extrajudiciais. O Agente de Cobrança adotará, na cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos, os mesmos procedimentos utilizados na cobrança de direitos de crédito da Cedente.



8.9.1 A Administradora poderá substituir o Agente de Cobrança na prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos.

8.9.2 Além de prestar os serviços de cobrança, o Agente de Cobrança, na qualidade de mandatário do Fundo, terá poderes para realizar os seguintes atos com relação aos Direitos Creditórios Adquiridos:

- (a) aceitar ou rejeitar a substituição dos veículos alienados fiduciariamente como garantia de pagamento de qualquer dos Direitos Creditórios do Fundo, observando para tanto estritamente os mesmos critérios adotados pela Cedente para aceitação ou rejeição de garantias na concessão de Financiamentos e de Crédito Pessoal com Garantia; e
- (b) aceitar ou rejeitar que qualquer Devedor de Direitos Creditórios Adquiridos transfira para terceiros o respectivo Financiamento ou Crédito Pessoal com Garantia (ou as obrigações dele decorrentes), conforme os mesmos critérios da política de concessão de crédito da Cedente constante do Anexo III do Regulamento.

8.9.2.1 O Agente de Cobrança compromete-se a enviar mensalmente à Administradora, à Gestora e ao Custodiante um relatório contendo informações sobre: (a) eventual substituição dos veículos alienados fiduciariamente em garantia de Direitos Creditórios do Fundo; e (b) eventual transferência a terceiros do Financiamento ou Crédito Pessoal com Garantia de qualquer dos Devedores, nos termos do item 8.9.2 (b) acima.

8.10 As disposições relativas à substituição e renúncia da Administradora descritas no item 7 deste Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição da Gestora, nos termos do item 8.2.2, acima, e do Custodiante.

8.10.1 Na hipótese de deliberação da Assembleia Geral pela substituição do Custodiante, a qual será condicionada ao pagamento da totalidade dos valores devidos ao Custodiante em decorrência da prestação dos serviços previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, este deverá permanecer no exercício regular de suas funções até que seja efetivamente substituído, o que deverá ocorrer em no máximo 90 (noventa) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral, sob pena de liquidação antecipada do Fundo.

8.10.2 Expirado este prazo, a Administradora poderá promover a consignação dos títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo na forma do artigo 334 do Código Civil.



9. FATORES DE RISCO

9.1 Os investimentos no Fundo apresentam riscos, notadamente aqueles abaixo indicados. Mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e os demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação ou perda de valor dos Direitos Creditórios do Fundo e dos Outros Ativos, pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos, ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate das Cotas, nos termos do Regulamento. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente o Regulamento, especialmente este item 9, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

9.1.1 Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente dos riscos de seu investimento, e expressar sua concordância em ainda assim realizá-lo, por meio de assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento.

9.2 Riscos de Mercado

9.2.1 *Descasamento de Taxas.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores podem ter como parâmetro taxas diferentes daquelas utilizadas para os Direitos Creditórios. Se essas taxas se elevarem substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. A Cedente, o Custodiante, a Gestora, o Fundo e a Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

9.2.2 *Rentabilidade dos Outros Ativos inferior ao Benchmark das Cotas.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos. No entanto, os Outros Ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à taxa utilizada como parâmetro de remuneração das Cotas Seniores, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores. Nessa hipótese, os titulares de Cotas Seniores poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetadas negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem a Cedente, nem o Custodiante, nem a Gestora, nem a Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

9.2.3 *Flutuação de Preços dos Ativos.* Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo estão sujeitos a oscilações e poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas em geral, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que

integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores aos da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas poderá ser afetada negativamente.



9.2.4 *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.* O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como (a) alterações nas taxas de juros; (b) alterações na legislação e regulamentação aplicáveis ao crédito consignado; (c) alterações na política fiscal; (d) a especulação sobre eventuais atos futuros do governo; e (e) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios Adquiridos.

9.3 Riscos de Crédito

9.3.1 *Inexistência de Garantia das Aplicações do Fundo.* As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou da Cedente. Igualmente, nem o Fundo nem a Administradora ou a Gestora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

9.3.2 *Inadimplência dos Devedores.* Caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Devedores dos Direitos Creditórios Adquiridos, a rentabilidade da carteira do Fundo dependerá prioritariamente da cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos pelo Agente de Cobrança e/ou da execução das respectivas garantias. Na hipótese de referida cobrança não ser bem sucedida e/ou não ser possível executar as garantias ou o preço obtido na venda dos veículos ser insuficiente para cobrir a dívida com o Fundo, a rentabilidade das Cotas poderá ser afetada negativamente.

9.3.3 *Inadimplência dos emissores e/ou devedores dos Outros Ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos, conforme especificados na política de investimento descrita no Regulamento. Os Outros Ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores e/ou devedores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

9.3.4 *Risco de Pré-Pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos.* Os Devedores dos Direitos Creditórios Adquiridos poderão liquidar antecipadamente os montantes devidos nos termos dos respectivos Financiamentos ou Crédito Pessoal com Garantia. O pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos antes de seu vencimento pode impactar o Fundo de forma adversa, na medida em que o valor efetivamente pré-pago pelo Devedor pode não corresponder ao montante originalmente esperado, afetando a rentabilidade do Fundo.

9.3.5 *Risco de Concentração em Títulos Públicos.* Com relação à parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios originados e cedidos pela Cedente, é permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, diretamente ou indiretamente através de aplicação em cotas de fundos de investimento, ativos emitidos pelo Tesouro Nacional, ou emitidos pelo Bacen. Se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Bacen não honrar seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

9.3.6 *Fatores Macroeconômicos.* Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como alteração adversa das taxas de juros e/ou dos índices de inflação, baixos índices de crescimento econômico, aumento do preço dos combustíveis, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Adquiridos, provocando perdas patrimoniais aos Cotistas do Fundo.

9.3.7 *Venda dos Veículos objeto de alienação fiduciária.* Os Direitos Creditórios Adquiridos são oriundos de Financiamentos e Crédito Pessoal com Garantia e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. O registro da alienação fiduciária dos veículos dados em garantia, porém, permanece em nome da Cedente, sendo que a efetiva transferência ao Fundo somente ocorrerá nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão, caso o Fundo decida executar qualquer dessas garantias sem a intermediação da Cedente. Caso seja necessária a execução do Devedor, é possível que a transferência da titularidade do registro da alienação fiduciária do veículo para o nome do Fundo, quando necessária, demore mais do que o esperado, o que pode dificultar ou mesmo impedir a execução da garantia. Se isso ocorrer, o patrimônio do Fundo poderá ser reduzido, afetando negativamente o rendimento das Cotas.

9.3.8 *Risco de Originação - Modificação de Créditos por Decisão Judicial.* Os Direitos Creditórios Adquiridos são oriundos de Financiamentos e de Crédito Pessoal com Garantia, que podem eventualmente ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Adquiridos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.



9.4 Riscos de Liquidez

9.4.1 *Inexistência de Mercado Secundário para Negociação de Direitos Creditórios.* O Fundo se enquadra em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo.

9.4.2 *Falta de Liquidez dos Outros Ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor e/ou devedor), o que poderia, eventualmente, afetar os pagamentos de amortização e/ou resgate aos Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

9.4.3 *Fundo Fechado e Mercado Secundário.* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração ou em virtude de sua liquidação. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (a) por ocasião das Amortizações Programadas ou eventuais; ou (b) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Administradora, da Gestora, da Cedente ou do Custodiante em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

9.4.4 *Liquidação Antecipada.* As Cotas Seniores serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no Suplemento de cada Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação do Fundo, elencados nos itens 22 e 23 do Regulamento. Assim, há a possibilidade de os titulares das Cotas receberem valores antecipadamente, eventualmente inferiores aos esperados.

9.4.5 *Observância da Reserva de Caixa Não Constitui Garantia de Pagamento.* O Fundo deve observar uma Reserva de Caixa, de modo que detenha ativos (Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos) com liquidez ou vencimento em data compatível e suficientes para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores, nos termos do item 15 do Regulamento. No entanto, é possível que eventualmente o Fundo não consiga cumprir a Reserva de Caixa. É também possível que, não obstante a devida observância da Reserva de Caixa, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a Reserva de Caixa não constitui garantia de pagamento das Amortizações Programadas de Cotas Seniores.



9.4.6 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo.* O Fundo poderá ser liquidado em algumas hipóteses previstas no Regulamento, especificamente aquelas previstas nos itens 22 e 23 do Regulamento. Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas. Neste caso, (a) os Cotistas poderiam ter suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios Adquiridos, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada para as Cotas Seniores; ou (b) o resgate das Cotas ficaria condicionado (1) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Adquiridos; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o Patrimônio Líquido. Nessas situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

9.5 Riscos Operacionais

9.5.1 *Falhas ou Interrupção da Prestação de Serviços do Agente de Cobrança.* A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores, o que pode levar a perdas patrimoniais e à queda da rentabilidade do Fundo.

9.6 Riscos de Descontinuidade

9.6.1 *Liquidação Antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado por diversas razões, contempladas nos itens 22 e 23 do Regulamento. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos Cotistas (o que não é garantido pela Administradora, Gestora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros), é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu as Cotas.

9.6.2 *Recebimento Antecipado de Valores.* A amortização das Cotas Seniores dar-se-á na forma estabelecida no Suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como a amortização compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas Seniores receberem valores de forma antecipada, o que eventualmente pode frustrar a expectativa inicial do investidor. Ademais, ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, pode não haver recursos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de os Direitos Creditórios Adquiridos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (a) os Cotistas teriam suas Cotas Seniores resgatadas em Direitos Creditórios Adquiridos; ou (b) o pagamento do resgate das Cotas Seniores ficaria condicionado (1) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios do Fundo a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

9.6.3 *Observância da Alocação Mínima.* O Fundo deve adquirir preponderantemente Direitos Creditórios. Entretanto, não há garantia de que a Cedente conseguirá ou desejará originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazer

frente aos níveis mínimos exigidos de alocação de recursos do Fundo em Direitos Creditórios. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios.



9.7 Riscos da Cedente

9.7.1 *Descumprimento do Contrato de Cessão.* Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, a Cedente cederá Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez e se desenquadre em relação às exigências de alocação de recursos em Direitos Creditórios. Essa hipótese poderia levar a prejuízos ao Fundo ou até à sua liquidação antecipada.

9.7.1.1 Adicionalmente, nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a seu critério, declarar resilida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia à Cedente, inclusive na hipótese de pagamento do Preço de Aquisição por meio da subscrição de Cotas Subordinadas, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão de todo e qualquer contrato de Financiamento ou de Crédito Pessoal com Garantia, cujo(s) respectivo(s) Direito(s) Creditório(s) atenda(m) a pelo menos uma das condições resolutivas da cessão previstas no Contrato de Cessão (incluindo, mas não se limitando a, não confirmação, pelo Agente de Armazenamento, da disponibilização pela Cedente dos Documentos Comprobatórios, em até 7 (sete) Dias Úteis a contar da respectiva Data de Aquisição e Pagamento). Nesses casos, a Cedente deverá restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Administradora informar à Cedente a decisão pela resolução da cessão, o Preço de Aquisição referente aos Direitos Creditórios cuja cessão estiver sendo resilida, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição e Pagamento até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a mesma taxa de desconto utilizada quando da cessão, descontando os valores efetivamente recebidos pelo Fundo referentes aos Direitos Creditórios objeto da condição resolutiva da cessão. Caso a Cedente descumpra sua obrigação de restituição do Preço de Aquisição, conforme descrita no Contrato de Cessão, o Fundo poderá manter, em sua carteira, Direitos Creditórios com relação aos quais tenha se verificado o atendimento de uma ou mais condições resolutivas da cessão, tendo seus procedimentos de cobrança, por exemplo, dificultados, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

9.7.2 *Diminuição da Quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos e Crédito Pessoal com Garantia e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Regulamento, bem como atender aos Critérios de Elegibilidade. Na hipótese de, por qualquer motivo, (a) deixarem de ocorrer tais empréstimos e financiamentos; e/ou (b) não existirem Direitos Creditórios

disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento aqui descrita, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo.



9.7.3 *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente.* A intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento do percentual da alocação mínima, levando à liquidação do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas.

9.7.4 *Recompra Facultativa.* Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente poderá realizar a recompra facultativa dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos, por valor justo. O exercício de tal faculdade poderá dificultar a determinação do perfil de inadimplência da carteira do Fundo e, conseqüentemente, do risco de crédito a que o Fundo está sujeito, o que pode acarretar distorção na apuração do desempenho dos Direitos Creditórios do Fundo. Por outro lado, caso não ocorra tal recompra facultativa, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Devedores, uma parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas Seniores ou mesmo causar perdas ao Patrimônio Líquido.

9.8 Outros Riscos

9.8.1 *Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios.* Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- (a) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- (b) fraude de execução, caso (1) quando da cessão, a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (2) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- (c) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

9.8.2 *Risco Proveniente do Uso de Derivativos.* O Fundo contratará operações de Cap de Taxa de Juros, que consistem em negócios em mercados de derivativos, tendo como contrapartes as Instituições Autorizadas, com o objetivo exclusivo de proteger a carteira do Fundo contra oscilações das taxas de juros. A realização de tais operações pelo Fundo pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que podem representar perdas patrimoniais ao Fundo, e conseqüentemente aos Cotistas, mas referidas perdas

patrimoniais estarão limitadas ao valor do prêmio a ser pago pela contratação do Cap de Taxa de Juros.



9.8.3 *Risco de Concentração.* O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração de sua carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

9.8.4 *Risco de Fungibilidade – Intervenção, Liquidação, Falência ou Aplicação de Regimes Similares ao Agente de Recebimento.* Na hipótese de intervenção no Agente de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios poderia ser interrompido e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderia sofrer perdas e a rentabilidade das Cotas poderia ser afetada negativamente.

9.8.5 *Guarda dos Documentos Comprobatórios.* O Custodiante será fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel próprio ou em imóvel de terceiro subcontratado. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Custodiante ou por qualquer instituição subcontratada por este para prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança de créditos inadimplidos dos respectivos Devedores pelo Agente de Cobrança, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

9.8.6 *Entrega dos Documentos Comprobatórios pela Cedente.* Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente obriga-se a transferir os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Cedidos ao Agente de Armazenamento, conforme definido no Contrato de Cessão, na forma e em local previamente informado pelo Custodiante, em até 7 (sete) Dias Úteis após cada Data de Aquisição e Pagamento. Na hipótese de a Cedente não entregar ao referido Agente de Armazenamento os Documentos Comprobatórios, a cessão dos Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios não tiverem sido entregues será resilida de pleno direito, observado o disposto no Contrato de Cessão. Assim, é possível que nem todos os Direitos Creditórios ofertados e aprovados, nos termos do presente Regulamento, permaneçam na carteira do Fundo após a respectiva Data de Aquisição e Pagamento.

9.8.7 *Ausência de Notificação aos Devedores.* Os Devedores não serão notificados da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, exceto nos casos previstos no Contrato de Cessão. Assim, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Pagamentos feitos a terceiros que não o Fundo, sem o subsequente repasse, ou repassados com atraso, afetariam negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.



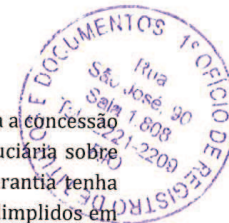
9.8.8 *Risco de Originação - Registro dos Termos de Cessão.* Nos termos do Contrato de Cessão, caberá à Administradora registrar cada um dos termos de cessão, dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura correspondente, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, respectivamente, em cumprimento do disposto no artigo 221 do Código Civil e nos artigos 129 e 130 da Lei 6.015/73, correndo todos os custos e despesas por conta do Fundo. Na hipótese de descumprimento do prazo disposto acima para fins de registro dos respectivos termos de cessão, poderá haver ineficácia perante terceiros com relação às respectivas cessões.

9.8.9 *Risco de Originação - Vícios Questionáveis.* Os Direitos Creditórios Adquiridos são originados de contratos celebrados entre a Cedente e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios Adquiridos pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

9.8.10 *Ausência de Coobrigação da Cedente.* A Cedente, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos ou pela solvência dos Devedores. A Cedente é somente responsável, na Data de Aquisição e Pagamento, pela existência, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos, de acordo com o previsto no presente Regulamento e no Contrato de Cessão. Assim, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderá haver impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

9.8.11 *Dação em Pagamento com Direitos Creditórios.* No caso de liquidação do Fundo em que a Assembleia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) negociar os Direitos Creditórios Adquiridos recebidos; e/ou (b) cobrar os Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos.

9.8.12 *Inexistência de Rendimento Predeterminado.* As Cotas Seniores serão valorizadas todo Dia Útil, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo aqui descritos. Tais critérios visam definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.



9.8.13 *Perecimento ou Roubo do Veículo Objeto do Financiamento.* Para a concessão dos empréstimos e financiamentos, exige-se a constituição de alienação fiduciária sobre veículo, em garantia da dívida, mas não se exige que o veículo dado em garantia tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios Adquiridos cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

9.8.14 *Dificuldades na execução dos Direitos Creditórios Inadimplidos e das respectivas Garantias.* Os Direitos Creditórios Adquiridos são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Havendo inadimplemento, os Devedores poderão ser executados judicialmente. É possível que o veículo que garanta a dívida não seja encontrado ou ainda que, caso encontrado, o preço obtido na venda seja insuficiente para cobrir o débito com o Fundo. Nesses casos, ainda restaria ao Fundo executar o restante do patrimônio do Devedor, o que, além de demorado, mostra-se, na maioria dos casos, pouco eficiente. Em virtude do disposto acima, o patrimônio do Fundo poderia ser afetado negativamente.

9.8.15 *Situação financeira dos Devedores e sua Deterioração.* A concessão de empréstimos e financiamentos é precedida de verificação de registros de inadimplência relativos aos tomadores de empréstimos no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, Serasa e outras entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito. É possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período entre a concessão do empréstimo ou financiamento e a efetiva cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios Adquiridos dele originados ou ainda que a análise realizada não seja suficiente para o adequado diagnóstico da real situação de crédito do Devedor. Como não se faz nova análise da situação financeira do Devedor previamente à cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, é possível que o Fundo venha a adquirir Direitos Creditórios de Devedores cuja situação financeira esteja deteriorada. A eventual inadimplência de tais Devedores pode levar à redução da rentabilidade das Cotas.

9.8.16 *Risco de Originação – Diminuição do Nível de Atividades da Cedente.* A Cedente também aliena Direitos Creditórios ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni – VI, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos VII, e poderá vir a alienar Direitos Creditórios a outros fundos de investimentos ou terceiros. Caso a Cedente não seja capaz de manter o nível atual de geração de Direitos Creditórios, é possível que deixe de existir Direitos Creditórios em volume suficiente para aquisição pelo Fundo, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade de suas Cotas e eventualmente levar à sua liquidação.

9.8.17 *Risco de Originação – Prioridade e Preferência entre os Fundos.* Não há qualquer tipo de prioridade ou preferência para aquisição de direitos creditórios entre os fundos para os quais a Cedente cede Direitos Creditórios. Nesse sentido, na hipótese de diminuição do nível das atividades da Cedente a ponto de comprometer significativamente o volume de originação de Direitos Creditórios, a distribuição dos Direitos Creditórios

entre os fundos ocorrerá de acordo com a discricionariedade da Cedente. Como resultado caso a redução do volume de originação leve a Cedente a reduzir o volume de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo de tal forma que comprometa os níveis mínimos de composição e diversificação de sua carteira, é possível que o Fundo tenha que ser liquidado. Adicionalmente, é possível que durante o período de redução do percentual de Direitos Creditórios em sua carteira, o Fundo não encontre ativos passíveis de investimento com rentabilidade equivalente àquela proporcionada pelos Direitos Creditórios, o que pode se refletir em efeitos negativos no patrimônio do Fundo e na rentabilidade de suas Cotas.

9.8.18 *Intervenção ou Liquidação do Custodiante.* O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de que os recursos ali depositados sejam bloqueados e somente por via judicial possam ser recuperados ao Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

9.8.19 *Emissão de Novas Cotas.* O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Cotas ou Séries. Na hipótese de emissão de novas Cotas ou Séries, não será assegurado direito de preferência aos Cotistas, o que poderia gerar diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas das classes ou Séries que já estejam em circulação na ocasião.

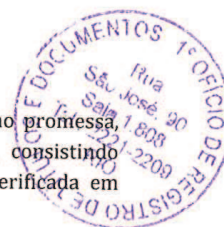
10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

10.1 É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios. Em caráter complementar, a valorização das Cotas será buscada mediante aplicação em Outros Ativos disponíveis no mercado, de acordo com os critérios estabelecidos no presente item 10.

10.1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade nas suas respectivas Datas de Aquisição e Pagamento, nos termos deste Regulamento.

10.1.2 Serão adquiridos novos Direitos Creditórios conforme o Fundo receba recursos decorrentes do pagamento de seus Direitos Creditórios, observada a disponibilidade de caixa e as políticas de composição e diversificação de carteira do Fundo, bem como as disposições dos itens 18, 22 e 23 do Regulamento.

10.2 A meta do Fundo é, para cada Série de Cotas Seniores, atingir rentabilidade, no médio e longo prazos, a ser definida no respectivo Suplemento. A meta aplica-se somente às Cotas Seniores e é definida no Suplemento da respectiva Série. Não há meta predeterminada para as Cotas Subordinadas.



10.2.1 A meta referida no item 10.2 acima, não se caracteriza como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade, nem confere direito aos Cotistas, consistindo apenas em um objetivo a ser perseguido. Dessa forma, a rentabilidade verificada em períodos anteriores não representará garantia de rentabilidade futura.

10.3 Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação de carteira abaixo estabelecidos, bem como na legislação e regulamentação vigentes.

10.3.1 Adicionalmente às regras e condições aqui estabelecidas, as operações de aquisição de Direitos Creditórios para o Fundo deverão ser realizadas necessariamente com base nas regras e condições estabelecidas no Contrato de Cessão.

10.4 O Fundo deverá ter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios.

10.5 O Fundo, em cada aquisição de Direitos Creditórios, pagará à Cedente um Preço de Aquisição, que será equivalente ao valor de face dos Direitos Creditórios deduzido de uma Taxa de Desconto, nos termos definidos no Contrato de Cessão.

10.6 A parcela do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios originados e cedidos pela Cedente, poderá ser mantida em moeda corrente nacional, ou livremente aplicada nos Outros Ativos, a saber:

- (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (b) títulos de emissão do Bacen; ou
- (c) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) pelos títulos referidos nos itens (a) e (b) acima e/ou operações compromissadas lastreadas nos ativos identificados itens (a) e (b) acima, contratadas com Instituições Autorizadas.

10.7 O Fundo não poderá contratar quaisquer operações para a composição de sua carteira em que figurem como contrapartes a própria Administradora, a Gestora, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora ou da Gestora.

10.7.1 Para fins do disposto neste Regulamento, a aquisição de cotas de fundos de investimento, nos termos do item 10.6 (c), acima, administrados ou geridos pela Administradora, pela Gestora, ou por empresas integrantes do grupo societário ou econômico dessas empresas estará limitada a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido, nos termos da regulamentação em vigor.

10.8 Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM.

10.9 Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora na qualidade de administradora e gestora do Fundo, respectivamente, em colocarem em prática a política de investimento delineada no Regulamento, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e/ou a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista. Recomenda-se ao investidor a leitura atenta dos Fatores de Risco indicados no item 9 do Regulamento.

10.9.1 As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Cedente, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

10.9.2 A Cedente, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos nem pela solvência dos Devedores. A Cedente é responsável, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Adquiridos, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

10.9.3 A Administradora, a Gestora, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Devedores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, sem prejuízo das obrigações assumidas pela Administradora, pela Gestora e pelo Custodiante nos Documentos da Securitização.

10.10 Semanalmente, o Fundo deverá obter cotações e, observado o disposto no Anexo VII, contratar o Cap de Taxa de Juros com as Instituições Autorizadas. Exceto pelas operações relativas ao Cap de Taxa de Juros, o Fundo não poderá realizar outras operações em mercados de derivativos.

10.11 Adicionalmente, é vedado ao Fundo realizar operações de renda variável, exceto no que se refere ao Cap de Taxa de Juros.

10.12 Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste item 10 serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.



11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

11.1 Na data de oferta dos Direitos Creditórios ao Fundo, caberá ao Custodiante a verificação do atendimento dos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento e nos demais Documentos da Securitização cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

11.1.1 Os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (a) na sua respectiva Data de Aquisição e Pagamento, não possuírem data de vencimento posterior à data de encerramento da última Série de Cotas Seniores emitida e em circulação;
- (b) na sua respectiva Data de Aquisição e Pagamento, não se encontrar o Devedor do respectivo Direito Creditório inadimplente no cumprimento de suas obrigações perante o Fundo, ou seja, não apresentar parcelas vencidas para o Fundo;
- (c) na data de oferta dos Direitos Creditórios ao Fundo, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios do Fundo contra um mesmo Devedor não poderá ser superior ao menor dos seguintes valores contábeis: (1) R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); ou (2) o equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) na data de oferta dos Direitos Creditórios ao Fundo, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo cuja garantia seja de um mesmo segmento deverá respeitar os seguintes limites máximos de concentração:
 - (1) motocicletas: 15%;
 - (2) veículos leves: 80%;
 - (3) veículos pesados: 35%; e
- (e) na sua respectiva Data de Aquisição e Pagamento, considerados *pro forma* inclusive os Direitos Creditórios a serem adquiridos, o total de Direitos Creditórios Adquiridos cuja garantia seja de um mesmo segmento deverá respeitar os seguintes limites mínimos de concentração, que deverá ser observado com relação à carteira de Direitos Creditórios:
 - (1) motocicletas: 5%;



- (2) veículos leves: 50%; e
- (3) veículos pesados: 15%.

11.1.2 Observados os termos e as condições do Regulamento, a verificação, pelo Custodiante, do atendimento dos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.

11.1.3 O desenquadramento, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, a qualquer Critério de Elegibilidade por qualquer Direito Creditório Adquirido, não obrigará a sua alienação pelo Fundo, nem dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra a Cedente, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM nº 356/01 e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, as características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são descritas e apresentadas da seguinte forma:

- (a) no Anexo III do Regulamento, descrição da natureza dos Direitos Creditórios a serem adquiridos e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como do processo de originação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos e da política de concessão de crédito adotada pela Cedente; e
- (b) no Anexo IV do Regulamento, descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos.

12.1.1 Após a cessão dos Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, o Agente de Recebimento gerará os carnês bancários de pagamento, direto ao Fundo, dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos e manterá a guarda dos mesmos, na qualidade de fiel depositária.

13. COTAS DO FUNDO

13.1 Características Gerais

13.1.1 As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as características de cada classe de Cotas. As Cotas somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembleia Geral. Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.



13.1.2 As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares junto ao Custodiante. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em seu nome.

13.1.3 Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas.

13.2 Classes de Cotas

13.2.1 As Cotas serão de classes distintas, sendo (a) 1 (uma) classe de Cotas Seniores, as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Ofertas; e (b) 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas.

13.3 Cotas Seniores

13.3.1 O Fundo poderá emitir diversas Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Ofertas.

13.3.2 As Cotas Seniores não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

13.3.3 Após a respectiva Data de Integralização Inicial, o valor unitário das Cotas Seniores de determinada Série será apurado na forma do item 14.1 do Regulamento.

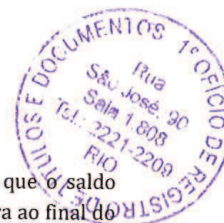
13.4 Cotas Subordinadas

13.4.1 As Cotas Subordinadas se subordinam às Cotas Seniores, para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

13.4.2 Após a Data de Integralização Inicial, as Cotas Subordinadas terão seu valor unitário apurado na forma do item 14.2 do Regulamento.

13.4.3 As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas em Direitos Creditórios.

13.4.4 As Cotas Subordinadas serão colocadas privadamente, sendo vedada a prática de qualquer ato de distribuição pública. As Cotas Subordinadas somente poderão ser mantidas pela Cedente, pelo Banco Ourinvest ou por pessoas que integrem o grupo societário ou econômico da Cedente ou do Banco Ourinvest, o que inclui, exemplificadamente: (a) sociedades controladas pela Cedente ou pelo Banco Ourinvest ou a eles coligadas; (b) controladores, sócios dos controladores, ou acionistas da Cedente ou do Banco Ourinvest; e (c) sociedades sob controle comum dos controladores do Banco Ourinvest ou da Cedente.



13.5 Emissão e Distribuição de Cotas

13.5.1 Poderá haver distribuição parcial das Cotas Seniores, sendo que o saldo não efetivamente subscrito e integralizado será cancelado pela Administradora ao final do prazo de colocação da respectiva Oferta. O funcionamento do Fundo não está condicionado à distribuição de quantidade mínima de Cotas.

13.5.2 Fica a critério da Administradora, desde que solicitado pela Cedente, a deliberação relativa a emissões e consequentes distribuições de Cotas Seniores, de qualquer Série, desde que:

- (a) não resulte no desenquadramento de qualquer dos itens mencionados no item 13.5.5 abaixo; e
- (b) seja atestado, por escrito, pela Agência Classificadora de Risco que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação, se houver.

13.5.3 Sem prejuízo do disposto no item 13.5.2 acima, a Administradora deverá elaborar e registrar Suplemento, cujo modelo consta do Anexo V do Regulamento, devendo ser especificados os valores e datas das Amortizações Programadas e/ou das amortizações integrais e a remuneração da respectiva Série de Cotas Seniores.

13.5.4 É admitida a emissão e colocação de Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, a critério da Administradora.

13.5.5 Enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação: (a) a Reserva de Caixa e Índice de Liquidez, conforme definidas no Regulamento, deverão ser observadas; (b) a Relação Diária deverá ser equivalente a, no máximo, 70% (setenta por cento); e (c) a Alocação de Investimento Mínima deverá ser observada.

13.5.6 Observada a exceção indicada no item 13.5.6.1, abaixo, a cada nova subscrição e integralização de Cotas Seniores, o Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas, equivalente a 42,86% (quarenta e dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento), deverá ser observado.

13.5.6.1 Somente será permitida a não observância do Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas se, na data em que for realizada a subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, o percentual resultante da divisão do valor das Cotas Subordinadas e o Patrimônio Líquido for superior a 30% (trinta por cento), e desde que, após tal subscrição e integralização, tal percentual não seja reduzido para patamar inferior a 30% (trinta por cento).



13.6 Subscrição

13.6.1 As Cotas de cada Série ou classe serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Integralização Inicial a ser determinada pela Administradora. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Integralização Inicial: (a) caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora até as 16 (dezesesseis) horas, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; ou (b) caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora após as 16 horas, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no Dia Útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos. Para fins do cálculo do valor da Cota referido nos subitens acima, será utilizado o valor de fechamento da Cota do Dia Útil correspondente.

13.6.2 É admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

13.6.3 Por ocasião da subscrição de Cotas, o Cotista deverá assinar boletim de subscrição, bem como atestar por escrito que aderiu aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Adesão ao Regulamento, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado. No ato de subscrição, o investidor deverá indicar, se for o caso, o representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá a cada Cotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

13.6.4 O valor inicial das Cotas, independente da Classe ou Série, será de R\$100,00 (cem reais). Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

13.6.5 O valor mínimo de aplicação inicial de recursos no Fundo, por Investidor Qualificado, será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sem prejuízo de outros limites previstos na regulamentação pertinente.

13.7 Colocação das Cotas

13.7.1 As Cotas somente podem ser colocadas publicamente por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

13.7.2 Para fins do disposto no item 13.7.1 acima, o Banco Ourinvest poderá subcontratar, por sua conta e risco, outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para realizar a distribuição das Cotas do Fundo.

13.8 Procedimentos de Integralização, Amortização e Resgate

13.8.1 Admitir-se-á a integralização de Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou mediante a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, observado os termos e condições do Regulamento e o disposto no artigo 15 da Instrução CVM nº 356/01. As Cotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

13.8.2 Nos casos de integralização das Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios, o valor de tais Direitos Creditórios será calculado (com deságio sobre seu valor de face) com base nos critérios de precificação previstos no Contrato de Cessão.

13.8.3 O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Cotas em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, mediante entrega de Direitos Creditórios Adquiridos, observado que o valor destes será calculado com base nos respectivos valores contabilizados na carteira do Fundo. O pagamento de Cotas Seniores em Direitos Creditórios Adquiridos poderá ser feito exclusivamente na hipótese de liquidação do Fundo.

13.8.4 Com relação ao resgate, na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, as Cotas Seniores deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, de acordo com os mecanismos previstos no item 22 do Regulamento e observada a disponibilidade de caixa do Fundo. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios Adquiridos.

13.8.5 Como regra geral, as Cotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate de todas as Cotas Seniores em Circulação, em dinheiro ou em Direitos Creditórios do Fundo. No entanto, poderão ser amortizadas extraordinariamente nos termos do item 15.2.1, abaixo.

13.9 Registro para Negociação

13.9.1 As Cotas ofertadas publicamente serão registradas, para subscrição e integralização no MDA (Módulo de Distribuição de Ativos) e para negociação no SF - Módulo de Fundos, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, a critério da Administradora, as Cotas poderão ser registradas para negociação secundária, no Bovespafix e/ou no Somafix.

13.9.2 Caberá à Administradora, no caso de distribuição primária, e aos eventuais intermediários, no caso de negociação das Cotas no mercado secundário, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas, observado que os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas.





14. VALORIZAÇÃO DAS COTAS

14.1 A partir da Data de Integralização Inicial de cada Série, cada Cota Sênior terá seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nos itens (a) ou (b) a seguir:

- (a) valor da Cota Sênior apurado mediante aplicação da fórmula constante no respectivo Suplemento; ou
- (b) na hipótese de existir apenas uma Série em circulação, o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; na hipótese de existir mais de uma Série em circulação, o valor unitário das Cotas de cada Série deverá ser obtido pela (1) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma das Séries, considerando-se eventuais amortizações, de forma a se definir a proporção do valor de cada uma delas em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar esta metodologia; (2) multiplicação da proporção definida para respectiva Série, nos termos do subitem (1) acima, pelo valor total do Patrimônio Líquido; e (3) divisão do resultado da multiplicação referida no subitem (2) acima, pelo número total de Cotas da respectiva Série.

14.1.1 Caso se venha a utilizar a forma de cálculo de valor das Cotas Seniores indicado no item 14.1 (b), acima, somente se voltará a utilizar a forma de cálculo indicada no item 14.1 (a), acima, se o valor do Patrimônio Líquido passar a ser superior ao somatório do valor das Cotas Seniores de todas as Séries que estejam em circulação calculados a partir da Data de Integralização Inicial pelo parâmetro máximo de rentabilidade estabelecido nos respectivos Suplementos, descontando-se eventuais amortizações.

14.1.2 Na data em que, nos termos do item 14.1.1 acima, se voltar a utilizar a forma de cálculo do valor das Cotas Seniores indicada no item 14.1 (a), acima, o valor das Cotas Seniores de cada Série será equivalente ao obtido pela aplicação do parâmetro máximo de rentabilidade estabelecido nos respectivos Suplementos, descontando-se eventuais amortizações, desde a respectiva Data de Integralização Inicial.

14.2 A partir da Data de Integralização Inicial de Cotas Subordinadas, cada Cota Subordinada terá seu valor calculado, diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo tal valor equivalente ao valor do Patrimônio Líquido subtraído do somatório do valor atualizado da totalidade das Cotas Seniores em Circulação, calculado na forma do item 14.1 acima, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em Circulação na ocasião.

14.2.1 As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme o disposto neste item 14. A valorização das Cotas ocorrerá a partir da Data de

Integralização Inicial da respectiva Série e/ou classe, e a última valorização ocorrerá na data de resgate das Cotas. O valor da Cota será o do fechamento do respectivo Dia Útil.

14.3 O procedimento de valorização das Cotas aqui estabelecido não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de valorização entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

15. AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS

15.1 As Amortizações Programadas das Cotas Seniores serão realizadas de acordo com o disposto nos respectivos Suplementos.

15.2 As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores, ressalvadas as amortizações extraordinárias das Cotas Subordinadas previstas no item 15.2.1 abaixo.

15.2.1 Após o encerramento da primeira oferta de Cotas Seniores, por solicitação expressa e por escrito dos Cotistas titulares de Cotas Subordinadas, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas anteriormente às Cotas Seniores, desde que: (a) o valor da totalidade das Cotas Subordinadas seja superior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido; e (b) tal amortização, considerando-se *pro forma*, não faça com que esse percentual se torne inferior a 30% (trinta por cento). Em qualquer hipótese, a amortização das Cotas Subordinadas em determinado mês somente poderá ocorrer após a conclusão da amortização das Cotas Seniores prevista para aquele mês.

15.2.2 Adicionalmente ao disposto no item acima, as amortizações de Cotas Subordinadas somente poderão ser realizadas após a verificação, pela Administradora: (a) da constituição das provisões exigidas neste Regulamento; e (b) de que não está em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

15.2.3 Mesmo que sejam observados os requisitos indicados nos itens 15.2.1 e 15.2.2 acima, a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, desde que de forma justificada, não realizar ou interromper imediatamente a amortização de Cotas Subordinadas caso entenda que essa amortização possa comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Cotas Seniores.

15.2.4 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembleia Geral.

15.3 Os titulares das Cotas Seniores não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

15.4 No resgate e nas amortizações será utilizado o valor da Cota em vigor no dia do respectivo pagamento, calculado conforme o previsto nos itens 14.1 e 14.2 do Regulamento, sendo que nos casos de amortização, o valor da Cota será reduzido na medida do valor amortizado.

15.5 No caso de amortização de Cotas Subordinadas, a Administradora deverá efetuar: (a) em dinheiro, observada a Reserva de Caixa; ou, em caso de indisponibilidade, (b) mediante entrega de Direitos Creditórios do Fundo.

16. RESERVA DE CAIXA E ÍNDICE DE LIQUIDEZ

16.1 O Fundo deverá observar uma Reserva de Caixa, a ser calculada diariamente pela Administradora e pela Gestora, de modo que detenha, de acordo com os parâmetros abaixo descritos, Disponibilidades e Direitos Creditórios do Fundo em quantidade no mínimo suficiente para fazer frente à Amortização Programada em questão, conforme a fórmula abaixo:

$$RC = D_n + \frac{2}{3} DC_n$$

Onde:

RC = Reserva de Caixa, sendo

$$RC \geq AP_n;$$

AP_n = quantia a ser paga pelo Fundo na Amortização Programada de ordem n , utilizando-se para fins deste cálculo a média ponderada dos últimos parâmetros de remuneração de cada Série disponíveis até a data da Amortização Programada, considerando-se a proporção entre o valor das Séries em relação ao Patrimônio Líquido;

D_n = Quantia mínima a ser mantida pelo Fundo em Disponibilidades para atender a Reserva de Caixa para a Amortização Programada de ordem n , sendo

$$D_n = 0,10 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 45 \text{ dias}$$

$$D_n = 0,25 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 30 \text{ dias}$$

$$D_n = 0,50 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 15 \text{ dias}$$

$$D_n = 1,00 * AP_n \quad \text{em} \quad T_n - 05 \text{ dias}$$

T_n = Data da Amortização Programada de ordem n ;

DC_n = Direitos Creditórios vencendo a partir da data de cálculo da Reserva de Caixa e até 5 (cinco) Dias Úteis antes da Amortização Programada de ordem n , a serem mantidos

pelo Fundo para atender a Reserva de Caixa para a referida Amortização Programada de ordem n.

16.2 O Fundo deverá observar, adicionalmente, um Índice de Liquidez, calculado pela Administradora e pela Gestora, para cada evento de Amortização Programada e/ou amortização integral de cada Série de Cotas Seniores em Circulação, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$Dur_{(pass)} > Dur_{(at)}$$

Sendo:

$$Dur_{(pass)} = \sum_{k=1}^n \left[\frac{d_k * PMT_k}{PL} \right]$$

Onde:

$Dur_{(pass)}$	Duration do passivo, expressa em dias corridos;
PMT_k	Somatório das amortizações de principal a realizar em k;
d_k	Quantidade de dias resultante da diferença entre k e a data de apuração;
PL	Patrimônio Líquido na data da apuração; e
$K=1,2,...n$	Períodos em que ocorrerão os pagamentos.

e,

$$Dur_{(at)} = \frac{\sum_{i=1}^n (d_i * PV_i) + OA}{VDC + OA}$$

Onde:

$Dur_{(at)}$	Duration do ativo, expressa em dias corridos;
PV_i	Somatório do valor presente dos títulos a serem liquidados em "i";
d_i	Quantidade de dias corridos resultante da diferença entre "i" e a data de apuração;
VDC	Somatório do valor presente dos direitos creditórios na data da apuração; e
$i=1,2,...n$	Períodos em que ocorrerão as liquidações dos títulos;
OA	Somatório do valor contábil dos Outros Ativos na data de apuração. Exclusivamente para fins de cálculo da duration do ativo, o

	prazo médio dos Outros Ativos será considerado como 1 (um) dia, por possuírem liquidez imediata.
--	--



16.3 A observância da Reserva de Caixa e do Índice de Liquidez, a serem verificados pela Administradora, e pela Gestora, não constitui promessa ou garantia, por parte da Administradora ou da Gestora, de que haverá recursos suficientes para o pagamento aos Cotistas dos valores relativos às Amortizações Programadas.

17. REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO DIÁRIA, DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA, RESERVA DE CAIXA E ÍNDICE DE LIQUIDEZ

17.1 A Administradora deverá enviar o Aviso de Desenquadramento à Cedente e ao Banco Ourinvest, por meio de correspondência física ou correio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Relação Diária, à Alocação de Investimento Mínima, à Reserva de Caixa e/ou ao Índice de Liquidez.

17.2 A Cedente e o Banco Ourinvest poderão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento enviado pela Administradora, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Relação Diária, a Alocação de Investimento Mínima, a Reserva de Caixa e/ou o Índice de Liquidez, o qual será definido e informado pela Administradora.

17.2.1 Até o restabelecimento da Relação Diária, nos termos previstos no item 17.1 acima, bem como no item 17.2, o Fundo não poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

18. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

18.1 A Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- (a) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) no pagamento do saldo remanescente de qualquer Amortização Programada de qualquer mês calendário anterior das Cotas Seniores em Circulação, se houver, observados os termos e as condições do Regulamento;
- (c) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- (d) no reenquadramento da Reserva de Caixa;

- (e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
- (f) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.



19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E COTAS DE CADA CLASSE

19.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil pelo Custodiante, mediante a utilização da metodologia abaixo referida para apuração do seu valor de mercado.

19.1.1 Os Outros Ativos terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de precificação de ativos do Custodiante.

19.1.2 Os Direitos Creditórios Adquiridos terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a respectiva taxa de juros, observado o disposto na Instrução CVM nº 489/11. As provisões e as perdas com Direitos Creditórios Adquiridos serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM nº 489/11, observando-se que, passado o 1º (primeiro) ano de vigência do Fundo, será verificada semestralmente a perda histórica da carteira do Fundo com relação aos Direitos Creditórios Adquiridos, e o seu percentual será definido entre o maior valor apurado (a) na comparação entre a referida perda histórica e os contratos com parcelas vencidas e não pagas; e (b) descontando-se a perda histórica verificada na data da aquisição. Estas informações serão apuradas pela Administradora e informadas ao Custodiante.


19.2 O Patrimônio Líquido é o valor das Disponibilidades, acrescida do valor da carteira e dos valores a receber, deduzidas as exigibilidades.

19.3 As Cotas de cada Série do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil pelo Custodiante nos termos descritos no item 14.

20. ASSEMBLEIA GERAL

20.1 Será de competência privativa da Assembleia Geral:

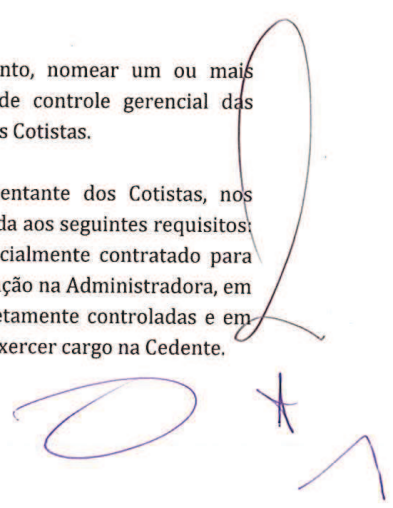
- (a) tomar anualmente, no prazo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as suas demonstrações financeiras;
- (b) alterar o Regulamento, seus Anexos e os Suplementos;

- 
- (c) aprovar qualquer modificação das declarações previstas no item 12.1, (j) e (k) do Contrato de Cessão;
 - (d) deliberar sobre a escolha da Gestora, bem como substituição da Administradora, da Gestora e do Custodiante;
 - (e) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
 - (f) deliberar sobre a alteração dos Suplementos, desde que aprovada pela maioria dos Cotistas da respectiva Série;
 - (g) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
 - (h) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do prazo de duração do Fundo;
 - (i) deliberar sobre a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada;
 - (j) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco e do Auditor Independente; e
 - (k) alteração dos itens 21 e 22 ou de quaisquer itens que alterem ou criem Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação Antecipada.

20.1.1 O Regulamento poderá ser alterado pela Administradora, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a comunicação aos Cotistas.

20.2 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

20.2.1 Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas, nos termos do item 20.2 acima, a pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: (a) ser Cotista titular de Cotas Seniores ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas; (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele diretamente ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (c) não exercer cargo na Cedente.



20.3 A convocação da Assembleia Geral far-se-á mediante anúncio publicado no periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, dos quais constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem nela tratados.

20.3.1 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contando-se tal prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

20.3.2 Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

20.3.3 Para efeito do disposto no item 20.3.2 acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

20.4 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local da sede da Administradora, sendo que, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios ou as correspondências endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

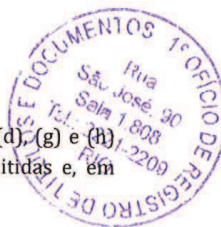
20.5 Independentemente das formalidades previstas neste item 20, será considerada regular a Assembleia a que comparecerem todos os Cotistas.

20.6 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas detentores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas.

20.7 Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, e observado ainda o disposto nos itens a seguir.

20.7.1 Deverão ser aprovadas por Cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, as deliberações de que trata os itens 20.1 (e) e (i) acima, bem como a deliberação acerca da substituição da taxa utilizada para cálculo da remuneração de Cotas Seniores no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias ou por imposição legal.

20.7.2 Deverão ser aprovadas por Cotistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação as deliberações de que trata o item 20.1, (k), acima.



20.7.3 As deliberações relativas às matérias previstas no item 20.1, (d), (g) e (h) acima serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

20.7.4 Estarão necessariamente sujeitas à aprovação prévia de titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Subordinadas as deliberações relativas a:

- (a) alteração de vantagens ou criação ou aumento de obrigações para as Cotas Subordinadas;
- (b) contratação de quaisquer terceiros pelo Fundo, exceto de gestora, de novo agente de cobrança e de nova administradora;
- (c) alteração do item 10 do Regulamento, ou que afete a política de investimento do Fundo;
- (d) alteração do item 11 do Regulamento, ou que altere as características dos Critérios de Elegibilidade;
- (e) alteração do Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas, da Relação Diária e/ou do item 14 do Regulamento;
- (f) alteração das Amortizações Programadas das Cotas Seniores, dos critérios para amortização de Cotas Subordinadas, bem como o parâmetros de remuneração das Cotas Seniores;
- (g) alteração do item 17 do Regulamento, ou alteração das características da Reserva de Caixa e/ou do Índice de Liquidez;
- (h) alteração dos itens 15 e 19 do Regulamento ou dos Suplementos;
- (i) alteração do item 20 do Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quóruns;
- (j) alteração dos itens 21 e 22 do Regulamento, bem como criação ou alteração de Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação Antecipada;
- (k) alteração do item 23 do Regulamento, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo, nos limites estabelecidos pela Instrução CVM nº 356/01;
- (l) aprovação dos procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios do Fundo;

- (m) alteração da metodologia de cálculo do Índice de Atraso, do Índice de Perda Acumulada e/ou do Anexo VI ao Regulamento; e
- (n) alteração de qualquer dos Suplementos, ou quaisquer deliberações que afetem seu teor.



20.7.5 Poderão comparecer à Assembleia Geral, além dos Cotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano.

20.7.6 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

20.7.7 A divulgação referida no item 20.7.6, acima, deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sendo dispensada quando comparecerem à Assembleia Geral todos os Cotistas.

21. EVENTOS DE AVALIAÇÃO


21.1 São Eventos de Avaliação, cuja verificação enseja a adoção dos procedimentos descritos no item 21.2, abaixo:

- (a) desenquadramento da Relação Diária sem seu restabelecimento no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento pela Cedente e pelo Banco Ourinvest do Aviso de Desenquadramento;
- (b) verificação, com base no último Dia Útil do mês calendário, de que (a) o Índice de Perda Acumulada da Carteira, calculado conforme a metodologia constante do Anexo VI, seja superior a (1) 7,00% (sete por cento), no primeiro ano de funcionamento do Fundo; (2) 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento), no segundo ano de funcionamento do Fundo; (3) 10,00% (dez por cento), no terceiro ano de funcionamento do Fundo; ou (4) 11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento), no quarto ano de funcionamento do Fundo e até sua liquidação; e/ou (b) o Índice de Atraso da carteira, calculado conforme a metodologia e os prazos iniciais constantes do Anexo VI:
- (1) para a faixa de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias (F=60) seja superior a (i) 12% (doze por cento), nos 4 (quatro) primeiros meses de funcionamento do Fundo; e 15% (quinze por cento), após os 4 (quatro) primeiros meses de funcionamento do Fundo;
- (2) para a faixa de 61 (sessenta e um) a 120 (cento e vinte) dias (F=120) seja superior a 10% (dez por cento); ou
- (3) para a faixa de 121 (cento e vinte e um) a 180 (cento e oitenta) dias

(F=180) seja superior a 8,5% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento);

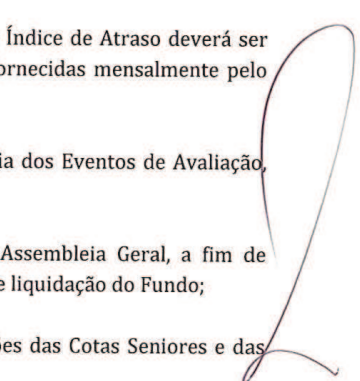
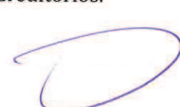



- (c) rebaixamento da classificação de risco inicialmente conferida à qualquer Série de Cotas Seniores em dois níveis ou mais, conforme critério adotado pela Agência Classificadora de Risco, se houver;
- (d) descumprimento pelo Agente de Recebimento, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, de suas obrigações definidas no contrato com o Fundo;
- (e) inobservância pelo Custodiante e/ou pela Cedente de suas obrigações previstas no Regulamento, no Contrato de Custódia, no SLA, no Contrato de Cessão e no contrato com o Agente de Recebimento que não seja devidamente regularizado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da tomada de ciência do fato pela parte inadimplente;
- (f) não pagamento do valor integral de qualquer Amortização Programada das Cotas Seniores;
- (g) existência de evidência de que a Cedente tenha oferecido ao Fundo, dolosamente ou reiteradamente, Direitos Creditórios sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos pela Cedente;
- (h) descumprimento, por qualquer das partes, de qualquer declaração, garantia ou obrigação prevista no Contrato de Cessão, não sanado dentro do prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação que para tanto tiver sido enviada pela outra parte;
- (i) (1) troca do controle acionário da Cedente (excetuadas as transferências de ações entre os acionistas pertencentes ao bloco de controle da Cedente); ou (2) quaisquer outras deliberações societárias da Cedente (ou sua(s) controladora(s)) que possam afetar o cumprimento, pela Cedente, de qualquer de suas obrigações perante o Fundo, em todos os casos sem o prévio consentimento do Fundo;
- (j) não observância da Reserva de Caixa e/ou do Índice de Liquidez por 10 (dez) dias;
- (k) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo com relação aos índices e parâmetros especificados no item 13.5.5 do Regulamento;
- (l) protesto de título contra a Cedente de valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), sem sua sustação, quitação do título ou oposição de medida jurídica pertinente no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da tomada de conhecimento do fato;

- 
- (m) não cumprimento de sentença em processo judicial, transitada em julgado, da Cedente, em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
 - (n) ocorrência de qualquer evento de liquidação em qualquer veículo de securitização cujos Direitos Creditórios tenham sido originados e cedidos pela Cedente;
 - (o) alteração da política de concessão de crédito da Cedente, descrita no Anexo III, que possa, a critério da Administradora, afetar o Fundo ou a origemação de Direitos Creditórios a serem por ele adquiridos;
 - (p) a ocorrência de eventos que afetem substancialmente ou impossibilitem a origemação e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, exemplificativamente, na hipótese de a Cedente não ceder ao Fundo Direitos Creditórios livres e desembaraçados que representem, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido;
 - (q) extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos no Regulamento para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou 15 (quinze) Dias Úteis alternados, neste último caso dentro de um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer tal evento, exceto se os Cotistas reunidos em Assembleia Geral por duas vezes consecutivas, chegarem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro; e
 - (r) caso as irregularidades apontadas quando da Verificação de Carteira ultrapassem 10% (dez por cento) da amostra analisada, conforme metodologia descrita no Anexo II ao presente Regulamento.

21.1.1 O cálculo do Índice de Perda Acumulada e do Índice de Atraso deverá ser realizado pela Administradora, com base nas informações fornecidas mensalmente pelo Custodiante.

21.2 A Administradora, após verificada a ocorrência dos Eventos de Avaliação, deverá tomar, simultaneamente, as seguintes providências:

- (a) dar ciência de tal fato aos Cotistas, convocando a Assembleia Geral, a fim de deliberar se deverão ser iniciados os procedimentos de liquidação do Fundo;
 - (b) suspender, de imediato, o pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas; e
 - (c) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios.
- 
- 
- 

21.3 Caso a Assembleia Geral referida no item 21.2, (a), acima, decida pela liquidação do Fundo, deverão ser observadas as disposições pertinentes do item 22 abaixo.



22. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

22.1 São Eventos de Liquidação Antecipada:

- (a) caso a Cedente tenha sua falência requerida e não apresente defesa, no prazo de 2 (dois) dias contados a partir da citação do deferimento, pelo juiz competente, do pedido de falência e, ainda, no caso de a Cedente sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou de RAET;
- (b) a resolução, rescisão, resilição ou término, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão;
- (c) caso a Assembleia Geral não defina um sucessor para a Administradora ou Custodiante, conforme o caso;
- (d) não pagamento do valor integral das amortizações das Cotas Seniores no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas previstas; e
- (e) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada.

22.1.1 O Fundo será também liquidado na hipótese de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos no Regulamento para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou 15 (quinze) Dias Úteis alternados, neste último caso dentro de um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer tal evento, exceto se os Cotistas reunidos em Assembleia Geral definirem um novo índice ou parâmetro.

22.2 A Administradora deverá, caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, simultaneamente:

- (a) dar ciência de tal fato aos Cotistas, convocando a Assembleia Geral, para confirmar a liquidação do Fundo, bem como para definir eventuais procedimentos adicionais a serem adotados;
- (b) suspender, de imediato, o pagamento das amortizações das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas;
- (c) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e

- (d) após a ocorrência da Assembleia Geral referida no item (a) ~~iniciar~~ ^{os} procedimentos de liquidação do Fundo.



22.3 No curso dos procedimentos de liquidação do Fundo, as Cotas Seniores ~~em~~ Circulação deverão ser amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados os seguintes procedimentos:

- (a) até o pagamento integral das Cotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos Creditórios do Fundo, ficarão suspensos a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas;
- (b) caso haja mais de uma Série em circulação, as Cotas de cada Série serão amortizadas concomitantemente, na mesma proporção do respectivo valor unitário;
- (c) a Administradora não adquirirá quaisquer Direitos Creditórios e deverá resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, adotando as medidas prudenciais necessárias para que o resgate ou alienação desses ativos não afete sua rentabilidade;
- (d) após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, todas as Disponibilidades diárias havidas com o recebimento do pagamento dos Direitos Creditórios do Fundo e dos Outros Ativos deverão ser única e exclusivamente destinadas para amortização e resgate das Cotas Seniores em Circulação;
- (e) quando o somatório dos valores creditados na conta corrente de titularidade do Fundo for equivalente a, no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a Administradora, diretamente ou por meio de seus agentes, alocará as respectivas verbas na amortização antecipada, total ou parcial, das Cotas Seniores; e
- (f) após a ocorrência da amortização integral das Cotas Seniores, e seu respectivo resgate, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover a amortização, total ou parcial, das Cotas Subordinadas.

22.3.1 Na hipótese de insuficiência de recursos em dinheiro para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Administradora poderá proceder ao resgate dessas Cotas por meio da dação em pagamento de Direitos Creditórios do Fundo, a menos que outro modo seja decidido pela respectiva Assembleia Geral que deliberou a liquidação, nos termos e condições constantes do Regulamento e da regulamentação em vigor.

22.4 Será assegurado aos Cotistas dissidentes o direito de resgate antecipado das respectivas Cotas, pelo valor delas à época do resgate, observadas as condições de resgate estabelecidas no Regulamento, na hipótese de a Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo decidir pela não liquidação do Fundo.

Para tanto, a manifestação da dissidência deve ser devidamente formalizada pelo Cotista até o encerramento da respectiva Assembleia Geral.



22.4.1 Na ocorrência da hipótese mencionada no item 22.4, acima, caso o valor disponível no caixa do Fundo, somado ao valor dos Direitos Creditórios do Fundo e dos Outros Ativos seja insuficiente para o resgate das Cotas dos Cotistas dissidentes, a Administradora deverá convocar nova Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo.

22.5 Na hipótese de existência de Direitos Creditórios do Fundo pendentes de vencimento, a Assembleia Geral poderá determinar que a Administradora adote os seguintes procedimentos:

- (a) aguardar os vencimentos dos Direitos Creditórios do Fundo e seu pagamento pelos respectivos Devedores para que os valores sejam rateados entre os Cotistas;
- (b) ceder/vender os Direitos Creditórios do Fundo a terceiros, inclusive à Cedente; e
- (c) entregar os Direitos Creditórios do Fundo aos Cotistas para o pagamento dos seus haveres.

22.6 As Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios do Fundo somente na hipótese de liquidação do Fundo.

22.6.1 Na hipótese de a Assembleia Geral não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios do Fundo e dos Outros Ativos para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios do Fundo e os Outros Ativos serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio. As frações ideais do condomínio serão atribuídas aos Cotistas de acordo com a proporção do valor de Cotas detida por cada um. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

22.6.2 A Administradora deverá notificar os Cotistas, (a) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios do Fundo e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; (b) informando a proporção de Direitos Creditórios do Fundo e Outros Ativos a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

22.6.3 Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos itens 22.6.1 e 22.6.2 acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha a maior participação. Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido acima, a Administradora e o

Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios do Fundo e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil, a partir de quando a Administradora e o Custodiante desobrigar-se-ão de suas obrigações nos termos do Regulamento.



23. ENCARGOS DO FUNDO

23.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração descrita no item 6 acima:

- (a) tributos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação em vigor;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas do Auditor Independente;
- (e) emolumentos de cartório e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo, ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) remuneração do Agente de Cobrança;
- (j) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que as Cotas venham a ser negociadas;
- (k) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

23.1.1 Quaisquer despesas não previstas no item acima devem correr por conta da Administradora.

23.1.2 A Administradora deverá constituir reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Integralização Inicial até a liquidação do Fundo.

23.1.3 A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades a serem aplicadas em ativos de liquidez diária, observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado para 3 (três) meses de atividade do mesmo, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado por ele para a referida despesa ou encargo.

23.1.4 Na hipótese de a reserva deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 23.1.3, acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da reserva. A Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor projetado para 3 (três) meses de atividade do mesmo.

23.2 O pagamento das despesas com prestadores de serviço não consideradas como encargos do Fundo poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo ao prestador de serviço, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

24. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

24.1 A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso.

24.1.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- (a) a alteração da classificação de risco das Séries de Cotas Seniores em Circulação, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- (b) a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, distribuição de Cotas, consultoria especializada ou gestão da carteira do Fundo;
- (c) a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, no que se refere ao histórico de pagamentos;

- (d) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas; e
- (e) qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação Antecipada.



24.2 A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em seu *website*, sua sede e dependências, informações sobre:

- (a) o número de Cotas de propriedade de cada um dos Cotistas e o seu respectivo valor;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e Outros Ativos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

24.3 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

24.4 A Administradora disponibilizará diariamente em sua página na rede mundial de computadores, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas, as seguintes informações:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido;
- (b) o valor das Cotas de cada Série e/ou classe do Fundo;
- (c) a Relação Diária;
- (d) as rentabilidades acumuladas no respectivo mês e ano civil a que se referirem; e
- (e) os relatórios da Agência Classificadora de Risco, se houver.

25. PUBLICAÇÕES

25.1 Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas no jornal "Monitor Mercantil".

25.2 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do Regulamento, alterar o jornal utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente e os Cotistas.

26.1.1 Todos os comunicados, publicações e convocações feitos aos titulares de Cotas Seniores pela Administradora, deverão ser também enviados por correio eletrônico (*e-mail*) com aviso de recebimento.

26.2 Para efeitos do disposto no Regulamento, entende-se por Dia Útil qualquer dia que não sábado, domingo ou feriados de âmbito nacional ou na cidade de São Paulo e/ou Rio de Janeiro. Não haverá liquidação financeira de qualquer operação relativa ao Fundo em dias que não sejam Dias Úteis, sendo os respectivos pagamentos realizados no primeiro Dia Útil seguinte, sem direito a qualquer acréscimo.

26.3 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão, no caso das demonstrações financeiras anuais, auditadas pelo Auditor Independente, devidamente registrado perante a CVM. O Fundo levantará balancete no fim de cada mês e balanço anual em junho de cada ano.

26.4 O Fundo terá exercício social com duração de 1 (um) ano, começando em 1º de dezembro e terminando em 30 de novembro do ano subsequente.

26.5 Após o pagamento de todos os encargos e obrigações relativos ao resgate da totalidade das Cotas Seniores em Circulação, as Cotas Subordinadas deverão ser resgatadas até o término do prazo de duração do Fundo, conforme os procedimentos e prazos a serem determinados pelos titulares de referidas Cotas, devendo ser ainda adotadas as providências descritas no artigo 57-A da Instrução CVM nº 356/01 e considerando-se encerradas as atividades do Fundo.

27. FORO

27.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do Regulamento.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2013

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Administradora

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Arthur Farne D'Amoed
Procurador



ANEXO I

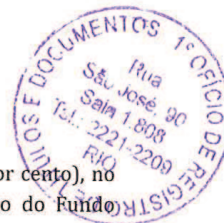
Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II datado de 5 de dezembro de 2013 por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 36.113.876/0001-91.
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, sala 401 B, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 01.813.375/0001-33, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas.
Agente de Armazenamento	O Custodiante, ou qualquer instituição por ele subcontratada, nos termos do Regulamento, para prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios e Documentos Acessórios.
Agente de Cobrança	Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, inscrita no CNPJ sob nº 92.228.410/0001-02, ou sua sucessora a qualquer título.
Agente de Recebimento	HSBC Bank Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Belo, nº 34, Edifício Palácio Avenida, Centro, CEP 80020-030, inscrita no CNPJ sob nº

	01.701.201/0001-89.	
Alocação de Investimento Mínima	Alocação de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos Creditórios.	
Amortizações Programadas	Amortizações previstas para as Cotas Seniores de cada Série, conforme previsto no respectivo Suplemento.	
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.	
Auditor Independente	Empresa de auditoria contratada pelo Fundo, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora.	
Aviso de Desenquadramento	Comunicação a ser enviada pela Administradora à Cedente e ao Banco Ourinvest em caso de inobservância da Relação Diária, da Alocação de Investimento Mínima, da Reserva de Caixa e/ou do Índice de Liquidez, nos termos do item 17.1 do Regulamento. A Cedente e o Banco Ourinvest poderão exercer a faculdade de, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Relação Diária, a Alocação de Investimento Mínima, a Reserva de Caixa e/ou o Índice de Liquidez.	
Bacen	Banco Central do Brasil.	
Banco Ourinvest	Banco Ourinvest S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, SL 1º e 2º andares, inscrita no CNPJ sob nº 78.632.767/0001-20.	
BM&FBOVESPA	BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.	



Bovespafix

Sistema de Negociação de títulos de renda fixa administrado pela BM&FBOVESPA.

Cap de Taxa de Juros

Operações a serem contratadas pelo Fundo com quaisquer das Instituições Autorizadas, nos termos previstos nos itens 10.10 e 10.11 e no Anexo VII do Regulamento.

Cedente

Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 555, 5º andar, conjunto 505, inscrita no CNPJ sob nº 92.228.410/0001-02, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, fiel depositária dos Documentos Comprobatórios e agente de cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos.

CETIP

Cetip S.A. – Mercados Organizados.

CNPJ

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.

COFINS

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Contrato de Cessão

“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado entre a Cedente e a Administradora, na qualidade de instituição administradora do Fundo, com a interveniência do Custodiante e da Gestora, que estabelece os termos e condições das cessões de Direitos Creditórios entre a Cedente e o Fundo.

Contrato de Custódia

“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outras Avenças”, que disciplina a prestação pelo Custodiante, em benefício do Fundo, dos serviços de





custódia, controladoria e escrituração das Cotas, e demais serviços conexos.

Contrato de Gestão

Contrato celebrado entre a Administradora, na qualidade de representante do Fundo, e a Gestora, em que foram estabelecidos os poderes da Gestora e seus deveres e obrigações para gerir os Direitos Creditórios Adquiridos, Outros Ativos e demais valores mobiliários constantes da carteira do Fundo.

Cotas

Em conjunto ou isoladamente, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo, as quais correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, resgatáveis somente por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

Cotas Seniores

As Cotas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. As Cotas Seniores poderão ser emitidas em diversas Séries.

Cotas Seniores em Circulação

As Cotas Seniores emitidas em qualquer Oferta, que não tenham sido objeto de resgate.

Cotas Subordinadas

As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotas Subordinadas em Circulação

As Cotas Subordinadas emitidas, que não tenham sido objeto de resgate.

Cotista

O titular de Cota.

Crédito Pessoal com Garantia

Empréstimo pessoal concedido pela Cedente ao Devedor, garantido por

	alienação fiduciária de Veículos Leves ou Veículos Pesados, representados por contratos ou por cédulas de crédito bancário.
Critérios de Elegibilidade	As características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante previamente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13, 14 e 15 andares, 04538-132, inscrita no CNPJ sob nº 62.331.228/0001-11, ou sua sucessora a qualquer título.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Data em que o Fundo efetua a amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas no Regulamento e nos respectivos Suplementos.
Data de Aquisição e Pagamento	Data em que o Fundo efetua o pagamento à Cedente pela aquisição de Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional ou por meio da integralização de Cotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Cessão.
Data de Integralização Inicial	Data em que os recursos ou ativos decorrentes da primeira subscrição e integralização de Cotas de determinada Série ou das Cotas Subordinadas são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Devedor(es)

Pessoa(s) física(s) ou jurídica(s)
devedora(s) dos Direitos Creditórios
Adquiridos.



DI

Depósitos Interfinanceiros.

Dia Útil

Qualquer dia que não sábado, domingo ou feriados de âmbito nacional ou na cidade de São Paulo e/ou Rio de Janeiro.

Direitos Creditórios

Créditos do segmento financeiro, originados e de titularidade da Cedente, oriundos de Financiamentos e Crédito Pessoal com Garantia, garantidos por alienação fiduciária de veículos, celebrados entre a Cedente e seus clientes, os Devedores, na forma de cédula de crédito bancário (CCB).

Direitos Creditórios Adquiridos ou Direitos Creditórios do Fundo

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Diretor Designado

O diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela respectiva prestação de informações.

Disponibilidades

Compreendem (a) caixa; (b) depósitos bancários à vista; (c) numerário em trânsito; e (d) Outros Ativos, exceto o Cap de Taxa de Juros.

Documentos Acessórios

São aqueles compreendidos por (a) ficha cadastral original do Devedor; (b) cópia simples do comprovante de residência do Devedor; (c) cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Cédula de Carteira de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Devedor; e (d) cópia simples do DUT do veículo dado em garantia.

Documentos Comprobatórios

Constituem a documentação comprobatória dos Direitos Creditórios, sendo os seguintes

	documentos: cédulas de crédito bancário e seus respectivos aditivos, se houver, em original, todos emitidos, preenchidos e assinados.
Documentos da Securitização	Em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão e o Contrato de Custódia.
Eventos de Avaliação	Eventos definidos no Regulamento cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a fim de deliberar se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação Antecipada	Aqueles definidos no Regulamento, cuja ocorrência enseja o início dos procedimentos de liquidação do Fundo.
Financiamento	Financiamento de Motocicletas, Veículos Leves ou Veículos Pesados concedido pela Cedente a seus clientes, os Devedores, representado por contrato ou por cédula de crédito bancário.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II.
Gestora	A Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 7.446, de 13 de outubro de 2003, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 02.150.453/0001-20 assumirá as funções de gestora, podendo, no entanto, a critério da Assembleia Geral ser substituída





por empresa devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários.

IGPM

Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Índice de Atraso

Índice de controle do atraso dos pagamentos da carteira de Direitos Creditórios Adquiridos, calculado pela Gestora conforme Anexo VI do Regulamento, e cuja variação excepcional pode ensejar um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

Índice de Liquidez

O valor apurado mensalmente pela Administradora, para cada evento de Amortização Programada e/ou resgate de cada Série de Cotas Seniores em Circulação, mediante a aplicação da fórmula exposta no item 16.2 do Regulamento.

Índice de Perda Acumulada da Carteira

Índice de controle da inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Adquiridos, calculado pela Gestora conforme Anexo VI do Regulamento, e cuja variação excepcional pode ensejar um Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

Instituições Autorizadas

(a) Banco do Brasil S.A.; (b) Banco Bradesco S.A.; (c) Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.; (d) Banco Santander (Brasil) S.A.; (e) Banco Safra S.A.; (f) Banco Citibank S.A.; (g) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (h) Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão ou (i) outras instituições que tenham ou venha a ter classificação de risco equivalente pela Agência Classificadora de Risco.

Instrução CVM nº 356/01

Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.

Instrução CVM nº 400/03

Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro

	de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM nº 489/11	Instrução CVM nº 489 de 14 de janeiro de 2011, e suas alterações posteriores.
Investidor Qualificado	Conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas.
IR	Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
<i>Loan to Value</i>	Índice calculado pela Cedente através da divisão do valor do saldo em aberto do Direito Creditório Adquirido, incluindo juros acumulados, se houver, na data de apuração, pelo valor do respectivo veículo alienado fiduciariamente, que será aquele informado pela Cedente no momento da aquisição, pelo Fundo, do Direito Creditório Adquirido em questão.
Motocicletas	Motocicletas, as quais podem ser dadas em alienação fiduciária em garantia dos Financiamentos.
Oferta	Cada distribuição pública de Cotas.
Outros Ativos	Os ativos financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do item 10.6 do Regulamento, bem como o Cap de Taxa de Juros.
Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido do Fundo.
Percentual Mínimo de Subscrição de Cotas Subordinadas	Volume mínimo de Cotas Subordinadas que devem ser subscritas e integralizadas em determinada data em que forem subscritas e integralizadas Cotas Seniores. Esse valor será equivalente ao produto da



	<p>multiplicação de 42,86% (quarenta e dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) pelo valor das Cotas Seniores subscritas e integralizadas em tal data.</p>
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Preço de Aquisição	Valor a ser pago pelo Fundo à Cedente pelos Direitos Creditórios Adquiridos, calculado pela Cedente por meio da aplicação da Taxa de Desconto ao valor de face dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.
RAET	Regime de Administração Especial Temporária.
Regulamento	O presente regulamento do Fundo.
Relação Diária	Relação, apurada diariamente pela Gestora, em que o numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Cotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador é o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos.
Reserva de Caixa	A reserva estabelecida na forma do item 16.1, para cálculo da quantidade mínima necessária de Disponibilidades e Direitos Creditórios a serem mantidos pelo Fundo.
SELIC	Sistema de Liquidação e Custódia.
SERASA	Serasa S.A., sociedade que, dentre outras atividades, realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do SPC.
Série	Série de Cotas Seniores, cujas características constarão no respectivo Suplemento.
SLA	Manual Operacional do Custodiante,

	formalizado entre a Administradora, a Cedente e o Custodiante.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
Somafix	O Mercado de Balcão Organizado de Renda Fixa administrado pela BM&FBOVESPA.
Suplemento	Documento, cujo modelo consta do Anexo V do Regulamento, que contém as características, incluindo os valores e datas das Amortizações Programadas e/ou das amortizações integrais e a remuneração da respectiva Série de Cotas Seniores, que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento e que, uma vez assinado pela Administradora e registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituirá parte integrante do Regulamento.
Tabela Molicar	Tabela de referência para valores de veículos utilizada pela Cedente, confeccionada pela Molicar, empresa especializada no levantamento de preços de veículos, em que é disponibilizada a cotação para o comércio e financiamento de veículos, mostrando o valor de mercado do modelo básico de cada veículo e o fator de ajuste sugerido para adequá-los aos opcionais instalados e região geográfica.
Taxa de Administração	Remuneração a ser paga à Administradora, pelos serviços de administração do Fundo, calculada conforme o item 6 do Regulamento.
Taxa de Desconto	Valor a ser deduzido do valor de face dos Direitos Creditórios, para fins de cálculo do respectivo Preço de Aquisição, calculado conforme o Contrato de Cessão.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos



TED

Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-
Grupo, calculadas e divulgadas pela GETIP.

Transferência Eletrônica Disponível

Termo de Adesão

O termo de adesão ao Regulamento e de
ciência de risco.

Veículos Leves

Automóveis e utilitários, os quais podem
ser dados em alienação fiduciária em
garantia dos Financiamentos e de Crédito
Pessoal com Garantia.

Veículos Pesados

Caminhões, ônibus, carretas e utilitários
pesados, utilizados tanto para transporte de
carga quanto de passageiro, os quais podem
ser dados em alienação fiduciária em
garantia dos Financiamentos e de Crédito
Pessoal com Garantia.

Verificação de Carteira

Verificação do lastro dos Direitos
Creditórios Adquiridos, na respectiva Data
de Aquisição e Pagamento, e
trimestralmente, no que diz respeito
exclusivamente aos Direitos Creditórios
inadimplidos ou objeto de recompra, nos
termos do Contrato de Cessão.




ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II datado de 5 de dezembro de 2013 por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.





DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ADQUIRIDOS INADIMPLIDOS OU OBJETO DE RECOMPRA

1. Em até 15 (dez) Dias Úteis após a Data de Aquisição e Pagamento, o Custodiante realizará a verificação do lastro da totalidade dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo. Ainda, trimestralmente, será realizada a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos inadimplidos ou objeto de Recompra.
2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios do Fundo contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, conforme escopo detalhado abaixo.
 - 2.1 Obtenção de base de dados analítica por Direito Creditório.
 - 2.2 Verificação física dos seguintes documentos:
 - (a) Documentos Comprobatórios:
 - (1) Cédula de Crédito Bancário (CCB) original;
 - (b) Documentos Acessórios:
 - (1) Ficha Cadastral original do Devedor;
 - (2) Cópia simples do comprovante de residência do Devedor;
 - (3) Cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Devedor;
 - (4) Cópia simples do DUT do veículo objeto da garantia de alienação fiduciária.
 - 2.3 Os Documentos Comprobatórios e Documentos Acessórios referidos no item 2.2, acima, serão verificados de acordo com os seguintes critérios:
 - (a) em relação aos Documentos Comprobatórios: (1) em relação às CCB, (i) elas devem conter as assinaturas (A) do Devedor (pelo menos 1 assinatura); e (B) do Avalista, se for o caso (pelo menos 1 assinatura); (ii) nenhuma data de vencimento de nenhuma parcela devida pelo Devedor em decorrência da CCB pode ser anterior à data de assinatura da CCB; e (iii) elas devem ter prazo de até 60 (sessenta) meses;
 - (b) em relação aos Documentos Acessórios:

- 
- (1) Caso a cópia do CPF esteja ilegível, verificar extrato obtido junto ao site da Receita Federal do Brasil que atesta o estado regular do referido CPF;
- (2) Verificar se a CNH, o RG e o CPF são de titularidade do Devedor e se o número do RG e do CPF conferem com o descrito na CCB;
- (3) Verificar se o comprovante de residência está no nome do Devedor;
- (i) Em caso negativo, o endereço constante do comprovante de residência deve ser o mesmo da CCB; caso o Devedor possua endereço de correspondência alternativo, verificar o endereço no Anexo MAG-005 - Relatório in Loco, que deverá estar anexado;
- (4) Com relação à garantia: Verificar se as informações do DUT (nº do chassi, placa, modelo e ano do veículo) conferem com as informações da CCB;
- (5) Verificar se os documentos originais e as cópias estão legíveis; e
- (6) Verificar se a ficha cadastral está assinada pelo Devedor e se consta o mesmo nome e CPF do Devedor da CCB.

2.4 Verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios e Documentos Acessórios junto ao Agente de Armazenamento.



ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II datado de 5 de dezembro de 2013 por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELA CEDENTE

1. Natureza

1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são originados de financiamentos concedidos pela Cedente a pessoas físicas ou jurídicas, representados por contratos de empréstimo, instrumentos particulares ou cédulas de crédito bancário, aditivos, títulos de crédito e instrumentos de garantia.

1.2 Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são sempre originados de:

- (a) Financiamento de: (1) Motocicletas; (2) Veículos Leves; e (3) Veículos Pesados, utilizados tanto para transporte de carga quanto de passageiro; e
- (b) Crédito Pessoal com Garantia, cuja garantia consiste na alienação fiduciária de Veículos Leves ou Veículos Pesados.

1.2.1 Em todos os casos acima referidos os veículos podem ser novos ou usados.

2. Processo de Originação

2.1. A Cedente tem contrato com correspondentes bancários ("Correspondentes") que atuam no processo de originação de Direitos Creditórios. Os Correspondentes são responsáveis, dentre outras coisas, pelas seguintes atividades: (a) captação de clientes; (b) avaliação do perfil de cada cliente, para fins de concessão de crédito e respectivas condições, conforme as diretrizes e alçadas de concessão de crédito estabelecidas pela Cedente; (c) elaboração do cadastro dos clientes e formalização de instrumentos; e (d) realização de determinados procedimentos específicos de cobrança, ou auxílio à Cedente na realização de tais tarefas.

3. Política de Concessão de Crédito

3.1. Para a concessão dos financiamentos ou empréstimos, a Cedente adota uma política de concessão de crédito, que é baseada nos critérios e condições abaixo.

3.2. Para fins de definição do limite de crédito a ser concedido, são examinadas determinadas informações e documentos relativos aos Devedores, incluindo, ~~mas não se~~ limitando, a:



- (a) ficha cadastral completa e assinada;
- (b) cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF");
- (c) comprovante de renda (holerite, registro de pagamento de autônomo ou outros indicativos de renda);
- (d) comprovante de residência;
- (e) laudo de vistoria do veículo emitido pelo agente correspondente da Cedente, nas hipóteses em que tal vistoria se faça necessária em razão das peculiaridades do veículo;
- (f) cópia do certificado de registro do veículo ("CRV");
- (g) apontamentos nos serviços de proteção ao crédito (Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC); e
- (h) comprovante de propriedade do veículo (exclusivamente para os casos de Crédito Pessoal com Garantia).

3.3. Após serem analisados os dados acima, é verificado o valor a ser financiado, o qual deve ser:

- (a) no máximo de R\$15.000,00 (quinze mil reais), no caso de Motocicletas;
- (b) no máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de Veículos Leves; e
- (c) no máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais), no caso de Veículos Pesados.

3.4. Em caráter complementar, verifica-se:

- (a) tempo mínimo de 6 (seis) meses de ocupação do mesmo imóvel, nos casos de o cliente residir ou possuir sede, conforme o caso, em imóvel alugado;
- (b) tempo mínimo de 6 (seis) meses ininterruptos no mesmo emprego ou atividade, tratando-se de pessoa física;
- (c) financiamento máximo de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor do bem dado em garantia, nos Financiamentos; e

- (d) concessão de crédito máximo de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre o valor do bem dado em garantia, no Crédito Pessoal com Garantia.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II datado de 5 de dezembro de 2013 por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLIDOS

1. A cobrança dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Agente de Cobrança. As etapas e mecanismos da cobrança são os seguintes:
2. Os valores devidos pelos Devedores em razão dos Direitos Creditórios são pagos por meio de carnês de pagamento em prestações ou boletos de pagamento, pagáveis em qualquer instituição financeira participante do sistema de compensação nacional.
3. Os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios do Fundo vencidos e não pagos serão direcionados para a conta do Fundo aberta exclusivamente para recebimento dos recursos provenientes da cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos.
4. O Agente de Cobrança deverá adotar, em nome do Fundo, as medidas de cobrança necessárias em relação aos Devedores inadimplentes, de acordo com a descrição abaixo e o previsto no Contrato de Cessão.
5. Para a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos, os seguintes procedimentos devem ser adotados:
 - (a) nos primeiros dias após o vencimento e verificação do não pagamento dos Direitos Creditórios, o Agente de Cobrança iniciará a cobrança por telefone;
 - (b) não produzindo efeitos os procedimentos acima, o Agente de Cobrança poderá efetuar os apontamentos necessários junto a órgãos de proteção ao crédito, como o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e a Serasa Experian S.A., conforme julgar conveniente;
 - (c) caso o procedimento indicado no item 5 (a), acima, não produza efeito, o Agente de Cobrança enviará uma carta de cobrança ao cliente inadimplente; e
 - (d) caso os procedimentos indicados nos itens acima não produzam efeitos, o Agente de Cobrança poderá notificar os respectivos Devedores inadimplentes.
- 5.1 Esgotados sem sucesso todos os procedimentos para a cobrança extrajudicial dos Devedores inadimplentes, o Agente de Cobrança deve proceder à cobrança judicial, podendo contratar terceiros para a realização de tal serviço.

5.2 Caso os créditos inadimplidos sejam recuperados, o Agente de Cobrança deve reabilitar o cliente inadimplente perante o Cartório de Protesto e órgãos de proteção ao crédito.



5.3 Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios dos Devedores inadimplentes, bem como qualquer medida objetivando a salvaguarda e cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e de outros profissionais de cobrança especializados e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança a que se refere este item serão suportados pelo Agente de Cobrança.

6. A Administradora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios ou a cobrança extrajudicial dos Devedores inadimplentes, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço. Nesse caso, porém, as eventuais despesas serão suportadas pelo Fundo.

7. Após o vencimento do Direito Creditório cobrado de forma ordinária pelo Agente de Recebimento, a Cedente e/ou o Agente de Cobrança solicitará(ão) ao Agente de Recebimento: (a) a baixa do respectivo Direito Creditório inadimplido; e (b) a emissão de boleto de cobrança renegociado, para pagamento em conta de cobrança extraordinária.

8. A não observância do procedimento descrito no item 7, acima, poderá ocasionar uma diferença entre a conciliação da carteira dos Direitos Creditórios registrada no sistema do Custodiante e a conciliação que será realizada pelo Custodiante com o Agente de Recebimento.

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II datado de 5 de dezembro de 2013 por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



MODELO DO SUPLEMENTO

"Suplemento nº []"

[]ª Série de Cotas Seniores do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II

1. O presente documento constitui o suplemento ("Suplemento") nº [] referente à []ª Série de Cotas Seniores, a serem emitidas nos termos do regulamento do **"OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II"**, registrado sob nº [] no []º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Regulamento"), do qual este Suplemento é parte integrante, inscrito no CNPJ sob nº [], e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora").
2. Serão emitidas, para distribuição pública em regime de [amplos esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 400/03 / esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09], nos termos deste Suplemento e do Regulamento, Cotas Seniores no valor de R\$[COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série ("Data de Integralização Inicial"). Será emitido o máximo de [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série. Contando-se a partir da Data de Integralização Inicial, o prazo das Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série será de [COMPLETAR].
3. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série, a partir da Data de Integralização Inicial, terão seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses no Regulamento, resgate, calculado da seguinte forma:
[COMPLETAR].
4. As amortizações das Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série serão realizadas da seguinte forma:
[COMPLETAR].
5. Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as amortizações que venham a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva cota. Nesse sentido, somente após a amortização integral de montante

correspondente ao valor do principal da cota é que o valor referente à valorização da cota será, na última Data de Amortização, integralmente amortizado.



6. As Cotas Seniores deverão ser resgatadas na última Data de Amortização, que corresponde à data do término de duração das Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série, pelo seu respectivo valor contábil.

7. Caso a última Data de Amortização não seja um Dia Útil, as Cotas Seniores serão resgatadas no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

8. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

9. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores no Regulamento, ressalvados os prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

10. Este Suplemento deverá ser averbado no registro do Regulamento no [COMPLETAR]^o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, [] de [] de []

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Administradora

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

"

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II datado de 5 de dezembro de 2013 por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE PERDA ACUMULADA E DO ÍNDICE DE ATRASO

1. O Índice de Perda Acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios do Fundo será calculado mensalmente pela Gestora, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, com base no último Dia Útil do mês anterior, conforme segue:

$$Perda_M = \frac{PA_M}{P_{M-1}}$$

$Perda_M$: Índice de Perda Acumulada calculado na data D.

PA_M : Somatório do valor agregado dos Direitos Creditórios recomprados pela Cedente com atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias e da totalidade dos Direitos Creditórios referentes a Financiamentos ou Crédito Pessoal com Garantia que apresentem, na respectiva data referencial de cálculo, Direito Creditório vencido e não pago no último Dia Útil do mês calendário com data de vencimento entre 181 e 210 dias antes da verificação. Caso um devedor apresente uma parcela que se enquadre nos parâmetros acima, todas as parcelas em aberto do contrato deste respectivo devedor deverão ser consideradas no cálculo do PA_M .

P_{M-1} : Somatório do total dos Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo, considerado o montante verificado no último Dia Útil do mês anterior ao da verificação.

M : Mês da verificação.

2. O Índice de Atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios do Fundo será calculado mensalmente, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, com base no último Dia Útil do mês anterior, conforme segue:

$$Atraso_{F,D} = \frac{PNP_{F,D}}{PT_{F,D}}$$

$Atraso_{F,D}$: Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso F na data D.

$PNP_{F,D}$: Somatório do valor presente da totalidade dos Direitos Creditórios referentes a Financiamentos ou Crédito Pessoal com Garantia que apresentem, na respectiva data referencial de cálculo, Direito Creditório com data de vencimento anterior a D, vencido e não pago no prazo de X dias, sendo X qualquer número inteiro entre o número da faixa F

anterior e o número da faixa F analisada. Para a primeira faixa ($F=60$), serão considerados os Direitos Creditórios com atraso entre 31 e 60 dias.



$PT_{F,D}$: Somatório do valor presente dos Direitos Creditórios do Fundo na data referencial de cálculo, incluindo Direitos Creditórios a vencer e vencidos e não pagos.

F : Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso variam no seguinte conjunto {60, 120, 180}.

D : Data referencial de cálculo, que será o último Dia Útil de cada mês.

2.1 O cálculo do Índice de Atraso para as respectivas faixas F será calculado a partir dos seguintes meses, contados a partir da data da primeira Data de Integralização Inicial:

- (a) para $F=60$, a partir do 2º (segundo) mês;
- (b) para $F=120$, a partir do 3º (terceiro) mês; e
- (d) para $F=180$, a partir do 5º (quinto) mês.

ANEXO VII

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II datado de 5 de dezembro de 2013 por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



CARACTERÍSTICAS DO CAP DE TAXA DE JUROS

1. Semanalmente, a Gestora deverá obter cotações e, observado o disposto no item 2, abaixo, contratar junto a Instituições Autorizadas, em nome do Fundo, Cap de Taxa de Juros.
2. O Cap de Taxa de Juros somente deverá ser contratado se estiver disponível junto a pelo menos 1 (uma) das Instituições Autorizadas por valor igual ou inferior a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).
 - 2.1. Caso a Gestora não obtenha cotações de Cap de Taxa de Juros por valor igual ou inferior ao especificado no item 2, acima, a subscrição e integralização de Cotas Seniores deverá ser rejeitada.
3. Sem prejuízo do disposto acima, cada operação de Cap de Taxa de Juros realizada pelo Fundo deverá atender às seguintes condições mínimas:
 - (a) vencimento no 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Integralização Inicial do Fundo;
 - (b) previsão de liquidações em cada uma das Datas de Pagamento, até a Data de Pagamento correspondente ao 48º (quadragésimo oitavo) mês após a Data de Integralização Inicial do Fundo, inclusive;
 - (c) valor base correspondente ao valor agregado das Cotas Seniores a serem subscritas, sujeito a amortização semestral à razão de 1/4 (um quarto) a partir do 24º (vigésimo quatro) mês a contar da Data de Integralização Inicial do Fundo (o valor base em um determinado mês será denominado "Valor Base Mensal", com relação ao i-ésimo mês);
 - (d) liquidações semestrais, conforme subitem (b) acima, definidas no mínimo conforme a fórmula abaixo, com relação ao i-ésimo semestre:

$$\text{Valor Base Semestral}_i * \text{Max} [0; \text{Acumulado_CDI}_i - ((1 + \text{Taxa Termo}) * (1 + \text{Sobretaxa Strike}))^{(\text{Prazo Útil}_i / 252)}]$$

onde:

"Acumulado_CDI," significa o fator acumulado das Taxas DI, determinado através da apropriação diária, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, correspondente ao i-ésimo semestre;

"Taxa Termo," significa a taxa de juros a termo correspondente ao i-ésimo semestre, conforme curva de mercado da BM&F vigente na data de contratação do Cap de Taxa de Juros;

"Sobretaxa Strike" significa 4% (quatro por cento); e

"Prazo Útil" significa o número de Dias Úteis no i-ésimo semestre.

- (e) deverá ser registrado na CETIP ou na BM&FBOVESPA, e realizado nos moldes e de acordo com as características por elas permitidas; e
- (f) o Fundo deverá pagar o prêmio pela contratação do Cap de Taxa de Juros quando de sua celebração.



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized 'L' and a checkmark.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO SUPLEMENTO Nº 3
REFERENTE À 3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO OURINVEST FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II**

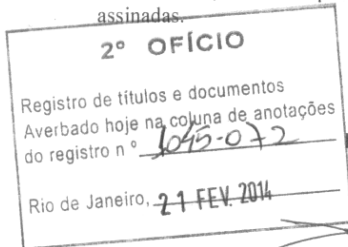
Pelo presente instrumento particular **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administradora"), na qualidade de administradora do fundo de investimento denominado "**OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II**", cujo Suplemento nº 3 referente à 3ª Série de Cotas Seniores de sua emissão foi registrado em 19 de dezembro de 2012, sob o nº 1045072, perante o 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.203.825/0001-15 ("Fundo" e "Suplemento", respectivamente), resolve:

CONSIDERANDO que fazem-se necessárias alterações ao Suplemento para atendimento das Exigências formuladas pela CVM através do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 18/2014;

RESOLVE por:

1. **Retificar** o Suplemento nº3 referente à 3ª Série de Cotas Seniores do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II, exclusivamente para preencher as lacunas do documento;
2. **Ratificar** o inteiro teor do restante do Suplemento, não objeto de retificação na forma deste Instrumento Particular de Re-ratificação, o qual passará a vigor na forma do Anexo;

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Arthur Farnes D'Amore
Procurador

Testemunhas:

1.
Paulo Henrique Amaral Sá
RG: 20.788.384-4
CPF: 116.871.997-80

2.
JOÃO PAULO BELTRÃO DE SOUSA BEZERRA
RG: 10975312-9
CPF: 109117207-23



1047483

REGISTRAR
E
SEGUROS



Registrado e digitalizado em 21/04/2011

Stampa circular do **OFÍCIO DE REGISTROS E DOCUMENTOS** 1º, localizada na **Rua São José, 90**, **Sala 1.808**, com o telefone **Tel. 2221-2209**.

- 194

VFA = Valor financeiro de cada uma das 7 (sete) amortizações da 3ª Série, na Data de Amortização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento para cima, na Data de Amortização;

NC = Número de Cotas emitidas da 3ª Série.

5. Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as amortizações que venham a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva cota. Nesse sentido, somente após a amortização integral de montante correspondente ao valor do principal da cota é que o valor referente à valorização da cota será, na última Data de Amortização, integralmente amortizado.

6. As Cotas Seniores deverão ser resgatadas na última Data de Amortização, que corresponde à data do término de duração das Cotas Seniores da 3ª Série, pelo seu respectivo valor contábil.

7. Caso a última Data de Amortização não seja um Dia Útil, as Cotas Seniores serão resgatadas no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

8. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

9. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo as disposições do Regulamento prevalecer em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da 3ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores no Regulamento, ressalvados os prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

10. Este Suplemento deverá ser averbado no registro do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Administradora

Arthur Farnie D'Amoed
Procurador

Testemunhas:

Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**
RG: **RG: 20.788.384-4**
CPF: **CPF: 116.871.997-60**

Nome: **JOÃO PAULO BELO DE SOUSA BEZERRA**
RG: **RG: 10975312-9**
CPF: **CPF: 109117207-23**

1o. Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro

Rua São José, 90/1808 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2208
Apresentado hoje, protocolado e
registrado em mídia ótica sob o nº

1848479

Rio de Janeiro, 21/02/2014
CARLOS DE SOUZA
19330800768



1o. Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
Rua São José, 90/1808 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2208
A pedido da parte interessada, o presente documento foi averbado a margem do registro de nº.

1845684



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

**RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO E
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ourinvest FIDC Veículos II

3ª Série de Cotas Seniores

Relatório de Pré-distribuição

Neste Relatório

Estrutura de Capital	1
Resumo da Transação	1
Principais Fundamentos	
do Rating	1
Sensibilidade do Rating	1
Modelagem, Metodologia e Adequação de Dados	2
Estrutura da Operação	3
Análise dos Ativos	4
Estrutura Financeira	9
Modelagem de Fluxo de Caixa	11
Risco de Contrapartes	12
Análise de Sensibilidade	12
Monitoramento	13
Apêndice A: Critérios de Elegibilidade	14
Apêndice B: Perfil Geral do Cedente/Originador	15
Apêndice C: Servicing & Originação	16
Apêndice D: Gráficos de Performance Histórica	17
Apêndice E: Resumo da Transação	20

Estrutura de Capital

Classe/Série	Montante (BRL Mi)	Vencimento Final	Rating Esperado	Reforço de Crédito (%) ^a	Perspectiva	TT (%)	TTL ^b (x)
3ª Série de Cotas Seniores	70,0	48 meses	AA-(exp)sf(bra)	30,0	Estável	70	3,61
Série Única de Cotas Subordinadas	30,0	48 meses	NA	-	NA	30	1,55
Total	100,0						

^aReforço de crédito mínimo não incluindo excesso de spread. ^bTranche Thickness Loss Multiple (TTL) – Tranche Thickness (TT) dividido pela perda base estimada pela Fitch. Ver também "Structured Finance Tranche Thickness Metrics", de 29 de julho de 2011.

NA – Não Avaliada.

Resumo da Transação

Esta operação é uma securitização de créditos diretos ao consumidor (CDC) para financiamento de veículos e de créditos pessoais com garantia de veículos (refinanciamentos) concedidos pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (Omni), avaliada com Rating Nacional de Longo Prazo 'BBB-(bra)', Perspectiva Estável. Os devedores são consumidores das classes C e D que financiam veículos com idade média superior a 15 anos.

Principais Fundamentos do Rating

Reforço de Crédito: A sobrecolateralização mínima da operação em benefício dos cotistas seniores é de 30,0%. Além da sobrecolateralização, os investidores se beneficiarão de um excesso de *spread* de aproximadamente 36% ao ano (a.a.). Segundo os documentos da operação, não é permitida a aquisição de créditos com ágio, ou a cessão parcial do saldo devedor dos contratos.

Expectativa de Perda: Foram analisados dados históricos de inadimplência, abertos por tipo de produto e prazo original. A expectativa de perda bruta para as carteiras de motocicletas, veículos leves e veículos pesados é de 15,8%, 17,4% e 22,6%, respectivamente. Ao considerar os limites de concentração e por prazo original estabelecidos no regulamento, a premissa de perda antes de recuperação para a operação é de 19,4%. Para o nível de rating atribuído, a premissa de recuperação utilizada é de 9%.

Descasamento de Taxa de Juros Limitado: Os direitos creditórios possuem rentabilidade prefixada, e a remuneração das cotas é pós-fixada, o que gera potenciais descasamentos de taxas de juros ao longo do prazo da operação. Porém, as cotas seniores contarão com *hedge* na forma de *cap*, com sobretaxa de 4,0%, baseado na curva de juros futuros, o que limita esta exposição. O *cap* será contratado em uma instituição financeira que deverá ter o rating mínimo de 'AA(bra)'.

Capacidade do Originador/Cedente/Agente de Cobrança: A Fitch considera adequados os critérios de originação e os processos de cobrança e controle da Omni. Além disso, os interesses econômicos do cedente estão alinhados aos do cotista sênior, já que a Omni irá deter 50% das cotas subordinadas e se beneficiará do rendimento em excesso dos pagamentos das classes de cotas com maior senioridade. O Banco Ourinvest S.A. (Ourinvest) deterá os 50% restantes das cotas subordinadas.

Sensibilidade do Rating

Caso a estimativa de perda se mostre superior às expectativas iniciais da Fitch em mais de 25%, ou a recuperação esperada seja inferior na mesma proporção, o rating deverá ser rebaixado. Maiores detalhes em "Análise de Sensibilidade".

Analistas

Juliana Ayoub
+55 11 4504-2200
juliana.ayoub@fitchratings.com

Bernardo Costa
+55 11 4504-2607
bernardo.costa@fitchratings.com

Mudanças Estruturais Em Relação às Operações Anteriores da Omni

Mudança	Ourinvest FIDC II	Omni VIII	Operações Anteriores	Implicação no Crédito
Período de Revolução	Não Restrito	Restrito	Não Restrito	Negativo: Um longo período de revolução expõe a operação a mudanças na qualidade de crédito do lastro. Entretanto, qualquer alteração na política de crédito que, na visão do administrador, possa afetar o fundo, é considerada como evento de avaliação.
Condição de Cessão de Prazo Original	Não Existe	Existe	Não Existem	Negativo: As originações da Omni apresentam diferenças significativas de perda conforme o prazo original. Contratos com prazos mais longos têm perdas maiores. A Fitch nota que as carteiras cedidas aos FIDCs anteriores não foram significativamente diferentes da carteira da Omni.
Caps de Taxa de Juros	Existem	Existem	Não Existem	Positivo: O cap de taxa de juros mitiga parcialmente a exposição ao risco de descasamento de taxa de juros. Porém, o cap de taxas de juros do Ourinvest FIDC II é maior do que o do FIDC Omni VIII (400 pontos base versus 300 pontos base).
Gatilhos de <i>Clean Up</i>	Não Existem	Existe	Não Existem	Negativo: A ausência de gatilhos de <i>clean up</i> deixa as cotas seniores vulneráveis a eventos de estresse no final da transação, quando limitado reforço de crédito nominal está disponível para a operação dado o aumento de concentração.
Cessão Parcial de Contratos	Não Existe	Não Existe	Existe	Positivo: A cessão de uma parte dos contratos pode ter efeito negativo devido à realização de perda ser acentuada no início dos financiamentos. Adicionalmente, a cessão parcial pode complicar o processo de recuperação de valores ao retornar o veículo dado em garantia ao contrato.
Verificação de Condições de Cessão e de Lastro por Amostragem Prévia à Aquisição	Não existe	Existe	Não Existe	Negativo: Não haverá amostra do lastro de cada cessão previamente à cessão ao fundo, porém o custodiante irá verificar o lastro até 15 dias úteis após a cessão do crédito. As condições de cessão, por sua vez, serão analisadas trimestralmente pela KPMG. No caso do não cumprimento dessas condições, a cessão será cancelada.
Amortização <i>Pass-Through</i>	Não existe	Existe	Não Existe	Negativo: A amortização de principal das cotas é programada. Em transações em que a amortização é ligada aos recebimentos de principal durante o período, evita-se o descasamento entre fluxos de caixa entre os ativos e passivos.

Elaboração: Fitch Ratings

Modelagem, Metodologia e Adequação de Dados

Modelagem

A Fitch utiliza um modelo próprio de fluxo de caixa para simular os efeitos de variações na perda estimada, nos níveis de pré-pagamento de créditos e na taxa de juros das classes avaliadas, de forma a mensurar a capacidade do reforço de crédito disponível para suportar os estresses associados aos ratings atribuídos à proposta de emissão.

Suficiência de Informações / Adequação dos Dados

A Fitch recebeu dados sobre a performance da carteira de créditos da Omni, segregados por tipo de veículo, *loan-to-value* e prazos. A agência considera a qualidade das informações e o período de observação suficientes para avaliar esta operação. As fontes de informação utilizadas na análise desta emissão foram a Omni e a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. (KPMG), primordialmente através de seu relatório *Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento – Análise da Carteira de Recebíveis*, de 31 de agosto de 2013. O período de observação das informações recebidas pela KPMG foi de setembro de 2008 a agosto de 2013.

Metodologia

Esta análise foi conduzida de acordo com os princípios delineados na metodologia *Rating Criteria for Consumer ABS in Latin America*, publicada em 15 de fevereiro de 2012, e *Metodologia Global de Rating de Finanças Estruturadas*, publicada em 24 de maio de 2013. Os relatórios estão disponíveis em www.fitchratings.com.br e/ou www.fitchratings.com.

Metodologia Aplicada

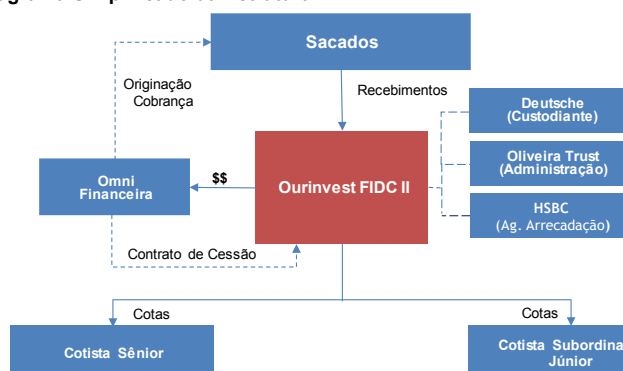
Metodologia Global de Rating de Finanças Estruturadas, 24 de maio de 2013.

Outra Metodologia Relevante

Rating Criteria for Consumer ABS in Latin America, 15 de fevereiro de 2012.

Estrutura da Operação

Diagrama Simplificado da Estrutura



Fonte: Documentos da Transação / Elaboração: Fitch

O Ourinvest FIDC II será constituído em forma de um fundo de condomínio fechado, com prazo de duração de vinte anos. O fundo terá como administradora e gestora a Oliveira Trust DTVM Ltda. (OT), e o Deutsche Bank S.A. (Deutsche) realizará as funções relacionadas à custódia. O HSBC Bank Brasil S.A. (HSBC), por sua vez, será o agente de recebimento dos direitos creditórios, e a Omni responderá pela cobrança dos créditos inadimplentes.

O fundo irá emitir duas classes distintas de cotas: sênior e subordinada. Os montantes esperados de cotas seniores e de cotas subordinadas a serem emitidos são de BRL70,0 milhões e BRL30,0 milhões, respectivamente. Após carência de 12 meses, serão realizadas sete amortizações anuais até o vencimento final, em um prazo de 48 meses após a integralização das cotas.

Desde que aprovado pela assembleia geral de cotistas e observadas certas condições previstas no regulamento, o fundo poderá promover novas emissões de cotas seniores. A amortização das cotas subordinadas ocorrerá em regime *pro rata* em relação às cotas seniores, desde que seja mantido o percentual mínimo de subordinação estabelecido e que não esteja em andamento um evento de avaliação ou liquidação da operação.

Partes da Transação

Função	Entidade	Rating	Perspectiva
Emissor	Ourinvest FIDC Veículos II	NA	NA
Cedente/Originador/Agente de Cobrança/Estruturador	Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	BBB-(bra)/F3(bra)	Estável
Administradora/Gestora	Oliveira Trust DTVM S.A.	NA	NA
Custodiante/Agente de Recebimento	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão	AAA(bra)/F1+(bra)	Estável
Estruturador	Banco Ourinvest S.A.	NA	NA

Fonte: Documentos da Transação.
NA - Não Avaliada.

Estrutura Jurídica

A Fitch solicitou e recebeu um parecer legal da assessoria jurídica da transação atestando a constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização; a necessidade de a operação registrar a cessão e notificar os sacados para poder

fazer cobrança em nome do fundo; a capacidade jurídica de a Omni conceder empréstimos e realizar cessões ao fundo; e o fato de que um evento de insolvência da Omni não deverá afetar a integridade da estrutura do fundo, das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas.

Comparativo de Transações Anteriores

	FIDC Omni III Série 2006-1	FIDC Omni IV	FIDC Omni V Série 2007-1	FIDC Omni III Série 2007-2	FIDC Omni VI Série 2010-1	FIDC Omni VIII	Ourinvest FIDC II
Estrutura de Capital							
Classe Sênior (%)	75%	79,70%	76,00%	75%	67,00%	72,00%	70,00%
Classe Subordinada Mezanino (%)	-	-	-	-	-	15,50%	-
Classe Subordinada Júnior (%)	25%	20,30%	24,00%	25%	33,00%	12,50%	30,00%
PL Total do Fundo (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Regime de Amortização ^a	<i>Pro rata</i>	<i>Pro rata</i>	<i>Pro rata</i>	<i>Pro rata</i>	<i>Pro rata</i>	<i>Pro rata</i>	<i>Pro rata</i>
Subordinação Inicial / Mínima	15%/25%	10%/20,3%	14,6%/24,0%	15%/25%	33%/33%	28%/28%	30%/30%
Excesso de Spread Bruto							
(a) Taxa de Cessão Anualizada	53,60%	53,60%	52,60%	41,70%	43,38%	50,27%	49,10%
(b) Rendimento Sênior ^b	13,10%	13,40%	11,10%	10,10%	10,29%	9,47%	8,83%
(c) Despesas Operacionais	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,50%	4,50%
(a-b-c) Excesso de <i>Spread</i>	40,60%	39,20%	40,50%	30,60%	32,09%	39,30%	35,77%
Cotas Seniores							
Taxa <i>Benchmark</i> Rendimento	108%DI	112%DI	108%DI	112%DI	DI+3,0%a.a.	DI+2,85%a.a.	DI+2,85%a.a.
Prazo (meses)	48	60	48	48	48	54	48
Carência (meses)	24	24	18	24	12	12	12
Rating Nacional (Cota Sênior)	AA+sf(bra)	AA-sf(bra)	AA+sf(bra)	AA+sf(bra)	AAsf(bra)	AAsf(bra)	AA-(exp)sf(bra)

^aRegime de amortização das cotas subordinadas. ^b Rendimento em percentual da taxa anualizada de DI na data de início de distribuição do fundo multiplicado pelo percentual das cotas seniores do PL do fundo.

Elaboração: Fitch Ratings

Determinação de Vencimento Final

O vencimento final da terceira série de cotas seniores é 48 meses após a primeira subscrição de cotas. Os ratings atribuídos à proposta de emissão refletem a capacidade de os investidores receberem o pagamento integral de juros e principal emitido até a data de vencimento final da respectiva série.

Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a Fitch confia na opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal e nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch e nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, eles devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

Análise dos Ativos

O colateral desta operação é composto por contratos de financiamento e crédito pessoal com garantia concedidos pela Omni para aquisição de veículos novos ou usados. Para analisar este colateral, a Fitch utilizou o estudo realizado pela KPMG sobre as safras originadas entre setembro de 2008 a julho de 2013, além de dados adicionais solicitados e recebidos pela Omni.

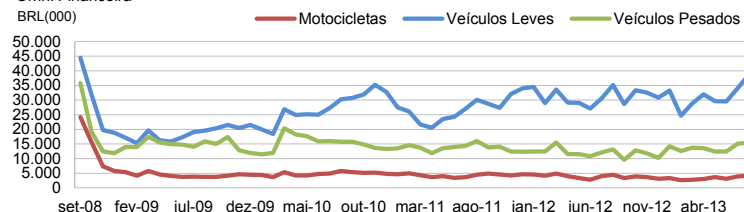
Volume de Originação

A originação da Omni cresceu de forma expressiva até o terceiro trimestre de 2008, superando a faixa de BRL100 milhões mensais. A expansão do mercado e o aumento da concorrência fizeram com que a companhia flexibilizasse as medidas de aprovação de crédito e entrasse em novos segmentos (veículos seminovos, principalmente), nos quais não possuía tanta *expertise*, até que teve início a crise financeira global e os volumes originados sofreram redução significativa. Mais recentemente, os principais concorrentes deixaram de operar no mercado de

veículos usados, permitindo à Omni originar contratos com condições de crédito mais favoráveis e taxas de juros mais elevadas.

Originação Mensal por Tipo de Veículo

Omni Financeira
BRL(000)



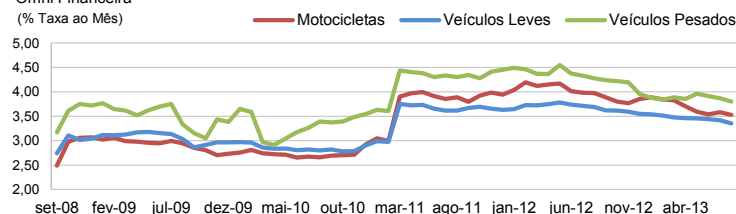
Fonte: KPMG

Taxa de Juros

Apesar da queda observada nas taxas de juros praticadas pelo mercado recentemente, a taxa média dos contratos da Omni se manteve estável desde o ajuste praticado em março de 2011, com leve decréscimo. Em agosto de 2013 as taxas médias dos contratos de motocicletas, veículos leves e veículos pesados ficaram em 3,53%, 3,36% e 3,8%, respectivamente.

Taxa Média do Contrato por Tipo de Veículo

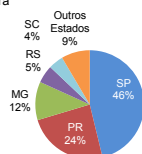
Omni Financeira
(% Taxa ao Mês)



Fonte: KPMG

Distribuição por Estado

Omni Financeira



Fonte: KPMG

Distribuição Geográfica

A Omni tem forte presença em São Paulo e estados fronteiriços, o que resulta em concentração geográfica na Região Sudeste. A distribuição das originações da carteira por estado foi a seguinte: São Paulo, 46%; Paraná, 24%; Minas Gerais, 12%; Rio Grande do Sul, 5%; e Santa Catarina, 4%. Os 9% restantes foram distribuídos em outros estados.

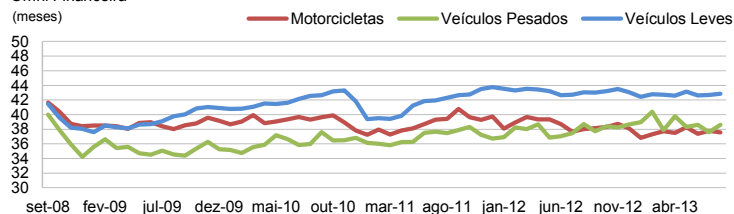
Prazo do Contrato

Em agosto de 2013, o prazo médio dos contratos de motocicletas, veículos leves e veículos pesados foi de 38, 43 e 39 meses, respectivamente. A Fitch recebeu dados de performance histórica por safra de originação, com divisão pelo prazo do contrato. Através destas informações, foi possível inferir que, quanto maior o prazo do contrato, maior a perda observada. A operação tem condições de cessão que limitam o percentual de contratos com prazo acima de 36 meses a 70% da carteira total, conforme apresentado no 'Apêndice A'.

Prazo Médio dos Contratos por Tipo de Veículo

Omni Financeira

(meses)



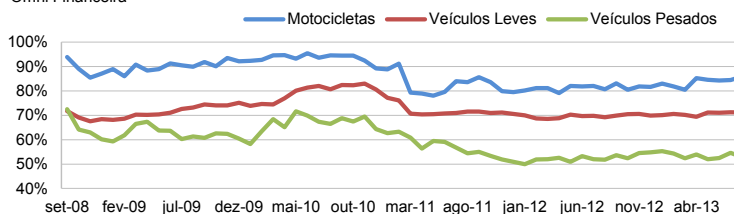
Fonte: KPMG

Loan-to-Value Médio dos Contratos

A razão do valor do contrato dividido pelo valor do veículo (*loan-to-value*) da carteira tem implicações sobre as perspectivas de recuperação, bem como as expectativas de inadimplência da carteira. Desde meados de 2010, a Omni reduziu o risco em seu portfólio através da redução dessa razão. Em agosto de 2013, o *loan-to-value* médio do contrato de motocicletas, veículos leves e veículos pesados ficou em 86%, 71% e 53%, respectivamente.

Loan-to-Value Médio por Tipo de Veículo

Omni Financeira



Fonte: KPMG

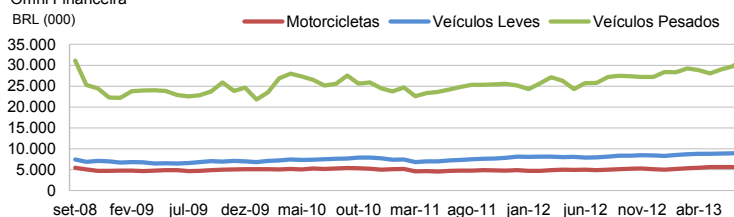
Valor Médio dos Contratos

O valor médio dos contratos tem se mantido estável nos últimos anos. Em agosto de 2013, os valores médios dos contratos de motocicletas, veículos leves e veículos pesados ficaram em BRL5.596, BRL9.189 e BRL31.820, respectivamente.

Valor Médio dos Contratos por Tipo de Veículo

Omni Financeira

BRL (000)



Fonte: KPMG

Premissas de Cenário-base - Motocicletas

Prazo em meses	+ 180 Dias (Perda Ajustada)	Premissa de Concentração*
1 a 24	6,8%	0%
25 a 36	12,5%	50%
37+	19,2%	50%
Total	15,8%	100%

*Premissa de concentração derivada de acordo com as concentrações máximas e mínimas nos critérios de elegibilidade.
Elaboração: Fitch

Premissas de Cenário-base - Veículos Leves

Prazo em meses	+ 180 Dias (Perda Ajustada)	Premissa de Concentração*
1 a 24	8,7%	0%
25 a 36	15,5%	50%
37+	19,2%	50%
Total	17,4%	100%

*Premissa de concentração derivada de acordo com as concentrações máximas e mínimas nos critérios de elegibilidade.
Elaboração: Fitch

Inadimplência e Perda

A análise de inadimplência e perda foi baseada no levantamento feito pela KPMG, que compreendeu um período de observação de sessenta meses, de setembro de 2008 a agosto de 2013. A Fitch considerou os dados apresentados por safra de originação em base mensal e separados por tipo de veículo (motocicletas, leves e pesados) e por prazo (1-24, 25-36 e acima de 36 meses). A Fitch também analisou os dados de perdas segregados por financiamento e refinanciamento e concluiu que a diferença na performance dos dois grupos não era significativa.

A diferença do comportamento de inadimplência dos contratos mais curtos em relação aos mais longos pode ser observada nos gráficos de performance abertos por produto e prazo apresentados no Apêndice D.

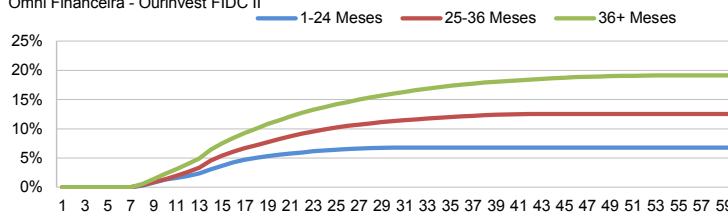
Com o objetivo de definir o índice de perda estática acumulada (cenário de perda-base) para a operação, a Fitch primeiro considerou como *default* os contratos que tiveram, ao menos, uma parcela vencida e não paga por um período superior a 180 dias. A agência então considerou a proporção histórica dos valores recebidos antes e depois de uma eventual retomada do veículo dado em garantia ao contrato para determinar a perda líquida. A perda bruta utilizada nesta análise considera o valor de *default* subtraído dos valores pagos pelos clientes antes de retomar o veículo.

A agência também estabeleceu uma curva de perda média utilizando informações das safras completas para extrapolar as incompletas. O resultado de cada safra foi então ponderado pelo valor das originações de cada tipo de produto. Finalmente, estas perdas bases foram ponderadas de acordo com os limites de concentração estabelecidos nos critérios de elegibilidade e condições de cessão, conforme o cenário mais agressivo de prazo dos contratos e tipo de veículo.

O resultado é o índice de perda bruta ajustada igual a 15,8% para a carteira de motocicletas, 17,4% para a carteira de veículos leves, e 22,6% para a carteira de veículos pesados. Ao analisar a estrutura revolvante e os limites de concentração estabelecidos no regulamento, foi considerada uma premissa de perda de 19,4% para o decorrer da operação.

Média Ponderada de Inadimplência Acima de 180 dias - Motocicletas

Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: KPMG

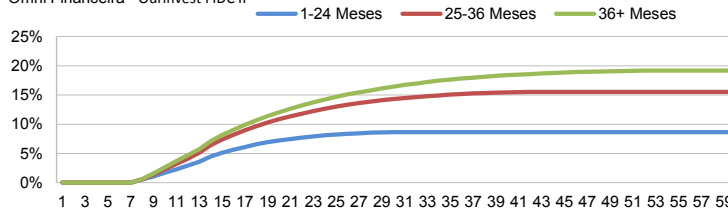
Premissas de Cenário-base - Veículos Pesados

Prazo em meses	+ 180 Dias (Perda Ajustada)	Premissa de Concentração*
1 a 24	9,7%	0%
25 a 36	17,2%	50%
37+	27,9%	50%
Total	22,6%	100%

*Premissa de concentração derivada de acordo com as concentrações máximas e mínimas nos critérios de elegibilidade.
Elaboração: Fitch

Média Ponderada de Inadimplência Acima de 180 dias - Veículos Leves

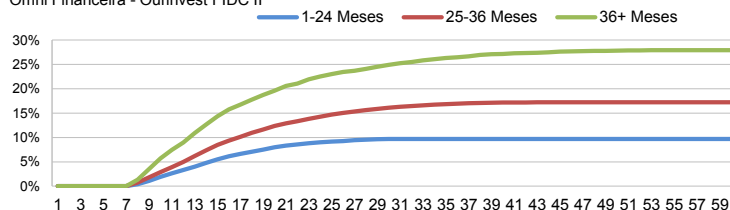
Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: KPMG

Média Ponderada de Inadimplência Acima de 180 dias - Veículos Pesados

Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: KPMG

Recuperação

A Fitch recebeu dados de recuperação da Omni com abertura por produto dos últimos cinco anos. Neste período, a recuperação ocorrida após a busca e apreensão foi de aproximadamente 15% da perda. Entretanto, a agência não considera nos cenários de modelagem a recuperação histórica, mas sim uma recuperação estressada. O estresse aplicado para os cenários de fluxo de caixa foi uma redução de 40,0% deste valor, que quando descontado, chega a 9%.

Premissas de Cenário de Perda Estressada

Produto	Perda Ajustada	Recuperação Estressada	Perda Líquida	Premissa de Concentração ^a
Veículo leve	23,1%	12,2%	20,25%	60%
Motocicleta	17,4%	7,4%	16,13%	5%
Veículo pesado	16,4%	4,8%	15,61%	35%
Total	19,4%	9,0%	17,6%	100%

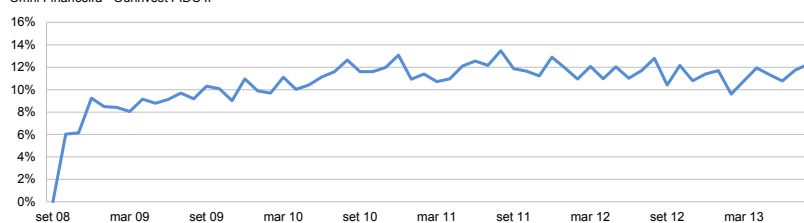
^a Concentração determinada maximizando a perda bruta total da carteira limitada pelas concentrações mínimas e máximas estabelecidas nos critérios de elegibilidade.
Elaboração: Fitch

Pré-Pagamentos e Refinanciamento

A Fitch analisou o histórico de pré-pagamentos da carteira da Omni e utilizou uma taxa próxima ao pico de pré-pagamento mensal histórico como premissa base nos cenários de modelagem. A taxa de *Conditional Prepayment Rate* (CPR) ficou em 12%.

Taxa de Pré-Pagamento Histórica (CPR %)

Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: KPMG. CPR - Condicional Prepayment Rate

Estrutura Financeira**Reforço de Crédito****Subordinação**

A subordinação mínima disponível para a classe de cotas seniores é de 30,0% do PL do fundo. As cessões não serão realizadas com ágio e, por conta disso, estes percentuais refletem o montante real de sobrecolateralização em benefício dos cotistas seniores.

Se, em qualquer data de verificação, a subordinação em benefício das cotas seniores estiver abaixo de 30%, a subordinação mínima estará desenquadrada. Na ocorrência de desenquadramento do percentual de subordinação mínima, as cotas subordinadas não poderão ser amortizadas e a aquisição de novos créditos será suspensa.

Reservas de Liquidez

O fundo possui uma reserva de liquidez com o objetivo de segregar recursos para fazer frente às amortizações futuras das cotas seniores e pagamentos de despesas e encargos. A reserva de pagamento requer a alocação de ativos de liquidez imediata e direitos creditórios prestes a vencer em um valor equivalente a 100% da próxima amortização e 50% da amortização subsequente. O montante de ativos de liquidez imediata referente a pagamentos aos cotistas deve respeitar o seguinte cronograma:

- 45 dias antes – 10% do valor da próxima amortização;
- 30 dias antes – 25% do valor da próxima amortização;
- 15 dias antes – 50% do valor da próxima amortização; e
- 5 dias antes – 100% do valor da próxima amortização.

Excesso de Spread

Nesta operação, a taxa utilizada para o cálculo do preço de aquisição será a maior entre o custo da cota sênior (DI mais 2,85% a.a.), ponderada pela participação desta classe em relação ao PL, acrescido de 37,0% a.a. e 100% da taxa de juros do contrato de financiamento. Para estimar o excesso de *spread* que será gerado como resultado da aquisição de créditos por parte do FIDC, a

Fitch considerou o custo ponderado das cotas, acrescido de 37% a.a. Assim, pela estimativa da agência, deve ser gerado um excesso de *spread* de aproximadamente 36%a.a., conforme apresentado na tabela ao lado.

Excesso de Spread (a.a.)

(a) Rendimento da Carteira	49,1%
(b) Rendimento das Cotas ^a	8,83%
(c) Despesas Operacionais	4,50%
(a-b-c) Excesso de Spread	35,77%

^a (DI + 2,85%) * 70% do PL

Elaboração: Fitch Ratings

Este excesso de *spread* poderá beneficiar os cotistas seniores absorvendo, em primeira instância, qualquer perda incorrida pela carteira do fundo. Posteriormente, o excesso deverá ser alocado em favor das cotas subordinadas e poderá retornar aos detentores destas cotas, Omni e Banco Ourinvest S.A. (Ourinvest), através de amortizações extraordinárias. Entretanto, para que estas amortizações extraordinárias ocorram, todas as condições estabelecidas em regulamento devem ser atendidas, como a subordinação mínima de 30%.

Despesas da Operação

O fundo conta com uma despesa de *servicing* de 4%, despesa que não existe em outros fundos com o mesmo cedente. O motivo de ter este custo dentro da operação se dá pelo fato que a cota subordinada não será integralmente adquirida pela Omni, que desempenha o papel de *servicer* da operação, sendo compartilhada em mesma proporção com o Ourinvest.

Desta forma, uma vez que ambas as entidades estão compartilhando os riscos ao adquirir a classe subordinada da operação, e, ao mesmo tempo, os possíveis benefícios, conforme explicado no item "*Excesso de Spread*", o custo de *servicing* e de originação foi transferido ao fundo. A Omni estima que os custos diretamente relacionados ao *servicing* seriam na ordem de 1,7%. Os custos estimados relativos à originação são da ordem de 6% a 7% do valor desembolsado. Assim, considerando o prazo médio de 36 meses da carteira, o custo de originação pode ser quebrado em cerca de 2,3% ao ano.

A Fitch analisou propostas de outros *servicers* para desempenhar esta função, e ao observar as estimativas de recuperação de cada faixa de atraso com referência ao desempenho de outros fundos do mesmo cedente, entende que o custo de *servicing* de referência é de 2%a.a.

Ordem de Alocação de Recursos na Amortização Pro Rata (Simplificado)

- (1) Despesas e constituição de reservas de despesas e caixa
- (2) Amortizações programadas das cotas seniores
- (3) Constituição da Reserva de Caixa
- (4) Aquisição de novos direitos creditórios
- (5) Amortização das cotas subordinadas

Elaboração: Fitch Ratings

mais 35% sobre o saldo recuperado para créditos inadimplentes acima de 180 dias. Considerando-se a expectativa de perda base desta operação e o prazo de quatro anos, o custo total de *servicing* seria de aproximadamente 2,5%a.a.

Uma vez que o custo de *servicing* da operação é superior ao estimado para esta função, a Fitch utilizou em sua modelagem os 4%a.a. como despesa de *servicing*, somados a 0,5%a.a. de estimativa de outros custos envolvidos para manutenção do fundo.

Regime de Amortização

Após o período de carência de 12 meses, as cotas seniores serão amortizadas semestralmente, de acordo com o cronograma de amortização previsto. Após o atendimento da subordinação mínima, gatilhos e reservas, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas.

Entretanto, na ocorrência de algum evento de avaliação ou liquidação antecipada, não haverá novas aquisições de créditos ou amortizações para as cotas subordinadas, e o período de revivência ou carência será interrompido se estiverem em vigor.

Recompra de Créditos & Resolução de Cessão

Nesta análise, a Fitch não incorporou o benefício da recompra de direitos creditórios inadimplentes pela Omni. A operação estabelece um limite em relação ao montante máximo permitido de recompra de créditos de 1,0% do total dos créditos cedidos.

Caso a Omni opte por recomprar um crédito inadimplente, terá de recomprar todo o saldo devedor do respectivo contrato, ou seja, todas as parcelas remanescentes (a vencer e vencidas) do devedor inadimplente. O preço de recompra de cada contrato é igual ao somatório do valor nominal das parcelas vencidas acrescido do valor presente das parcelas a vencer utilizando o preço de cessão original do contrato. O pagamento da recompra deverá ser realizado em moeda corrente.

A Fitch entende que esta ação deve ser cuidadosamente monitorada, uma vez que pode distorcer o real desempenho da carteira de créditos securitizada. Para observar o real desempenho desta carteira, a agência, em seu processo de monitoramento mensal, incorporará os créditos recomprados nos índices de desempenho e buscará entender se a ferramenta de recompra está sendo utilizada reiteradamente, tornando o veículo de securitização dependente dela.

Principais Gatilhos & Índices de Performance

Na ocorrência de certos eventos, a OT convocará uma assembleia geral de cotistas para deliberar se há um evento de liquidação antecipada. Durante a verificação, a aquisição de novos direitos creditórios será suspensa. Dentre os eventos, destacam-se:

- Não pagamento integral de uma amortização programada de cotas seniores;
- Percentual dos direitos creditórios em atraso de 31 a sessenta dias acima de 12,0% nos primeiros quatro meses e 15,0%, posteriormente;
- Percentual dos direitos creditórios em atraso de 61 a 120 dias acima de 10,0%;
- Percentual dos direitos creditórios em atraso de 121 até 180 dias acima de 8,5%;
- Valor dos direitos creditórios em atraso há mais de 181 dias, mais o valor de todos os créditos recomprados, acima de 7,0% do total de direitos creditórios cedidos ao fundo no primeiro ano, 8,5% no segundo ano, 10,0% no terceiro ano ou 11,5% no quarto ano; e
- Amortização ou resgate das cotas subordinadas juniores em desacordo com as regras estabelecidas no regulamento.

A liquidação antecipada do fundo poderá ocorrer, entre outros acontecimentos:

- Caso a assembleia geral de cotistas decida que um evento de avaliação deva ser considerado como um evento de liquidação antecipada;
- Caso a Omni entre em processo de intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial ou de Regime de Administração Especial Temporária; e
- Caso o contrato de cessão seja rescindido.

Modelagem de Fluxo de Caixa

A Fitch desenvolve e utiliza modelos próprios para modelagem de fluxo de caixa de uma operação estruturada. A agência customiza o modelo para replicar a estrutura de capital apresentada pela operação, bem como as características da carteira de crédito que será adquirida. A Fitch utilizou as seguintes premissas para modelagem de fluxo de caixa da terceira série de cotas seniores:

- 99,5% do PL do fundo investido em direitos creditórios, com prazo médio de 48 meses;
- 0,5% do PL do fundo em reserva de liquidez;
- Taxa *benchmark* de rendimento das cotas seniores igual a DI acrescido de 2,85% a.a.;
- Taxa mínima de juros dos financiamentos cedidos para o fundo de 3,4% a.m. (49% a.a.);
- Período de carência de 12 meses para amortização de principal;
- Gatilho de perda acumulada de 7,0% no primeiro ano;
- Expectativa de perda base bruta, recuperação estressada e perda base líquida de 19,4%, 9% e 17,6%, respectivamente.
- Múltiplo de estresse de 1,5 vez sobre a pré-pagamento-base de 12% CPR;
- Despesas da operação de 4,5%;
- Cenário de estresse de taxa de juros, conforme apresentado na seção abaixo.

Descasamento de Taxas de Juros e Cap de Taxa de Juros

Os direitos creditórios serão adquiridos pelo fundo a uma taxa de desconto prefixada, enquanto o rendimento das cotas seniores é pós-fixado, gerando exposição ao risco de descasamento de taxa de juros. Entretanto, foi feito um *hedge* na forma de *cap* de taxa de juros, que parcialmente mitiga esta exposição. O *cap* é de 400 pontos-base acima da curva futura de juros vigente no momento da contratação do *hedge*, no início da operação.

Inicialmente, o descasamento deverá consumir o excesso de *spread* gerado pela carteira da operação e, caso o descasamento se acentue, passará a sensibilizar as cotas subordinadas juniores e depois as cotas seniores. A Fitch incorporou o risco de descasamento das taxas de juros em sua modelagem de fluxo de caixa em cenários de estresse condizentes com as categorias dos ratings atribuídos.

Análise dos Resultados

A Fitch submeteu o cenário-base a certos fatores de estresse de inadimplência, perdas e variação de taxa de juros com o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento integral das cotas seniores nas datas programadas.

O nível de reforço de crédito disponível é suficiente para suportar um nível de perda total de aproximadamente 55% para cotas seniores, equivalente a um múltiplo de estresse de aproximadamente 2,83 vezes da expectativa de perda base bruta de 19,4%. Este nível considera as exposições máximas estabelecidas nos critérios de elegibilidade relacionadas ao tipo de veículo (pesado, leve, motocicleta) e ao prazo, às variáveis mais relevantes para explicar a perda.

Premissas & Resultados da Modelagem

	Cenário I	Cenário II
Colateral (%)		
Perda Bruta Ajustada	19,4%	19,4%
Curva de Perda Bruta (por semestre correspondente)	15%/55%/30%	10%/35%/25%/30%
Recuperação Estressada (%)	9%	9%
Meses para Recuperação	12	12
Pré-Pagamento (CPR%*)	12%	12%
Estresse de Pré-Pagamento (x)	1,5x	1,5x
Estresse de Taxa de Juros	Sim	Sim
Resultados Cotas Seniores		
Perda Bruta Acumulada	55,6%	54,7%
Múltiplo de Perda Base	2,87x	2,83x

*CPR – Conditional Prepayment Rate.

Elaboração: Fitch Ratings.

Apesar de o múltiplo de estresse para a avaliação das cotas seniores estar abaixo do intervalo de 3,5 vezes a 4,5 vezes, normalmente suportado em outras operações de crédito ao consumo com a categoria de rating 'AAsf(bra)', a agência acredita que o nível de perdas finais, de aproximadamente 54,7%, seja consistente com o rating atribuído à proposta de emissão. Múltiplos de estresse são comprimidos em situações nas quais a perda base já é um número elevado, de forma que o estresse final reflita efetivamente a expectativa de perda sob cenários de estresse associados ao rating 'AA-sf(bra)'.

Risco de Contrapartes

Originação & Cobrança

O Ourinvest FIDC Omni II conta com a capacidade da Omni de originar os contratos que serão cedidos ao fundo ao longo da operação, sujeita às condições de cessão do contrato verificadas pelo cedente e aos critérios de elegibilidade validados pela custodiante. O Deutsche é responsável pela cobrança dos créditos inadimplentes e contratou a Omni para exercer o papel de agente de cobrança.

Risco de Conta Bancária e Desvio ou Mistura do Fluxo de Caixa (*Commingling*)

Os contratos de financiamento e crédito pessoal com garantia serão representados por boletos bancários, emitidos pelo HSBC. Antes da cessão, a Omni informará ao HSBC quais são os créditos cedidos ao fundo e o HSBC realizará a transferência da cobrança. Portanto, todos os contratos pagos através destes boletos serão efetuados diretamente na conta do fundo.

Em caso de inadimplência ou pré-pagamento, a Omni, na responsabilidade de agente cobrador, emitirá novo boleto ao devedor, que será pago em conta corrente em nome do fundo. Esta será movimentada, de forma exclusiva, pelo custodiante e/ou pela administradora, desde que mediante autorização expressa do custodiante. Desta forma, qualquer valor pago diretamente pelo tomador não passa por conta de titularidade da Omni. Entretanto, há uma pequena exposição relacionada a valores recebidos através de leilão de bens dados em garantia aos contratos de financiamento que passam pela conta da Omni antes de serem direcionados ao fundo. A Fitch considera baixo o risco de *commingling* da operação e consistente com o rating da proposta de emissão atribuído.

Análise de Sensibilidade

Estes cenários demonstram o impacto sobre a modelagem de fluxo de caixa em função da mudança da perda base e dos níveis de recuperação. Este exercício tem como objetivo fornecer informações sobre a sensibilidade dos ratings com relação às premissas utilizadas na modelagem. Não deverá ser entendido como indicador do possível desempenho da operação avaliada.

Sensibilidade dos Ratings das Cotas Seniores em Cenários de Estresse

	Cenário-base de Recuperação	50% do Cenário-base de Recuperação	0% do Cenário-base de Recuperação
Perda Base	AA-sf(bra)	A+sf(bra)	A+sf(bra)
125% Perda Base	Asf(bra)	A-sf(bra)	BBBsf(bra)
150% Perda Base	BBBsf(bra)	BBBsf(bra)	BBBsf(bra)

Elaboração: Fitch

Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação até seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que os ratings atribuídos continuem refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia as emissões e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento das atribuições de ratings, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas, no site da Fitch.

Apêndice A: Critérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios serão adquiridos pelo fundo de acordo com os critérios de elegibilidade e dentro das declarações da cedente, ambos estabelecidos no regulamento e no contrato de cessão. A verificação dos critérios de elegibilidade será realizada pelo custodiante, e as declarações serão verificadas por um auditor independente em base trimestral. São considerados critérios de elegibilidade e declarações da cedente:

Critérios de Elegibilidade (Simplificado)

- Valor máximo devido ao fundo pelo mesmo devedor de BRL250.000 ou o equivalente a 0,5% do PL.
- Vencimento final da última parcela do contrato anterior ao vencimento da série de cota sênior mais longa em circulação.
- Após cada cessão, concentração mínima e máxima de direitos creditórios com garantia de motocicleta de 5% e 15%, respectivamente do PL.
- Após cada cessão, concentração mínima e máxima de direitos creditórios com garantia de veículos leves de 40% e 80% do PL.
- Após cada cessão, concentração mínima e máxima de direitos creditórios com garantia de veículos pesados de 15% e 35%, respectivamente do PL.
- O devedor não deve apresentar parcelas vencidas e não pagas perante o fundo.

Elaboração: Fitch Ratings

Declarações da Cedente (Simplificado)

- Os direitos creditórios correspondem à totalidade das parcelas de um mesmo contrato.
- Prazo máximo de 48 meses

Elaboração: Fitch Ratings

Apêndice B: Perfil Geral do Cedente/Originador**Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**

Em 1991, os atuais acionistas adquiriram o controle da Omni, transformando-a, em 1994, em Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos. A Omni é uma das maiores financeiras do mercado, com foco na concessão de crédito a pessoas físicas, principalmente de menor poder aquisitivo (classes 'C' e 'D'). Especializou-se no financiamento de veículos usados, sobretudo aqueles com mais de dez anos de uso, e atua por meio de uma rede de agentes exclusivos, com conhecimento do negócio e da região de atuação.

Perfil Operacional

Atualmente, a financeira conta com cerca de oitenta agentes, que cobrem mais de 1500 municípios, concentrando suas operações nas regiões Sul e Sudeste, com maior atuação nos estados de São Paulo (47%), Paraná (25%) e Minas Gerais (12%).

Em menor escala, a financeira também oferece cartões de crédito *private label* de bandeira Visa, operando principalmente junto a lojas de materiais de construção e pequenas redes de supermercados. Além da financeira, a estrutura organizacional do grupo conta com três empresas, de menor relevância, mas que dão suporte à atividade: Omni Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros, Omni Gestão e Cobrança Ltda. e Omni Informática Ltda.

Pontos Fortes

Os ratings nacionais da Omni refletem os bons sistemas e controles de risco da instituição, além de sua experiência no financiamento de veículos (carros, caminhões e utilitários, sobretudo usados, com até 25 anos, bem como motos novas e usadas) às classes de menor poder aquisitivo, 'C' e 'D', segmento menos explorado pela concorrência. Retratam, ainda, seus *spreads* e índices de inadimplência elevados.

Desafios

A Omni tem apresentado elevados índices de inadimplência, superiores aos registrados em atividades bancárias tradicionais, dada a natureza do crédito ao consumo de classes de baixa renda. Entretanto, a inadimplência é bem-monitorada e compensada pelas altas taxas de juros cobradas e pela pulverização da carteira, que, na opinião da Fitch, não deverá sofrer deterioração expressiva. Apesar da pequena redução em 2011, principalmente em virtude de ajustes tributários, a Omni tem apresentado resultados operacionais acima da média de bancos e financeiras voltados ao consumo.

Apêndice C: Servicing & Originação**Originação**

A operação da financeira é feita através de 86 lojas de financiamento e, segundo a Resolução 2.707 do Banco Central, por meio de parcerias com representantes credenciados, remunerados com comissionamento. Abrange mais de 1500 municípios em 11 estados, com destaque para São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Underwriting

Para iniciar a análise de crédito, são examinadas determinadas informações e documentos, incluindo ficha cadastral, comprovante de renda, comprovante de residência e documentação do veículo a ser financiado. As seguintes condições são verificadas na análise de crédito:

- O cliente deve ter, pelo menos, seis meses de ocupação do mesmo imóvel;
- O cliente deve ter, pelo menos, seis meses ininterruptos no mesmo emprego ou atividade, tratando-se de pessoa física;
- O limite de crédito é de, no máximo, 95% do valor do veículo alienado fiduciariamente, para concessão de financiamentos;
- O limite de crédito é de, no máximo, 85% do valor do veículo alienado fiduciariamente, para concessão de crédito pessoal com garantia.

Caso o cliente possua registro em órgão de proteção ao crédito, a proposta é automaticamente cancelada. Do contrário, todas as propostas serão analisadas de forma individual pela área de crédito, com base nos limites abaixo.

- no máximo BRL15.000,00, no caso de motocicletas;
- no máximo BRL50.000,00, no caso de veículos leves; e
- no máximo de BRL100.000,00, no caso de veículos pesados.

Servicing

Os pagamentos provenientes de direitos creditórios adquiridos pelo fundo serão feitos mediante carnê de boletos de cobrança registrados no HSBC e pagáveis em rede bancária nacional. Todos os pagamentos serão transferidos diretamente para conta corrente de titularidade do fundo domiciliada no Deutsche. Os carnês são emitidos e enviados aos clientes pela Omni. No momento da cessão, a empresa enviará ao administrador e ao custodiante todas as informações relevantes referentes aos direitos creditórios e a seus respectivos sacados. Através dessas medidas de cobrança e do recebimento dos direitos creditórios, o potencial risco de desvio dos fluxos é adequadamente mitigado.

A Omni foi contratada pelo fundo, por meio do contrato de cobrança dos direitos creditórios e outras avenças, para efetuar cobrança de direitos creditórios inadimplentes. A partir da notificação da Omni pelo custodiante a respeito da ocorrência de inadimplimento, a financeira iniciará os procedimentos de cobrança previstos no acordo, que inclui:

- Nos primeiros cinco dias após o vencimento e não-pagamento dos direitos creditórios, a Omni iniciará a cobrança por telefone;
- Será enviada, até o 30º dia de atraso, uma carta de cobrança;
- Até o 33º dia após o vencimento e não-pagamento dos direitos creditórios, a Omni efetuará os apontamentos necessários em órgãos de proteção ao crédito;
- Até o 60º dia após o vencimento e não-pagamento dos direitos creditórios, a Omni efetuará notificação extrajudicial.

Uma vez esgotados todos os meios de cobrança extrajudicial, o fundo poderá iniciar a cobrança judicial.

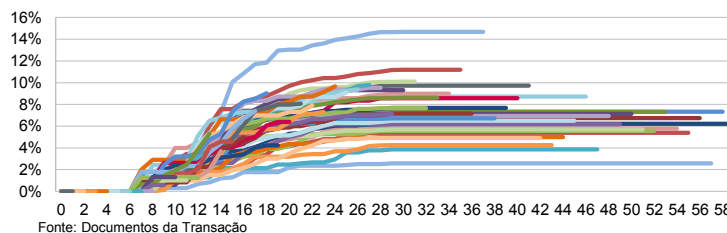
A Omni, como agente de cobrança dos créditos em atraso, envia boletos ao devedor que são pagos em conta corrente em nome do fundo, movimentada, de forma exclusiva, pelo custodiante e/ou pela administradora, desde que mediante autorização expressa do custodiante.

A Fitch ressalta que esta função pode ser transferida a outro cobrador a qualquer momento. Para fins desta transação, o fundo provisionará integralmente o contrato de financiamento representado por direitos creditórios vencidos e não pagos acima de 180 dias.

Apêndice D: Gráficos de Performance Histórica

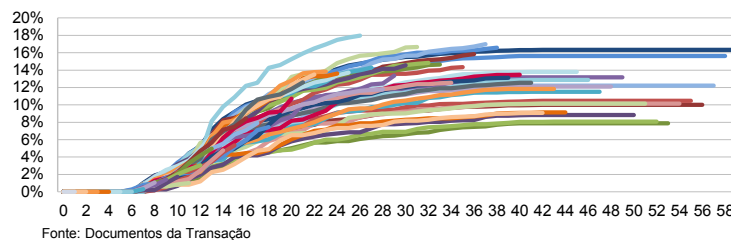
Motocicletas de 1-24 Meses - Perda Bruta Acumulada

Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



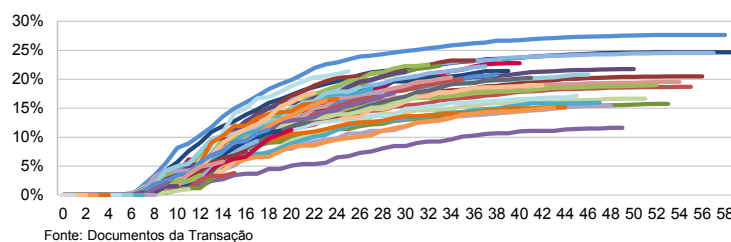
Motocicletas de 25-36 Meses - Perda Bruta Acumulada

Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



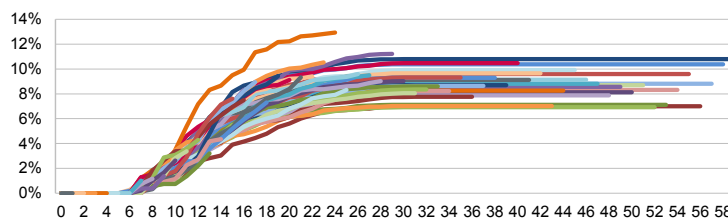
Motocicletas com Mais de 36 Meses - Perda Bruta Acumulada

Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Veículos Leves de 1-24 Meses - Perda Bruta Acumulada

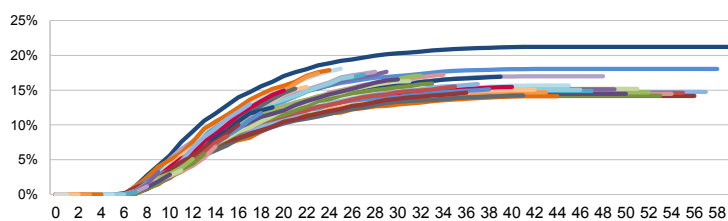
Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: Documentos da Transação

Veículos Leves de 25-36 Meses - Perda Bruta Acumulada

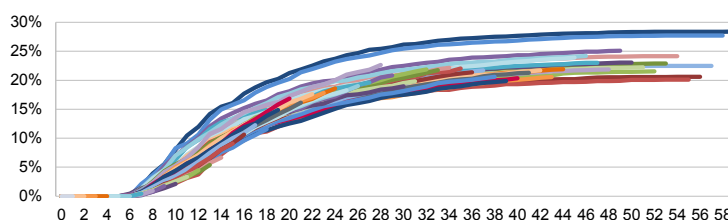
Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: Documentos da Transação

Veículos Leves com Mais de 36 Meses - Perda Bruta Acumulada

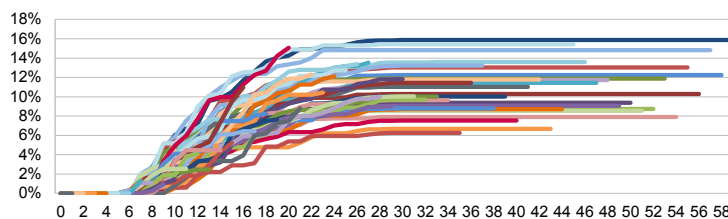
Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: Documentos da Transação

Veículos Pesados de 1-24 Meses - Perda Bruta Acumulada

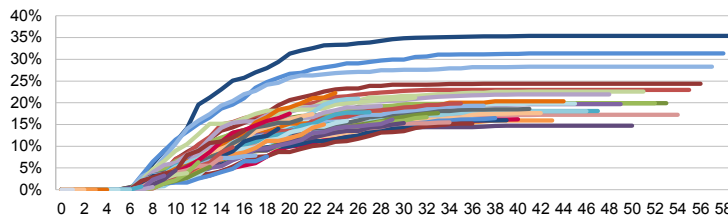
Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: Documentos da Transação

Veículos Pesados de 25-36 Meses - Perda Bruta Acumulada

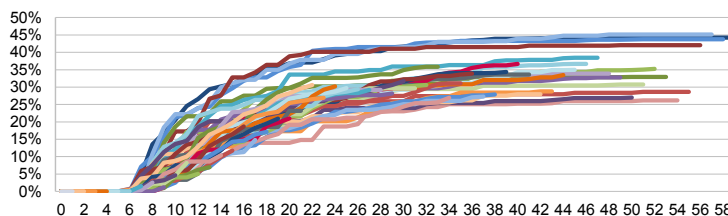
Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: Documentos da Transação

Veículos Pesados com Mais de 36 Meses - Perda Bruta Acumulada

Omni Financeira - Ourinvest FIDC II



Fonte: Documentos da Transação

Apêndice E: Resumo da Transação

Ourinvest FIDC II

ABS/Brasil

Estrutura de Capital

Classe/Série	Rating Esperado	Perspectiva	Total (%)	Montante (BRL MI)	Reforço de Crédito ^a (%)	Taxa de Juros	Freq. de Pagamento	Período de Carência	Vencimento Final ^c	ISIN
Cotas Seniores	AA-sf(exp)(bra)	Estável	70,0	70,0	30,0%	DI + 2,85%	Semestral	12 meses	48 meses	
Cotas Subordinadas	NA	NA	30,0	30,0	-	-			48 meses	
Total			100,0	100,0						
Período de Revolução		48 meses			Reforço de Crédito Inicial^a	30%				
Regime de Amortização^b		Pro rata			Derivativos/Swaps	Caps de taxa de juros				
					Excesso de Spread^d	36%				

^a Reforço de crédito mínimo na forma de sobrecolateralização, calculada sobre o saldo devedor da carteira.^b Estrutura de amortização entre as classes de cotas seniores e cotas subordinadas junior.^c O vencimento final será 48 meses após a primeira subscrição.^d Taxa expressa em base anual disponível para a classe mais sênior.

Informações Relevantes

Detalhes	Partes
Data Estimada para Emissão	Novembro de 2013
Pais/Classe dos Ativos	Brasil/ABS/CDC
Pais da SPE	Brasil
Analistas	Juliana Ayoub +55-11-4504-2200 Bernardo Costa +55-11-4504-2607 Kleber Oliveira +55-11-4504-2613
Analista de Monitoramento	
	Emissor Ourinvest FIDC Veículos II
	Cedente/Originador Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
	Administrador Oliveira Trust DTM S.A.
	Custodiante Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
	Agente Cobrador Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
	Estruturador Banco Ourinvest S.A.

Principais Fundamentos do Rating

Reforço de Crédito: A sobrecolateralização mínima da operação em benefício dos cotistas seniores é de 30,0%. Além da sobrecolateralização, os investidores se beneficiarão de um excesso de *spread* de aproximadamente 36% ao ano (a.a.). Segundo os documentos da operação, não é permitida a aquisição de créditos com ágio, ou a cessão parcial do saldo devedor dos contratos.

Expectativa de Perda: Foram analisados dados históricos de inadimplência, abertos por tipo de produto e prazo original. A expectativa de perda bruta para as carteiras de motocicletas, veículos leves e veículos pesados é de 15,8%, 17,4% e 22,6%, respectivamente. Ao considerar os limites de concentração e por prazo original estabelecidos no regulamento, a premissa de perda antes de recuperação para a operação é de 19,4%. Para o nível de rating atribuído, a premissa de recuperação utilizada é de 9%.

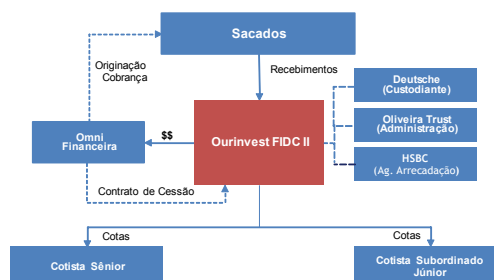
Descasamento de Taxa de Juros Limitado: Os direitos creditórios possuem rentabilidade prefixada, e a remuneração das cotas é pós-fixada, o que gera potenciais descasamentos de taxas de juros ao longo do prazo da operação. Porém, as cotas seniores contarão com *hedge* na forma de *cap*, com sobretaxa de 4,0%, baseado na curva de juros futuros, o que limita esta exposição. O *cap* será contratado em uma instituição financeira que deverá ter o rating mínimo de 'AA(bra)'.¹

Capacidade do Originador/Cedente/Agente de Cobrança: A Fitch considera adequados os critérios de originação e os processos de cobrança e controle da Omni. Além disso, os interesses econômicos do cedente estão alinhados aos do cotista sênior, já que a Omni irá deter 50% das cotas subordinadas e se beneficiará do rendimento em excesso dos pagamentos das classes de cotas com maior senioridade. O Banco Ourinvest S.A. (Ourinvest) deterá os 50% restantes das cotas subordinadas.

Premissas & Resultados de Modelagem

Nível de Rating	AA-sf(bra)(exp)
Perda Base Acumulada (%)	19,4%
Perda Estressada Suportada (%) / Múltiplo (x) ^a	54,7% / 2,83x
Recuperação (%) / Intervalo (meses)	9% / 12
Pré-Pagamento Acumulado (%)	12%
^a Múltiplo sobre a perda base acumulada.	
Fonte: Fitch	

Diagrama Simplificado da Estrutura



Fonte: Documentos da Transação / Elaboração: Fitch

A presente publicação não é um relatório de classificação de risco de crédito para os efeitos do artigo 16 da Instrução CVM nº 521/12.

Os ratings acima foram solicitados pelo, ou em nome do, emissor e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação dos ratings.

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL), DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2014 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone:

1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings, a Fitch se baseia em informações fidedignas recebidas de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considere confiáveis. A Fitch realiza uma investigação adequada apoiada em informações fidedignas disponíveis, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém uma verificação também adequada destas informações de outras fontes independentes, à medida que estas estejam disponíveis com certa segurança e em determinadas jurisdições. A forma como a Fitch conduz a análise dos fatos e o escopo da verificação obtido de terceiros variará, dependendo da natureza dos títulos e valores mobiliários analisados e do seu emissor; das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou o emissor esteja localizado; da disponibilidade e natureza das informações públicas relevantes; do acesso à administração do emissor e seus consultores; da disponibilidade de verificações de terceiros já existentes, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros; da disponibilidade de verificação por parte de terceiros independentes e competentes com respeito a valores mobiliários e valores em particular, ou na jurisdição do emissor, particularmente, e de outros fatores.

Os usuários dos ratings da Fitch devem entender que nem uma investigação fidedigna aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros pode assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe relativas a um rating serão precisas ou completas. Em última análise, o emissor e seus consultores são responsáveis pela exatidão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao apresentar documentos e outros relatórios. Ao atribuir ratings, a Fitch deve se apoiar no trabalho de especialistas, inclusive dos auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e de consultores jurídicos, com relação aos aspectos legais e tributários. Além disso, os ratings são, por natureza, prospectivos e incorporam assertivas e prognósticos sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser comprovados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação dos fatos atuais, os ratings podem ser afetados por eventos futuros ou por condições não previstas por ocasião da atribuição ou da afirmação de um rating.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II

Monitoramento


Analistas	Juliana Ayoub	55 11 4504-2200
	Robert Krause	55 11 4504-2211

Tipo de Ativo(s)	Crédito Direto ao Consumo
Data de Início de Distribuição	22 Jan 2014
País	Brasil









Últimas informações em: **30 Jun 2014**.

Comentário: Até a data informada, não houve alteração no rating esperado.

Emissão/Classe/Rating

	Rating de Longo Prazo	Ação	Data	Valor Nominal	Montante Inicial	Moeda	ISIN
Cotas Seniores – 3ª Série	AA-(exp)sf(bra) 	Atribuição	04 Nov 2013	100.000	70.000.000	BRL	BROMVTCTF034
Cotas Subordinadas	NR			100.000	30.000.000	BRL	

(exp) expected ou esperado

Perspectiva	Observação	Tipo
		Positiva
		Negativa
		Indefinida
		Estável

Composição dos Ativos

	Direitos Creditórios	Outros Ativos	Total Direitos Creditórios (% do PL)	Patrimônio Líquido	Cota Subordinada (% do PL)
30 Jun 2014	51.443.524	1.864.699	94,32%	53.322.070	38,39%

Composição dos Ativos

	Direitos Creditórios	Outros Ativos	Total Direitos Creditórios (% do PL)	Patrimônio Líquido	Cota Subordinada (% do PL)
31 Jan 2014	9.116.651	4.613.784	65,46%	13.856.932	71,61%
28 Feb 2014	18.634.463	9.144.675	69,17%	26.740.614	48,26%
31 Mar 2014	27.254.835	5.465.452	77,52%	34.612.943	38,02%
30 Abr 2014	37.287.656	790.092	93,67%	39.321.509	34,98%
30 Mai 2014	43.786.594	2.902.695	91,61%	47.032.493	41,35%
30 Jun 2014	51.443.524	1.864.699	94,36%	53.322.070	38,39%

Performance dos Direitos Creditórios

	Atrasos 1-60 dias (% dos DCs)	Atrasos 61-90 dias (% dos DCs)	Atrasos 91-120 dias (% dos DCs)	Atrasos 121-180 dias (% dos DCs)	Atrasos Acima 180 dias (% dos DCs)
31 Jan 2014	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
28 Feb 2014	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
31 Mar 2014	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
30 Abr 2014	99,55%	0,45%	0,00%	0,00%	0,00%
30 Mai 2014	98,93%	0,69%	0,37%	0,00%	0,00%
30 Jun 2014	98,26%	1,05%	0,41%	0,28%	0,00%

Performance dos Direitos Creditórios

	Atrasos 1-60 dias (% dos DCs)	Atrasos 61-90 dias (% dos DCs)	Atrasos 91-120 dias (% dos DCs)	Atrasos 121-180 dias (% dos DCs)	Atrasos Acima 180 dias (% dos DCs)
31 Jan 2014	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
28 Feb 2014	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
31 Mar 2014	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
30 Abr 2014	99,55%	0,45%	0,00%	0,00%	0,00%
30 Mai 2014	98,93%	0,69%	0,37%	0,00%	0,00%
30 Jun 2014	98,26%	1,05%	0,41%	0,28%	0,00%

Histórico das Classes

Cotas Seniores – 3ª Série

	Montante Inicial	Rendimento do Período	Subscrição	(Amortização)	Saldo Final
31 Jan 2014	-	3.899	3.930.447	-	3.934.345
28 Feb 2014	3.934.345	39.601	9.861.876	-	13.835.822

31 Mar 2014	13.835.822	134.734	7.480.908	-	21.451.464
30 Abr 2014	21.451.464	243.271	3.873.293	-	25.568.028
30 Mai 2014	25.568.028	288.495	1.727.137	-	27.583.659
30 Jun 2014	27.583.659	321.808	4.944.700	-	32.850.167

Cotas Subordinadas

	Montante Inicial	Rendimento do Período	Subscrição	(Amortização)	Saldo Final
31 Jan 2014	-	715.587	9.207.000	-	9.922.587
28 Feb 2014	9.922.587	15.888	2.966.317	-	12.904.792
31 Mar 2014	12.904.792	256.687	-	-	13.161.479
30 Abr 2014	13.161.479	592.002	-	-	13.753.481
30 Mai 2014	13.753.481	580.069	5.115.284	-	19.448.833
30 Jun 2014	19.448.833	820.836	202.233	-	20.471.903

Reforço Inicial de Crédito

Informação Inicial

Montante Inicial (3ª Série)	70.000.000
Carência (meses)	12
Prazo Total (meses)	48
Vencimento Final (1ª Série)	Jan-2018
Moeda	BRL
Sobrecolateralização Inicial	30,0%

Índice de Referência	CDI
Rendimento esperado	CDI + 2,85% a.a.

Partes da Transação

		Rating de Curto Prazo	Rating de Longo Prazo
Emissor	Ourinvest FIDC Veículos II		
Originador	Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	F3(bra)	BBB-(bra) 
Custodiante	Deutsche Bank S.A.- Banco Alemão	F1+(bra)	AAA(bra) 
Administrador	Oliveira Trust DTVM S.A.	NR	NR
Agente Fiduciário	n/a	n/a	n/a
Contrapartida do Swap	n/a	n/a	n/a

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO
OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013**

1. **Data, hora e local:** Dia 26 de novembro de 2013, às 10 horas, na sede da Administradora do Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Veículos II ("Fundo"), na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. **Convocação:** dispensada a convocação, com fundamento no parágrafo 5º do artigo 28 da Instrução CVM nº 356/01.

3. **Presença:** presente o cotista representando 100% (cem por cento) das cotas subordinadas de emissão do Fundo, únicas cotas em circulação do Fundo, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do Fundo, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Cotistas à Assembleia Geral.

4. **Mesa:** Presidente: Sr. Mauricio Shiguero Tsuboi / Secretário: Sr. José Alexandre Costa de Freitas

5. **Ordem do dia:** deliberar sobre: (a) a alteração do regulamento do Fundo; (b) a oferta de novas cotas de emissão do Fundo; e (c) a contratação de novos prestadores de serviços para o Fundo.

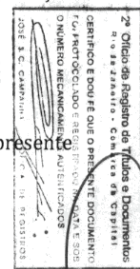
6. **Deliberações:** o único cotista do Fundo deliberou:

(a) aprovar a nova versão do regulamento ("Regulamento") constante do Anexo I à presente ata, substituindo integralmente a versão anterior;

(b) contratar:

(1) a Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 7.446, de 13 de outubro de 2003, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob nº 02.150.453/0001-20, para prestar os serviços de gestão da carteira do Fundo;

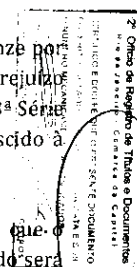
(2) o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13, 14º andar, para prestar os serviços de gestão da carteira do Fundo;



REGISTRAR
E
DECLIPAR
1044235 =

15 andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob nº 62.331.228/0001.11, para prestar ao Fundo serviços de custódia, controladoria e escrituração de cotas;

- (3) a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ sob nº 57.755.217/0001-29, para prestar ao Fundo serviços de auditoria independente;
 - (4) a Fitch Ratings do Brasil Ltda., como classificadora de risco das cotas seniores do Fundo; e
 - (5) o Banco Ourinvest S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, SL, 1º e 2º andares, inscrita no CNPJ sob nº 78.632.767/0001-20 para prestar ao Fundo os serviços de colocação de suas cotas seniores;
- (c) aprovar a emissão, pelo Fundo, de até 700.000 (setecentas mil) cotas seniores da 3ª série, no valor de R\$100,00 (cem reais) cada ("Cotas Seniores da 3ª Série"), perfazendo o volume total de emissão de até R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), as quais serão distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 400/03, nos seguintes termos:
- (1) a colocação das Cotas Seniores da 3ª Série será realizada pelo Banco Ourinvest S.A., qualificado no item "b" (5), acima, na qualidade de instituição líder da oferta das Cotas Seniores da 3ª Série;
 - (2) será conferida a opção de distribuição de lote suplementar de até 15% (quinze por cento) do total das Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertadas, sem prejuízo do lote adicional de até 20% (vinte por cento) do total das Cotas Seniores da 3ª Série inicialmente ofertadas que, a critério da Administradora, poderá ser acrescido à oferta, nos termos da regulamentação pertinente;
 - (3) será admitida a distribuição parcial das Cotas Seniores da 3ª Série, sendo que o saldo de Cotas Seniores da 3ª Série não efetivamente subscrito e integralizado será cancelado pela Administradora;
 - (4) o funcionamento do Fundo não está condicionado à distribuição de quantidade mínima de Cotas Seniores da 3ª Série; e
 - (5) na hipótese da distribuição parcial das Cotas Seniores da 3ª Série prevista anteriormente, não haverá captação de recursos por meio de fontes alternativas;
- (d) aprovar o suplemento da 3ª Série de Cotas Seniores do Fundo, já sob sua nova denominação ("Suplemento") constante do Anexo II à presente ata; e



O M


REGISTRAR
104.4235 =

- (e) submeter à Comissão de Valores Mobiliários esta ata, seus anexos e os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, pedindo à Sra. Secretária que providenciasse a lavratura da competente ata, que, depois de aprovada, será por todos assinada. Confere com a original, lavrada em livro próprio.

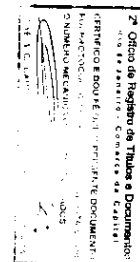

Mauricio Shigueru Tsuboi
Presidente


José Alexandre Costa de Freitas
Secretário


Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

José Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Silvia Cristina de Oliveira
Procuradora



REGISTRAR
E SECCIONAR

1044235 =

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E DA ADMINISTRADORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

(artigo 56, caput e §5º, da Instrução CVM nº 400/03)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 6.696, de 21 de fevereiro de 2002, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.203.825/0001-15 ("Fundo"), declara, nos termos do artigo 56, caput e §5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declara que (a) o prospecto (1) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (2) contém as informações relevantes sobre a oferta de cotas seniores de emissão do Fundo ("Oferta"), as cotas ofertadas, o Fundo e suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas cotas ofertadas, necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2013.


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Alexandre Lodi de Oliveira
Diretor

Arthur Farne D'Amoed
Procurador



Oliveira Trust DTVM S/A
Oliveira Trust Servicer S/A
Oliveira Trust Participações S/A

Ouvidoria - 0800 282 9900
Atendimento: 9h às 18h de segunda a sexta
www.oliveiratrust.com.br

Rua Joaquim Floriano, 1062 - 13º andar
Sala 132 - Edifício Bertolducci - Itam Bibi
São Paulo - SP - Cep: 04534-064
Tel.: (11) 3504-8100 Fax: 3504-8199

Av. das Américas 500 - Bl. 13 - Gr. 205
Cond. Downtown Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22640-100
Tel.: (21) 3514-0000 Fax: 3514-0999

DECLARAÇÃO

(artigo 56, §1º e §5º, da Instrução CVM nº 400/03)

BANCO OURINVEST S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, sobreloja, 1º e 2º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 78.632.767/0001-20, na qualidade de coordenador líder da oferta de cotas seniores da 3ª série do **OURINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VEÍCULOS II**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.203.825/0001-15 ("Oferta" e "Fundo", respectivamente), declara, nos termos do artigo 56, §1º e §5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, que:

- a) tomou todas as cautelas e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (1) todas as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (2) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- b) o prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das cotas ofertadas, do Fundo, dos riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada; e
- c) o prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 19 de dezembro de 2013.

BANCO OURINVEST S.A.

José Carlos Leme da Silva
Diretor

Samuel Jorge Esteves Cester
Diretor



ANEXO V

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Omni S.A. - Crédito, Financiamento e
Investimento**

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2013 e 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2013, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

São Paulo, 22 de agosto de 2013

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Diretores da
Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase***Reapresentação dos valores correspondentes***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Financeira optou por reapresentar determinados saldos das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012 para melhor refletir sua posição patrimonial e financeira. Dessa forma, os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as informações contábeis correspondentes, relativas às demonstrações dos fluxos de caixa, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas, com os efeitos nas rubricas contábeis demonstradas na nota explicativa nº 2, e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 22 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	2013	2012	Passivo	2013	2012
Circulante	1.000.687	692.835	Circulante	613.566	401.975
Disponibilidades	9.250	4.962	Depósitos	87.607	121.309
Aplicações interfinanceiras de liquidez	92.543	26.021	Depósitos interfinanceiros	27.543	58.534
Aplicações no mercado aberto	90.501	-	Depósitos a prazo	60.064	62.775
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.042	26.021	Recursos de aceites e emissão de títulos	58.015	21.825
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	100.600	60.472	Recursos de aceites cambiais	58.015	21.825
Carteira própria	34.701	56.221	Instrumentos financeiros derivativos	3	-
Vinculados ao Banco Central	-	3.603	Outras obrigações	467.941	258.841
Vinculados à prestação de garantias	65.899	648	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	340	348
Operações de crédito	616.792	469.154	Fiscais e previdenciárias	111.087	98.812
Sector privado	462.195	450.737	Diversas	356.514	159.681
Operações de crédito vinculadas a cessão	256.636	99.819	Exigível a longo prazo	772.404	661.713
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(102.039)	(81.402)	Depósitos	460.761	435.478
Outros créditos	96.523	74.408	Depósitos interfinanceiros	23.646	36.677
Diversos	97.911	76.314	Depósitos a prazo	437.115	398.801
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(1.388)	(1.906)	Recursos de aceites e emissão de títulos	106.780	102.480
Outros valores e bens	84.979	57.818	Recursos de aceites cambiais	106.780	102.480
Bens não de uso próprio	8.832	6.796	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	4
Despesas antecipadas	76.147	51.022	Outras obrigações	204.863	123.751
Realizável a longo prazo	491.543	474.219	Diversas	151.996	75.652
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.977	8.883	Instrumentos híbridos de capital e dívida	52.867	48.099
Aplicações no mercado aberto	-	3.684	Patrimônio líquido	157.510	144.426
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.977	5.199	Capital	85.450	85.450
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.074	92.051	De domiciliados no País	85.450	85.450
Carteira própria	-	35.636	Reserva de lucros	72.060	58.976
Vinculados à prestação de garantias	3.074	56.415			
Operações de crédito	361.525	282.399			
Sector privado	221.071	223.399			
Operações de crédito vinculadas a cessão	164.587	75.652			
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(24.133)	(16.652)			
Outros créditos	64.368	49.412			
Diversos	64.368	49.412			
Outros valores e bens	50.599	41.474			
Despesas antecipadas	50.599	41.474			
Permanente	51.250	41.060			
Investimentos	49.155	38.863			
Participações em coligadas e controladas	49.155	38.863			
Imobilizado de uso	2.095	2.197			
Outros imobilizações de uso	5.695	5.865			
(Depreciação acumulada)	(3.600)	(3.668)			
Total do ativo	1.543.480	1.208.114	Total do passivo	1.543.480	1.208.114

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	2013	2012
Receitas da intermediação financeira	243.763	206.206
Operações de crédito	128.888	141.509
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	44.480	41.620
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	71.502	23.662
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.107)	(585)
Despesas da intermediação financeira	(132.484)	(103.410)
Operações de captação no mercado	(40.001)	(46.743)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(68.522)	(23.343)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.961)	(33.324)
Resultado bruto da intermediação financeira	111.279	102.796
Outras receitas (despesas) operacionais	(98.549)	(90.370)
Receitas de prestação de serviços	34.042	24.362
Despesas de pessoal	(4.574)	(3.562)
Outras despesas administrativas	(121.945)	(90.511)
Despesas tributárias	(14.777)	(13.970)
Resultado de participações em coligadas e controladas	21.404	6.184
Outras receitas operacionais	5.019	1.097
Outras despesas operacionais	(17.718)	(13.970)
Resultado operacional	12.730	12.426
Resultado não operacional	(2.751)	(1.563)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	9.979	10.863
Imposto de renda e contribuição social	1.442	(986)
Provisão para imposto de renda	-	(5.937)
Provisão para contribuição social	(6)	(3.634)
Ativo fiscal diferido	1.448	8.585
Lucro líquido do trimestre	11.421	9.877
Lucro por ação em R\$	0,05947	0,05143

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	85.450	3.921	45.178	-	134.549
Lucro do semestre	-	-	-	9.877	9.877
Destinações do lucro:					
Reserva de lucros	-	-	9.877	(9.877)	-
Saldos em 30 de junho de 2012	85.450	3.921	55.055	-	144.426
Saldos em 31 de dezembro de 2012	85.450	5.060	55.579	-	146.089
Lucro do semestre	-	-	-	11.421	11.421
Destinações do lucro:					
Reserva de lucros	-	-	11.421	(11.421)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	85.450	5.060	67.000	-	157.510

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	9.979	10.863
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.961	33.324
(+) Depreciação	190	256
(+) Provisão de passivos contingentes	10.739	-
(+) Perda de imobilizado	122	10
(+) Desvalorização de outros valores e bens	460	-
(-) Resultado de participações em coligadas e controladas	(21.404)	(6.184)
(+) Provisão para desvalorização de cotas	2.171	-
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes	(6)	-
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.448	(8.585)
Lucro líquido ajustado	27.660	29.684
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(144.064)	(207.753)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.589)	8.688
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	10.876	(3.339)
Operações de crédito	(147.701)	(180.186)
Outros créditos	11.415	(1.251)
Outros valores e bens	(12.065)	(31.665)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	159.554	188.042
Depósitos	36.259	3.081
Recursos de aceites cambiais	25.320	12.150
Instrumentos financeiros derivativos	(3)	(305)
Outras obrigações	118.918	179.173
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.940)	(6.057)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	43.150	9.973
Atividades de investimento		
Dividendos recebidos	21.134	8.860
Aquisição de ativo imobilizado	(331)	(420)
Alienação de ativo imobilizado	122	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	20.925	8.440
Atividades de financiamento		
Aumento das participações em coligadas e controladas	-	(31.422)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	(31.422)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	64.075	(13.009)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	37.718	43.992
No fim do semestre	101.793	30.983
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	64.075	(13.009)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

A Omni possui participação nas seguintes controladas diretas no país:

Controladas diretas no país	Percentual de participação	
	30/06/2013	30/06/2012
Omni Gestão e Cobrança Ltda.	89,99%	89,99%
Omni Informática Ltda.	99,99%	99,99%
Omni Cia Securitizadora(i)	99,98%	99,99%

(i) Vide nota 11 (i)

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de demonstrações financeiras, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos.
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa.
- Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas.
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Eventos subsequentes.
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Estabelecimento de critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações.
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2013 e 2012

Para fins de comparabilidade, os saldos e informações abaixo descritos referentes a 30 de junho de 2012, estão sendo espontaneamente reapresentados para refletir o registro dos ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos em duplicidade com o registro na carteira cedida da Financeira conforme Res. CMN nº 3.533 e a abertura do ativo realizável a longo prazo e passivo exigível a longo prazo dos saldos da carteira cedida. Desta forma, as demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2012 foram ajustadas, conforme apresentado abaixo:

Balanco patrimonial	30 de junho de 2012		
	Saldo Anterior	Saldo ajustado	Total do Ajuste
Ativo			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			
derivativos – circulante			
Carteira própria	57.373	(1.152)	56.221
Operações de crédito – circulante			
Operações de crédito vinculadas a cessão	175.471	(75.652)	99.819
Outros créditos - circulante			
Diversos	75.162	1.152	76.314
Operações de crédito – realizável longo prazo			
Operações de crédito vinculadas a cessão	-	75.652	75.652
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			
derivativos - realizável longo prazo			
Carteira própria	56.515	(100)	56.415
Outros créditos - realizável longo prazo			
Diversos	49.312	100	49.412
Passivo			
Outras obrigações - circulante			
Diversas	235.333	(75.652)	159.681
Outras obrigações – exigível a longo prazo			
Diversas	-	75.652	75.652
Demonstrações dos fluxos de caixa			
	30 de junho de 2012		
	Saldo Anterior	Saldo ajustado	Total do Ajuste
(Aumento)/redução dos ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			
derivativos	(4.591)	1.252	(3.339)
Outros créditos	1	(1.252)	(1.251)

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 22 de agosto de 2013.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores há 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo

Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os

instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “hedge”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “hedge”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*prorata*” dia até a data do balanço.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Cessões de crédito

As cessões de créditos realizadas até 31 de dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a Circular nº 3.213/03 do BACEN com reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco. A partir de 1º de janeiro de 2012, as cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

e. Outros valores e bens

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos.

f. Permanente

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

h. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes-** São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes-** São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais-** São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro líquido.

k. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- (i) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- (ii) Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subseqüentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	Semestres	
	2013	2012
No início dos semestres	37.718	43.992
Disponibilidades	7.118	5.711
Aplicações no mercado aberto	21.655	20.831
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.945	17.450
No final dos semestres	101.793	30.983
Disponibilidades	9.250	4.962
Aplicações no mercado aberto	90.501	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.042	26.021
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	64.075	(13.009)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Concentração por tipo e prazo de vencimento

	2013			2012
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	3.684

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2013 e 2012

	2013			2012
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras do Tesouro Nacional - LTN	85.000	-	85.000	-
Notas do Tesouro Nacional –NTN – B	5.501	-	5.501	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.042	11.977	14.019	31.220
Total	92.543	11.977	104.520	34.904

b. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas nas demonstrações de resultados como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Semestres	
	2013	2012
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
Posição bancada	797	485
Mercado aberto	432	1.435
Total	1.229	1.920

6 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Para negociação

	2013			2012
	Até 3 meses	Valor mercado/contábil	Valor custo atualizado	Valor de mercado/contábil
Títulos de capitalização	15	15	15	13
Total	15	15	15	13

Disponível paravenda

	2013					2012	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	De 5a 15 anos	Valor custo	Valor mercado/contábil	Valor mercado/contábil
Certificado de depósitos bancários-CDB	-	-	-	-	-	-	648
Letra financeira do tesouro – LFT	-	-	-	2.190	2.190	2.190	3.603

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2013 e 2012

	2013					2012
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor custo	Valor mercado/contábil
Quotas de fundos de investimento (i)	96.536	4.049	884	-	101.469	148.259
Total	96.536	4.049	884	2.190	103.659	152.510

- (i) Referem-se a aplicações em quotas subordinadas de fundos de investimento em direitos creditórios (abertos e fechados) e quotas de fundo de curto prazo. Para os fundos fechados, os prazos indicados estão associados à data prevista de encerramento desses fundos.

Em 30 de junho de 2013 as quotas de fundos de investimento, os títulos públicos federais e os títulos de capitalização estavam registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para marcação a mercado das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado nas expectativas de liquidez dos créditos presentes nas carteiras dos fundos investidos, para os certificados de depósitos bancários o valor de mercado era apurado com base nos preços dos ativos divulgados pela BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada na carteira dos fundos, em duplicidade com o registro na carteira da financeira conforme Res. N° 3.533/08, estão classificados no grupo de “Outros créditos”, nota explicativa nº 9. Os certificados de depósitos bancários eram atualizados pela taxa CDI, divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados e as letras financeiras do tesouro são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

Em 30 de junho de 2013, os títulos e valores mobiliários dados em garantia totalizavam R\$68.973 (R\$57.163 em 2012), distribuídos da seguinte forma: a) quotas de fundo de investimentos no montante de R\$66.783 (R\$ 56.515 em 2012) vinculadas à prestação de garantia de depósitos interfinanceiros (DI); b) certificados de depósitos bancários (CDB) no montante de R\$ 0 (R\$ 648 em 2012) vinculados a operação de cartões de crédito; e c) letras financeiras do tesouro no montante de R\$ 2.190 (R\$0 em 2012).

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	Semestres	
	2013	2012
Rendas em operações compromissadas	797	485
Rendas de certificados de depósito interfinanceiro	432	1.435
Rendas de aplicação em cdb	15	28
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	43.284	39.678
Rendas de aplicação em letras do tesouro nacional	-	99
Rendas de aplicação em letras financeiras do tesouro	36	-
Prejuízo com títulos de capitalização	(84)	(105)
Total	44.480	41.620

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos relativos a descasamentos de indexadores sobre seus instrumentos financeiros efetuou operações de “swap”.

Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F Bovespa S.A., que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

a. Posição

Operações de swap:

	2013			2012	
	Valor referencial	Valor da curva - Ativo	Valor da curva - Passivo	Valor líquido (a pagar)	Valor líquido (a pagar)
CDI x IPCA	16.353	19	(22)	(3)	(4)
Total	16.353	19	(22)	(3)	(4)

Operações de futuro:

	2013		2012	
	Valor de principal Posição vendida	Total	Valor de principal Posição	Total
Mercado futuro (*) DOL	1.100	1.100	-	-

- (*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas.(*)

Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” e de operações de futuro na rubrica “Negociação e intermediação de valores”. Os valores nominais estão registrados em contas de compensação. Em 30 de junho de

2013, os ajustes diários das operações de futuro, registrados em outras obrigações (NIV) montam R\$ (21), R\$ 0 em 2012.

b. Diversificação por prazo de vencimento

	2013			2012	
	Até 3 meses	Até 5 anos	Total	Até 5 anos	Total
Contratos de "swap"					
CDI – ativo		19	19	39	39
IPCA – passivo		(22)	(22)	(43)	(43)
Contratos futuros					
Posição vendida					
DOL	1.100	-	1.100	-	-

As operações de futuros são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da BM&F Bovespa S.A.

As operações de “swap” são registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

c. Segregação por local de negociação

Os valores de referência e de contrato dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação, estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Futuros (BM&F Bovespa)	1.100	-
Swap (CETIP)	16.353	23.372

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas, registradas nos semestres de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Semestres	
	2013	2012
Contratos de swap	(1.007)	(585)
Contratos futuros	(100)	-
Total	(1.107)	(585)

O swap CDI vs IPCA foi contratado em negociações associadas às operações de captação em CDI, contratadas com prazos iguais, com as mesmas contrapartes e não permite liquidações em separado ou antecipadas ao das operações associadas. O prazo de vencimento da operação de swap CDI vs IPCA é em outubro de 2015.

e. Instrumentos financeiros derivativos – Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 11 (R\$ 0 em 2012).

8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber

	2013	2012
Empréstimos - Setor privado	71.913	96.624
Operações de crédito vinculadas à cessão – empréstimos	50.125	24.545
Financiamentos - Setor privado	528.675	486.880
Operações de crédito vinculadas a cessão – financiamentos	371.098	150.926
Outros empréstimos - cartão de crédito	54.729	60.843
Outros financiamentos - cartão de crédito	27.949	29.789
Títulos e créditos a receber (Nota 9)	33.059	40.613
Total	<u>1.137.548</u>	<u>890.220</u>

b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica

	2013	2012
Outros serviços	15.019	14.539
Pessoas físicas	1.122.529	875.681
Total	<u>1.137.548</u>	<u>890.220</u>

c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos

Faixas de vencimento	2013	2012
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	94.732	101.747
Créditos a vencer		
Até 3 meses	267.180	347.034
3 a 12 meses	390.392	218.004
1 a 3 anos	362.512	206.034
3 a 5 anos	22.730	17.369
Acima de 5 anos	2	32
Total	<u>1.137.548</u>	<u>890.220</u>

d. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 do CMN

2013					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	216.652	3.290	219.942	0,5	1.100
B	376.692	8.894	385.586	1	3.856
C	251.297	14.384	265.681	3	7.970
D	114.881	6.183	121.064	10	12.106
E	36.195	63	36.258	30	10.877
F	23.752	41	23.793	50	11.897
G	18.194	39	18.233	70	12.763
H	66.825	166	66.991	100	66.991
Total	<u>1.104.489</u>	<u>33.060</u>	<u>1.137.548</u>		<u>127.560</u>

2012					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	169.318	4.472	173.790	0,5	869
B	253.638	5.970	259.608	1	2.596
C	248.895	25.788	274.683	3	8.241
D	57.676	3.529	61.205	10	6.121
E	32.276	107	32.383	30	9.715
F	22.419	89	22.508	50	11.254
G	16.137	125	16.262	70	11.383
H	49.248	533	49.781	100	49.781
Total	<u>849.607</u>	<u>40.613</u>	<u>890.220</u>		<u>99.960</u>

(i) Contempla o saldo de cartão de crédito.

Os créditos cedidos com coobrigação até 31 de dezembro de 2011 estão registrados em contas de compensação e totalizavam R\$ 24.134 (R\$ 72.444 em 2012). A provisão para créditos de liquidação duvidosa está contabilizada em “Outras obrigações – diversas” no montante R\$ 3.445 (R\$ 8.063 em 2012). A partir de 1º de janeiro de 2012 as cessões realizadas com retenção de risco no montante de R\$ 421.223 (R\$ 175.471 em 2012), estão registradas na rubrica de operações de crédito (nota 8a).

e. Resultado das operações de crédito

	Semestres	
	2013	2012
Operações de crédito		
Rendas de empréstimos	17.126	21.431
Rendas de financiamentos	141.671	129.988
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	71.502	23.662

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2013 e 2012

	Semestres	
	2013	2012
Resultado na cessão de operações de crédito	761	(2.976)
Resultado na securitização de crédito	(43.937)	(20.298)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.160	10.006
Serviços - cartão	5.107	3.358
Total	200.390	165.171

- (i) Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Semestres	
	2013	2012
Saldo no início dossemestres	135.004	83.767
Constituição	73.449	67.275
Reversão (i)	(47.381)	(29.332)
Baixados para prejuízo	(33.512)	(21.750)
Saldo no fim dossemestres	127.560	99.960

(i) Em 30 de junho de 2013 os créditos cedidos com coobrigação totalizavam R\$ 24.134 (R\$ 72.444 em 2012), sobre estes foi realizada uma reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 2.107(R\$ 4.619 em 2012), contabilizados em “Outras obrigações – Diversas”.

g. Cessões de crédito

As cessões de crédito realizadas nos semestres referem-se a empréstimos e financiamentos como segue:

	2013	2012
Sem coobrigação, com retenção substancial de risco	137.903	132.121
Créditos cedidos sem coobrigação	38.190	-
Créditos cedidos com coobrigação	57.080	65.974
Créditos securitizados	8.644	73.003
Total	241.817	271.098
Resultado na cessão de operações de crédito (i)	761	(2.976)
Resultado líquido com cessões de crédito sem coobrigação (ii)	1.991	4.861
Liquidação antecipada (iii)	(7.887)	(8.258)
Resultado de operações de cessão de créditos, líquido de despesas com liquidações antecipadas e parcelas honradas de coobrigações	(5.135)	(6.373)

- (i) Contabilizado na rubrica “Resultado com operações de crédito”.

- (ii) Refere-se ao prejuízo de securitização e de cessão de crédito sem coobrigação no 1º semestre de 2013 no montante de R\$ 43.937 (R\$ 20.298 em 2012) e reversão de provisão no montante de R\$ 45.928 (R\$ 25.159 em 2012).
- (iii) Contabilizado na rubrica “Outras despesas operacionais”.

h. Informações complementares

	2013	2012
O montante de créditos renegociados nos semestres	61.810	54.993
Montante de créditos recuperados nos semestres	8.160	8.248

9 Outros créditos - Diversos

	2013	2012
Rendas a receber	199	-
Adiantamentos diversos	5.154	1.852
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 15c)	85.653	64.422
Devedores por depósitos em garantia (i)	8.703	5.821
Impostos e contribuições a compensar (ii)	5.207	9.553
Títulos e créditos a receber (iii)	33.060	40.613
Devedores diversos - país	1.597	2.212
Devedores diversos - exterior	1.108	-
Reversão PCLD fundo de investimentos	21.598	1.252
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(1.388)	(1.905)
Total	<u>160.891</u>	<u>123.820</u>

- (i) Depósitos bancários retidos pelo poder judiciário para garantia em ações judiciais.
- (ii) Representado por impostos e contribuições antecipados, para compensação futura.
- (iii) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.

10 Outros valores e bens

a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2013 seus saldos totalizavam R\$ 8.832 (R\$ 6.796 em 2012).

b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

	2013	2012
Comissão s/ colocação dos FIDC's	6.501	6.119
Comissão s/ colocação DPGE	1.520	2.317
Comissão s/ colocação CDI	490	700
Comissões de geração de operações de crédito	117.268	82.988
Outras	967	372
Total	<u>126.746</u>	<u>92.496</u>

As comissões pagas antecipadamente por intermediações de operações são reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos e seu valor de apropriação é calculado pelo método linear.

11 Investimentos

	Omni Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Omni Cia Securitizadora	Total
Saldo em 31.12.2012 - Investimento	2.191	1.007	45.687	48.885
Patrimônio líquido da investida	1.292	801	47.200	49.293
Resultado do período da investida	4.946	1.736	15.225	21.907
Distribuição de dividendos (iv), (v) e (vi)	5.479	1.941	13.714	21.134
Percentual de participação	89,99%	99,99%	99,98%	
Equivalência patrimonial (i)	4.451	1.735	15.218	21.404
Saldo em 30.06.2013 - Investimento	1.163	801	47.191	49.155

	Omni Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Omni Cia Securitizadora	Total
Saldo em 31.12.2011 - Investimento	2.888	7.229	-	10.117
Patrimônio líquido da investida	4.319	2.346	32.634	39.299
Resultado do semestre da investida	3.319	2.279	1.211	6.809
Distribuição de dividendos	2.231	6.629	-	8.860
Percentual de participação	89,99%	99,99%	99,99%	
Aquisição de ações (ii)	-	-	205	205
Aumento de capital (iii)	-	-	31.217	31.217
Equivalência patrimonial (i)	3.230	1.746	1.208	6.184
Saldo em 30.06.2012 - Investimento	3.887	2.346	32.630	38.863

- (i) Em AGE realizada em 13/03/2012, foi transferida uma ação a acionista, alterando a participação da Companhia de 99,99% para os atuais 99,98%, acarretando um ajuste na equivalência patrimonial no valor de R\$ 4 (R\$ 3 em 2012).

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2013 e 2012

- (ii) Na AGE de 12 de janeiro de 2012 foi aprovado a aquisição de 265.935 ações da Omni Holding Ltda., no montante de R\$ 205, transferindo o controle da Omni Cia Securitizadora de Créditos Financeiros para a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.
- (iii) Nas AGEs de 30 de abril, 07 de maio, 14 de maio, 21 de maio, 31 de maio, 01 de junho, 08 de junho e 27 de junho 2012 foram aprovados os aumentos de capital social da Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros no valor de R\$ 31.217, mediante a emissão de novas ações, subscritas e integralizadas pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.
- (iv) Conforme AGEs de 19 de março e 28 de junho de 2013, foi autorizada a antecipação de dividendos dos resultados de 2013 pela Omni Gestão e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 5.479.
- (v) Conforme AGEs de 19 de março e 28 de junho de 2013, foi autorizada a antecipação de dividendos dos resultados de 2013 pela Omni Informática Ltda. no montante de R\$ 1.941
- (vi) Conforme AGE de 07 de junho de 2013, foi autorizada a antecipação de dividendos dos resultados de 2013 pela Omni Cia Securitizadora no montante de R\$ 13.714.

12 Obrigações

a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total 2013	Total 2012
Depósitos interfinanceiros	8.545	18.998	23.646	-	-	-	51.189	95.211
Depósitos a prazo	38.023	22.041	320.607	6.362	34.500	75.646	497.179	461.576
Recursos de aceites cambiais – letras de câmbio	15.274	42.741	36.315	7.272	35.286	27.907	164.795	124.305
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-	-	-	-	-	52.867	52.867	48.099
Total	61.842	83.780	380.568	13.634	69.786	156.420	766.030	729.191

b. Despesas com operações de captação do mercado

	Semestres	
	2013	2012
Depósitos interfinanceiros	3.983	7.864
Depósitos a prazo	28.050	30.282
Despesas de operações compromissadas	6	-
Recursos de aceites cambiais	6.339	6.996
Outras despesas de captação	1.623	1.601
Total	40.001	46.743

13 Outras obrigações - diversas

	2013	2012
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	435.665	175.471
Provisão para pagamentos a efetuar	1.103	667
Provisão para passivos contingentes (ii)	14.827	10.017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa para as cessões com coobrigação (iii)	3.445	8.063
Credores diversos - país:		
Comissões a pagar (iv)	10.785	2.724
Créditos a repassar (v)	10.492	14.682
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa (vi)	22.844	20.230
Outras contas a pagar	3.649	2.203
Outras obrigações	5.700	1.276
Total	508.510	235.333

- (i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Res. nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato.
- (ii) A provisão para passivos contingentes está representada por ações cíveis e trabalhistas (Nota explicativa nº 14).
- (iii) Refere-se à provisão constituída sobre as operações de cessões de crédito com coobrigação ocorrida anteriormente a 1º de janeiro de 2012.
- (iv) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos agentes credenciados pela Instituição.
- (v) Credores a repassar está constituído basicamente por créditos a serem repassados aos cessionários com os quais a Omni realiza operações de cessão de créditos e a pela constituição de provisão adicional das aplicações em cotas de fundos de investimento.
- (vi) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

14 Provisão para passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

	2013	2012
Ações trabalhistas e cíveis (i)	14.827	10.017
Tributárias (ii)	109.637	87.067
Total	124.464	97.084

- (i) Refere-se a provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no percentual médio de perdas em processos dessa natureza encerrados nos últimos doze meses.
- (ii) Refere-se a execução fiscal ajuizada para a cobrança de supostos débitos de COFINS, apurados no período compreendido entre novembro de 2006 e maio de 2009, de acordo com o art. 3º da Lei nº 9.718/98 no montante de R\$ 109.637 (R\$ 87.067 em 2012), objeto de discussão nos autos do Mandato de Segurança nº 2006.61.00.021402-7, acrescidos das provisões constituídas no período de junho de 2009 a junho de 2013 para o reconhecimento da parcela referente a suspensão do COFINS. Quanto ao débito objeto de execução fiscal, encontra-se atualmente com exigibilidade suspensa por força de medida liminar, tornando a referida cobrança manifestamente ilegal.

b. Movimentação das provisões

	2013		
	Saldo em 31/12/12	Constituição	Saldo em 30/06/13
Ações trabalhistas e cíveis	14.434	393	14.827
Tributárias	99.291	10.346	109.637
Total	113.725	10.739	124.464

	2012		
	Saldo em 31/12/11	(Reversão)/ constituição	Saldo em 30/06/12
Ações trabalhistas e cíveis	10.349	(332)	10.017
Tributárias	76.788	10.279	87.067
Total	87.137	9.947	97.084

c. Risco possível

	Posição em 30/06/2013	
	Quantidade	Valor
Ações cíveis	590	1.091
Ações trabalhistas	2	20
Total	592	1.111

15 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, deduzido do JCP	9.979	9.979	10.863	10.863
Adições	96.026	96.026	88.744	88.744
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73.449	73.449	67.275	67.275
Provisão para perdas outros valores e bens	534	534	728	728
Provisão para contingências	11.543	11.543	11.302	11.302
Provisões Operacionais	600	600	-	-
Provisão de participação no resultado	323	323	-	-
Deságio na aquisição de carteiras	1.069	1.069	1.218	1.218
Recuperação de prejuízo fiscal	5.589	5.589	7.486	7.486
Variação Cambial a Diferir	6	6	-	-
Participação em controladas/ligadas	-	-	280	280
Despesas não dedutíveis	2.913	2.913	455	455
Exclusões	(105.562)	(105.562)	(74.772)	(74.772)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(49.488)	(49.488)	(33.951)	(33.951)
Reversão de provisão para perdas e outros valores e bens	-	-	(247)	(247)
Reversão de Provisões Operacionais	(2.332)	(2.332)	-	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(8.160)	(8.160)	(10.006)	(10.006)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa – Lei nº 9.430	(20.913)	(20.913)	(22.227)	(22.227)
Reversão de provisão para contingências	(804)	(804)	(1.355)	(1.355)
Reversão de provisão de participação no resultado	(550)	(550)	(522)	(522)
Perdas na cessão de crédito	(1.791)	(1.791)	-	-
Variação Cambial a Diferir	(120)	(120)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(21.404)	(21.404)	(6.464)	(6.464)
Base de cálculo	443	443	24.835	24.835
Total de imposto de renda e contribuição social (i)	-	-	(6.198)	(3.725)
Dedução incentivos fiscais - PAT	(6)	-	-	-
Alíquota de 15%	-	-	(3.725)	(3.725)
Adicional 10%	-	-	(2.473)	-
Ativo fiscal diferido	905	543	5.366	3.220

No 1º semestre de 2012 foi estornado uma provisão de imposto de renda e contribuição social devido a decadência do fisco federal relativo a cobrança de valor IRPJ mandato de segurança 199.61.00037370-6 no montante de R\$ 260 e CSLL R\$ 91.

a. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.961	23.961	33.324	33.324
Provisão de créditos tributários acumulados	178.897	178.897	117.303	117.303
Provisão para perdas outros valores e bens	534	534	481	481
Provisões para contingências	10.739	10.739	9.947	9.947
Total das diferenças temporárias	214.131	214.131	161.055	161.055
Total do crédito tributário	53.533	32.120	40.264	24.158

b. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social.

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Diferenças temporárias					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total
IRPJ	8.061	10.485	11.259	11.381	12.347	53.533
CSLL	4.836	6.291	6.755	6.828	7.410	32.120
Valor em 30/06/2013	12.897	16.776	18.014	18.209	19.757	85.653

Em 30 de junho de 2013 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 62.337, considerando-se a taxa Selic de 8,50% ao ano.

c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldos em 31/12/12	Constituição (realização)	Saldo em 30/06/13
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.721	10.422	81.143
Provisão para perdas outros valores e bens	2.802	(2.588)	214
Demais provisões	10.635	(6.339)	4.296
Total dos créditos tributários	84.158	1.495	85.653

	Saldos em 31/12/11	Constituição (realização)	Saldo em 30/06/12
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.854	19.397	60.251
Provisão para perdas outros valores e bens	305	(112)	193
Provisões para contingências	14.678	(10.700)	3.978
Total dos créditos tributários	<u>55.837</u>	<u>8.585</u>	<u>64.422</u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é de R\$ 85.450 e está representado por 192.035.922 ações, sendo 169.527.746 ON e 22.508.176 PN, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar à assembléia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.

d. Reservas especiais de lucros

- O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

17 Receita de Serviços

	Semestres	
	2013	2012
Receita de avaliação e cadastro	21.757	12.255
Anuidade cartão de crédito	7.108	5.491
Comissão sobre compras cartão	4.212	3.727
Intermediação de seguros	958	2.860
Outras receitas	<u>7</u>	<u>29</u>
Total	<u>34.042</u>	<u>24.362</u>

18 Despesa de pessoal

	Semestres	
	2013	2012
Remuneração	(3.289)	(2.114)
Encargos	(859)	(821)
Benefícios	(410)	(576)
Treinamento	(16)	(51)
Total	(4.574)	(3.562)

19 Outras despesas administrativas

	Semestres	
	2013	2012
Despesas de aluguéis	(2.122)	(2.069)
Comunicações	(2.562)	(2.051)
Processamento de dados	(7.795)	(10.812)
Promoções e relações públicas	(1.616)	(741)
Propaganda e publicidade	(1.017)	(656)
Seguros	(45)	(17)
Serviços do sistema financeiro	(3.344)	(4.845)
Serviços de terceiros (i)	(66.330)	(38.868)
Serviços técnicos especializados (ii)	(25.262)	(20.676)
Despesa de transporte	(286)	(299)
Despesa com despachante	(1.348)	(1.143)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.268)	(4.335)
Taxas e notificações	(2.017)	(771)
Outras despesas administrativas	(1.933)	(3.228)
Total	(121.945)	(90.511)

- (i) Composto, substancialmente, por comissões.
- (ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

20 Despesas tributárias

	Semestres	
	2013	2012
Despesa com COFINS	(11.745)	(11.254)
Despesa com ISS	(1.641)	(1.178)
Despesa com PIS	(1.371)	(1.286)
Outras	(20)	(252)
Total	(14.777)	(13.970)

21 Outras receitas operacionais

	Semestres	
	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas	2.936	650
Atualização de impostos à compensar	43	87
Deságio na aquisição de carteira de créditos	338	-
Reversão provisão ações perdas e danos	594	304
Reversão de provisões operacionais	783	-
Outras rendas operacionais	<u>325</u>	<u>56</u>
Total	<u>5.019</u>	<u>1.097</u>

22 Outras despesas operacionais

	Semestres	
	2013	2012
Descontos concedidos	(8.024)	(8.258)
Perdas em ações de perdas e danos	(5.238)	(3.954)
Perdas com fraudes	(346)	(183)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(3.136)	(318)
Deságio na cessão de carteiras	(698)	-
Outras despesas operacionais	<u>(276)</u>	<u>(1.257)</u>
Total	<u>(17.718)</u>	<u>(13.970)</u>

23 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho 2013, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Omni, estão demonstrados a seguir:

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2013 e 2012

a. Saldos com sociedades controladas

2013						
	Omni Gestão e Cobrança Ltda	Omni Informática Ltda	Omni Cia Securitizadora	Multibens Cia Sec. Cred. Financ.	Omni DTVM	Omni Soc. Cred. Microempr.
Ativo	176	39	444	113	-	-
Outros créditos	176	39	444	113	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas	176	39	444	113	-	-
Passivo	(3.038)	(839)	(137.276)	(2.608)	(600)	(221)
Recursos de aplicações interfinanceiras	-	-	-	-	(600)	-
Obrigações por aplicações interfinanceiras	-	-	-	-	(600)	-
Recursos de aceites cambiais	(3.038)	(839)	(1.142)	(2.277)	-	(221)
Obrigações por aceite e títulos cambiais	(3.038)	(839)	(1.142)	(2.277)	-	(221)
Outras obrigações	-	-	(136.134)	(331)	-	-
Obrigações por oper. de venda ou de transf. de ativos financs.	-	-	(135.482)	-	-	-
Devedores por cessão de crédito	-	-	(652)	(331)	-	-
Receitas	176	39	444	113	-	-
Outras receitas operacionais	176	39	444	113	-	-
Recuperação de despesas administrativas	176	39	444	113	-	-
Despesas	(12.840)	(1.547)	(29.001)	(94)	(22)	(7)
Despesas com captação	(149)	(48)	(41)	(94)	(22)	(7)
Despesas de aceites cambiais	(149)	(48)	(41)	(94)	(3)	(7)
Despesa de aplicações interfinanceira	-	-	-	-	(19)	-
Despesas administrativas	(12.691)	(1.499)	-	-	-	-
Despesas com prestação de serviços	(12.691)	(1.499)	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	(28.960)	-	-	-
Despesas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	-	(28.960)	-	-	-

2012						
	Omni Gestão e Cobrança Ltda	Omni Informática Ltda	Omni Cia Securitizadora	Multibens Cia Sec. Cred. Financ.	Omni DTVM	Omni Soc. Cred. Microempr.
Passivo	(2.453)	(1.987)	66.622	(1.232)	(668)	(217)
Recursos de aceites cambiais	(2.453)	(1.987)	-	(903)	(668)	(217)
Obrigações por aceite e títulos cambiais	(2.453)	(1.987)	-	(903)	(668)	(217)
Outras obrigações	-	-	66.622	(329)	-	-
Obrigações por oper. de venda ou de transf. de ativos financs.	-	-	64.050	-	-	-
Devedores por cessão de crédito	-	-	2.572	(329)	-	-
Despesas	(12.331)	(2.533)	3.230	(175)	(34)	(11)
Despesas de aceites cambiais	(144)	(155)	(8)	(175)	(34)	(11)
Despesas de aceites cambiais	(144)	(155)	(8)	(175)	(34)	(11)
Despesas administrativas	(12.187)	(2.378)	-	-	-	-
Despesas com prestação de serviços	(12.187)	(2.378)	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	3.238	-	-	-
Despesa de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	-	3.238	-	-	-

b. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 944 (R\$ 963 em 2012).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição.

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

c. Saldos com outras partes relacionadas

Os saldos com outras partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos híbridos de capital e dívida montam em R\$ 158.481 (R\$ 218.730 em 2012).

24 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 11% do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central, cuja uma das intenções é fazer frente aos possíveis riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez a Omni. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração de capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de mercado, riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Limites operacionais	2013			2012		
	Limite	Situação	Margem	Limite	Situação	Margem
PL Exigido compatível com o grau de risco da estrutura de seus Ativos-Passivos e Contas de Compensação - Resolução nº 2.099/94	171.653	211.045	38.814	150.892	193.443	42.551
Índice de Imobilização- Res. nº 2.283/96	105.523	53.684	51.839	96.722	41.060	55.662
PL Realizado Mínimo - Res. nº 2.099/94	7.000	157.510	150.510	7.000	144.426	137.426
Capital Realizado Mínimo - Res. nº 2.099/94	7.000	85.450	78.450	7.000	85.450	78.450
Índice da Basileia	11,00%	12,88%	1,88%	11,00%	14,10%	3,10%

25 Outras informações

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nºs 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a OMNI adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Art. 5º da Circular n.º 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo

queo Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia.

Um melhor detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos e está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.omni.com.br (não auditado).

b. Ouvidoria

A Instituição criou uma unidade de ouvidoria. A ouvidoria tem como incumbência representar os clientes usuários dos produtos e serviços da entidade. Para tanto, a diretoria da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, garantem todas as condições para que o funcionamento da ouvidoria seja pautado pela transparência, independência e imparcialidade no trato com os clientes e no acesso as informações que forem necessárias.

c. Eventos subsequentes

A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de outros eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2013.

* * *

P

Diretoria

Gilberto Veiga de Novais
Contador CRC 1SP206578/O-7

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

OMNI Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações Financeiras
em 31 de outubro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Investidores do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI Veículos III
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI Veículos III, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de outubro de 2012, demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, e a respectiva demonstração de fluxo de caixa assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a fundos de investimento e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI Veículos III em 31 de outubro de 2012 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a fundos de investimentos em ações.

Ênfase

Os riscos aos quais o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI Veículos III está sujeito estão transcritos abaixo:

Riscos de liquidez, inovação e inexistência de mercado secundário

O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o quotista receba tais Direitos Creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os mesmos, ou o preço de alienação poderá causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios em caso de inadimplemento. Isto é, não há qualquer garantia ou certeza que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios de sua carteira pelo preço e no momento desejados;

Risco de Descontinuidade

A política de investimento do Fundo descrita abaixo no Capítulo VI deste Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte dos Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares da Cedente e da capacidade dessa de originar Direitos Creditórios elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade e Condições Adicionais e de acordo com a política de investimento previstos no Regulamento;

Risco da Cedente

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente das operações de financiamento realizadas pela Cedente e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita abaixo, no Capítulo VI deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) a Cedente deixar de realizar suas atividades; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios de outra(s) Cedente(s), o que poderá resultar na liquidação do Fundo (conforme disposto abaixo no Capítulo XVI do Regulamento) e os investidores poderão não conseguir reaplicar os recursos até então investidos no Fundo em modalidades que lhes forneçam rentabilidade semelhante;

Riscos operacionais

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pela Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Direitos Creditórios é realizada apenas através de auditoria mensal, por amostragem.

Existe, então, a possibilidade de que a carteira do Fundo contenha Direitos Creditórios com irregularidades no que se refere à sua constituição, podendo assim obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos. Também deve-se considerar que a titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Todavia, a Cedente é nomeada pelo Fundo, com interveniência do Custodiante como agente de cobrança do Fundo dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. Embora o Contrato de Cessão (conforme definido abaixo) e este Regulamento criem mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que a Cedente desempenhará tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência com que o legítimo proprietário dos Direitos Creditórios (no caso, a carteira do Fundo) a desempenharia ou que repassará, integralmente, os valores arrecadados com tal cobrança ao Fundo. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios poderá acarretar perdas para o Fundo e seus quotistas seniores;

Riscos de atraso na amortização ou resgate de quotas

O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das quotas à medida que os Direitos Creditórios forem devidamente pagos pelos devedores, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza;

Risco da notificação

A notificação acerca da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Artigo 290 do Código Civil Brasileiro, não será feita aos devedores de tais Direitos Creditórios no momento da cessão, mas somente em caso de rescisão do Contrato de Cessão, o que pode resultar em riscos adicionais para o Fundo em caso de pagamentos efetuados pelos devedores diretamente à Cedente até o momento da respectiva notificação.

Riscos decorrentes do apreçamento dos ativos

Decorrem do apreçamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, que deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos mobiliários e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Neste sentido, a utilização destes critérios, tais como os de marcação a mercado podem ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, podendo resultar em redução no valor das suas Quotas Seniores;

Riscos sistêmicos

Vinculados às condições econômicas nacionais e internacionais, podendo ser afetados pelo mercado e pelas alterações nas taxas de juros e câmbio, preços dos papéis e ativos em geral, incluindo os Direitos Creditórios e outros instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Não há garantia de que a mudança de tais condições não venha a afetar o valor das posições e dos ativos detidos pelo Fundo;

Riscos de crédito

A carteira do Fundo possui Direitos Creditórios e outros títulos de renda fixa que estão sujeitos ao risco de atraso e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/ou coobrigados, consequentemente, nessa hipótese, poderão ocorrer reduções de ganhos ou perda do capital investido, dos rendimentos e/ou do valor do principal de quaisquer dos ativos do Fundo;

Risco de mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo;

Riscos de descasamento de taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preferencialmente em Direitos Creditórios e em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado, dentro do permitido pela rentabilidade da carteira a cada determinado momento, na forma do disposto abaixo, no Capítulo XII, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Além disso, deve-se observar que os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos resultados da carteira do Fundo para suas quotas tem como parâmetro a Taxa DI (conforme definida abaixo), conforme previsto abaixo, no Artigo 17 deste Regulamento. Portanto, se a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida aos quotistas titulares de Quotas Seniores; e


Risco de pré-pagamento dos Direitos Creditórios

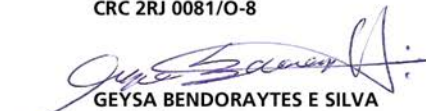
O pagamento dos Direitos Creditórios deverá ser feito, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, pelo seu valor integral, diretamente ao Fundo. Contudo, caso os Clientes decidam efetuar o pagamento antecipado dos Direitos Creditórios, receberão um desconto pro rata do valor devido. Portanto, na ocorrência de um pagamento antecipado dos Direitos Creditórios, há o risco de o Fundo incorrer em perdas.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de outubro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de dezembro de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2013.


HORWATH BENDORAYTES AIZENMAN & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações da posição financeira
Exercício findo em 31 de outubro de 2012
(em milhares de reais)

	2012	% sobre patrimônio líquido
ATIVO		
Disponibilidades		
Banco conta movimento - Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	12	1,00
Banco cobrança - HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	44	3,65
	56	4,65
Aplicações Interfinanceira de Liquidez		
Letras do Tesouro Nacional	210	17,44
	210	17,44
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro	162	13,46
	162	13,46
Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios		
Direitos creditórios a vencer	794	65,95
Direitos creditórios vencidos	58	4,82
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(21)	(1,74)
	831	69,02
Total do ativo	1.259	104,57
PASSIVO		
Passivo Circulante		
Taxa de Custódia	10	0,83
Créditos a conciliar	44	3,65
Outros	1	0,08
	55	4,57
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total de 86.632,832 cotas subordinadas a R\$ 13,897327	1.204	100,00
	1.204	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido	1.259	104,57

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de outubro de 2012

(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2012
Patrimônio líquido no início do exercício:	
Representado por 28.892,769 cotas a R\$ 200,721233 cada	5.799
Resultado do período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	5.838
Cotas emitidas no exercício:	
Cotas subordinadas 57.740,063 cotas	926
Amortizações	
Cotas Subordinadas	(11.359)
Variação decorrente da movimentação de cotas	(10.433)
Patrimônio líquido no final do exercício:	
Representado por 86.632,832 cotas subordinadas a R\$ 13,897327	1.204

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de outubro de 2012
(em milhares de reais)

	2012
Direitos Creditórios sem Aquisição Substancial dos Riscos e Benefícios	
Rendimentos de direitos creditórios	203
Resultado de direitos creditórios	(63.211)
	(63.008)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	
Receitas de operações compromissadas	6
	6
Rendas de títulos e valores mobiliários	
Receitas de títulos e valores mobiliários	89
Resultado nas negociações	(16)
	73
Cotas de fundos de investimento	
Receitas de cotas de fundos de investimento	8
	8
Outras Receitas operacionais	
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.015
Reversão de taxa de auditoria	15
	69.030
Demais despesas	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14)
Taxa de Administração	(97)
Taxa de Custódia	(140)
Taxa de Fiscalização CVM	(4)
Despesas administrativas	(16)
	(271)
Resultado do período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	5.838

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de outubro de 2012
(em milhares de reais)

	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Resultado Líquido do Exercício	5.838
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o fluxo de caixa	
.Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.015)
.Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	14
.Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(89)
.Rendimentos de cotas de fundos de investimentos	(8)
.Taxa de custódia	10
.Demais Pagamentos/Recebimentos	1
	(63.249)
Caixa líquido das atividades operacionais	
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(5.975)
Venda de títulos e valores mobiliários	9.655
Resultado nas negociações com títulos e valores mobiliários	16
Aquisição de direitos creditórios	(72.787)
Liquidação de direitos creditórios	79.964
Prejuízo com direitos creditórios	63.008
Direitos creditórios a liquidar (ativo)	30
Baixa de direito creditório sem liquidação	(1.871)
Direitos creditórios a baixar (ativo)	(30)
Crédito a conciliar conta corrente banco cobrador	(131)
Recebíveis a liquidar (passivo)	1.871
Direitos creditórios a conciliar	44
Aplicação em cotas de fundos de investimentos	(2.348)
Resgate de cotas de fundos de investimentos	2.356
Taxa de fiscalização - CVM	1
Auditoria	(42)
Taxa de custódia	(13)
Taxa de administração	(6)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.493
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Emissão de cotas subordinadas	926
Amortização de cotas subordinadas	(11.359)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(10.433)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	60
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	206
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	266

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos III – iniciou suas atividades em 27 de outubro de 2006, foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração de 10 anos, contados a partir da data da primeira subscrição de cota do Fundo, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que aprovado pelos cotistas. O Fundo tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante de seus recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, originados e cedidos pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são lastreados por contratos de financiamento de motocicletas, automóveis, caminhões, ônibus, carretas e utilitários pesados, utilizados tanto para transporte de carga quanto de passageiro.

A primeira série de Cotas Seniores tem como parâmetro de rentabilidade 108% e a segunda série 112% da Taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor das respectivas Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas não possuem parâmetro de rentabilidade.

Em 04 de janeiro de 2012 e 27 de março de 2012, foram realizadas Assembleias Geral de Cotistas deliberando a substituição: do atual gestor e administrador da carteira do Fundo HSBC Gestão de Recursos Ltda., pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, para o exercício profissional da atividade de gestão e de administração da carteira de títulos e valores mobiliários; e do atual custodiante Banco Bradesco S.A., pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão para o exercício profissional da atividade de custódia.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, das Cedentes, do Custodiante e de suas partes relacionadas, ou ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Instrução Normativa nº 489, de 14 de janeiro de 2011, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos ("curva") até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (Nota Explicativa nº 4) e quando existirem efetivas negociações no mercado.

d. Direitos creditórios

São avaliados pelo seu valor de aquisição e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Os direitos creditórios vencidos e não pagos estão registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento. Rendimentos adicionais relativos aos direitos creditórios vencidos, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente são reconhecidos por ocasião da efetiva realização (recebimento).

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios - quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios - quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administradora e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

O registro contábil deve ser feito em conta separada, de acordo com a classificação do ativo. Para os casos em que a aquisição substancial dos riscos e benefícios sobre os direitos creditórios não puderem ser definidos objetivamente devem ser observados os seguintes procedimentos:

- i. Classificar no Ativo as operações com aquisição substancial de riscos e benefícios, em conformidade com a natureza da operação original, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios transferidos para o Fundo.
 - ii. Classificar no Ativo as operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios não transferidos para o Fundo.
- a) não possuírem data de vencimento posterior à data de encerramento da série sênior mais longa em circulação;
 - b) não se encontrar o devedor do respectivo direito creditório inadimplente no cumprimento de suas obrigações perante o Fundo; e

No exercício findo em 31 de outubro de 2012 não houve reclassificação de categoria dos direitos creditórios.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A partir do dia 28 de dezembro de 2012 os direitos creditórios passaram a ser classificados nos termos da Instrução Normativa CVM nº 489 de 14 de janeiro de 2011, quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, tomando como base os índices de perda histórica dos últimos seis meses. O seu percentual será definido através do valor apurado:

- a) na relação entre o valor total dos contratos com parcelas vencidas e não pagas (classificados na faixa de perda para o Fundo) e o montante acumulado de créditos adquiridos pelo Fundo; e
- b) o percentual das recompras acumuladas desde o início do Fundo sobre o montante acumulado de créditos adquiridos pelo Fundo.

A metodologia ainda está em processo de discussão no mercado e poderá sofrer alteração ao longo do período."

Até a data acima mencionada, as provisões e as perdas com Direitos Creditórios Adquiridos eram, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas aos critérios para constituição de provisões, da Resolução nº. 2.682, do Conselho Monetário Nacional, de 22 de dezembro de 1999.

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, sendo revertida a provisão anteriormente constituída. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pelo Fundo atinge ainda os demais direitos creditórios do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se o maior risco de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
 - ii. Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.
- Que o fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativamente aos fundos de investimento em títulos e valores mobiliários;
 -
 - Que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo; e
 - Que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os títulos e valores mobiliários da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

4.1 Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

	Curva	Valor de Mercado	Resultado	Faixas de vencimento
Títulos Públicos:				
Letras Financeiras do Tesouro	162	162	-	Após 1 ano
	162	162	-	

4.2 Valor de mercado

As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

5 Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios

A Administradora considera o Fundo sem retenção de risco, considerando a premissa de que a cedente garante a compensação das perdas de créditos prováveis e mantém uma subordinação mínima para garantir a rentabilidade das cotas seniores. Adicionalmente, os direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Além disso, existe o posicionamento formal da cedente quanto à forma de classificação do risco do Fundo dentro do seu balanço

5.1 Descrição das características dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo

Os direitos creditórios são originados de financiamentos concedidos pela cedente a pessoas físicas e jurídicas, representados por empréstimos de crédito pessoal e financiamento de motocicletas, veículos leves e pesados, instrumentos particulares ou cédulas de crédito bancário aditivos, títulos de crédito e instrumentos de garantia.

i. Critérios de elegibilidade

Os direitos creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender aos seguintes critérios de elegibilidade:

A verificação quanto ao atendimento dos Critérios de Elegibilidade será feita pelo Custodiante, nos termos da legislação em vigor.

Os direitos creditórios passíveis de aquisição devem ainda, na data da cessão, atender às seguintes condições adicionais:

- a) possuírem os veículos objeto dos contratos de financiamento e contratos de crédito pessoal com garantia documentação hábil (CRV);
- b) serem oriundos de operações de financiamento e/ou concessão de crédito realizadas com clientes da Cedente que (i) tenham sido submetidos à avaliação de crédito da Cedente, e (ii) tenham o cadastro junto à Cedente;
- c) serem os direitos creditórios enquadrados na política de concessão de crédito da Cedente, conforme definida neste Regulamento;
- d) serem oriundos de um contrato de financiamento e/ou contrato de crédito pessoal com garantia adimplente;
- e) estarem livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- f) estar o cliente, devedor do respectivo direito creditório, adimplente com suas obrigações perante a Cedente; e
- g) não possuírem os veículos, cuja aquisição for objeto dos contratos de financiamento ou dados em garantia dos contratos de crédito pessoal com garantia, data de fabricação acima de: (i) 15 anos, nos casos de motocicletas; (ii) 30 anos, nos casos de veículos leves; e (iii) 35 anos, nos casos de veículos pesados.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

- h) serem oriundos de operações de financiamento e/ou concessão de crédito entre a Cedente e seus clientes, garantidas por alienação fiduciária, remunerados com base em taxas de juros pré-fixadas e devidamente representadas por carnês de pagamento; e
- i) não constar nenhum pedido de falência ou recuperação, judicial ou extrajudicial, contra o respectivo cliente, bem como não ter sido requerida sua insolvência."

A verificação quanto ao atendimento das condições adicionais será feita pela Cedente, a qual confirmará tal atendimento à Administradora e ao Custodiante, nos termos do contrato de cessão.

5.2 Composição dos direitos creditórios e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contratos	Parcelas		Total	PCLD	
	A vencer	Vencidos		%	Valor
A vencer e vencidos até 14 dias	213	7	220	0,5	1
Vencido entre 15 e 30 dias	435	27	462	1	5
Vencido entre 31 e 60 dias	115	15	130	3	4
Vencido entre 61 e 90 dias	14	2	16	10	1
Vencido entre 91 e 120 dias	9	3	12	30	4
Vencido entre 121 e 150 dias	8	3	11	50	5
Superior a 180 dias	0	1	1	100	1
	794	58	852		21

5.3 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de outubro de 2011	69.022
Constituição da provisão no exercício	14
Reversão da provisão no exercício	(69.015)
Saldo em 31 de outubro de 2012	21

5.4 Movimentação da carteira de direitos creditórios

Saldo inicial do período 31/10/2011	72.747
Aquisição de direitos creditórios	72.787
Liquidação de direitos creditórios	(79.964)
Direitos creditório a liquidar (Ativo)	161
Direitos creditório a liquidar (Passivo)	(1.871)
Rendimentos de direitos creditórios	(63.008)
Saldo final do período 31/10/2012	852

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

5.5 Recompras de direitos

No exercício findo em 31 de outubro de 2012 houve recompra de direitos creditórios pelo valor contábil no montante de R\$ 27 (vinte e sete mil reais).

5.6 Créditos a conciliar

Passivo – Referem-se a direitos creditórios recebidos cuja baixa do título se deu no dia seguinte, no valor de R\$ 44 (quarenta e quatro mil reais).

5.7 Taxas praticadas por grupo de operações realizadas no período

As taxas de desconto na aquisição de direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios ocorridas no período estão assim distribuídas:

	Taxa mínima	Taxa máxima	Taxa média (ponderada)
31/10/2012	55,57%	55,57%	55,57%

5.8 Garantias

Os direitos creditórios integrantes da carteira estão garantidos por alienação fiduciária de veículo devidamente registrada no Sistema Nacional de Gravame (SNG) em favor da cedente.

Dentre os contratos formalizados durante o exercício findo em 31 de outubro de 2012, o valor das garantias reais é equivalente a R\$ 1.632 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil Reais).

6 Rating

Em virtude do encerramento da cota sênior o Fundo está dispensado de emissão do relatório de Rating.

7 Gerenciamento de riscos

O Fundo está sujeito a controles de risco pela Administradora, a qual se orienta pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento do Fundo e da legislação vigente.

O risco do Fundo está diretamente ligado às aplicações efetuadas na forma da sua política de investimento, definida em seu Regulamento. Além disso, os riscos relacionados ao Fundo encontram-se descritos em seu Regulamento e em seu Prospecto.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

As aplicações efetuadas pelo Fundo apresentam riscos para os cotistas e o controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos cotistas. Ainda que a Administradora mantenha gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus cotistas.

De acordo com o regulamento do Fundo, o Fundo realiza aplicações que colocam em risco o seu patrimônio podendo ocorrer perda do capital investido em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do Fundo.

Antes de tomar a decisão de investimento no Fundo, o investidor deve considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis no Regulamento e em particular, avaliar os seguintes riscos: i) risco de liquidez 9inovação e inexistência de mercado secundário); ii) risco de descontinuidade; iii) riscos da cedente; iv) riscos operacionais; v) risco de atraso na amortização ou resgate de cotas e risco de notificação; vi) riscos decorrentes do apreçamento dos ativos; vii) riscos sistêmicos; viii) riscos de crédito; ix) risco de mercado; x) riscos de descasamento de taxas; e xi) risco de pré-pagamento dos direitos creditórios.

8 Características e valorização das cotas

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião de liquidação ou término do prazo de duração do Fundo.

As cotas do Fundo serão representadas pelas seguintes classes:

- a. Cotas seniores
São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. As cotas seniores poderão ser emitidas em diversas Séries, a serem distribuídas em uma ou mais ofertas.
- b. Cotas subordinadas
São aquelas que subordinam-se às cotas seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

9 Emissões, resgate e amortização de cotas

a) Emissão

As cotas do Fundo são de 2 (duas) classes: as Cotas Seniores poderão ser emitidas em diversas séries, enquanto as Cotas Subordinadas são emitidas em série única. As cotas Seniores emitidas na primeira série possuem meta de rentabilidade de 108% da Taxa DI, e as metas de rentabilidade das demais séries deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral e registradas nos respectivos Suplementos. A segunda série de cotas seniores possui meta de rentabilidade de 112% da Taxa DI. As cotas são da forma escritural e são mantidas, pelo Administrador, em contas de depósito em nome de seus titulares mantidas junto ao Custodiante.

Foram emitidas (i) a primeira série, 100.000 (cem mil) Cotas Seniores, com um valor inicial de R\$ 1 cada, e Cotas Subordinadas suficientes para atender à Relação Mínima e (ii) nas séries subsequentes, conforme deliberação da Assembleia Geral, registrada no respectivo Suplemento de cada série.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

Foram emitidas na segunda série de cotas seniores 143.741 (cento e quarenta e três mil setecentos e quarenta e um) cotas, com um valor inicial de R\$ 1 cada, sendo que o limite para a emissão da segunda série de cotas seniores será de 200.000 (duzentas mil) cotas. Não haverá quantidade mínima de Cotas a serem distribuídas, observado o disposto na regulamentação em vigor. A emissão de novas séries de Cotas Seniores dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

A aplicação mínima no Fundo será de R\$ 25.

b) Resgate

Não haverá resgates de cotas, a não ser pela liquidação do Fundo. Na data do resgate será utilizado o valor da cota de abertura do dia do respectivo pagamento.

c) Amortização

As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores (ressalvadas, porém, as amortizações extraordinárias das Cotas Subordinadas). As cotas Subordinadas poderão ser amortizadas em casos extraordinários, quando a Relação Mínima exceder a 133,33% e desde que obedecidas as demais condições indicadas no Regulamento.

As cotas seniores serão amortizadas seguindo os critérios estipulados nos respectivos suplementos. A primeira e a segunda série de cotas seniores serão amortizadas em 24 parcelas mensais e sucessivas, após o período de carência de 24 meses contados da data da primeira subscrição de cotas da respectiva série.

Durante o exercício foram realizadas as seguintes amortizações:

Cotas subordinadas	
Data	Amortizado R\$
08/11/2011	2.300
18/11/2011	1.985
02/12/2011	949
12/12/2011	575
28/12/2011	1.465
06/01/2012	1.350
27/01/2012	750
15/02/2012	695
08/03/2012	350
20/03/2012	280
28/03/2012	420
13/06/2012	200
03/09/2012	40
	11.359

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

10 Custódia

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil. Os documentos comprobatórios dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo estão custodiados pela Omni S.A. – Crédito Financiamento e Investimento.

11 Negociação das cotas

As cotas do Fundo serão registradas para negociação no mercado secundário, na CETIP (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos), cabendo aos intermediários assegurar que as respectivas aquisições sejam feitas somente por investidores autorizados a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios pela regulamentação da CVM em vigor, nos termos da regulamentação em vigor.

12 Encargos do Fundo

Taxa de Administração

Até 31 de janeiro de 2012 o Administrador HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, recebeu, pelos serviços de administração do Fundo, uma taxa de administração de 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido. No período de 1 de novembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, a despesa de taxa de administração foi de R\$ 2 (dois mil).

A partir de 1 de fevereiro de 2012 a Administradora, fez jus a uma taxa de administração de 0,10% (zero vírgula dez centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido do dia útil anterior, conforme descrito a seguir:

$$TA = \left(X \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right)$$

Onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

X = Percentual anual fixo, sendo X igual a 0,10% (dez décimos por cento); e

$PL_{(D-1)}$ = Patrimônio Líquido no dia útil anterior.

A parcela da Taxa de Administração não poderá ser inferior ao valor mínimo mensal: (i) até o 3º (terceiro) mês ou até ocorrer a reestruturação do FIDC NP OMNI - Veículos I (06.010.855/0001-80) e do Fundo, o que ocorrer primeiro, equivalente a R\$ 7 (sete mil reais); e (ii) após o prazo mencionado no item (i), equivalente a R\$ 10 (dez mil reais).

A Taxa de Administração será provisionada diariamente e paga mensalmente, no último dia útil de cada mês, devida a primeira Taxa de Administração no último dia útil do mês da primeira data de subscrição inicial, e as demais Taxas de Administração no último dia útil de cada mês subsequente.

No exercício findo em 31 de outubro de 2012, a despesa de taxa de administração foi de R\$ 97.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

13 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Cotas	Data	Valor da cota - R\$	Rentabilidade % (***)
Subordinada			
	31/10/2012	13,897327	7.389,66
	31/01/2012 (**)	28,484193	969,36
	31/10/2011	200,721233	310,61
	29/10/2010	2.283,789657	106,78
	31/10/2009	3.145,819665	120,06
	31/10/2008	2.657,806752	104,64
	31/10/2007	2.784,557430	223,12
	31/10/2006	1.008,614799	0,86
	27/10/2006 (*)	1.000,000000	-

(*) início das atividades da classe

(**) data da transferência de administração

(***) rentabilidade desconsiderando as amortizações

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

14 Tributação

Imposto de renda

Os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
- 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios OMNI - Veículos III

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras
Em 31 de outubro de 2012

15 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

Até 30 de março de 2012 o Administrador contratou o Banco Bradesco para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

A partir de 01 de abril de 2012 a Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

16 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou outros serviços prestados por auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

17 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.

18 Alteração estatutária

Na Assembleia Geral de Cotistas realizada em quatro de janeiro de 2012, foram deliberadas as seguintes alterações no Regulamento: (i) transferência da administração do Fundo e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo para a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., (ii) transferência da gestão do Fundo para Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e (iii) alteração da taxa de administração de 0,45% ao ano para 0,10% ao ano. Tais alterações entraram em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 27 de março de 2012, foram efetuadas as seguintes deliberações: (i) a recompra extraordinária da carteira do Fundo, pelo valor aproximado de R\$ 25 (vinte e cinco mil reais); (ii) a substituição do atual custodiante, Banco Bradesco S.A. pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão; (iii) alteração das responsabilidades do Custodiante; (iv) a alteração dos Critérios de Elegibilidade e das Condições Adicionais constantes nos capítulos VIII e IX do regulamento do Fundo; (v) a metodologia de verificação de lastro, que passará a ser efetuada pelo Deutsche Bank S.A. Banco Alemão; a inclusão de evento de avaliação ao artigo 47 do regulamento do Fundo, quando as irregularidades apontadas pelo Custodiante quando da verificação do lastro dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo ultrapassarem 10% da amostra analisada, conforme metodologia descrita no anexo III do regulamento do Fundo; a alteração da fórmula de cálculo do Índice de Atraso, que deverá ser apurado mensalmente pela Administradora, até o 5º dia útil de cada mês, com base no último dia útil do mês anterior à data de apuração.